

ANEXO I - DIRETRIZES E OBJETIVOS GERAIS



1. FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS

No período entre 1950 e 1980, a economia brasileira pôde mobilizar, interna e externamente, poupanças suficientes para manter um nível médio de investimento em ascensão, o que possibilitou a obtenção de elevadas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) e da renda *per capita*, como se vê no Quadro I.

Quadro I
Brasil: Indicadores Básicos de Crescimento Econômico
1950-1989

Indicadores Básicos	Médias Anuais em %			
	1950-60	1960-70	1970-80	1980-89
Crescimento do PIB	7,4	6,2	8,6	2,2
Crescimento da renda <i>per capita</i>	4,2	3,2	6,1	0,0
Investimento fixo/PIB	15,5	16,4	22,0	18,0

Fonte dos dados básicos: IBGE

Nota: Dados de investimentos a preços constantes a partir de 1970.

Já no período entre 1980 e 1989, observa-se uma sensível redução na relação entre o investimento fixo e o PIB, apesar do substancial aumento dos preços relativos dos bens de capital.

Parcela significativa do esforço de investimento, entre 1950 e 1980, foi realizada com a interveniência do setor público, seja pela poupança gerada nas próprias contas governamentais, seja pela mobilização de recursos privados, por meio de empréstimos, inclusive externos, ou de poupança compulsória. A atuação governamental cumpria, então, o papel de indutor do investimento privado, sustentando a expansão das atividades econômicas.

1.1. REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Na década de oitenta, a crise da dívida externa e o subsequente estrangulamento financeiro do setor público redundaram em profunda deterioração na capacidade governamental de mobilização de poupanças para a realização de investimentos produtivos.

A capacidade governamental de mobilização de recursos tem três componentes principais: geração de poupança em conta corrente, levantamento de recursos no mercado financeiro interno e externo, e geração de recursos pelas empresas estatais.

Poupança em conta corrente do Governo

A poupança do Governo é obtida deduzindo-se da receita corrente as transferências ao setor privado e os gastos com salários e compras de bens e serviços.

O Quadro II mostra a evolução das principais contas do setor público (governos federal, estaduais e municipais, exclusive empresas estatais). Como se observa, a poupança, no período 1970-78, foi suficiente para a realização dos investimentos, não tendo havido pressão das contas governamentais sobre os recursos financeiros disponíveis. A partir do período 1979-82, contudo, a queda da poupança pública levou ao aumento das necessidades de financiamento do setor, que evoluíram de -1,6% do PIB, no período 1970-78, para 0,7% do PIB, em 1985-88.

As causas da redução na poupança governamental podem ser acompanhadas pelas demais informações ali apresentadas, referentes ao comportamento da receita tributária, às despesas com juros internos e externos e aos gastos correntes com salários, bens e serviços.

Cabe destacar, primeiro, o decréscimo das receitas tributárias na década de oitenta, em relação ao período anterior, de 25,4% do PIB para 22,2%. Essa queda tem sido associada a diversos fatores, a exemplo de: aceleração da inflação, provocando perda do valor real dos impostos recolhidos; aumento da importância de atividades econômicas pouco taxadas ou beneficiadas com isenções e reduções de tributos, principalmente exportações de produtos agrícolas e industrializados; aumento da evasão de impostos; e expansão das atividades empresariais informais.

Um dos aspectos mais salientes do processo de deterioração das finanças públicas é a evolução dos dispêndios com juros. Os juros reais relativos às dívidas interna e externa - ou seja, desconsideradas as correções monetária e cambial - passam de 0,6% do PIB, em 1970-78, para 2,7%, em 1985-88, depois de alcançar 3,2%, em 1983-84. Esse comportamento reflete tanto as elevações nas taxas de juros, interna e externamente, quanto a crescente absorção da dívida externa por parte do setor público.

Assumindo, para seu financiamento, parcela da dívida externa de origem privada, obrigou-se o Governo, em um segundo momento, à crescente absorção dos superávits comerciais para pagamento do serviço dessa dívida. Aliadas a esse contexto, a queda da

arrecadação real e a elevação dos gastos públicos e das transferências intergovernamentais, decorrentes, em grande parte, da reforma constitucional de 1988, completam o quadro de exaustão financeira do Estado.

No caso das despesas correntes com salários, bens e serviços, os dados indicam que a diminuição ocorrida até 1984 foi revertida após 1985, refletindo a incapacidade de o setor público resistir às pressões enfrentadas a partir de então. Houve, ainda, um nítido descontrole nas despesas com bens e serviços, cuja média anual, no período 1985-88, ultrapassou em quase 40% a média dos anos anteriores.

Quadro II

Brasil: Receitas, Despesas, Poupança e Formação Bruta de Capital
Fixo da União, Estados e Municípios.

Itens	1970-1988			
	Médias anuais em % do PIB			
	1970-78	1979-82	1983-84	1985-88
1. Receita Tributária Total	25,4	24,7	23,1	22,2
2. Transferências ao Setor Privado	9,3	12,1	13,2	11,3
2.1 Juros Internos e Externos	0,6	1,4	3,2	2,7
2.2 Previdência e Subsídios	8,7	10,7	10,0	8,6
3. Outras Receitas Líquidas	-0,5	-1,0	—	2,4
4. Receita Total Líquida	15,6	11,6	9,9	13,3
5. Despesas Correntes	10,2	9,6	8,8	11,2
5.1 Pessoal e Encargos	7,3	6,7	6,0	7,2
5.2 Bens e Serviços	2,9	2,9	2,8	4,0
6. Poupança em Conta Corrente	5,4	2,0	1,1	2,1
7. Formação Bruta de Capital Fixo	3,8	2,4	1,8	2,8
8. Necessidades de Financiamento	-1,6	0,4	0,7	0,7

Fonte dos dados básicos: IBGE e Banco Central

Uma das piores consequências do desequilíbrio das finanças do Governo, nos últimos anos, foram seus efeitos sobre o investimento público. Dadas as dificuldades técnicas ou políticas de redução dos demais itens de despesa, ou de aumento da receita fiscal ou das tarifas públicas, sempre que se tentou reduzir o déficit, os dispêndios de investimento assumiram o papel de principal variável de ajuste. Os custos sociais daí decorrentes foram altos, não só em termos da deterioração do estoque de capital, por ausência de investimentos de reposição - o caso da malha

rodoviária é exemplo flagrante - mas também pelas insuficientes inversões em infra-estrutura básica.

A capacidade de investir do Governo Federal sofreu novo abalo a partir de 1989, quando começaram a ser sentidos os efeitos das mudanças introduzidas pela nova Constituição. No que toca à partilha da receita pública, além da redução da competência tributária da União, foram aumentadas as transferências federais para Estados e Municípios. As perdas da União com tais modificações deverão atingir cerca de 1% do PIB, até 1993, e são agravadas pela ausência de mecanismos de descentralização de encargos.

Operações de crédito

A virtual interrupção do ingresso de recursos externos, a partir de 1982, praticamente eliminou a possibilidade de o País complementar, nos últimos anos, a poupança interna com recursos captados no exterior. Quanto às fontes internas, foram crescentes as dificuldades para a obtenção de créditos, desenvolvendo-se um penoso processo de encurtamento dos prazos e de elevação nas taxas de juros pagas pelo setor público.

Quadro III

Brasil: Evolução dos Índices Reais de Preços e
Tarifas de Empresas Estatais.

1979-1989

Anos	Base 1979 = 100					
	Energia Elétrica	Derivados de Petróleo	Produtos Siderúrgicos	Correios	Transportes Ferroviários	Serviços Portuários
1979	100	100	100	100	100	100
1982	88	131	117	92	92	98
1985	85	109	97	45	89	89
1989	76	60	55	51	87	34

Fonte dos dados básicos: Banco Central

Empresas estatais

Os investimentos financiados por recursos gerados nas empresas estatais foram bastante comprometidos, no decorrer da década, pela política governamental de ajuste. De um lado, essas empresas passaram a arcar com crescentes encargos financeiros, fruto de sua utilização como instrumento de captação de recursos externos para equilibrar as contas do balanço de pagamentos. Após a eclosão da crise da dívida externa, ocorreu a virtual paralisação da oferta de

créditos externos, agravada, depois, pela política de contenção das operações de financiamento interno. De outro lado, o propósito de conter as taxas de inflação levou à acentuada compressão nos preços de bens e serviços públicos, conforme se nota no Quadro III.

O resultado dos processos de contenção de preços e tarifas e de diminuição das fontes de financiamento foi a progressiva queda nos investimentos dessas empresas, que passaram de 4,6% do PIB, em 1981, para 2,3%, em 1989.

1.2. REORDENAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A situação de descontrole nas contas públicas evidenciou a necessidade premente de uma profunda reestruturação nas finanças do Governo Federal. Essa tarefa - objetivo primordial da nova política econômica - refletiu-se nas providências adotadas desde o início da atual administração. A recuperação imediata das receitas foi promovida pela incidência do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o estoque de ativos financeiros e por ações destinadas a reduzir a sonegação fiscal.

O plano de estabilização, implantado em março do corrente ano, atingiu o objetivo de eliminar a "ciranda financeira", restabelecendo a previsibilidade dos dispêndios do Governo com os juros de sua dívida interna, além de promover o alongamento dos prazos.

Na mesma linha, a renegociação da dívida externa objetiva, também, conter as despesas do setor público com o pagamento de juros e amortizações dentro das disponibilidades orçamentárias, sem pressionar a base monetária ou, sobretudo, comprometer o potencial de crescimento da economia.

A reforma administrativa em andamento procura restabelecer o controle das despesas correntes com salários, bens e serviços, no contexto da redução do tamanho do Estado, diminuindo o número de servidores e buscando austeridade e eficiência nos gastos de custeio, segundo níveis compatíveis com a receita tributária.

O saneamento das contas públicas será ainda reforçado pela execução do Programa Nacional de Desestatização, que, ao transferir para a iniciativa privada atividades nas quais não mais se justifica a participação governamental, contribuirá para a redução da dívida pública e para a retomada dos investimentos nas empresas a serem absorvidas pelo setor privado.

Como resultado do reequilíbrio das finanças públicas e da reversão das expectativas em relação ao processo inflacionário, as poupanças privadas se reorientarão para os investimentos produtivos.

Os recursos públicos, por sua vez, serão aplicados preferencialmente na infra-estrutura econômica e social, e de forma complementar ao setor privado. A recuperação da poupança governamental possibilitará a retomada e a reorientação de tais investimentos, propiciando os requisitos para que a iniciativa privada possa assumir as responsabilidades que lhe cabem no processo de crescimento econômico e social.

No caso das empresas estatais não incluídas no Programa Nacional de Desestatização, serão exigidas maior eficiência operacional e melhoria nos índices de produtividade, uma vez que passarão a operar em ambiente macroeconômico estável, propício ao planejamento de suas ações no médio e longo prazos.

No que se refere às tarifas e preços públicos, uma política realista evitará o crescente endividamento e a reiterada necessidade de utilização de recursos do Tesouro para saldar as dívidas das empresas estatais.

1.3. POUPANÇA PÚBLICA E RETOMADA DO CRESCIMENTO

Prevê-se, no final do período 1991-95, a retomada da taxa histórica de crescimento da renda **per capita** na economia brasileira, desde o pós-guerra até o final da década de setenta (cerca de 4% ao ano). A taxa média, nesse período, deverá situar-se em torno de 2,7%, limitada pela necessidade de ajuste de natureza macroeconômica da situação herdada dos últimos anos.

A taxa esperada de expansão da renda **per capita** depende do aumento populacional, da relação incremental capital/produto e da taxa de investimento fixo em relação ao PIB.

As projeções mais recentes indicam que o aumento populacional deverá evoluir da taxa de 2,2% ao ano, na década passada, para 1,6%, no período 1991-95 (1,5%, em 1995). Quanto à relação incremental capital/produto, estudos recentes permitem estimá-la em cerca de 3,5, pouco superior à observada nas últimas décadas.

Como se pretende atingir, em 1995, uma taxa de crescimento da renda **per capita** de 4,0%, ou seja, 5,5% de crescimento da renda total, impõe-se um esforço global de investimento da ordem de 19% do PIB, dos quais, aproximadamente, 3,5% decorrentes de poupança pública.

A geração de poupança pública se explica, em boa medida, porquanto se projetam, para 1995, no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, despesas de capital da ordem de 3,0% do PIB e saldo operacional igual a zero. Com efeito, conforme demonstrado no Quadro IV, durante a vigência deste Plano Plurianual, as despesas dos mencionados orçamentos, exclusive amortizações, serão integralmente cobertas por recursos do Tesouro Nacional, exclusive operações de crédito.

A experiência recente indica que o setor privado tem amplas condições de gerar as poupanças necessárias para financiar sua parte (15,5% do PIB) no investimento global, mesmo na ausência de um ingresso significativo de poupanças externas.

1.4. BASES DO AJUSTE FISCAL DA UNIÃO

A receita tributária da União foi fortemente reduzida pelo processo inflacionário recente e pelas sucessivas mudanças na partilha das rendas públicas, com os Estados e Municípios, que vêm ocorrendo desde a década de setenta. Em 1985, a receita fiscal da União, deduzidas as transferências a Estados e Municípios, representava 6,9% do PIB; em 1989, essa porcentagem alcançou apenas 4,8%.

A atual administração federal vem empreendendo um esforço de recuperação da receita tributária, alentado pela geração de condições macroeconômicas favoráveis. As seguintes medidas implementadas recentemente permitirão reverter a tendência decrescente verificada nos últimos anos: eliminação da erosão inflacionária no recolhimento de tributos; ampliação da base tributária pela incorporação de atividades antes isentas; elevação da alíquota do imposto de renda sobre o lucro das exportações; não concessão de isenções e reduções de impostos; e suspensão de incentivos fiscais.

Além das medidas acima, que incorporam ganhos permanentes ao orçamento da União, as seguintes ações contribuirão para o aumento temporário da receita: instituição dos Certificados de Privatização e reforma patrimonial, mediante alienação de participações societárias e de bens móveis e imóveis.

A eliminação dos déficits nas contas do Governo Federal para o período 1991-95, no conceito operacional, consolida os resultados já obtidos no decorrer de 1990, quando, como efeito das medidas adotadas pela atual administração, se reduziu drasticamente o peso dos juros da dívida pública nos dispêndios federais. Por outro lado, a renegociação da dívida externa em novas bases, sustentadas no saneamento financeiro do Estado, abrirá espaço para a

orçamentação dos encargos e amortizações da dívida externa, dentro de parâmetros que não desestabilizem as metas de equilíbrio fiscal e de expansão monetária do Banco Central, nem comprometam a retomada do crescimento.

1.5. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Dois princípios básicos deverão nortear a programação orçamentária da União em 1991-95. Em primeiro lugar, os gastos deverão conformar-se às receitas do Tesouro Nacional, exclusive operações de crédito. Para o biênio 1991-92 mais do que isso, estão fixadas metas de superávits fiscais. Torna-se clara, portanto, a determinação governamental de minimizar a disputa com o setor privado pelos escassos recursos disponíveis.

Além disso, o esforço de recuperação da receita fiscal, a ser intensificado nos próximos anos, privilegiará o aumento de arrecadação e não as elevações de alíquotas ou a introdução de novos tributos. Para tanto, o Governo dará continuidade às atividades de melhoria de fiscalização e implementará outras medidas visando a uma drástica redução da sonegação de tributos.

Nessas condições, a expansão dos gastos de capital se apoiará, fundamentalmente, tanto em medidas de profundo alcance na área da despesa pública, quanto na continuação das ações vinculadas à reforma patrimonial.

Programou-se expressiva contenção das despesas de pessoal em 1991. A preços de maio de 1990, prevê-se, para 1991, um decréscimo real de cerca de 11%, em comparação com a execução provável de caixa de 1990. Para os anos seguintes, estabeleceu-se que o valor global das despesas de pessoal se manterá constante em termos reais, o que implicará, portanto, uma trajetória descendente da proporção desse gasto no PIB, cuja taxa prevista de crescimento médio, no período 1991-95, é de 4,3% ao ano.

Ante as limitadas possibilidades de crescimento da receita tributária, torna-se inevitável a realização de esforço com vistas a reestruturar, em profundidade, o gasto público federal.

A partir de 1993, serão empreendidas novas ações de privatização, de menores dimensões do que as atuais. Paralelamente, em todos os anos de vigência do Plano, será implementada a alienação de imóveis e outros ativos da União e intensificada a cobrança de dívidas vencidas para com o Tesouro Nacional.

Em síntese, conforme discriminado no Quadro IV, os elementos básicos da programação orçamentária para 1991-95 são os seguintes:

- (a) superávit operacional médio de 1,3% do PIB em 1991-92, e equilíbrio nos exercícios subsequentes;
 - (b) equilíbrio do Orçamento da Seguridade Social em todos os anos, ressalvada a cobertura pelo Orçamento Fiscal das despesas com inativos e pensionistas da União;
 - (c) aumentos progressivos da arrecadação no âmbito do Orçamento Fiscal a partir de 1993;
 - (d) redução das despesas com pessoal, de 4,16% do PIB, em 1991-92, para 3,82%, em 1993-94, e, finalmente, 3,53% em 1995;
 - (e) as receitas decorrentes da reforma patrimonial, incluídas no item 2 do Quadro IV, se concentram nos anos 1991-92, dado o cronograma do atual Programa Nacional de Desestatização, que prevê o ingresso de cerca de US\$ 17 bilhões até 1992;
 - (f) as outras despesas correntes crescem moderadamente no período do Plano, limitando-se essa expansão ao âmbito da Seguridade Social;
 - (g) finalmente, o crescimento projetado para as despesas de capital (exclusive amortizações), entre o período 1991-92 e o ano de 1995, é de cerca de 50%, enquanto proporção do PIB, e de aproximadamente 75% em cruzeiros de maio de 1990.
-

Quadro IV
Brasil: Projeção dos Principais Itens dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social

1991-1995			
Itens	Médias anuais em % do PIB (a)		
	1991-92	1993-94	1995
1. Receita Corrente	16,13	16,31	16,65
1.1 Fiscal	7,48	7,66	8,00
1.2 Seguridade	8,65	8,65	8,65
2. Outras Receitas (b)	1,38	0,55	0,65
3. Transf. Constitucionais	2,81	2,92	2,92
4. Receita Líquida (1+2-3)	14,70	13,94	14,38
5. Despesas de Pessoal	4,16	3,82	3,53
6. Outros Custeios e Capital (c)	9,26	9,80	10,53
6.1 Despesas de Custeio	7,29	7,40	7,50
6.2 Despesas de Capital (d)	1,97	2,40	3,03
7. Saldo Primário (4-5-6)	1,28	0,32	0,32
8. Outras Despesas Líquidas (e)	-0,03	0,32	0,32
9. Saldo Operacional (7-8)	1,31	0,0	0,0
10. Poupança (4-5-6.1-8)	3,28	2,40	3,03

(a) Para o PIB crescendo a 3,0% em 1991, 3,5% em 1992, 4,5% em 1993, 5,0% em 1994 e 5,5% em 1995 (média anual de 4,3%). O PIB de 1991 foi estimado em Cr\$ 30.901,45 bilhões, a preços de maio de 1990.

(b) Receitas com a reforma patrimonial e com a reestruturação do gasto público.

(c) Exclui os empréstimos concedidos e os retornos destes no âmbito do Orçamento de Crédito.

(d) Exclui amortizações e, em 1991, a aquisição de cotas do FND.

(e) Juros reais devidos sobre as dívidas contratuais e mobiliária (interna e externa) menos o resultado "operacional" do Banco Central e os juros reais recebidos no Orçamento Oficial de Crédito, menos os ajustes entre "competência" e "caixa". Inclui ainda, em 1991, aquisição de cotas do FND.

2. NOVO PAPEL DO ESTADO E REFORMA ADMINISTRATIVA

2.1. NOVO PAPEL DO ESTADO

A gravidade dos problemas com que se defronta a Sociedade brasileira acentua, neste momento histórico, a necessidade de se redefinir o papel do Estado e de preparar a administração pública para a viabilização do processo de retomada do desenvolvimento nacional. Sobressai, no equacionamento dessa matéria, a questão da eficiência e da eficácia da ação governamental e de como se devem organizar seus serviços e estruturas em razão dos objetivos maiores da Sociedade.

A crise do Estado decorre tanto da excessiva abrangência de sua atuação, quanto, principalmente, da má utilização dos mecanismos de intervenção pública e da forma como se delineou, dentro do processo político, a articulação entre Estado e Sociedade. Nesse sentido, cabe reformular os instrumentos e mecanismos de condução política e social para permitir a instituição de um modelo administrativo democrático e eficaz.

Sob o ponto de vista histórico, é inquestionável a importância das intervenções estatais na implementação da infra-estrutura básica e na consolidação do processo de industrialização. O setor público assumiu, especialmente a partir da década de trinta, o papel de promotor e indutor do processo de desenvolvimento econômico.

O processo de desenvolvimento exigia a implementação de projetos cuja magnitude ultrapassava a capacidade do setor privado nacional que, então, não tinha as dimensões de hoje. Grandes investimentos públicos em infra-estrutura - principalmente nos setores de transporte, energia, comunicações e siderurgia - permitiram o crescimento e o fortalecimento do setor privado, juntamente com a expressiva modernização do aparelho produtivo do País.

A captação de poupança externa, por meio de empréstimos e financiamentos internacionais, possibilitou ao País, na década de setenta, a manutenção de níveis relativamente elevados de crescimento e de formação bruta de capital. No final dessa década, as drásticas alterações nos componentes do balanço de pagamentos repercutiram significativamente no quadro econômico brasileiro. A partir de então, o Estado imergiu em um processo de deterioração financeira e organizacional, projetando uma imagem de ineficiência, ineficácia e corporativismo.

O clima resultante do desajuste econômico interno e do desgaste do ciclo autoritário não permitiu fosse realizada a reforma do Estado, que já se fazia premente no início da década de oitenta. Assim, cristalizou-se o modelo governamental baseado em excessiva intervenção na atividade econômica, tanto pela expansão do Estado como agente produtor, quanto pela excessiva regulamentação inibidora do funcionamento dos mercados.

A ação governamental, que, nas décadas passadas, havia-se configurado como elemento central do desenvolvimento, transformou-se, paulatinamente, em formidável obstáculo ao crescimento e à eficiência econômica. O Estado tornou-se disfuncional, perdendo sua capacidade de geração interna de poupança e passando a absorver parte dos recursos de origem privada, concorrendo com o setor privado em áreas onde não se justifica a sua presença, e tendo, ao mesmo tempo, perdido a capacidade de investir em atividades próprias à sua função.

Ao longo desse processo desordenado de expansão das atividades estatais, várias distorções administrativas foram-se acumulando, como a proliferação de entidades governamentais, da administração indireta, como forma de fugir às restrições do setor público. Essas anomalias concorreram para a deterioração do serviço prestado à sociedade brasileira.

Diretrizes de Ação

A construção de um Estado moderno e eficiente, capaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico e social segundo as regras do modelo democrático, é um dos objetivos fundamentais do Governo.

Impõe-se, como tarefa básica, a reestruturação do gasto público para assegurar o equilíbrio nas contas federais em um quadro em que sejam ajustadas as políticas públicas à nova conformação do Estado. Em especial, buscar-se-á o aumento dos níveis de investimento federal e de eficiência e eficácia do gasto como um todo, mediante, inclusive, melhor discriminação e maior articulação dos dispêndios efetivados pelas diferentes esferas de Governo.

A retomada do crescimento requer um Estado forte, cuja força deve advir sobretudo da qualidade da atuação governamental, baseada no compromisso maior com a reversão do quadro de desigualdades sociais e regionais. Além disso, o Estado deve garantir condições para o pleno exercício da cidadania e para uma inserção econômica produtiva do cidadão.

O processo de desestatização será conduzido de forma aberta e democrática, sem custos adicionais à Sociedade. O reconhecimento crescente de que mecanismos de intervenção

pública, em determinados setores produtivos, não mais se justificam, implica abertura de espaços para a iniciativa privada.

O setor privado assumirá, dessa forma, a liderança no processo de desenvolvimento. Para tanto, contará com regras claras e duradouras de livre operação dos mercados, a partir da estabilidade econômica, da queda da inflação e do desestímulo à especulação financeira, aliados à estabilidade política atingida pela Nação.

O saneamento da ação estatal, pelo Programa Nacional de Desestatização, dará ao Governo condições de melhor gerir suas políticas e de prover, mais eficazmente, os serviços de cunho social.

A estratégia de privatização de empresas estatais, com a venda de parte de seus ativos ao setor privado, resultará de análise técnica das diversas alternativas e do dimensionamento dos benefícios advindos dessa transferência. A alienação desses ativos, acompanhados dos respectivos passivos, aliviará os encargos do Estado, operando no sentido de equilibrar as finanças públicas. Da mesma forma, a privatização expandirá o mercado de capitais por meio dos Certificados de Privatização, incorporando a participação dos trabalhadores e viabilizando novos investimentos.

As empresas estatais estratégicas continuarão tendo papel relevante em determinados setores de infra-estrutura econômica. Serão reforçados, no entanto, os mecanismos institucionais de controle dessas estatais, com vistas à avaliação da eficácia e da eficiência de suas ações.

A intervenção regulatória submeteu a iniciativa privada a toda uma série de condicionamentos, extrapolando o natural exercício das funções de controle inerentes ao Estado. A excessiva regulamentação dos preços e da atividade produtiva gerou profundas distorções no sistema econômico. A menor regulamentação da atividade econômica incentivará a economia de mercado, gerando receita e aliviando o déficit governamental, além de favorecer a luta antiinflacionária. A iniciativa da empresa privada, desse modo, não mais ficará condicionada à máquina burocrática estatal.

O Programa Federal de Desregulamentação, recentemente criado, visará ao fortalecimento da iniciativa privada, à redução da interferência do Estado na vida e nas atividades dos cidadãos e à busca de maior eficiência e menor custo dos serviços prestados pela Administração Pública Federal.

A ação do Governo também terá como objetivo impedir o crescimento desnecessário da máquina administrativa federal, atuando no sentido de maior descentralização. Será estimulada a execução indireta, com a participação de órgãos estaduais e municipais e com a concorrência de empresas privadas capacitadas. Essa medida melhorará a eficiência e a qualidade dos serviços públicos.

O objetivo básico do Estado de manter um arcabouço adequado a uma economia competitiva de mercado não o eximirá, no entanto, de atuar como instrumento redistribuidor de benefícios e oportunidades, priorizando os dispêndios referentes à modernização e capacitação tecnológica nacional.

O setor público, beneficiando-se com a gestão privada em determinadas áreas, desempenhará melhor suas funções típicas, que correspondem às ações de planejamento, estabilização econômica, administração da justiça, defesa nacional, garantia de acesso das populações de baixa renda à educação, saúde, alimentação, moradia e saneamento básico, enfim, todas as atividades que lhe competem precipuamente e que se encontram consagradas na Constituição.

A intervenção do Estado, por meio de políticas públicas compensatórias dos desequilíbrios sociais e regionais, proporcionará maior igualdade de oportunidades, ultrapassando aspectos puramente assistencialistas e se conjugando, sempre que possível, com estratégias produtivas capazes de gerar renda e auto-sustentação.

2.2. REFORMA ADMINISTRATIVA

Os princípios fundamentais dessa reforma são o aumento da eficiência do serviço público e a adequação das estruturas organizacionais às novas funções programadas para o Estado. A valorização da carreira profissional do servidor público coloca-se igualmente como prioritária.

Nesse esforço, inclui-se o objetivo de racionalização do setor público, recuperando-se a capacidade de gestão e controle de suas atividades. O saneamento da ação estatal contemplará a correção de distorções e ineficiências, que deram causa à sua desarticulação interna, com a prevalência de unidades superpostas e o crescimento do corporativismo. A apropriação do Estado por segmentos de sua própria burocracia contrapõe-se aos interesses globais da Sociedade.

O Programa de Reforma Administrativa iniciou-se com uma ampla reestruturação ministerial, visando dotar a Administração Federal de uma organização mais racional, com

competências, atribuições e objetivos bem definidos, evitando-se conflitos e superposições entre ministérios e dentro deles. Faz parte desse programa a prioridade às atividades-fim, limitando-se a não mais que 30% os recursos a serem utilizados nos órgãos-meio. Essa racionalidade organizacional tem como finalidade a melhor adequação da estrutura administrativa aos instrumentos e objetivos dos órgãos e entidades federais.

A reforma organizacional, em execução, promoverá a extinção ou dissolução de órgãos e entidades cujas atividades não se ajustam ao novo papel do Estado ou estejam sobrepostas, bem como a redefinição de competências, vinculações ou subordinações. Coibirá, ainda, a proliferação de novas entidades públicas.

No que se refere às empresas estatais, buscar-se-á: aumento do grau de controle e avaliação de desempenho e produtividade; maior visibilidade das informações referentes a esse desempenho; e implantação de procedimentos de fiscalização e auditoria interna.

Quanto à gestão de recursos humanos, objetivar-se-á: implantação de políticas de pessoal e salários adequadas a uma administração ágil e moderna; desenvolvimento de programas sistemáticos de formação e treinamento de recursos humanos; renovação e atualização de quadros; e profissionalização dos servidores técnicos e administrativos, mediante criação e implementação de planos de carreira e mecanismos de avaliação de desempenho.

No tocante às atividades de modernização, a nova Lei Orgânica da Administração Pública Federal será um passo fundamental na consolidação do processo de reforma. A modernização administrativa fomentará o desenvolvimento de ações integradas de assistência técnica e a implementação de programas de informatização e automação. O tratamento dinâmico à informação facilitará seu uso e acesso pelo Governo e pela Sociedade. Destaca-se, também, a implantação de um Código de Procedimentos Administrativos, contendo mecanismos que estabeleçam limites para a ação administrativa federal e abrindo a possibilidade de uma efetiva atuação fiscalizadora por parte do cidadão.

A racionalização do uso dos recursos materiais impõe-se como premissa básica no que se refere ao sistema de serviços gerais, exigindo permanente adequação dos instrumentos normativos e controle de sua aplicação para evitar a perda e a dilapidação do patrimônio público.

A busca da eficiência estatal, fundamentada em teorias gerenciais, visa a proporcionar maior flexibilidade organizacional às atuais estruturas burocráticas. Por outro lado, o perfil organizacional estimulará o pensamento estratégico. Em decorrência, o novo modelo tratará de desenvolver a capacidade de o Estado promover projetos multissetoriais em estruturas

inovadoras, que logrem quebrar as barreiras da departamentalização tradicional existentes nas organizações burocráticas.

Habilitar o setor público ao cumprimento de suas funções essenciais implica, em suma, superar as deficiências que hoje se verificam em duas grandes frentes: as capacidades públicas de administração e de financiamento. A viabilização da reforma do Estado e a reconstrução de bases para o processo de desenvolvimento econômico e social são exigências de toda a Sociedade.

3. MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL E ABERTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR

A evolução da economia brasileira, nas últimas décadas, esteve marcada por crises no balanço de pagamentos, que condicionaram fortemente o relacionamento comercial com o resto do mundo e contribuíram para estabelecer conformação fechada no mercado nacional, como prevalece até hoje. Com efeito, enquanto em 1975-76 o valor das importações nacionais (exclusive petróleo) correspondia em média, a 11% do PIB, em 1989 atingiu apenas 4%. O coeficiente de importações de produtos industriais reduziu-se de 6,6%, em 1980, para 4,6%, em 1987. Portanto, a economia brasileira se caracteriza como uma das mais fechadas do mundo ocidental, colocando-se como um objetivo o incremento gradual dos fluxos de comércio exterior, com inegáveis benefícios de ordem econômica e social.

A prevalência, na estrutura tarifária, de elevadas alíquotas do imposto sobre importação levou à instituição de regimes especiais de tributação, aplicáveis às importações consideradas essenciais. Ademais, a obtenção de licenças de importação tornou-se - principalmente a partir da década de setenta - uma forma implícita de restringir importações.

Montou-se, assim, ao longo dos anos, um complexo sistema de controle administrativo das importações. Nessas circunstâncias, as tarifas deixaram de funcionar como instrumento sinalizador de preços relativos: a maior parte das compras no exterior passou a ser realizada por meio dos regimes especiais de tributação, cujas reduções e isenções levaram a tarifa efetiva a distanciar-se fortemente da estrutura tarifária nominal.

Com tais barreiras à importação, a virtual ausência de concorrência externa desestimulou a procura de níveis mais elevados de produtividade na maior parte dos segmentos que produzem para o mercado interno. Mesmo nos setores que se modernizaram por força de maior inserção no mercado exterior, grande parte das empresas conseguiram atingir competitividade externa por força de incentivos fiscais e subsídios à exportação.

3.1. ABERTURA COMERCIAL E MODERNIZAÇÃO

O novo quadro que se delinha na economia mundial, aliado ao esgotamento da capacidade governamental de manter a estrutura anterior de subsídios e incentivos à exportação, força mudanças profundas na política industrial e na forma de articulação da economia brasileira com o mercado mundial.

O relativo sucesso obtido na política de exportações resultou, não só da utilização de benefícios fiscais, como também de vantagens comparativas decorrentes de mão-de-obra barata e de recursos naturais abundantes. A importância desses fatores na determinação dos níveis de competitividade perde influência, porém, à medida em que aumenta a participação relativa, na produção e no comércio mundial, de produtos tecnologicamente avançados.

A reestruturação da economia mundial com vistas à formação de blocos de comércio trará implicações para as trocas externas do País. Será necessário um aumento de competitividade, caso se pretenda participar do mercado constituído por blocos de países com níveis mais elevados de produtividade, freqüentemente exigentes em especificações de produtos e normas.

É indispensável reverter o caráter autárquico do parque produtivo nacional decorrente de políticas anteriores de substituição de importações e das elevadas exigências relativas aos índices de nacionalização dos produtos. Com o aumento do grau de abertura ao comércio exterior, serão ampliadas as oportunidades para a modernização tecnológica da indústria. A par disso, novos mecanismos serão implementados pelo Governo, em comum acordo com a iniciativa privada, favorecendo a geração e difusão de tecnologias modernas, e a racionalização das técnicas de produção e gerência nas empresas. Portanto, ao estimular a integração competitiva da economia brasileira no mercado internacional, não só viabilizar-se-ão os meios para realizar a necessária modernização do parque industrial, mas, sobretudo, proporcionar ao consumidor brasileiro a oferta de produtos mais competitivos em preço e qualidade.

Desburocratização do Comércio Exterior

A maior abertura comercial representa, igualmente, aspecto significativo da reforma administrativa, na medida que pressupõe a diminuição de funções de controle e a simplificação das regras e das exigências impostas aos agentes econômicos em suas atividades de exportação e importação.

A eliminação desses entraves burocráticos não deixará o Governo sem instrumentos para enfrentar eventuais situações de aumento excessivo na importação de produtos específicos. Nessas situações, o Governo acionará os mecanismos usuais de controle, como aumento das alíquotas do imposto de importação e legislação coibitiva de prática desleais de comércio (a exemplo da concessão indevida de subsídios e de **dumping**).

Para o controle do nível global das importações, serão utilizadas as políticas macroeconômicas apropriadas (políticas fiscal, monetária e, principalmente, políticas de manutenção de um nível adequado de reservas internacionais).

Política Cambial

A atividade de comércio exterior exige regras estáveis, tendo em vista as características de longo prazo que revestem vários contratos de exportação e importação, e a necessidade de manutenção de fluxo continuado de vendas e assistência permanente aos mercados externos conquistados pela indústria nacional. Nesse sentido, a política cambial assume papel relevante na determinação da capacidade de concorrência internacional, ao lado dos demais fatores responsáveis pela obtenção de níveis adequados de competitividade externa.

No período de aceleração inflacionária recente, a política cambial foi incapaz de manter níveis estáveis de paridade entre a moeda nacional e as moedas dos principais parceiros comerciais, ocorrendo freqüentes sobrevalorizações do cruzeiro. A defasagem cambial afetou diretamente as exportações de vários setores industriais, provocando seu afastamento de mercados externos caracterizados por elevada competição internacional.

Com a instituição recente das taxas de câmbio flutuantes, o Governo encerrou o irreal sistema anterior de interferência administrativa na fixação do nível da taxa de câmbio, deixando ao arbítrio do mercado a determinação da taxa de equilíbrio. Nesse sentido, a adoção de tal sistema guarda coerência com as demais medidas de liberalização de mercados e de desregulamentação, implementadas nas áreas de comércio exterior, de preços e de salários, entre outras.

Além de proporcionar maior transparência e estabilidade ao mercado, a liberalização do câmbio permite ao Governo adotar uma política monetária mais independente, uma vez que as intervenções do Banco Central serão feitas em razão da política de reservas em moedas fortes e não da necessidade de absorver a oferta de divisas resultante de superávits comerciais.

A maior procura por importações, decorrente da liberalização do setor externo, bem como a demanda de divisas para os pagamentos da conta de serviços e da dívida externa, serão os elementos que darão sustentação à taxa de câmbio, estimulando as exportações. Ao mesmo tempo, o câmbio livre constituirá fator neutralizador de demandas artificiais de importações, que geralmente ocorrem em situação de sobrevalorizações cambiais.

3.2. POLÍTICA INDUSTRIAL

A política industrial e de comércio exterior tem por objetivo a reaceleração dos investimentos no setor secundário, de caráter modernizador, e o aumento da eficiência produtiva, para melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos.

A Questão Tecnológica

O atraso tecnológico, decorrente, entre outros motivos, da crise observada na década de oitenta e do fechamento da economia, agravou a histórica situação de convívio com níveis heterogêneos de modernidade no setor produtivo, tanto inter-setorialmente como intra-setorialmente.

A reversão desse quadro exige a incorporação ao setor produtivo do País de novos avanços do conhecimento científico e tecnológico, característicos do novo perfil industrial alcançado pelas economias adiantadas.

Há pouca tradição de investimento privado em ciência e tecnologia no País. No setor público, contudo, há um razoável nível de desenvolvimento, graças aos centros de excelência de pós-graduação e pesquisa, e a instituições não-acadêmicas especializadas, inclusive no âmbito estadual.

No entanto, comparações internacionais revelam o enorme esforço que o País terá de realizar nesse campo, caso se pretenda um efeito relevante sobre a estrutura produtiva. De fato, os recursos aplicados no Brasil em ciência e tecnologia, como proporção do PIB, têm-se situado, nos últimos anos, entre 0,5% e 0,7%, enquanto, nos países desenvolvidos, essa taxa fica entre 2% e 3%.

As aplicações dos recursos já alocados na área, bem como os acréscimos a serem incorporados nos próximos anos, seguirão uma estratégia que conferirá prioridade à tecnologia industrial, tendo como referência o mercado. Assim, a empresa passará a ser o centro do apoio à capacitação tecnológica, devendo articular-se com as universidades e centros de pesquisas.

Caberá ao Governo Federal prover as condições básicas para o salto tecnológico da indústria brasileira, o que exigirá investimentos substanciais na formação de recursos humanos, padrões de gestão, infra-estrutura e redes de informações tecnológicas. Em particular, serão adotadas medidas que permitam à iniciativa privada aumentar seu esforço em pesquisa e

desenvolvimento, inclusive pelo estreitamento de vínculos entre o sistema produtivo e a base científica e tecnológica.

Ampliar e aperfeiçoar a formação de recursos humanos para a pesquisa acadêmica e empresarial, modernizar os equipamentos de laboratórios selecionados e garantir a estabilidade de certas linhas de pesquisa de maior complexidade e de prazo mais longo estão entre as prioridades da área.

Diretrizes de Ação

A utilização das forças de mercado para induzir a modernização tecnológica e o aperfeiçoamento da organização da produção e da gestão terá preferência sobre os mecanismos característicos do período de substituição de importações.

Serão adotadas ações visando à redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, expondo-se de maneira planejada a indústria brasileira à competição internacional, o que possibilitará melhoria do padrão de qualidade e preços, e aumento da competição em setores oligopolizados.

A mobilização de instrumentos creditícios para fortalecimento da infra-estrutura tecnológica permitirá, por sua vez, a reestruturação competitiva da indústria.

O apoio aos setores potencialmente competitivos, inclusive os de tecnologia de ponta, deverá orientar-se para a especialização da produção e para a capacitação das empresas em termos da seleção, absorção, melhoria desenvolvimento e difusão de tecnologias.

A partir dessas medidas, o Estado abrirá espaço para que o capital privado exerça plenamente seu papel de principal agente do processo produtivo.

Ademais, a estabilização macroeconômica, a retomada do crescimento centrada na integração competitiva com a economia mundial e a eliminação de restrições anacrônicas tornarão a indústria brasileira opção atraente para os capitais nacionais e estrangeiros.

O aprimoramento do sistema educacional básico e técnico, bem como da estrutura de desenvolvimento científico e tecnológico, serão tarefas prioritárias do setor público na confecção de um tecido industrial competitivo.

Mecanismos

A política a ser implementada requer mecanismos de planejamento e ação, concertados entre a iniciativa privada e o Governo, com especial atenção para a promoção da competitividade e qualidade na indústria.

O Programa de Competitividade Industrial, bem como o de Qualidade e Produtividade, visam à modernização de setores potencialmente competitivos, em níveis internacionais, e ao desenvolvimento do segmento de tecnologia de ponta (informática, química fina, biotecnologia, mecânica de precisão e novos materiais). Para esse efeito, recorrerão, sobretudo, à utilização de instrumentos de política de crédito e de comércio exterior, valendo-se, também, do poder de compra do Governo.

O Governo articulará a política industrial com as políticas macroeconômicas setoriais e de desenvolvimento regional.

Os créditos das instituições oficiais destinados à indústria deverão ser prioritariamente aplicados em investimentos necessários à modernização tecnológica, ao desenvolvimento e à expansão do comércio exterior.

A política de comércio exterior contemplará a criação de um banco de comércio exterior, sob controle acionário e gerencial privado, particularmente voltado para o financiamento de exportações de ciclo longo e de importações de máquinas e equipamentos. Identificará, ainda, novos mercados para produtos brasileiros de maior valor agregado. Adotará medidas de simplificação dos controles operacionais relativos à exportação. Concederá prioridade à revisão da estrutura tarifária, a investimentos voltados para o aumento da eficiência do complexo exportador e à consolidação da política de taxa flutuante de câmbio.

Será, também, objeto de revisão, visando adequá-la à necessária competitividade internacional, a estrutura de transportes rodoviários, ferroviários e marítimos associada à atividade de comércio exterior, bem como a estrutura portuária, reconhecidamente ineficiente.

Quanto às importações, prevê-se a extinção das barreiras não tarifárias. A tarifa média será reduzida, de forma que atinja cerca de 20% em 4 anos. Somente serão admitidas tarifas superiores para proteção de setores nascentes de tecnologia de ponta, sempre com horizonte temporal definido.

A consolidação de uma infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico enfatizará a formação e a reciclagem de recursos humanos, o fortalecimento de consultorias tecnológicas privadas e a adequação da política de contratação e de transferência de tecnologia. Estimulará a prioridade à difusão da subcontratação, por firmas de maior porte, de pequenas e médias empresas, tecnologicamente dinâmicas, a fim de reduzir a verticalização excessiva. Concederá, igualmente, prioridade à criação de consórcios nacionais de pesquisas cooperativas e à participação em consórcios internacionais.

No período abrangido pelo Plano Plurianual, acham-se ainda previstas a uniformização dos critérios de qualificação técnica e comercial dos fornecedores do Estado e a estruturação do Sistema Nacional de Catalogação de Materiais e Serviços.

Gerenciamento

A implementação da política industrial e de comércio exterior terá por base um esquema de gerenciamento, de responsabilidade dos Grupos Executivos de Política Setorial. Esse esquema de gerenciamento permitirá a compatibilização de metas e ações dos programas de Competitividade Industrial e de Qualidade e Produtividade com os vários instrumentos aplicáveis a cada setor, o acompanhamento da execução desses programas e, por fim, a coordenação das políticas industrial e de comércio exterior no âmbito do Governo.

4. POLÍTICA AGRÍCOLA

O setor agrícola demonstrou, comparativamente aos demais setores produtivos, maior capacidade de ajustamento às dificuldades econômicas dos últimos anos. Entre 1981 e 1989, a agricultura apresentou crescimento médio anual de cerca de 3,2%, resultado não muito distante de sua taxa histórica (cerca de 4,0%) no período pós-guerra. Esse resultado decorreu tanto da expansão da área plantada, que acabou por consolidar o processo de incorporação da região Centro-Oeste à fronteira agrícola, quanto do aumento de produtividade observado para algumas culturas.

A despeito desse desempenho relativamente satisfatório, persistem obstáculos importantes, destacando-se a carência de infra-estrutura adequada (transportes, armazenamento e eletrificação), além da precariedade do sistema de comercialização e da estrutura portuária.

O reduzido nível de investimentos, e, em alguns casos, sua má orientação - principalmente em irrigação, mecanização agrícola, correção e conservação dos solos - dificultam a incorporação de métodos modernos de produção e contribuem para a persistência de disparidades tecnológicas entre regiões, culturas e produtores.

Outro obstáculo reside na localização espacial das culturas de menor valor específico, produzidas em escala expressiva em regiões distantes dos principais centros consumidores, processadores e exportadores.

O processo de modernização do setor agrícola, com ênfase no aumento de produtividade e de eficiência, apoiar-se-á primordialmente em mecanismos de mercado. As regras de intervenção do Governo na comercialização devem restringir-se a apenas alguns produtos básicos, isentando os demais de qualquer interferência governamental. Deve, também, ser estimulada a participação gradativamente maior do setor privado na comercialização de alimentos, cabendo ao Governo tão - somente a formação de estoques estratégicos, colocados no mercado somente em conjuntura de escassez.

A implantação do mercado flutuante de câmbio é outro ponto importante no processo de modernização agrícola a ser impulsionado nos próximos anos, já que o alinhamento adequado do valor da moeda tenderá a estimular os segmentos mais competitivos. Por outro lado, estanca-se o processo de transferência inter-setorial de renda que, ao desfavorecer relativamente a

agropecuária, inibia os investimentos e, conseqüentemente, o aumento da produção e da produtividade no setor.

Além disso, a liberalização das importações, com eliminação de controles administrativos e redução de tarifas para matérias-primas essenciais à produção agrícola, contribuirá para diminuição dos custos e aumento da produtividade de produtos exportáveis e de consumo interno. À medida que os produtores nacionais fiquem mais expostos à competição, serão levados a operar com estruturas de custos compatíveis com os preços vigentes no mercado internacional, tendo que buscar persistentemente o aumento da produtividade.

Com o objetivo de dar sustentação aos estímulos advindos do mercado, o Governo Federal dará prioridade aos serviços essenciais à atividade agropecuária, que, por sua natureza, não são supridos em níveis adequados pela iniciativa privada. Citam-se, como exemplo, o fornecimento de crédito e outras modalidades de apoio a produtores desassistidos; as pesquisas necessárias às inovações tecnológicas na área biológica; a defesa e a vigilância sanitária vegetal e animal.

Destaca-se, também, o atendimento às camadas menos favorecidas da população, constituídas por agricultores de baixa renda e consumidores de baixo poder aquisitivo, por meio da execução de projetos de reforma agrária e colonização, e de medidas tendentes a diminuir custos de produção e a distribuir de alimentos básicos. Com essas ações, busca-se reduzir as disparidades na distribuição regional e pessoal da renda e promover maior justiça social.

O Governo pretende, ainda, compatibilizar o crescimento da produção com medidas que evitem a crescente deterioração do meio ambiente, hoje verificada tanto em áreas rurais já consolidadas, quanto em regiões de fronteira agropecuária.

Com base nessas prioridades, os recursos governamentais a serem aplicados no período 1991-95 contemplam dois conjuntos de programas. O primeiro relaciona-se a gastos típicos do orçamento fiscal, relativos à pesquisa e experimentação agropecuária, defesa sanitária, reforma agrária, irrigação, armazenagem e abastecimento, e ao Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO). O segundo incorpora atividades de fomento integrantes das chamadas Operações Oficiais de Crédito, tais como crédito rural, garantia de preços e estoques reguladores.

Essas ações serão desenvolvidas dentro dos contornos gerais do Plano Plurianual, isto é, subordinadas às restrições financeiras das contas públicas e articuladas com as demais ações programadas pelo Governo.

Nesse sentido, como desdobramento natural da ênfase dada à questão da eficiência e da produtividade, emerge, de imediato, a questão de pesquisa e experimentação agropecuária, consequência natural da importância atribuída ao segmento de ciência e tecnologia. Essa atividade contribuirá para um melhor desempenho dos programas clássicos de agricultura, como defesa agropecuária, irrigação, reforma agrária, armazenagem e abastecimento.

Por outro lado, como decorrência da limitação dos recursos disponíveis, buscar-se-á maior participação da iniciativa privada nas operações financeiras do setor (PROAGRO e financiamento das diversas etapas do ciclo, como plantio, colheita, comercialização e formação dos estoques reguladores). Caberá aos recursos oficiais papel meramente supletivo nessas transações.

5. POLÍTICA SOCIAL

Dentro da filosofia que orienta a atual administração, o Estado brasileiro deverá afastar-se gradualmente das áreas diretamente produtivas, em que sua presença já não se justifica. Em contrapartida, oferecerá um tratamento mais intenso, abrangente e competente na política social.

O objetivo do Governo é a promoção do bem-estar social, através de uma articulação - que já se verificou factível em outras sociedades - entre economia de mercado, democracia e política social. Pretende-se viabilizar a implantação, no País, de uma economia moderna de mercado, não cartorializada, livre dos privilégios que, na verdade beneficiam apenas setores limitados.

A experiência das modernas democracias atesta uma presença ativa do Estado, com ampla visão dos problemas sociais, para garantir direitos básicos de cidadania. No entanto, a perspectiva que dominou o Governo brasileiro durante boa parte do período pós-1964 encarou o progresso social como consequência quase exclusiva e natural do crescimento econômico.

Tal postura foi claramente insuficiente, quando não agravadora de problemas, como o demonstram numerosas avaliações levadas a cabo desde a década de setenta até o presente.

Parte-se, agora, de uma perspectiva inteiramente distinta. A política social passa a ser vista em seus próprios méritos, como instrumento de instauração efetiva dos direitos de cidadania, tão legítimos quanto os direitos mais tradicionais, civis e políticos.

Coerentemente, a ação do Governo incluirá estratégias explícitas, com vistas a eliminar a pobreza e a miséria, garantir o acesso de todos aos bens indispensáveis a uma vida civilizada e assegurar um mínimo de proteção aos desempregados, idosos, e crianças sem famílias.

Não se descarta, nessa nova perspectiva, a importância dos condicionantes sociais do desenvolvimento econômico. Continua sendo urgente uma política de recursos humanos, especialmente quando se considera a necessidade imperativa de o País melhorar suas condições de competitividade, o que exigirá melhoria nos índices de desempenho educacional, bem como nos níveis de higiene da população. Ademais, sem melhor capacitação educacional, em todos os níveis, não seria viável atingir o objetivo de maior autonomia científica e tecnológica para o País.

Além de condição para assegurar o progresso econômico, a política social é também fator necessário à consolidação de um estado democrático no País. O atraso das condições

sociais insere, na sociedade brasileira, um germe de instabilidade política: a franquia eleitoral, em um contexto de imensas desigualdades sociais e econômicas, enseja a política populista, com alto teor de engano, manipulação e, também, imprevisibilidade.

Formas de Política Social

A política social brasileira tem sido, freqüentemente, ineficiente e ineficaz. Por uma parte, muito do chamado gasto social - que, representando 18% do PIB nos anos recentes, poderia ser encarado acriticamente como de montante adequado - não possui, na verdade, tal caráter, quando se examinam seus beneficiários reais. Boa parcela do gasto educacional, habitacional e de seguridade tem, de fato, beneficiado camadas relativamente privilegiadas da população, e não as que estão na faixa de pobreza.

Por outra parte, os dispêndios sociais têm sido excessivos, se cotejados com seus resultados. Os efeitos das medidas são modestos e, muitas vezes, discutíveis quanto ao impacto efetivo na solução dos problemas. Os órgãos públicos têm atuado muitas vezes com base em diagnósticos falhos e em estatísticas descuidadas, que levam a um dimensionamento impróprio dos programas. Caso notório tem sido o das estimativas de evasão escolar e de população fora da rede educacional, que induzem à mera construção ou ampliação de escolas, enquanto permanecem os problemas reais de repetência e lenta progressão ao longo das séries escolares.

No lado da execução, têm sido freqüentes os chamados vazamentos ao longo da linha de intermediação até as localidades onde o serviço é oferecido, fazendo com que apenas uma parcela pequena dos recursos alcance, de fato, a população que se quer beneficiar. Em geral, os programas têm consumido muito dos recursos na sua própria administração. Problemas de gerenciamento falho têm sido, também, uma constante.

As ações do Governo deverão pautar-se no propósito de eliminar as causas de baixa eficiência e eficácia das políticas sociais.

Primeira, entre essas causas, é a própria tradição burocrática e centralizadora do País, marcada pela relutância em delegar, aos níveis inferiores da administração, e à própria Sociedade, a prática da política social. A centralização tem convivido, também, com a intermediação clientelística, levando a toda sorte de desvios e deturpações, que perpetuaram, em muitos programas sociais, as transações do velho coronelismo. Fator agravante da baixa eficiência desses gastos são as próprias características do público-alvo de políticas sociais: trata-se, em geral, dos grupos mais pobres e menos educados da Sociedade, quase sempre fracamente organizados e com baixa capacidade de reivindicação.

Dentro das linhas do Programa da Reforma Administrativa já em implementação, e que se consolidará no quinquênio, a execução dos programas sociais será amplamente descentralizada. A atuação dos órgãos federais visará à fixação de padrões e diretrizes, financiamento, supervisão e avaliação dos resultados, mais do que à execução direta.

Ademais, seguindo as determinações da Constituição, serão adotadas formas de gestão democrática, contemplando tanto os contribuintes, como os usuários dos serviços. Marca-se, assim, uma reversão dos mecanismos perversos de política social que a Sociedade brasileira tem conhecido.

Ações corretivas serão também adotadas quanto às formas de atuação para se implementarem políticas sociais. Tem sido comum o vício de propor programas amplos, multifinalísticos, em que se buscam integrações ambiciosas de numerosos órgãos e atividades. Trata-se de um paradigma desacreditado, a ser substituído por ações bem delimitadas e de propósitos específicos, sem descuidar, contudo, do potencial sinérgico de uma atuação organizada, atacando simultaneamente várias frentes.

Componentes da Política Social

Cabe ressaltar, de pronto, a meta prioritária no que toca ao social: dar condições aos indivíduos para que, graças à melhor qualificação, possam desenvolver seu potencial produtivo, garantindo, dessa forma, emprego e remuneração condignos. Políticas sociais de cunho assistencialista são indispensáveis em determinadas situações; no entanto, o que se busca é a crescente satisfação das necessidades sociais por via de mercado. Nesse sentido mais amplo, o grande instrumento de política social assenta-se na retomada do dinamismo da economia. Para tanto, é condição necessária a estabilização do nível de preços, objeto do programa de ajuste implantado a partir do início da atual administração.

No que se refere a linhas mais específicas de ação, um objetivo básico da política social será proporcionar uma oferta crescente de bens e serviços que estendam à população, em especial aos estratos mais baixos de renda, o pleno usufruto da cidadania social: a educação fundamental, os serviços de saúde, o saneamento e a habitação popular. Existem evidências convincentes de que investimentos na infra-estrutura social constituem mecanismos poderosos para atuar sobre o bem-estar da comunidade e para alterar a distribuição de renda no longo prazo.

Outro componente nuclear da política social, necessário à estabilidade das democracias modernas, é a garantia de proteção contra o desemprego e as fases adversas do ciclo vital.

Nesse sentido, a par da implementação das garantias previstas na Constituição Federal, especial atenção será dada à institucionalização plena do seguro-desemprego, a partir de um modelo de operação descentralizada.

Outra linha relaciona-se ao combate à miséria e suas seqüelas. Amplas camadas da população, abaixo do nível de pobreza absoluta, não se beneficiariam diretamente da volta de um ciclo expansivo da economia, por lhes faltarem condições e qualificações para a obtenção de empregos melhores. Ainda mais, a desnutrição crônica e as doenças já deixaram nessa população marcas irreversíveis, inclusive debilitando sua capacidade de aprendizado, o que praticamente inviabilizará o progresso pessoal, mesmo em condições gerais de melhoria econômica do País. Avaliações estatísticas estimam que um grande contingente da população brasileira se encontra nessa situação.

Para esse contingente será necessária uma política de assistência contínua, em várias frentes, com programas de suplementação alimentar, políticas educacionais especiais, amparo aos menores e aos idosos, entre outras. É sobretudo para esse agrupamento que se impõe a execução dos programas sociais.

A política social, para ser efetiva, requer o livre funcionamento dos mecanismos democráticos, que possibilite reivindicações, eventuais confrontos, negociação e reacomodação, numa moldura geral de credibilidade dos pactos e arranjos institucionais. Para isso será necessário, numa primeira etapa, eliminar as condições, como a instabilidade econômica e a desorganização do aparelho estatal, geradoras do baixo nível de credibilidade que atingiu as instituições nos últimos anos. Resultados mais duradouros só serão obtidos, no entanto, quando a Nação superar as formas de capitalismo cartorial, corrupto e atrasado que nela se enraizaram, e que poderiam, caso não descartadas em tempo, fixá-la permanentemente na periferia da história.

6. POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

Nos países em desenvolvimento, a solução dos problemas ambientais apresenta relação estreita com a erradicação da pobreza, da fome e do desemprego. É tarefa inadiável harmonizar o respeito à preservação da natureza com uma dinâmica racional de desenvolvimento, de tal modo que seja abandonado o falso conceito de que crescimento econômico exige destruição da natureza e degradação ambiental. O uso racional do meio ambiente e dos recursos naturais, segundo uma proposta de crescimento ecologicamente sustentado, garantirá às gerações atuais e futuras o usufruto das possibilidades produtivas a partir dos recursos naturais disponíveis.

No Brasil, a questão ambiental assume conotações próprias. O subdesenvolvimento constitui, por si, fator de degradação do meio ambiente, pois utiliza processos tecnicamente superados, altamente predatórios no tocante aos recursos naturais. Além disso, nossa Sociedade carrega uma profunda herança de exploração predatória.

Decorre, daí, uma relação entre Sociedade e meio ambiente que, caracterizada pela falta de visão de longo prazo, pelo predomínio de interesses econômicos imediatos e pelo pouco conhecimento da dinâmica dos sistemas ambientais, se traduz em rupturas e degradação desses sistemas, comprometimento dos recursos produtivos e diminuição dos bens naturais disponíveis à população.

A política ambiental brasileira deve contemplar uma transformação cultural ampla, para que a Sociedade incorpore a nova visão de crescimento condicionada pela preservação do meio ambiente.

No nível internacional, a proteção ao ambiente requer a definição de formas inovadoras de cooperação nas áreas econômica e técnica. É necessário promover a absorção de tecnologias específicas, voltadas para o uso eficiente da energia, a redução dos níveis de poluição e o melhor aproveitamento dos recursos agrícolas. O acesso a essas tecnologias não pode sujeitar-se a interesses comerciais, que apenas agravam uma situação crítica de dependência tecnológica.

Ação do Governo Federal

A atual administração concedeu elevada prioridade à política ambiental, ao instituir a Secretaria do Meio Ambiente, ligada à Presidência da República, e ao reestruturar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que passou a ter como órgão superior o Conselho de Governo.

Todos os órgãos da Administração Pública Federal receberam orientação expressa para incorporar a preocupação ecológica ao planejamento e à ação, definindo prioridades, diretrizes e metas ambientais em suas respectivas áreas. Nesse contexto, o Governo articulará a atuação de entidades federais em relação aos problemas do meio ambiente, procurando também mobilizar os governos estaduais e municipais e organizações privadas no sentido da preservação da ecologia.

Essa articulação é essencial, na medida que as prioridades do meio ambiente têm interrelações importantes com a política urbana, o desenvolvimento agropecuário e industrial, a geração de energia, o desenvolvimento regional e o saneamento. É necessário combater a poluição crescente das grandes cidades, racionalizar o uso dos recursos naturais e as tecnologias de produção na agropecuária, prevenir os impactos ambientais aos projetos industriais, promover uma profunda revisão nas formas de geração e uso da energia, eliminar o caráter predatório e o desperdício na exploração de recursos naturais - especialmente no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste - e eleger o saneamento como requisito prioritário para melhorar a qualidade de vida de uma grande parcela da população.

Na realidade brasileira, assumem relevância os ecossistemas que se caracterizam como grandes regiões, cabendo menção particular à Amazônia, aos Cerrados, ao Pantanal Mato-Grossense e às Caatingas. Para essas áreas, como para outros ecossistemas, como a Mata Atlântica, a política de meio ambiente prevê medidas rigorosas de controle e preservação, e implantação de zoneamentos econômico-ecológicos e agroecológicos que determinem as possibilidades e restrições de sua exploração econômica.

A integração das políticas de meio ambiente, de desenvolvimento global e setorial e, sobretudo, de desenvolvimento regional irá refletir-se, também, na revisão de programas de incentivos governamentais, vedando-se sua concessão a projetos que provoquem desequilíbrios ecológicos e desperdícios de recursos naturais. Ponderados os custos ambientais e os benefícios econômicos e sociais, todos os projetos apoiados pelo Governo deverão internalizar garantias de sanidade em relação ao meio ambiente.

Na ocupação de novas áreas, cuidar-se-á que seja preservado o valor dos patrimônios naturais e que sejam respeitados os direitos e necessidades dos povos indígenas, garantindo-se a integridade de seus territórios.

A fiscalização e controle de atividades que apresentem características predatórias ou processos poluidores refletirá a determinação de se fazer cumprir a lei. Ao mesmo tempo, desenvolver-se-ão esforços de pesquisa para a geração de alternativas econômicas, sociais e

tecnológicas viáveis, com preservação do meio ambiente, a serem oferecidas à iniciativa dos indivíduos e da Sociedade.

Diretrizes de Ação

A preservação ambiental é resultado do esforço conjunto das forças produtivas e das organizações científicas, políticas e culturais. Assim, o Governo promoverá a integração das ações federais com as das áreas estadual e municipal, bem como com instituições não governamentais, reconhecendo o legítimo papel de fiscalização de entidades e grupos ambientalistas organizados.

A incorporação do conceito de desenvolvimento ecológicamente sustentado ao processo de desenvolvimento brasileiro permitirá viabilizar a utilização dos recursos do meio natural em caráter permanente, beneficiando as presentes e futuras gerações. A exploração predatória e os desperdícios serão eliminados, com a transformação e a racionalização das formas empregadas pelo sistema produtivo na utilização dos recursos naturais.

A formação de uma consciência ecológica na Sociedade, fruto de transformação cultural profunda, resultará em nova compreensão das relações com o meio natural e do tratamento concedido às questões ambientais. Os grandes ecossistemas nacionais deverão ser protegidos, mantendo-se suas características e garantindo-se a evolução dos biomas em sua globalidade.

Será prioritária a implantação de um ordenamento no território brasileiro, elemento básico para orientar a localização de atividades econômicas harmonizadas às vocações naturais das regiões.

7. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As desigualdades regionais de renda, de ocupação territorial e de qualidade de vida caracterizam de forma marcante o desenvolvimento brasileiro.

Persiste o hiato que situa, em um lado, o Sul-Sudeste e, em outro, o Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste, áreas com vastos espaços deprimidos ou subocupados, distantes do nível de crescimento já alcançado pelo centro dinâmico do País. A região Nordeste, sobretudo, que mostra os piores indicadores de desenvolvimento social, mantém-se como o mais sério desafio a enfrentar.

A repartição regional do PIB ilustra essas afirmações. Em 1980, o Sudeste gerava mais de 62% do produto regionalizado; o Sul, 17%; enquanto o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste respondiam, conjuntamente, por apenas 21%. Não houve indicações de alteração significativa nesse quadro durante a última década.

A questão regional tem um amplo relacionamento com a problemática urbana e com a questão ambiental. A existência de desigualdades regionais marcantes continua a estimular a migração para as grandes cidades, já incapazes de oferecer educação, saúde, transportes coletivos e saneamento básico em níveis adequados. A precariedade da infra-estrutura, os sistemas ineficientes de drenagem e escoamento de águas, a proliferação de subabitações e a ocupação desordenada do solo foram criando bolsões de miséria nas metrópoles, conduzindo à deterioração da qualidade de vida e ao aumento da marginalidade. De outra parte, a exploração irracional dos recursos naturais das regiões periféricas tem contribuído para a degradação do meio ambiente.

Importa notar que o quadro das desigualdades econômicas coincide, em grande medida, com o das desigualdades sociais. Essas discrepâncias se reforçam mutuamente e, na ausência de intervenção governamental no processo, em geral tendem a agravar-se.

Diretrizes de Ação

A política de desenvolvimento regional para o período 1991-95 tem o propósito geral de reduzir as diferentes modalidades de desigualdades regionais. Mais especificamente, objetiva: equilibrar a distribuição das atividades produtivas e da população no território brasileiro, à luz da melhor combinação dos recursos econômicos disponíveis; induzir o crescimento auto-sustentado do produto regional do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a taxas superiores à média nacional, com

observância da proteção ao meio ambiente; e contribuir para a erradicação da pobreza absoluta das regiões - especialmente do Nordeste rural - sobretudo mediante a ampliação das oportunidades de ocupação produtiva e de expansão e melhoria da oferta de serviços básicos.

Em face do nível alcançado pelas concentrações urbanas, o processo de interiorização do desenvolvimento nacional torna-se impositivo, como mecanismo promotor do descongestionamento das atividades industriais nas áreas de maior concentração. Impõe-se o fortalecimento de cidades de pequeno e médio porte, capazes de dar sustentação a uma nova rede urbana, de onde sejam afastados os graves problemas que afetam as metrópoles do País.

Uma fração territorial extremamente pequena concentra não só a maior parte da população, mas também a capacidade produtiva, a renda e os centros de desenvolvimento tecnológico do País. Esse fato contrasta com os grandes espaços vazios da região Norte, do Centro-Oeste e do próprio Nordeste. Desse modo, a política de desenvolvimento regional será um instrumento de desdobramento espacial da economia, conferindo-se sobretudo a áreas do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste papel dinâmico, como novos pólos geradores e irradiadores do progresso.

Considera-se, assim, prioritária a identificação de "áreas de expansão", assim entendidos os espaços, notadamente nas regiões periféricas, que revelem inequívoco potencial de resposta a estímulos específicos, no âmbito de uma política de aproveitamento mais racional e eficiente dos recursos naturais e da infra-estrutura disponível. Torna-se também relevante a integração dessas áreas entre si e às economias nacional e internacional, por meio de corredores de transporte que acentuem os ganhos de produtividade e viabilizem a competitividade.

Nos pólos de expansão identificados, mormente nas fronteiras já abertas do Centro-Oeste, da Amazônia Oriental e do Nordeste, serão delineados programas integrados de investimentos e ações setoriais.

Para as áreas críticas do Nordeste serão induzidos processos modernos de gestão e novas tecnologias, e carreados investimentos públicos a fim de viabilizar o processo produtivo e promover a equidade social.

A questão do meio ambiente perpassa toda a política de desenvolvimento regional, em especial na Amazônia, onde o zoneamento econômico-ecológico, associado a tecnologias apropriadas à ocupação econômica do espaço regional, constituirá instrumento básico de seu planejamento.

Mecanismos e Instrumentos de Atuação

A estratégia de ação regional desdobra-se em três vertentes principais: a primeira, de cunho emergencial; a segunda, voltada à atuação em áreas-programa de elevado potencial econômico; e a terceira, relacionada à ligação física e funcional de tais áreas-programa.

A ação emergencial compreenderá iniciativas visando à melhoria dos níveis de qualidade de vida das populações marginalizadas, em bolsões de pobreza e em áreas de tensão social. Serão sempre privilegiados a ação preventiva e o incentivo à produção, evitando-se medidas paliativas de cunho assistencialista.

Em áreas-programa selecionadas, pretende-se concentrar esforços na expansão da infraestrutura e no estímulo às atividades diretamente produtivas, com o propósito de gerar emprego e renda.

Complementarmente, promover-se-á a interligação entre tais áreas-programa, a fim de constituir uma malha de pólos dinâmicos, voltados para a realização de suas potencialidades produtivas e de sua vocação.

Serão criadas, assim, condições para difusão do processo de desenvolvimento promovido nas áreas-programa, pela ampliação de seus efeitos multiplicadores e pela extensão das economias externas nela geradas, propiciando melhor regionalização do crescimento econômico.

No que toca particularmente à região Nordeste, serão estabelecidas ações, cuja ênfase será a incorporação de tecnologias adequadas às peculiaridades regionais. Tais ações demandarão esforço integrado dos governos federal, estaduais e municipais da região, sendo ainda imperativa a mobilização do setor privado.

No que se refere à instrumentação da nova estratégia de desenvolvimento regional, tanto as exigências de eficiência e eficácia da ação governamental, quanto as limitações impostas pelo controle do déficit público exigirão aprimoramentos institucionais na coordenação de programas e orçamentos, relativamente às práticas até agora vigentes.

Esse objetivo será viabilizado pelos planos nacional e regionais de ordenação territorial, pela articulação inter-setorial nos complexos geoeconômico-sociais, pela adoção de normas para a cooperação intergovernamental, e, por fim, pela regionalização de objetivos, metas e orçamentos, segundo critérios populacionais.

No que toca à disponibilidade de recursos, a instituição de fundos constitucionais de explícita orientação regional abriu caminho à concepção de programas sub-regionais de grande impacto, como o das áreas-programa. Isso permitirá que, mesmo no contexto de um severo controle dos gastos públicos, fique garantido espaço para ações regionais de alcance efetivo.

A formulação dessa programação no nível de sub-regiões será levada a efeito por um processo ascendente e participativo. Além disso, as várias ações setoriais serão integradas entre órgãos e entidades, nos diferentes níveis de Governo, incluindo-se também, nesse processo, o setor privado.

Embasam, ainda, a nova estratégia de desenvolvimento regional: a regionalização orçamentária transparente; a montagem de arranjo institucional que permita atender aos requisitos de participação, integração e descentralização dos programas; e a utilização de zoneamento econômico e ambiental que promova o adensamento das sub-regiões de maior potencialidade, em consonância com as prioridades da ordenação territorial.

ANEXO II - DIRETRIZES E METAS SETORIAIS

1. PODER LEGISLATIVO

1.1. CÂMARA DOS DEPUTADOS

A complexidade e a abrangência das atribuições da Câmara dos Deputados foram sensivelmente ampliadas pela nova Constituição. Sua ação legislativa e fiscalizadora justifica o esforço para obtenção de um relacionamento mais equilibrado com áreas técnicas dos outros Poderes, principalmente do Executivo.

A natureza do exercício das funções legislativas determina a predominância do gasto com pessoal e encargos sociais. As despesas com investimentos apenas se tornam mais relevantes no período que antecede a instalação de novas legislaturas, quando se faz necessário proceder à recomposição e à recuperação dos bens móveis e imóveis.

Nesse sentido, vale lembrar que, para 1995, estima-se um aumento de aproximadamente cem novos parlamentares. Tornam-se inevitáveis, portanto, providências com vistas à adequação física e funcional da Câmara dos Deputados, uma vez que prevalecem, ainda hoje, as estruturas física, administrativa e funcional anteriores à promulgação da Constituição de 1988.

A Câmara dos Deputados elegeu como prioridades, no período 1991-1995, as seguintes ações básicas:

- Implantação de um sistema de informática, envolvendo a elaboração de Plano Diretor de Informática, ativação do convênio com o PRODASEN e implantação do Projeto EMBRATEL;
 - modernização e ampliação da atual central telefônica, objetivando atender à necessária expansão dos serviços legislativos e administrativos;
 - reforma do Edifício do Anexo II, com vistas a abrigar novos gabinetes de parlamentares e assessorias;
 - ampliação do Edifício do Anexo IV, para permitir a instalação de gabinetes de parlamentares.
-

1.2. SENADO FEDERAL

Analogamente ao que ocorreu com a Câmara dos Deputados, a nova Carta Constitucional ampliou as prerrogativas e o campo de atuação do Senado Federal, o que torna imperiosa a necessidade de reestruturar e dinamizar suas diferentes unidades de trabalho.

A partir das novas atribuições, identificaram-se alguns pontos de estrangulamento para o adequado funcionamento da Casa, a exemplo de: ampla reorganização administrativa, reaparelhamento e adaptação das atuais instalações, e implantação e funcionamento de novas Comissões, especificamente previstas na Constituição.

Para o período 1991-1995, foram fixadas as seguintes ações prioritárias:

- reestruturação administrativa, reforma de instalações, e implantação e funcionamento das novas Comissões setoriais;
 - modernização e ampliação do suporte de informática dos Gabinetes Parlamentares, das Comissões e das áreas legislativa e administrativa;
 - democratização do acesso às informações de natureza política, econômica e social, produzidas no âmbito do Senado Federal;
 - recuperação e manutenção das instalações físicas e dos serviços de apoio.
-

1.3. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

As atividades de controle externo do Tribunal de Contas da União objetivam assegurar o bom uso, a probidade e a economicidade da aplicação de recursos públicos e da renúncia de receitas, o julgamento das contas dos administradores e responsáveis por bens e valores da União, e a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Tribunal de Contas da União estabeleceu como prioritárias as seguintes ações básicas:

- modernizar o sistema de comunicações e dinamizar o fluxo de informações voltadas para a tomada de decisão;
 - ampliar os espaços físicos e reaparelhar a Sede e as Inspetorias Regionais de Controle Externo;
 - promover a manutenção e expansão do sistema de processamento de dados, interligando a Sede e as Inspetorias Regionais;
 - construir o Anexo do TCU, bem como instalar as novas Inspetorias Regionais de Controle Externo, nos Estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Roraima e Amapá;
 - construir o Centro de Treinamento, previsto na Lei Orgânica do TCU.
-

2. PODER JUDICIÁRIO

2.1. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, bem como o julgamento, de forma definitiva, de questões jurídicas que envolvem as demais instâncias do Judiciário.

No âmbito do Tribunal, constata-se a imperiosa necessidade de informatizar os serviços, com vistas a possibilitar amplo acesso aos acórdãos. Igualmente relevantes são a armazenagem e a divulgação dessas informações, como forma de criação de uma memória jurídica.

São as seguintes as prioridades do Supremo Tribunal Federal, para o quinquênio 1991-1995:

- informatização dos serviços, mormente distribuição e controle de andamento dos processos e respectiva publicação;
 - Implantação do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, que possibilitará o conhecimento da realidade judiciária e forense do País;
 - Implantação da Escola Federal de Magistratura, incluindo a instalação de um centro superior de estudos sobre a realidade e os problemas da administração da Justiça, no País, e permitindo a realização de cursos e programas de aperfeiçoamento, em âmbito nacional, para juízes;
 - prosseguimento das obras relativas ao Anexo II, com vistas a possibilitar a expansão dos serviços, além de atender às necessidades de ampliação do Departamento de Documentação e Divulgação.
-

2.2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Constituição promoveu importante mudança no cenário jurídico brasileiro, ao criar o Superior Tribunal de Justiça (STJ), outorgando-lhe a responsabilidade de decisão, em última instância, dos conflitos jurídicos atinentes a toda matéria infraconstitucional. Da mesma forma, a instalação de cinco Tribunais Regionais Federais objetivou a descentralização e aceleração dos julgados oriundos da Justiça Federal de Primeira Instância.

A ampliação das atribuições e competências do STJ, em relação às do antigo Tribunal Federal de Recursos, torna imprescindíveis uma ampla revisão organizacional da estrutura existente e a expansão de suas instalações.

Para o atendimento dos seus objetivos, no quinquênio 1991-1995, o STJ prevê as seguintes ações:

- conclusão das obras da Sede, para abrigar o plenário, as salas de sessões de julgamentos e as demais instalações de apoio administrativo;
 - informatização dos serviços, incluindo bases de dados integradas com os processos e decisões do STJ, bem como atividades-melo;
 - promoção do desenvolvimento organizacional, incluindo treinamento e aperfeiçoamento do quadro de servidores.
-

2.3. SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

À Justiça Militar, de acordo com a Constituição de 1988, compete processar e julgar os crimes militares. Composta de Tribunais e Juízes Militares, tem como órgão principal o Superior Tribunal Militar (STM).

O STM, no período 1991-1995, desenvolverá as seguintes ações prioritárias:

- apoio às atividades judicantes da Segunda Instância (STM) e da Primeira Instância (Auditoria), mediante aquisição de material permanente, publicações e artigos de expediente;
 - expansão das atividades do núcleo de processamento de dados;
 - formação de recursos humanos, promovendo o treinamento do pessoal pertencente aos quadros das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias;
 - reparo e conservação do edifício-sede e das Auditorias Militares.
-

2.4. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

A Justiça Eleitoral compõe-se do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Juízes Setoriais e das Juntas Eleitorais, cabendo-lhe a responsabilidade de organizar as eleições no País.

As ações prioritárias definidas pelo TSE, para o período 1991-1995, são as seguintes:

- construção dos edifícios-sede dos Tribunais Regionais do Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Tocantins, Distrito Federal e Goiás;
 - conclusão dos Anexos do TSE e dos cartórios eleitorais do Rio de Janeiro;
 - ampliação dos edifícios-sede do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais de Sergipe, Ceará, Piauí e Paraíba;
 - aquisição de mobiliário para as Secretarias dos Tribunais de Mato Grosso e Paraná.
-

2.5. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

A justiça trabalhista é integrada pelo Tribunal Superior do Trabalho, 18 Tribunais Regionais do Trabalho e 599 Juntas de Conciliação e Julgamento.

A Justiça do Trabalho, para o desempenho de suas atribuições de prestação jurisdicional a empregadores e empregados, estabeleceu, como prioridades, as seguintes ações:

- ampliação do edifício-sede;
 - Implantação de 123 novas Juntas de Conciliação e Julgamento;
 - prosseguimento da implantação do projeto de informatização, com vistas a tornar mais ágil a tramitação de processos em diferentes instâncias, com rápida solução dos litígios ajuizados.
-

2.6. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA)

Com a criação dos cinco novos Tribunais Regionais Federais, descentralizou-se a Segunda Instância da Justiça Federal e, ao mesmo tempo, assegurou-se maior celeridade dos feitos relativos à prestação jurisdicional.

Cabe ao Conselho da Justiça Federal, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, proporcionando substancial redução do número de processos remetidos aos Tribunais Superiores.

Tendo por objetivo gerar condições que possibilitem ao Poder Judiciário da União prestar serviços jurisdicionais eficientes e acessíveis à população que deles necessita, ficou patente a carência de recursos humanos e materiais, já que o funcionamento, em prédios inadequados e em precário estado de conservação e segurança, prejudica sobremaneira a qualidade dos serviços prestados.

Assim, o Conselho da Justiça Federal estabeleceu as seguintes prioridades para o quinquênio 1991-1995:

- construção dos edifícios-sede das Sessões Judiciárias de Goiás, Tocantins, Amapá, Roraima, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba e Pernambuco;
 - conclusão do edifício-sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro;
 - construção do Anexo do edifício-sede da Sessão Judiciária do Distrito Federal;
 - ampliação do edifício-sede da Sessão Judiciária do Espírito Santo;
 - conclusão dos edifícios-sede do Tribunal Regional Federal, da 3ª. Região e da 5ª. Região, bem como do plenário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
 - construção dos edifícios-sede das Varas de Campo Grande, Ribeirão Preto, Santos, Campinas, São José dos Campos, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Santo Ângelo,
-

Uruguaiana, Rio Grande, Passo Fundo, Santa Maria, Joinville, Chapecó, Joaçaba, Criciúma, Londrina e Maringá;

- aquisição do edifício-sede da Vara de Foz de Iguaçu;

- Implantação e interligação de novos sistemas, aquisição de equipamentos e treinamento de recursos humanos na área de informática, visando melhorar o controle dos processos, propiciar rapidez e precisão às informações prestadas aos usuários, e agilizar a tramitação dos feitos julgados.

2.7. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, órgão do Poder Judiciário Federal, tem por escopo a prestação jurisdicional desdobrada em dois graus: o primeiro compreende as Varas Judiciais da Justiça Comum, grupadas em circunscrições judiciárias localizadas no Plano Piloto, cidades-satélites e Territórios; o segundo, compõe-se do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, instância competente para apreciar as questões a ele submetidas, em grau de recurso.

A Justiça do Distrito Federal, ao longo dos últimos anos, apresentou um crescimento vertiginoso, contrastando com um precário atendimento de suas necessidades.

Impõe-se, por conseguinte, a adoção de providências administrativas, em termos de pessoal, serviços e equipamentos, como forma de superar o estrangulamento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Para consecução dos seus objetivos, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios definiu as seguintes ações prioritárias:

- construção e adaptações de fóruns, em Brasília e cidades-satélites, com vistas à melhoria da prestação judiciária à comunidade do Distrito Federal.

- informatização dos serviços de acompanhamento dos feitos, elevando o universo atendido de 18 para 58 serventias, bem como da Vara de Execuções;

- reforma do edifício-sede e do Anexo I do Tribunal;

- construção do Anexo II do Tribunal;

- reaparelhamento do parque gráfico;

- melhoria dos serviços de armazenamento, no depósito público de Brasília, de bens penhorados.

3. *MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO*

O Ministério Público é definido constitucionalmente como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, estando incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Tem como princípio institucional a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. É composto pelo Ministério Público da União e pelo Ministério Público dos Estados.

Ao Ministério Público da União compete coordenar a ação dos Ministérios Públicos no âmbito federal, compreendendo o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Sua competência inclui a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas, a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público e social, e o combate ao crime organizado.

Cabe, ainda, ao Ministério Público da União questionar, perante a Suprema Corte, toda a legislação federal e estadual que contrarie a Constituição, bem como atuar perante a Justiça Militar, Trabalhista e Eleitoral.

Para desempenhar as funções institucionais previstas no art. 129 da Constituição, o Ministério Público da União precisa estruturar-se com vistas à sua atuação perante os órgãos do Poder Judiciário da União e do Distrito Federal e Territórios.

O Ministério Público Federal, com atuação junto a todas as instâncias da Justiça Federal e Eleitoral, necessita igualmente reorganizar-se, em virtude da ampliação de suas atribuições e das reformulações na estrutura do Poder Judiciário introduzidas pela Constituição - a exemplo da criação dos Tribunais Regionais Federais e da interiorização da Justiça Federal de Primeira Instância.

Prevê-se, para o período 1991-1995, a realização das seguintes ações:

- reorganização do Ministério Público da União;
 - construção das sedes do Ministério Público da União e dos demais Ministérios Públicos que o integram, e melhoria das instalações físicas dos órgãos regionais;
 - interiorização das ações do Ministério Público;
 - expansão dos serviços de informática.
-

4. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

4.1. ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ESTRUTURA BÁSICA DA PRESIDÊNCIA

Em virtude da reforma administrativa implantada pela atual administração, procedeu-se a uma ampla reestruturação da Presidência da República. Integram a nova estrutura: a Secretaria Geral, o Gabinete Militar e o Gabinete Pessoal, na condição de órgãos essenciais; o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, enquanto órgãos consultivos; o Conselho de Governo, o Alto Comando das Forças Armadas, o Estado Maior das Forças Armadas e a Consultoria Geral da República, como órgãos de assessoramento imediato; e, por fim, como órgãos de assistência, as Secretarias da Cultura, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Regional, dos Desportos, da Administração Federal e de Assuntos Estratégicos.

Os órgãos essenciais, os de consultoria e os de assessoramento (à exceção do Estado Maior das Forças Armadas - EMFA) desenvolvem, no âmbito de suas responsabilidades específicas, ações marcadamente caracterizadas como atividades-meio. Daí por que não é pertinente pormenorizá-las, neste Anexo do Plano Plurianual. As despesas típicas desse instrumento programático, cometidas àqueles órgãos, limitam-se a gastos absolutamente indispensáveis à manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Igual entendimento se aplica às ações vinculadas ao Gabinete da Vice-Presidência da República.

Já o EMFA e as Secretarias da Presidência têm, sob sua responsabilidade, inúmeros programas associados a atividades-fim, o que justifica, desde logo, um tratamento diferenciado, para fins de explicitação dos seus conteúdos programáticos no Plano Plurianual.

4.2. ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

A programação do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), para o período 1991-1995, encerra as seguintes áreas prioritárias: sistema militar de comando e controle; desenvolvimento de satélites; desenvolvimento de veículos lançadores de satélites; construção de centro de lançamento de Alcântara; desenvolvimento de pesquisa; e sistema de comunicações.

O projeto do Sistema Militar de Comando e Controle é gerido pela Comissão de Desenvolvimento do Sistema Militar de Comando e Controle. Já os projetos de desenvolvimento de satélites e de veículos lançadores de satélites, bem como as instalações em Alcântara, estão sob responsabilidade da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, encarregada da Missão Espacial Completa Brasileira, e que, no momento, elabora o Plano Nacional de Atividades Espaciais. Os órgãos executores desses projetos são: o Instituto de Pesquisas Espaciais, o Instituto de Atividades Espaciais do Centro Tecnológico da Aeronáutica e o Grupo Executivo do Centro de Lançamento de Alcântara.

Quanto ao projeto de desenvolvimento de pesquisa, sua administração está a cargo da Comissão Assessora de Assuntos Científicos e Tecnológicos das Forças Armadas, que tem por finalidade assessorar a coordenação dos assuntos de pesquisa científica e tecnológica de interesse comum às Forças Singulares.

Por último, o Sistema de Comunicações Militares por Satélites (SISCOMIS) busca atender, com comunicações modernas, eficientes, rápidas e seguras, as necessidades das Forças Armadas Brasileiras e de órgãos civis.

Diretrizes

- implantação do Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações da Estrutura Militar de Guerra e das instalações do Centro de Operações do Comando Supremo, bem como apoio à instalação dos demais Centros de Operações das Forças Singulares e outros elos eventuais do Sistema, com o objetivo de assegurar a operação integrada dos equipamentos e a compatibilidade dos processos;

- desenvolvimento de meios informatizados de comando e controle, que permitam ao Comando Supremo das Forças Armadas a tomada de decisões, quer na execução de operações combinadas, quer nos casos de calamidade pública;
- redução da distância tecnológica que separa o Brasil de outros países mais adiantados, no campo espacial;
- formação e aprimoramento de recursos humanos em todos os níveis, para as atividades relacionadas com o programa espacial, inclusive mediante participação crescente das universidades e centros de pesquisas, como forma de desenvolver e difundir tecnologias;
- fortalecimento dos segmentos envolvidos no programa espacial, mediante gradual capacitação nas áreas de satélites, cargas úteis, lançadores e campos de lançamento, bem como expansão da infra-estrutura de solo associada a esses setores;
- coordenação dos trabalhos relacionados com o programa espacial, objetivando evitar superposição de esforços e reduzir o distanciamento entre atividades programadas e realizadas;
- desenvolvimento da tecnologia espacial, sobretudo nas áreas consideradas estratégicas e com potencial de retorno comercial;
- realização de pesquisas visando à nacionalização do material de defesa e de componentes estratégicos, além da garantia da tecnologia imprescindível à soberania nacional na área militar;
- estabelecimento de um sistema moderno de comunicações militares, objetivando a proteção às informações e o aumento do grau de confiabilidade e segurança das ligações.

Objetivos e Metas

- complementação do material relativo ao Centro de Operações do Comando Supremo, instalado em caráter experimental no EMFA, com aproveitamento do simulador estratégico, bem como interligação desse Centro com os demais existentes;
 - aquisição de sistema computacional, para o Centro de Operações da Força Terrestre, e de equipamento de apresentação gráfica;
-

- conclusão da implantação do Centro de Operações do Teatro de Operações Marítimas, no Rio de Janeiro, e interligação com os demais centros;

- treinamento de oficiais, no exterior, em nível de mestrado, especialmente em cursos de comando, controle, comunicações e informações, de análise de operações, de administração de sistemas de comunicações e de guerra eletrônica;

- construção de dois satélites, para informações sobre meio ambiente, e de um satélite para sensoriamento;

- lançamento de dois satélites para coleta de dados e do primeiro satélite de sensoriamento remoto;

- implantação do segmento-solo para coleta de informações, rastreamento e controle dos satélites lançados;

- desenvolvimento, fabricação, lançamento e operação dos dois satélites do programa "Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres";

- desenvolvimento e fabricação de três veículos lançadores de satélite, capazes de colocar, em órbita baixa, satélites de coleta de dados e sensoriamento remoto de até 190 kg;

- término de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, tornando-o capaz de atender ao programa espacial brasileiro e, de forma comercial, a outros países;

- implantação de estações de dados para satélites, com sensores de microondas, e desenvolvimento de novas linhas de pesquisa em ciência espacial, inclusive com desenvolvimento de satélites científicos;

- implementação da Missão Espacial Brasileira de Aplicações, em articulação com a Missão Espacial Completa Brasileira;

- desenvolvimento de programas visando à autonomia tecnológica nas áreas de mísseis, guerra eletrônica, sistemas digitais de controle e de processo, explosivos e propelentes, e materiais compostos;

- implantação da Estação Terrena de Brasília, controladora do sistema SISCOMIS, possibilitando o funcionamento do Centro de Operação e Controle de Comunicações e a interligação com os principais pontos estratégicos, mediante enlaces em fibra ótica;

- implantação das estações terrenas do Rio de Janeiro e de Curitiba, e dos segmentos terrestres, interligando os principais pontos estratégicos daquelas áreas, por meio de enlaces em rádio digital e em fibra ótica.

4.3. SECRETARIA DA CULTURA

A política cultural brasileira evidencia exagerada produção de normas regulamentadoras e presença intervencionista do Estado na atividade artística e cultural. Torna-se, pois, necessário redefinir essa forma de atuação, que conduziu à proliferação de órgãos e regras burocráticas ineficazes, ao mau uso dos recursos públicos e à consolidação de situações de privilégio.

Existem exemplos expressivos de sucesso na produção cultural autônoma, caracterizados pela sensibilidade às demandas do público e por uma adequada organização empresarial. Em contrapartida, constata-se o desenvolvimento distorcido de alguns setores, que, à sombra do patrocínio estatal, são incapazes de lograr auto-sustentação.

Na área da preservação do patrimônio cultural, a atuação governamental enfrenta limitações administrativas e de recursos, para atender à diversidade e amplitude das ações necessárias. Em decorrência de medidas adotadas nos últimos anos, atribuíram-se ao Governo inúmeras responsabilidades relacionadas com a proteção, mediante tombamento, de monumentos, sítios arqueológicos, cidades e conjuntos urbanos, edificações, bens naturais e peças de valor histórico-cultural. Dadas aquelas limitações, muitos dos bens tombados encontram-se, no entanto, inacessíveis ao público, ou em processo de deterioração, demonstrando que o mero tombamento não constitui instrumento suficiente para assegurar a preservação daqueles bens.

Diretrizes

a) no que se refere às atividades de preservação:

- descentralização das formas de implementação da política preservacionista, com o envolvimento de Estados e Municípios, e participação da iniciativa privada e de entidades comunitárias;

- utilização dos bens tombados, com vistas a convertê-los em referenciais efetivos da vida cotidiana das comunidades onde se localizam, sempre que tal providência for compatível com a conservação de suas características culturais;

- exploração econômica dos bens tombados, sobretudo no âmbito da atividade turística, como forma de obtenção de recursos para sua manutenção, respeitados adequados critérios de utilização;

- revisão dos instrumentos legais, objetivando possibilitar a privatização do uso de bens tombados;

b) no que se refere às atividades de produção e difusão:

- aumento da participação empresarial nessas atividades, visando à pluralidade, à diversidade e à competição entre os produtores;

- atuação conjunta do Estado e produtores de bens e serviços culturais, objetivando a proteção aos direitos gerados pelas atividades culturais;

- apoio à criação, produção e difusão das artes cênicas e plásticas, do cinema, da fotografia, da música popular e erudita, e do folclore;

- conservação e divulgação de acervos bibliográficos, documentais e iconográficos, pela Biblioteca Nacional, e pelo sistema de bibliotecas públicas e arquivos estatais;

- apoio à implantação, recuperação e manutenção de espaços culturais de uso público;

- proteção e difusão de manifestações da cultura popular, indígena e afro-brasileira;

- apoio a estudos e pesquisas de interesse cultural, e ao desenvolvimento tecnológico do setor;

- promoção de eventos relativos a fatos e datas de alta significação para a Sociedade.

Objetivos e Metas

a) no que se refere às atividades de preservação:

- Implantação de 130 projetos de restauração e conservação de bens do patrimônio cultural, e 5 de estruturação urbana, nos entornos de cidades e núcleos históricos tombados;

- restauração e conservação de 5 grandes áreas naturais, consideradas como patrimônio natural, e de jardins históricos e áreas naturais de relevância cultural;

- realização de 65 obras de restauração e conservação em núcleos e cidades históricas;
 - Implantação de sistemas de segurança de acervo em 6 museus nacionais, e efetivação do Inventário dos bens dessas instituições;
 - revisão da legislação específica e criação de um centro de formação de técnicos, na área de conservação e restauração de bens.
- b) no que se refere às atividades de produção e difusão:
- revisão da legislação referente à fiscalização da arrecadação de direitos autorais e da comercialização de obras cinematográficas e videográficas, visando torná-la mais eficaz e menos onerosa.
 - dinamização e ampliação dos espaços culturais, gerando as necessárias condições para sua adequada exploração e para utilização pelo público;
 - apoio à criação e à produção artística e cultural, mediante concessão de prêmios de incentivo e promoção de eventos, abrangendo realização de 8 programas e 21 eventos anuais;
 - reforma das instalações da Biblioteca Nacional, modernização de seus sistemas de processamento técnico e de segurança, bem como restauração do seu acervo.
 - apoio à produção e divulgação de atividades relacionadas com a cultura afro-brasileira;
 - execução de 90 projetos de pesquisa aplicada, nas áreas de arte, literatura e ciências humanas;
 - apoio à realização anual de 25 projetos de pesquisa em novas tecnologias no campo da produção artística, 5 projetos de formação de mão-de-obra especializada e 15 projetos de pesquisa sobre a memória cultural brasileira.
-

4.4. SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A capacitação científica e tecnológica, no Brasil, alcançou razoável desenvolvimento em várias áreas do conhecimento, em razão tanto de ações diretas quanto de fomento e apoio, por parte do setor público - responsável por mais de 90% dos investimentos no setor.

Essas atividades compreendem, principalmente, a formação especializada de recursos humanos, o custeio de pesquisas e sua execução em áreas específicas e a formulação de políticas de incentivo e regulamentação em determinados setores.

Entretanto, nos últimos anos, os investimentos não cresceram na proporção desejada, gerando um quadro de carências, cujo equacionamento é indispensável para assegurar a modernização e o aumento de competitividade da economia.

Como consequência, o atual contingente de pesquisadores mostra-se quantitativamente insuficiente e com perfil inadequado às necessidades de diversos campos do conhecimento.

Persistem, também, graves deficiências em relação à infra-estrutura de laboratórios, equipamentos, insumos e materiais, o que tem limitado, sobremaneira, o desenvolvimento da pesquisa no País.

Ademais, não tem sido possível garantir apoio permanente a pesquisadores qualificados, no desenvolvimento de projetos de maior complexidade.

Igualmente, o conhecimento interdisciplinar e o intercâmbio científico internacional não têm sido adequadamente incentivados, o que tem restringido avanços, sobretudo em áreas relacionadas com tecnologias de ponta.

Por último, a modernização industrial e a capacitação tecnológica das empresas têm sido insatisfatórias, acarretando aumento das heterogeneidades inter-setoriais e rebaixamento do padrão médio de eficiência e produtividade industriais.

Diretrizes

- aperfeiçoamento da base científica e tecnológica, e capacitação de recursos humanos, buscando atingir níveis superiores de excelência e aumentar o grau de competitividade do sistema produtivo;
- estímulo a investimentos privados, que promovam aumento da participação das empresas, no esforço nacional de pesquisa e desenvolvimento;
- apoio à formação de pesquisadores, promovendo-se a correção do perfil técnico-científico para atender às áreas mais carentes de recursos humanos qualificados, tanto em pesquisa básica como em aplicações tecnológicas;
- recuperação e modernização da infra-estrutura de laboratórios universitários e de institutos e centros tecnológicos;
- organização e execução de programas integrados de pesquisa, que estimulem a cooperação interinstitucional e a postura multidisciplinar;
- apoio às ações do setor produtivo, voltadas para a atualização tecnológica de segmentos prioritários e para o desenvolvimento de setores que utilizam intensivamente tecnologias (informática e microeletrônica, biotecnologia, química fina, novos materiais e aeroespacial);
- apoio aos projetos de pesquisa e desenvolvimento, processos de produção e técnicas de gestão, que visem aumentar a produtividade industrial e a qualidade dos produtos;
- apoio à realização de empreendimentos conjuntos entre centros de pesquisas e empresas e à criação de núcleos de pesquisa e desenvolvimento, em unidades do setor privado.

Objetivos e Metas

- formação de recursos humanos, mediante concessão de 36,5 mil bolsas anuais de pesquisa (iniciação científica, aperfeiçoamento, apoio técnico e execução de pesquisas) e de pós-graduação *stricto sensu* (média de 14 mil bolsas anuais, no período 1991-1993, 15 mil, em 1994, e 17 mil, em 1995, das quais 25% no exterior), visando expandir a base de pesquisadores nas
-

áreas relacionadas com tecnologias avançadas, pesquisa aplicada e ciências ambientais, bem como naquelas em que a capacitação nacional é ainda incipiente;

- modernização tecnológica do setor produtivo, em articulação com a política industrial e de comércio exterior, compreendendo desde financiamentos diretos a projetos de pesquisa e desenvolvimento de empresas nacionais - especialmente a partir dos recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) - até apoio indireto dirigido à formação de recursos humanos, pesquisa básica e aplicada de cunho tecnológico, e à prestação de serviços especializados;

- realização, pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), de pesquisas climáticas na região amazônica, abrangendo a instalação, em 1991, de estações coletoras para estudos de trocas de energia e a implantação, até 1994, de três estações de monitoramento de gases, visando à verificação diária de ocorrência de queimadas e à análise da distribuição de precipitações e nebulosidade;

- ampliação da rede de estações meteorológicas, conclusão do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, aperfeiçoamento do sistema de recepção e processamento de dados de satélites de sensoriamento remoto e definição do projeto de ocupação racional da Amazônia;

- conclusão do projeto e implantação do Laboratório de Manufatura de Máscaras;

- elaboração de projetos de engenharia de **software**;

- conclusão do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron;

- execução dos acordos internacionais com a Argentina, Estados Unidos e China, na área de ciência e tecnologia;

- Implantação da Fase II do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, destinado a ampliar a competência técnico-científica nacional no âmbito das universidades, centros de pesquisa e empresas, com prioridade nas áreas de novos materiais e ciências ambientais;

- execução, no contexto do II Plano Nacional de Informática e Automação Industrial (II PLANIN), de medidas voltadas para o incremento da escala de produção e capacidade competitiva da indústria de informática, entre as quais vale salientar a reestruturação desse segmento industrial e o fortalecimento de sua infra-estrutura de pesquisa e formação de recursos humanos;

- implantação do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste, objetivando o encaminhamento de soluções para os problemas daquela Região, principalmente na área de meteorologia, gerenciamento de recursos hídricos e desenvolvimento industrial.

4.5. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

A política nacional do meio ambiente esteve, até hoje, voltada para redução dos índices de poluição, recuperação dos ambientes degradados e controle dos processos predatórios de exploração em áreas pressionadas por ocupação e migração.

Baseou-se, principalmente, em intervenções corretivas dos processos agressivos ao meio ambiente e aos patrimônios naturais, decorrentes do crescimento econômico, do aumento da população, das migrações, da urbanização e da ocupação de novas regiões.

Essa linha de ação, contudo, revelou-se ineficaz. A experiência acumulada mostra, claramente, a necessidade de enfatizar ações que visem não apenas diminuir ou evitar as agressões à natureza, a degradação do meio ambiente e o desperdício de recursos naturais, mas, sobretudo, reduzir os grandes custos econômicos e sociais decorrentes desses processos.

A importância que o Governo Federal passa a dedicar à preservação do meio ambiente, à reestruturação dos órgãos especializados e à crescente conscientização da Sociedade constituem as bases para a implementação de uma nova política para o setor.

Diretrizes

- consolidação da implantação da nova estrutura organizacional do setor, visando capacitar a União para o exercício de suas atribuições legais no que diz respeito à preservação do meio ambiente;
 - coordenação intersetorial no âmbito do poder público, objetivando articular os programas de desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente;
 - prosseguimento da execução do Programa Nacional de Meio Ambiente, com vistas a alcançar, já em 1991, 65% de suas metas, e implementação do zoneamento ecológico-econômico, com prioridade para a Amazônia, concluindo, até 1991, sua macroabordagem;
 - coordenação das atividades de pesquisas voltadas para a questão ambiental, bem como dos programas especiais visando ao equacionamento dos problemas que envolvem a questão ambiental (em particular a exploração florestal, a mineração e a produção de energia);
-

- Implantação de programas de educação ambiental;
- canalização dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente, prioritariamente, para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, controle ambiental, aproveitamento sustentado da flora e fauna nativas, criação de unidades de conservação e desenvolvimento institucional;
- articulação técnica, científica e financeira com o exterior, em apoio à política de meio ambiente, bem como preparação da Segunda Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a realizar-se no Brasil, em 1992;
- monitoramento e controle da qualidade ambiental, bem como fiscalização da exploração da fauna silvestre, da flora, dos recursos pesqueiros e demais atividades potencialmente suscetíveis de causar danos ao meio ambiente;
- preservação da diversidade biológica da flora e fauna silvestres, implantando e administrando unidades de conservação (parques e reservas), em áreas de especial interesse ecológico;
- apoio à criação de tecnologias para o uso racional dos recursos naturais e para a proteção ao meio ambiente;
- apoio à exploração sustentada de recursos naturais renováveis, mediante manejo da fauna, dos recursos pesqueiros, de florestas nacionais e de reservas extrativistas, visando coibir as práticas de exploração predatória.

Objetivos e Metas

- consolidação da legislação ambiental e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);
 - realização de projetos de pesquisa, informação científica e tecnológica, e de levantamento do meio ambiente;
 - prosseguimento da execução do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI);
- realização do inventário e do ordenamento das atividades extrativistas;
-

- capacitação técnica na gestão ambiental;
 - Implantação de projetos de zoneamento ecológico-econômico, abrangendo uma área total de, aproximadamente, 2 milhões de quilômetros quadrados, com prioridade para a região amazônica;
 - criação, demarcação e regularização fundiária de 25 unidades de conservação;
 - execução de trabalhos de zoneamento em áreas de preservação ambiental (APA);
 - Implantação de um Centro de Estudos e Manejo da Fauna Silvestre;
 - execução de projetos de recuperação de áreas degradadas por garimpos e Implantação de postos de fiscalização;
 - implantação e consolidação de 20 milhões de hectares de florestas nacionais e de reservas extrativistas;
 - assistência a comunidades pesqueiras e Implantação de estações de aquíicultura;
 - assistência a seringais, com apoio a cerca de 300 mil seringueiros, por ano, e Implantação de centros de produção de mudas de diversas espécies;
 - realização de pesquisas, relacionadas com estrutura e dinâmica dos sistemas ambientais brasileiros, tecnologia ambiental, manejo e conservação de recursos naturais renováveis, e exploração de garimpos;
 - fortalecimento das atividades de educação ambiental.
-

4.6. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Brasil exhibe notáveis e persistentes desigualdades regionais de renda. A superação desse quadro exige a adoção de políticas governamentais vigorosas e consistentes, ao contrário da prática observada historicamente. Ademais disso, é indispensável que se firme o entendimento de que o desenvolvimento regional é função pública abrangente, condicionada pelo perfil espacial dos dispêndios, em todas as esferas públicas.

Diretrizes

a) no que se refere às diretrizes de caráter geral:

- elevação das taxas de crescimento econômico do Norte, Nordeste e Centro-Oeste acima da média nacional, com apropriação regional da renda adicional gerada;
 - ordenamento territorial e organização do espaço para preservação de ecossistemas, promovendo a criação e manejo de unidades de conservação, e a utilização racional dos recursos naturais;
 - promoção do bem-estar social, mediante redução das desigualdades espaciais, setoriais e funcionais, bem como interiorização do desenvolvimento, descentralização de ações em favor dos Estados e Municípios, e participação social;
 - incorporação ao mercado interno das populações marginalizadas, com melhor distribuição espacial e social da renda regional, reduzindo pressões sociais e migrações pela geração local de empregos;
 - eliminação dos pontos de estrangulamento na infra-estrutura básica, especialmente nas áreas de maior potencial produtivo, de forma articulada espacial e setorialmente, visando à dinamização e à consecução do desenvolvimento auto-sustentado;
 - absorção das inovações modernizadoras do sistema produtivo, bem como desenvolvimento e consolidação de tecnologias especificamente destinadas à solução dos problemas regionais;
-

- apoio e respeito às comunidades indígenas, mediante regularização fundiária, demarcação de terras e preservação de hábitos, costumes e valores culturais, assegurando-se aos grupos mais aculturados e interessados, a integração ao desenvolvimento nacional;

- ordenamento dos grandes centros metropolitanos, comprometidos pela intensificação do êxodo rural e pelas migrações interurbanas;

- descongestionamento macrorregional e metropolitano, objetivando reduzir pressões sociais em áreas, hoje, saturadas;

b) no que se refere à Amazônia:

- consolidação da ocupação ribeirinha, especialmente nos vales dos principais rios, promovendo o aproveitamento de várzeas e do sistema hidroviário regional;

- dinamização das comunidades localizadas em áreas de fronteira, envolvendo as populações em atividades produtivas, com melhoria da infra-estrutura;

- fortalecimento da rede urbana de porte intermediário, como reguladora do processo migratório;

- apoio ao adensamento agrícola em áreas do cerrado, como alternativa ao avanço de práticas predatórias sobre ecossistemas florestais mais vulneráveis;

- dinamização do mercado interno regional, pela consolidação da infra-estrutura econômica, evitando dispersões que reduzam sua produtividade e acentuem sua vulnerabilidade;

- adoção de medidas voltadas para rever a divisão administrativa da região, observadas as diretrizes das políticas de ordenamento territorial e de segurança nacional;

- apoio ao turismo ecológico, como forma de valorização da ecologia e da cultura regionais, e de geração de renda, pela criação de novos empregos e incorporação de divisas originárias do fluxo internacional;

- montagem, com participação dos órgãos federais, estaduais e municipais, de um sistema regional de planejamento, abrangendo estatísticas básicas e estudos prospectivos de longo prazo;

- implantação gradual do zoneamento ecológico e socioeconômico, com prioridade para as áreas de maior risco ecológico, para disciplinar a localização de atividades produtivas e a ocupação do território;

- expansão das atividades de ciência e tecnologia, abrangendo levantamento de recursos, geração e difusão;

- estímulo à cooperação externa no campo da preservação ecológica e do desenvolvimento integrado, especialmente a partir da cooperação com os países integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA);

- avaliação e revisão dos instrumentos financeiros regionais (Fundo de Investimentos da Amazônia-FINAM e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO) e da Zona Franca de Manaus, privilegiando a aplicação em pequenas e médias empresas, atraindo investimentos externos e ajustando sua programação às diretrizes espaciais e setoriais;

c) no que se refere ao Nordeste:

- reestruturação e controle da faixa litorânea, privilegiando os investimentos na faixa central e na hinterlândia ocidental;

- apoio ao pequeno produtor, no semi-árido, promovendo seu acesso aos fatores produtivos e aos mercados;

- integração da infra-estrutura e adensamento da ocupação recente nos cerrados do oeste da Bahia, sudoeste do Piauí e sul do Maranhão;

- realização de estudos e pesquisas voltadas para o desenvolvimento regional, inclusive com capacitação de recursos humanos, cooperação técnica internacional e articulação com os Estados e Municípios;

- execução de programas especiais de desenvolvimento sub-regional integrado, com ênfase na organização e participação dos pequenos produtores rurais;

- reestruturação normativa e simplificação operacional dos instrumentos financeiros regionais (Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE);

- implantação de projetos de infra-estrutura hídrica, que permitam superar os problemas gerados pelo fenômeno das secas, nas áreas semi-áridas;

- geração e difusão de tecnologias apropriadas para pequenos produtores, especialmente aquelas relacionadas com redução de custos de captação, armazenamento e utilização dos recursos hídricos, e adaptação da base produtiva às condições ecológicas do semi-árido;

- racionalização e descentralização das ações emergenciais, sem prejuízo da adoção de soluções permanentes;

d) no que se refere ao Centro-Oeste:

- revisão da atual estruturação programática do Centro-Oeste, levando em conta a sua contigüidade estratégica com o meio norte, e estabelecendo três eixos de ordenação territorial: eixo de descongestionamento e reestruturação (faixa litorânea), eixo de interiorização e adensamento (faixa central) e eixo de preservação e diferimento (faixa ocidental);

- prioridade para os investimentos localizados no eixo de interiorização e adensamento;

- disciplinamento das tendências à diluição das frentes pioneiras, mediante consolidação da ocupação no eixo de adensamento, tendo em vista os riscos ecológicos, ônus econômicos, problemas sociais e agressão às comunidades indígenas;

- proteção ao ecossistema pantaneiro, implementando programas de desenvolvimento econômico-ecológico;

- redefinição das funções geopolítica, econômica, social e cultural, da Capital Federal, à vista de sua inserção no contexto de desenvolvimento da região Centro-Oeste e do crescente processo de metropolização e conurbação;

- dinamização das áreas de influência do Distrito Federal, para redirecionar as pressões atuais que convergem para Brasília;

- adoção de medidas visando à integração regional, mediante maior articulação com o Programa Grande Carajás e acesso ao gás boliviano;

- eliminação das deficiências na infra-estrutura de armazenagem, energia e transportes, interligando as áreas de maior potencial e estruturando a faixa de adensamento;

- Implantação de zoneamentos agroambientais, observado o escalonamento estratégico da ordenação territorial;

- intensificação das ações voltadas para articulação programática com Estados e Municípios;

e) no que se refere às Regiões Sul e Sudeste:

- interiorização do desenvolvimento, promovendo o descongestionamento metropolitano;

- implantação, na faixa setentrional, de programas de recuperação de terras, e de valorização da alternativa hidroviária;

- implantação, na faixa meridional, de programas binacionais de desenvolvimento nas áreas de fronteira, em articulação com os países do Cone Sul.

Objetivos e Metas

- fortalecimento da infra-estrutura econômica e social do Estado de Tocantins;

- implantação de projetos sociais nos Municípios mais densamente povoados da Amazônia, com prioridade para o aproveitamento de tecnologia e mão-de-obra locais;

- promoção do desenvolvimento integrado da Amazônia, observadas suas características ecológicas e as exigências de equilíbrio entre as potencialidades regionais e sua exploração econômica;

- conservação e manutenção da infra-estrutura física dos Distritos Agropecuário e Industrial da Zona Franca de Manaus;

- apoio à implantação da área de Livre Comércio de Tabatinga, em cooperação com o governo colombiano;

- apoio ao desenvolvimento do Complexo Industrial-Metalúrgico de Barcarena;

- prosseguimento da execução do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP), objetivando a organização de pequenos produtores rurais, e assegurando seu

acesso à terra, aos recursos hídricos, às tecnologias de produção, aos mercados de insumos e produtos, e ao crédito rural;

- apoio aos setores produtivos nordestinos, com ênfase na consolidação dos empreendimentos em fase de implantação;

- aumento dos fluxos turísticos, da taxa de permanência e do gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto turístico brasileiro em mercados com potencial emissivo em nível internacional;

- difusão de novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento;

- reaparelhamento da infra-estrutura turística do País, mediante apoio creditício e repasse de recursos de participação societária.

4.7. SECRETARIA DOS DESPORTOS

O desporto brasileiro, em relação ao praticado em países de nível econômico e renda *per capita* similares, aparece em nítida desvantagem. A carência de recursos financeiros, agravada pela inexistência de políticas setoriais e definições institucionais duradouras, tem levado o desporto a uma posição secundária e isolada, no conjunto das ações governamentais.

Nesse quadro evidenciam-se, também, a inadequação da legislação e o padrão paternalista de intervenção do Estado. Além disso, uma concepção equivocada de política tem privilegiado o desporto profissional de alto rendimento, em detrimento da universalização da prática desportiva, que deveria abranger, inclusive, clientela especiais, como os portadores de deficiência, os carentes e as pessoas de terceira idade.

Impõe-se, portanto, a definição de uma nova política, de caráter abrangente, que promova a disseminação social e geográfica das atividades desportivas, e a incorporação de seus benefícios às populações.

Diretrizes

- universalização da prática dos desportos, privilegiando o acesso dos estratos de renda inferiores e dos portadores de deficiência aos benefícios da atividade desportiva, tendo em vista que o desporto é um direito do cidadão, essencial ao seu desenvolvimento físico, psicológico e social, além de instrumento de promoção educacional e de elevação da qualidade de vida;
 - disseminação do desporto, com ênfase na participação da comunidade e da iniciativa privada, eliminando a presença tutelar do Estado e as restrições burocráticas, e estimulando a regionalização e a descentralização;
 - revisão da legislação desportiva, para adequá-la aos princípios de liberdade de organização e de autonomia decisória, incluindo a redefinição das funções dos órgãos colegiados;
-

- revisão dos padrões de alocação de recursos, estimulando a utilização dos equipamentos e instalações já existentes e a captação de recursos no próprio ambiente, como forma de reduzir a dependência em relação ao Poder Público.

Objetivos e Metas

- disseminação das práticas desportivas, enquanto instrumento de intervenção social e de formação educacional, preferencialmente nas periferias das áreas urbanas e nas cidades de pequeno porte, propiciando condições para identificação e desenvolvimento de talentos, que poderão receber treinamento avançado visando a competições;

- realização anual dos "Jogos das Crianças e da Juventude", com a participação de 500 mil crianças e jovens, em ação conjunta com Municípios e comunidade;

- realização de 62 eventos desportivos anuais associados a práticas de educação ambiental, a serem desenvolvidos em áreas de preservação do meio ambiente;

- disseminação e intersectorialização do desporto de massa, alcançando anualmente 112 Municípios longínquos e carentes, mediante ação conjunta com Prefeituras e comunidade;

- promoção do desporto educacional, envolvendo 20 mil estudantes, em 5 competições anuais, visando à qualificação de recursos humanos, identificação de talentos e apoio a atletas promissores;

- apoio ao desenvolvimento do desporto para competição, objetivando a criação de uma elite nacional competitiva, em termos de marcas e resultados, mediante seleção e aperfeiçoamento de treinadores e de 200 atletas;

- formação de recursos humanos, promovendo a realização de cursos de curta duração, no âmbito da cooperação nacional e internacional, atividades de treinamento e seminários;

- apoio à produção de literatura específica, mediante premiação e publicação de trabalhos de cunho científico;

- integração das pessoas portadoras de deficiência às práticas desportivas, compreendendo a capacitação de professores em desporto para portadores de deficiência, a execução de 23 projetos anuais de pesquisa e desenvolvimento de materiais, produtos e

processos, bem como a realização de 40 eventos desportivos anuais, mediante assistência técnica e financeira às entidades especializadas.

4.8. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A administração pública federal, ao longo das últimas décadas, assumiu proporções indesejáveis, traduzindo uma presença excessiva do Estado na exploração da atividade econômica, a prática de regras burocráticas, que inibem o funcionamento do livre mercado, e a sobreposição de órgãos e funções. Além disso, ocorreu uma significativa perda de qualidade na prestação de serviços inerentes à atividade pública.

A implantação de um abrangente programa de reforma administrativa constitui, por isso mesmo, instrumento fundamental e impostergável para a recuperação da capacidade de gestão e controle do aparato governamental.

Diretrizes

- melhoria da eficiência setorial e global do setor público, mediante reorganização e modernização dos órgãos e entidades federais;
- prioridade para as atividades-fim da administração pública, limitando-se os recursos a serem utilizados nas atividades-meio;
- extinção ou dissolução de órgãos e entidades, cujas funções não se ajustem ao novo papel do Estado;
- aperfeiçoamento e valorização dos recursos humanos da administração pública federal.

Objetivos e Metas

- elaboração e implantação de Lei Orgânica da Administração Pública Federal, que reordenará o funcionamento dos órgãos e entidades, buscando eficiência operacional e serviços de melhor qualidade;
-

- elaboração da lei de procedimentos administrativos, visando à mudança de comportamento e conduta dos servidores, inclusive quanto à obrigação de cumprimento de prazos para tramitação de processos;

- automação de serviços administrativos, para reduzir os custos operacionais, que se concentram, em geral, nas atividades-meio, bem como melhorar o nível de desempenho das atividades-fim e o atendimento à população;

- avaliação de desempenho dos órgãos e entidades, objetivando analisar e rever os fatores que aprimoram ou inibem o exercício de suas funções básicas;

- desburocratização e desregulamentação da Administração Pública Federal, para eliminar os obstáculos institucionais ligados à ação regulamentadora do Estado;

- implantação e manutenção do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, com vistas ao cadastramento e atualização de dados de todos os servidores civis da Administração Federal Direta, dos ex-Territórios e das Fundações Públicas que recebam recursos do Tesouro Nacional, para efeito de controle e execução da folha de pagamentos unificada e padronizada;

- implantação e manutenção do sistema de processamento de dados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com o propósito de modernizar os processos de gestão governamental e promover a sistematização dos recursos de informação e informática do setor público;

- racionalização da ocupação física, em decorrência da Reforma Administrativa, mediante implantação de um programa de redistribuição física, que objetiva a redução das despesas de aluguel, da ordem de 4% no primeiro ano do quinquênio 1991-1995, e de 2%, nos demais;

- elaboração do Catálogo Único de Material, envolvendo banco de permutas, centrais de compra e especificações técnicas unificadas e objetivando uma redução de gastos, relativos a materiais permanentes e de consumo, da ordem de 4%, no primeiro ano do quinquênio 1991-1995, e 2%, nos demais;

- redução do consumo de energia, nos órgãos e entidades públicas federais, da ordem de 4%, no primeiro ano do quinquênio 1991-1995, e 2%, nos demais, mediante reativação de programas de conservação de energia;

- capacitação de recursos humanos (14.400 horas-aula/ano, a partir de 1992), para promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis e, em consequência, propiciar melhores condições de trabalho e maior produtividade;

- alienação dos imóveis funcionais pertencentes a órgãos e entidades federais, ressalvados os administrados por ministérios militares e os destinados, sob a forma de permissão de uso, aos servidores de elevada hierarquia.

4.9. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) exerce as atribuições de secretaria executiva do Conselho de Governo, desenvolve estudos e projetos de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, coordena a formulação da política nacional nuclear e supervisiona sua execução, salvaguarda os interesses do Estado, bem como coordena, supervisiona e controla outros projetos e programas, que lhe forem atribuídos pelo Presidente da República.

Diretrizes

- capacitação operacional, bem como formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, nos órgãos integrantes da SAE, visando a aprimorar a qualidade dos serviços prestados;
 - elaboração de alternativas estratégicas de médio e longo prazos, bem como de análises estratégicas específicas, objetivando a inserção do Brasil no primeiro mundo e o encaminhamento de soluções para os problemas internos de desequilíbrios sociais e regionais;
 - acompanhamento da ação governamental, com vistas a avaliar seus impactos em cenários de médio e longo prazos;
 - realização de estudos e projetos voltados para consolidar e integrar os espaços fronteiriços (programas "Calha Norte", "Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental - PROFFAO", e "Auxílio aos Municípios da Faixa de Fronteira - PAF/MFF");
 - elaboração de estudos voltados para ordenação do território, com ênfase na preservação do meio ambiente, na identificação dos espaços sujeitos a regimes especiais de conservação e na definição de usos dos recursos naturais;
 - aprimoramento dos serviços relacionados com a área de segurança de comunicação;
 - aumento da capacitação nuclear nacional, objetivando consolidar o respectivo parque industrial.
-

Objetivos e Metas

- aperfeiçoamento e modernização dos serviços de inteligência;
 - elaboração do programa "Brasil Século XXI", compreendendo a realização de estudos e a formulação de estratégias relacionadas com as seguintes áreas: erradicação da miséria urbana, nos grandes centros, e da miséria rural, no Nordeste (macroestratégias na área social); comportamento dos agentes econômicos, distribuição de renda, interiorização do desenvolvimento, integração latino-americana e matriz energética (macroestratégias na área econômica); e políticas tecnológica, industrial e de comércio exterior (macroestratégias na área de políticas públicas);
 - prosseguimento da execução do Programa Calha Norte, nos termos dos compromissos assumidos no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), visando ao atendimento das necessidades da região situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, abrangendo as seguintes ações principais: ampliação da oferta de serviços sociais básicos (saúde, educação, previdência e assistência social), proteção e assistência à população indígena, aproveitamento das vocações econômicas, expansão da oferta de energia elétrica e de infra-estrutura viária, intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira, incremento das relações bilaterais com os países vizinhos e vivificação da área, particularmente dos núcleos populacionais próximos à linha da fronteira;
 - execução do PROFFAO, consistindo no apoio ao desenvolvimento de 58 Municípios (mais de 1,5 milhão de habitantes), localizados na faixa de fronteira da Amazônia Ocidental, entre Benjamin Constant (AM) e Cáceres (MT), mediante as seguintes ações: recuperação e ampliação da oferta de serviços sociais básicos e de infra-estrutura viária, incremento da oferta de energia elétrica (sobretudo na área rural), estímulo à implantação de indústrias e agroindústrias, e fortalecimento das relações com os países limítrofes, no âmbito do TCA;
 - prosseguimento da execução do PAF/MFF, envolvendo apoio à execução de obras públicas (principalmente, saúde, saneamento, infra-estrutura viária, serviços urbanos, educação, abastecimento e assistência social) em 397 Municípios, localizados ao longo das fronteiras terrestres brasileiras;
 - execução de projeto de zoneamento ecológico-econômico do País, incluindo a realização do Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, do Pantanal Mato-grossense, da Serra
-

do Mar e da Mata Atlântica, bem como zoneamento de módulos prioritários e de núcleos e áreas críticas, e apoio a trabalhos de mesma natureza implementados pelos Estados;

- realização de pesquisas na área de segurança das comunicações (sobretudo da criptologia), bem como desenvolvimento de meios criptotécnicos e de segurança nas comunicações, e fomento à capacitação tecnológica nacional no setor;

- melhoria da infra-estrutura de apoio à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

- execução de projetos, na área nuclear, com ênfase nas seguintes ações: pesquisa aplicada, visando assegurar a autonomia nacional no setor; produção de artefatos e de equipamentos pesados para indústria nacional, notadamente para usinas nucleares; desenvolvimento de tecnologias e normas para operação segura de instalações nucleares e radioativas.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS										
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)						
						1991-95						
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC	
0020-SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	Implantacao de equipamentos de Centrais de Operacoes e de Coordenacao, e demais acoes correlatas, inclusive de aperfeiçoamento de pessoal.	Complementar a instalacao do Centro de Operacoes do Comando Supremo e das interligacoes com o Centro de Coordenacao do Poder Aeroespacial Brasileiro e demais centros; adquirir sistema computacional para o Centro de Operacoes de Forca Terrestre.	Percentual de consecucão de meta	40	60							100
		Complementar a instalacao do Centro de Operacoes Maritimas e interligá-lo com os demais centros.	Percentual de consecucão de meta	20	80							100
		Realizar cursos de mestrado em Comando, Controle, Comunicacoes e Informacoes de Analise de Operacoes.	Percentual de consecucão de meta	33	67							100
0095-PESQUISA APLICADA	Promocao de acoes visando a obtencao de autonomia nacional no campo de coleta de dados e sensoriamento remoto por satelite.	Concluir e lancar prototipos de satelite para coleta de dados ambientais (SCD1 e SCD2).	Prototipo	1	1							100
		Concluir e lancar prototipo de satelite de sensoriamento remoto (SSR1).	Prototipo		1							100
		Implantar a infra-estrutura de solo necessaria a coleta de dados, rastreo e controle de satelite.	Percentual de consecucão de meta	50	50							100

Cont. Inua

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

Continuação

ÓRGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS										
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)						
						1991-95						
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC	
	Acoes visando a capacitacao nacional em projeto, desenvolvimento e construcao de veiculos lancadores de satelites (VLS).	Realizar ensaios de qualificacao em solo de propulsores.	Ensaio	5	3							100
		Realizar ensaios de qualificacao em voo de propulsores.	Ensaio	2								100
		Fabricar foguetes de sondagem.	Foguete	3	1							100
		Fabricar veiculos lancadores de satelites.	Veiculo		3							100
		Realizar estudos de adaptacao do Centro de Lancamento de Alcantara para lancamento de novos veiculos.	Percentual de consecuciao da meta		100							100
		Elaborar projeto detalhado dos tuneis transonico e supersonico.	Percentual de consecuciao da meta	30	70							100
		Implantar edificacoes, sistemas e campo operacional para lancamento de foguetes de sondagem, prototipos e satelites.	Percentual de consecuciao da meta	38	62							100
		Apoiar centros de pesquisa.	Percentual de consecuciao da meta	21	79							100
		Desenvolvimento de um centro de lancamento de foguetes em Alcantara.										
		Promocao do desenvolvimento da tecnologia na area de material de emprego militar.										

Contínua

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

Continuação

ÓRGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0136-COMUNICACOES	Apoio a projetos de comunicacao, visando a complementacao da primeira fase do projeto de comunicacoes via satelite.	Implantar a estacao terrena e a do Centro de Operacoes e Controle de Comunicacoes em Brasilia, bem como as estacoes terrenas do Rio de Janeiro e Curitiba, promovendo interligacoes terrestres nessas areas.	Percentual de consecucão da meta	20	80						100

95

95

SECRETARIA DA CULTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0055-PESQUISA APLICADA	Promocao de estudos e pesquisas de interesse da cultura brasileira.	Desenvolver pesquisas em arte, literatura e ciencias humanas.	Pesquisa	18	72						100
0246-PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	Acoes visando a preservacao do patrimonio cultural.	Implantar projetos de intervencao e realizar obras de conservacao em bens do patrimonio cultural.	Obra/ano	26	26	15	39	23	15	8	
		Realizar projetos de estruturacao urbana em cidades e nucleos historicos tombados.	Cidade	1	4		60	40			
		Realizar obras de restauracao e conservacao em nucleos e cidades historicas.	Obra	13	52	15	31	38	8	8	
		Realizar obras de conservacao em areas naturais do patrimonio nacional.	Area	1	4						100
		Realizar obras de conservacao em museus nacionais.	Obra/ano	6	6						100
		Implantar centro de conservacao e restauracao de bens moveis.	Projeto	1	1						100
		Protecao e divulgacao dos acervos bibliograficos, documentais e iconograficos de interesse da cultura nacional.	Projeto	1	1						100
		Efetuar inventario dos acervos museologicos.	Museu/ano	33	33						100

Continua

SECRETARIA DA CULTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

Continuacao

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0247-DIFUSAO CULTURAL	Apoiar a criacao, producao e difusao artistico-cultural.	Apoiar eventos e manifestacoes representativas da cultura brasileira.	Evento/ano	21	21	24	29	14	14	19	
		Incentivar a criacao, producao e difusao das artes cenicis e plasticas, da fotografia, da musica popular e erudita e do folclore.	Programa/ano	8	8	25	13	25	25	12	
		Promover pesquisas relacionadas a utilizacao de novas tecnologias no campo da cultura.	Pesquisa/ano	25	25						100
		Promover pesquisas sobre a memoria cultural brasileira.	Pesquisa/ano	15	15						100
		Promover a formacao de recursos humanos especializados.	Tecnico/ano	50	50						100
		Premiar agentes envolvidos na producao cinematografica.	Premio/ano	2	2						100

SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0059-LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	Monitoramento das condicoes ambientais da regio amazonica.	Implantar estacoes para recepcao, processamento e difusao de imagens obtidas por satelites. Realizar estudos ambientais.	Estacao		3	100					
0411-COOPERACAO INTERNACIONAL	Participacao em projetos internacionais.	Desenvolver, fabricar e lancar satelites de sensoriamento de recursos naturais em conjunto com a Republica Popular da China.	Estudo	1	4	100					
			Satelite		2						100

SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - CNPq

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0054-PESQUISA FUNDAMENTAL	Capacitacao em areas basicas do conhecimento.	Conceder bolsas de pesquisa.	Bolsa de pesquisa	30.260	152.100						100
		Conceder auxilio a pesquisa fundamental.	Auxilio institucional	10	60						100
			Auxilio individual	480	2.200						100
0055-PESQUISA APLICADA	Ampliacao, melhoria e consolidacao da competencia tecnico-cientifica nacional.	Conceder auxilio a pesquisa aplicada.	Auxilio institucional	10	60						100
				Auxilio individual	550	2.500					
0056-DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	Capacitacao em areas estrategicas.	Executar pesquisas e cursos pelos institutos vinculados.	Pesquisa Curso	52 7	230 50						100 100
0057-INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	Difusao de conhecimentos científicos e tecnológicos.	Apoiar a edicao de livros e revistas tecnico-científicos.	Livro Revista	50 36	300 160						100 100
0206-ENSINO DE POS-GRADUACAO	Aperfeiçoamento de recursos humanos para o desenvolvimento científico-tecnológico.	Conceder bolsas de estudo em nivel de pos-graduacao.	Bolsa de estudo	13.850	60.200						100

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIFICAÇÃO		REGIONALIZAÇÃO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
0055-PESQUISA APLICADA	Realização de estudos e pesquisas objetivando a exploração racional dos recursos naturais renováveis, e o aperfeiçoamento e desenvolvimento de tecnologias ambientais.	Elaborar estudos e pesquisas básicas e tecnológicas.	Projeto	24	108	19	19	19	19	24	
0057-INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	Estímulo à formação de consciência ecológica na sociedade, por meio de programas de educação ambiental.	Realizar treinamento e capacitação para educação ambiental.	Curso	11	49	25	25	13	15	22	
0059-LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	Formulação de estratégia e linhas de ação para consolidar a política nacional de meio ambiente nas esferas federal, estadual e municipal.	Elaborar estudos, pesquisas e propostas de política.	Projeto	15	67						100
0103-PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA	Implantação de sistema integrado de conservação, prevenção e controle do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal, Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal.	Instalar sistemas de conservação, proteção e controle do meio ambiente.	Projeto	91	410	50	4	10	16	20	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
0055-PESQUISA APLICADA	Realizacao de estudos e pesquisas objetivando a exploracao racional dos recursos naturais renovaveis, e o aperfeicoamento e desenvolvimento de tecnologias ambientais.	Elaborar estudos e pesquisa basica e tecnologica.	Projeto	58	260	30	10	16	6	38	
0056-DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	Desenvolvimento de acoes para obter novos conhecimentos, por sensoramento remoto, sobre produtos florestais, bem como realizar pesquisas pesqueiras.	Realizar fotointerpretacao. Elaborar estudos e pesquisas pesqueiras e sobre produtos florestais.	km2	30							100
			Projeto	80	360						100
0103-PROTECAO A FLORA E A FAUNA	Protecao e conservacao de especies da flora e fauna, raras ou ameaçadas de extincao, e delimitacao de areas de unidades de conservacao.	Proteger ambientes naturais. Implantar unidades de conservacao.	Mil ha	24.000	33.000	30	15	25	10	20	
			Unidade de conservacao	6	19	12	24	20	20	24	
	Implantacao do Programa Nacional do Meio Ambiente voltado para a protecao aos ecossistemas do Pantanal e da Mata Atlantica.	Realizar estudos e pesquisas e unidades de conservacao e estacoes florestais.	Projeto	4	20		30	40	20	10	

Continua

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS										
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)						
						1991-95						
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC	
0104-REFLORESTAMENTO	Prevencao e combate a queimadas em florestas.	Realizar campanhas de prevencao e combate a queimadas em florestas. Proteger areas florestais contra queimadas.	Campanha	12	54							100
			Mil ha	1.554	7.000							100
	Planejamento, coordenacao e auxilio a atividades de fiscalizacao dos recursos ambientais.	Fiscalizar a pesca.	Acoes de fiscalizacao	1.000	4.500	3	28	32	11	26		
		Fiscalizar a industria e o comercio de madeira.	Acoes de fiscalizacao	300	500	30	10	25	10	25		
		Fiscalizar empresas de beneficiamento e comercializacao de borracha natural.	Acoes de fiscalizacao	55	150	60	10	10			20	
	Orientacao da exploracao e utilizacao racional dos recursos naturais renovaveis.	Apoiar projetos de reflorestamento. Conservar e proteger ecossistemas. Monitorar areas florestais.	Projeto	2	10	20	15	15	10	40		
			Mil ha	1.300	5.800	40	15	15	5	25		
			Area florestal	32	40	50	5	10	5	30		
	Apoio ao processo produtivo em areas de seringueis nativos e de cultivo, visando ampliar o plantio racional de seringueiras em areas ecologicamente favoraveis, como tambem assistir pequenos produtores.	Assistir seringueiros. Produzir mudas. Prestar assistencia tecnica a seringueiros.	Mil pessoas	275	300	65	15	7		13		
			Mil mudas	5.600	25.000	10	15	40		35		
0111-EXTENSAO RURAL			Mil ha	133	150	60	10	10		20		
0112-PROMOCAO AGRARIA	Criacao de florestas nacionais e reservas extrativistas.	Implantar florestas e reservas nacionais.	Mil ha		20.000	80					20	

102

Continua

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

Continuacao

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0353-COMERCIALIZACAO	Regulacao do mercado de borracha natural.	Formar estoque regulador. Custear e comercializar a safra.	Mil t Mil t	10 9	15 15						100 100
0456-CONTROLE DA POLUICAO	Planejamento, execucao e avaliacao de atividades de preservacao e controle da qualidade ambiental.	Capacitar laboratorios.	Laboratorio	10	30	5	15	40	30	10	
		Preservar mananciais.	Manancial	10	45	5	10	40	30	15	
		Avaliar a qualidade ambiental em cidades.	Cidade	26	40	5	10	50	30	5	
		Elaborar projetos de preservacao e controle ambiental.	Projeto	23	100	5	15	40	30	10	

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0183-PROGRAMACAO ESPECIAL	Acoes visando expandir a producao, a produtividade agricola, o emprego e a renda de pequenos produtores rurais do Nordeste.	Apoiar pequenos produtores rurais beneficiarios de acoes fundiarias, mediante credito rural, assistencia tecnica e outros.	Familia/ano	234.000	234.000		90	10			

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0183-PROGRAMACAO ESPECIAL	Acoes visando expandir a producao, a produtividade, a renda e o emprego de familias de baixa renda, mediante assistencia tecnica, credito rural, pequena irrigacao e organizacao de produtores.	Desenvolver a agricultura irrigada.	ha/ano	2.889	2.889						
		Assistir produtores rurais.	Produtor/ano	107.000	107.000						
		Atender com credito rural.	Produtor/ano	276.000	276.000						
		Apoiar organizacoes de pequenos produtores.	Projeto/ano	3.000	3.000						
		Implantar sistemas simplificados de abastecimento d'agua.	Sistema	267	267						

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0183-PROGRAMACAO ESPECIAL	Promocao do desenvolvimento integrado da Regiao, considerando as caracteristicas ecologicas da area.	Realizar zoneamento ecologico-economico:									
		. mapeamento	km2	140.275	570.000	100					
		. zoneamento.	km2	500.000	2.000.000	100					
		Desenvolver manejo florestal.	ha	500	2.000	100					

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

ORÇAO EXECUTOR: SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

SUBPROGRAMAS		METAS										
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)						
				1991	1992-95	1991-95						
							N	NE	SE	S	CO	NAC
0067-COLONIZACAO	Conservacao da infra-estrutura fisica do distrito agropecuario da SUFRAMA, de forma a viabilizar a implantacao de novos projetos.	Recuperar estradas vicinais do distrito agropecuario da SUFRAMA.	km/ano	10	10	100						
0096-SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS AGRICOLAS	Apoio a projetos que visem a geracao de empregos e o aumento da producao no meio rural.	Prestar apoio tecnico e tecnologico ao setor agropecuario para ampliacao de areas produtivas.	Produtor assistido/ano	500	500	100						
0346-PROMOCAO INDUSTRIAL	Criacao da infraestrutura administrativa e operacional para a implantacao da area de livre comercio de Tabatinga.	Implantar area de alfandega internacional em Tabatinga.	Alfandega	1		100						

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0363-PROMOCAO DO TURISMO	Acoes visando incrementar fluxos turisticos no Pais, mediante maior divulgacao do produto turistico brasileiro.	Realizar campanhas publicitarias.	Campanha/ano	4	4						100
		Participar de encontros comerciais, feiras e congressos.	Evento/ano	29	29						100
	Difusao de novos pontos turisticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as unidades da Federacao, beneficiando, especialmente, as regioes de baixo nivel de desenvolvimento.	Realizar campanhas publicitarias.	Campanha/ano	31	31						100
		Promover o turismo ecologico.	Programa/ano	8	10						100
		Participar de eventos promocionais.	Evento/ano	6	6						100
	Reaparelhamento da infra-estrutura turistica nacional, mediante acao conjunta das iniciativas publica e privada, em ambito nacional e internacional.	Realizar estudos e diagnosticos.	Estudo/ano	10	10						100
		Realizar seminarios, palestras e oferecer estagios.	Seminario/ano	4	4						100
0364-EMPREENHIMENTOS TURISTICOS	Acoes visando ao aparelhamento da infra-estrutura turistica do Pais.	Construir e reformar hoteis, mediante financiamento ou repasse de recursos.	Hotel	161	222						100

109

SECRETARIA DOS DESPORTOS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0224-DESPORTO AMADOR	Desenvolvimento do desporto amador e promocao de eventos competitivos.	Aperfeiçoar treinadores e atletas.	Pessoa/ano	200	200	10	30	30	20	10	
		Apoiar eventos desportivos no sistema educacional.	Evento/ano	5	5	20	20	20	20	20	
		Promover os "Jogos das Crianças e da Juventude".	Mil. participantes/ano	500	500	10	30	30	10	20	
		Apoiar entidades desportivas.	Entidade	200	200	10	30	30	20	10	
	Disseminacao e intersectorializacao do desporto de massa.	Desenvolver actividades desportivas em comunidades longinquoas e carentes, mediante recuperacao de espacos poliesportivos e apoio tecnico.	Municipio/ano	112	112	6	38	38		18	
		Promover actividades desportivas como meio de educacao e de preservacao do meio ambiente.	Evento/ano	62	62	7	13	47	26	7	
	Apoio ao desporto das pessoas portadoras de deficiencia.	Apoiar competicoes especializadas.	Evento/ano	40	40	10	18	40	20	12	
		Capacitar professores em desporto para portadores de deficiencia.	Curso/ano	30	30	10	14	50	10	16	
		Pesquisar e desenvolver tecnologia especifica.	Pesquisa/ano	23	23	8	13	41	25	13	
		Publicar e divulgar bibliografia especializada.	Publicacao/ano	20	20	5	5	65	15	10	

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORÇAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
0040-PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	Apoio a acoes de saude e saneamento basico, contrucao de pontes e estradas vicinais e ao desenvolvimento urbano nos municipios da faixa de fronteira.	Apoiar acoes do poder publico municipal nos setores de transportes (estradas vicinais), de saneamento (agua e esgoto), de saude (assistencia medica, erradicacao de endemias) e de urbanismo.	Municipio/ano	397	397	24				61	15
0045-ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	Preparacao do diagnostico ambiental da Amazonia Legal, do Pantanal Matogrossense, da Serra do Mar e da Mata Atlantica, bem como o zoneamento de modulos prioritarios, nucleos e areas criticas, como subsidios aos planos nacionais e regionais e a ordenacao do territorio.	Elaborar diagnostico ambiental macrorregional.	Mil Km2	5.000	5.000	90		5			5
		Efetuar zoneamento de modulos prioritarios.	Mil Km2	50	2.056	73	8	5	4		10
		Promover zoneamento de nucleos e areas criticas.	Mil Km2	50	252	100					
0055-PESQUISA APLICADA	Desenvolvimento de tecnologia no campo nuclear.	Desenvolvimento de pesquisa sobre ciclo do combustivel nuclear, tecnologia de reatores e tecnologia de suporte.	Projeto	5	20			100			

Continua

Continua

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0183-PROGRAMACAO ESPECIAL	Atendimento aos compromissos assumidos no Tratado de Cooperacao Amazonica e as necessidades fundamentais e imediatas da regioe situada ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimoes (Projeto Calha Norte-PCN).	Promover o desenvolvimento economico-ecologico, mediante maior oferta de infra-estrutura social, incremento das relacoes com paises vizinhos e assistencia as populacoes indigenas.	Municipio/ano	54	54	100					
	Criacao de condicoes fisicas e sociais para permanencia das populacoes em areas de fronteira da Amazonia Ocidental (PROFFAO)	Fomentar atividades produtivas, ampliando a infra-estrutura viaria e energetica, os equipamentos sociais e o intercambio com paises fronteiricos.	Municipio/ano	58	58	42					58

111

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
0054-PESQUISA FUNDAMENTAL	Desenvolvimento de competencia na area nuclear.	Realizar projetos de estudos e pesquisas, nas areas de apoio a atividades nucleares e afins.	Projeto	13	52	4	10	70	10	6	
0055-PESQUISA AMPLIADA	Realizacao de projetos de pesquisa e desenvolvimento no campo nuclear.	Garantir autonomia nacional em setores estrategicos da area nuclear.	Projeto	16	64	10	20	50	10	10	
0456-CONTROLE DA POLUICAO	Promocao de acoes voltadas para a seguranca nuclear.	Desenvolver salvaguardas para operacao segura das instalacoes nucleares.	Projeto	28	112	10	30	40	10	10	

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95							
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0265-GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	Producao de combustivel nuclear.	Produzir os elementos combustiveis necessarios a operacao das Usinas Angra I e II.	Unidade de ele- mento combustivel	31	341			100			

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: URÂNIO DO BRASIL S/A

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0290-EXTRACAO E BENEFICIAMENTO	Avaliacao, extracao e beneficiamento de minerio de uranio.	Promover avaliacao, extracao e beneficiamento de minerio de uranio nas localidades de Lagoa Real, Itataia e Rio Cristalino.	t		2.500		100				
0347-PRODUCAO INDUSTRIAL	Extracao e beneficiamento de minerio de uranio.	Promover extracao e beneficiamento de uranio e producao de acido sulfurico no complexo industrial de Pocos de Caldas.	t de concentrado de uranio (U238) t de acido sulfurico (H2SO4)	80 60.000				100 100			

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0024 - INFORMÁTICA										
EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR										
PROJETO: 11.007.0024.6068										
MANUTENCAO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS										
	10,00	59,72	69,72	APERFEICOAR O SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E PRESTAR APOIO LOGISTICO AS ATIVIDADES-FIM.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: PROVISAO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS AOS DIFERENTES SETORES DO ORGAO.										
0055 - PESQUISA APLICADA										
SISTEMA INB										
NUCLEBRÁS ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO S/A - NUCLEI										
PROJETO: 09.010.0055.5116										
ENRIQUECIMENTO ISOTOPICO DE URANIO										
	1.101,25	4.111,01	5.212,26	CONSTRUIR A PRIMEIRA CASCATA PARA ENRIQUECI- MENTO ISOTOPICO DE URANIO.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: REALIZACAO DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO PELO PROCESSO DE JATO CENTRIFUGO.										

continua

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0265 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR										
SISTEMA INB										
INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB										
PROJETO: 09.051.0265.5167										
FABRICAÇÃO DE COMBUSTIVEL NUCLEAR	21,19	43,00	64,19	PRODUZIR ELEMENTOS COM- BUSTIVEIS PARA CARGA E RECARGA DAS USINAS NUCLE- ARES ANGRA I E ANGRA II.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: FABRICAÇÃO DOS ELEMENTOS COMBUSTIVEIS NECESSARIOS A OPERAÇÃO DAS USINAS NUCLEARES ANGRA I E ANGRA II.										
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO										
SISTEMA INB										
URÂNIO DO BRASIL S/A										
PROJETO: 09.053.0290.6029										
EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MINERIO DE URANIO (LAGOA REAL, ITATAIA, RIO CRISTALINO)	1.295,40	6.542,00	7.837,40	PRODUZIR 2.500 T DE CON- CENTRADO DE URANIO.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: PRODUÇÃO DE CONCENTRADO DE URANIO PARA ATENDER AS USINAS NUCLEARES BRASILEIRAS.										

continua

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0323 - PLANEJAMENTO URBANO										
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA - CODEBAR										
PROJETO: 07.039.0323.5453 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ACOES NO COMPLEXO INDUSTRIAL	70,77	424,49	495,26	CONSTRUIR SISTEMA VIARIO, REDE ELETRICA E ATERRO SANITARIO.	100	0	0	0	0	0
DESCRICAO: URBANIZACAO EM AREA DE ASSENTAMENTO HUMANO DESTINADO A APOIAR O COMPLEXO METALURGICO DO MUNICIPIO DE BARCARENA.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	1.465,03	0,00	1.465,03							
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL										
SISTEMA INB										
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP										
PROJETO: 09.062.0347.6092 PRODUCAO INDUSTRIAL DE ARTEFATOS E DE EQUIPAMENTOS PESADOS PARA INDUSTRIA NACIONAL	94,69	115,00	209,69	CONSTRUIR E MONTAR OS COMPONENTES ELETROMECANICOS DA USINA ANGRA II.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: PRODUCAO, SOB ENCOMENDA, DE ARTEFATOS E EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS PARA USINAS NUCLEARES, BEM COMO DE EQUIPAMENTOS PESADOS PARA OUTROS FINS.										

cont. final

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
NUCLEMON MÍNERO-QUÍMICA LTDA - NUCLEMON										
PROJETO: 09.077.0347.5355										
TRANSFERENCIA DE UNIDADE INDUSTRIAL	170,34	42,00	212,34	REALOCAR TRES UNIDADES DE TRATAMENTO DE MINERIOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: TRANSFERENCIA DO COMPLEXO DE TRATAMENTO DE MINERIOS PARA AREA NAO RESIDENCIAL.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	255,06	240,02	495,08							
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS										
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP										
PROJETO: 03.010.0362.6069										
MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	38,09	151,98	190,07	MANTER AS DEPENDENCIAS, ADEQUAR OS SERVICOS E MODERNIZAR OS SISTEMAS DE INFORMATICA E DE COMUNICACAO.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: MELHORIA DO APOIO TECNICO-FINANCEIRO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, ADEQUANDO E MODERNIZANDO SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE SUPORTE ADMINISTRATIVO.										
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	7.958,37	53,96	8.012,33							
TOTAL GERAL	12.480,19	11.783,18	24.263,37							

5. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A Constituição e a reforma administrativa em curso atribuíram ao Ministério da Justiça novas responsabilidades e funções, abrangendo: a ordem jurídica, a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos, as garantias constitucionais, a política indigenista, a defesa da ordem econômica, o registro do comércio, a metrologia, a normalização e a propriedade industrial, bem como a documentação, publicação, divulgação e arquivo de atos oficiais.

Observa-se, por isso mesmo, a imperiosa necessidade de promover a formação e aprimoramento dos recursos humanos, de implantar sistemas de informática e de reequipar alguns setores, tendo em vista a eficiência dos serviços prestados e a adequação da estrutura às novas funções assumidas.

Diretrizes

a) na área de segurança pública:

- articulação com diversos organismos, visando propiciar melhor aperfeiçoamento e especialização do policial federal;

- criação de um banco de dados, integrado com as polícias estaduais e a Justiça, objetivando o registro de veículos e condutores, bem como o de pessoas procuradas ou impedidas de entrar no País ou dele sair;

- elaboração de uma doutrina uniforme para a formação do policial brasileiro;

b) na área da competência relativa a estrangeiros:

- revisão da legislação específica;

- elaboração do Manual do Usuário;

- criação de um banco de dados relativos à situação dos estrangeiros no território nacional;

c) na área da política indigenista:

- demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos, contado a partir da promulgação da Constituição;

d) na área de administração penitenciária:

- interligação, por meio de sistemas informatizados, das unidades prisionais, Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança Pública, Departamentos Penitenciários Estaduais, Varas de Execução Criminais e Ministério da Justiça;

- expansão da capacidade do sistema penitenciário brasileiro, com vistas ao atendimento de 288 mil mandados de prisão não cumpridos;

e) na área de defesa da ordem econômica:

- criação de mecanismos de proteção e defesa do consumidor, bem como conscientização e motivação da iniciativa privada para a qualidade e produtividade;

- consolidação, atualização e manutenção do Cadastro Nacional de Empresas;

f) na área da propriedade industrial e metrologia:

- orientação da iniciativa privada, quanto à proteção de direitos e quanto à disponibilidade de informações tecnológicas, bem como simplificação dos procedimentos para constituição de empresas;

- aprimoramento da rede de informações tecnológicas destinadas a setores prioritários;

- consolidação e ampliação da rede nacional de laboratórios de ensaio;

- apoio à implantação de sistemas de qualidade nos serviços de metrologia, ensaios, certificação e inspeção técnica;

- implementação de um programa de regionalização das atividades do Arquivo Nacional, assim como de recolhimento de documentos.

Objetivos e Metas

- construção de unidades prisionais federais e ampliação da rede de usuários do Sistema Nacional de Informações Criminais (SNIC), a ser instalada nas Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal e nas Secretarias de Segurança Pública dos Estados;

- reequipamento da Polícia Federal, mediante aquisição de 695 veículos de médio e grande porte, 4.700 armas de diversos tipos e calibres, dois helicópteros, dez lanchas para patrulhamento lacustre e fluvial, equipamentos especiais de telecomunicações, detectores de diversos usos e computadores;
 - construção, ampliação e reforma de prédios necessários às atividades da Polícia Federal;
 - elaboração e implantação do Plano Nacional de Segurança Pública, com vistas a integrar a Secretaria de Polícia Federal, o Departamento de Assuntos de Segurança Pública, o Departamento de Polícia Federal, as Polícias Civis, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros, racionalizando as ações preventivas e repressivas referentes à segurança pública;
 - realização de 27 cursos, a serem ministrados às instituições de policiamento e fiscalização, e a órgãos estaduais de trânsito, sobre técnicas de detecção de veículos automotores roubados ou furtados;
 - geração de um acervo detalhado e confiável de acidentes de trânsito;
 - elaboração de um novo Código Nacional de Trânsito;
 - produção e distribuição de 50 mil unidades de kits, contendo material didático-pedagógico sobre trânsito, destinados ao treinamento de professores da rede de ensino do primeiro grau;
 - realização de cursos de pós-graduação em trânsito, visando à formação de técnicos qualificados para exercer atividades nos órgãos de policiamento e fiscalização;
 - aquisição de patrulhas-ambulância, carros-comando, guinchos, veículos para apreensão de animais, motocicletas e trailers, destinados à Polícia Rodoviária Federal, bem como renovação e modernização do seu sistema de comunicação e fiscalização, compreendendo estações fixas, móveis, portáteis e repetidoras, torres, bafômetros, radares, balanças e armas;
 - demarcação de 265 áreas indígenas;
 - recomposição parcial do ecossistema de três áreas indígenas em Roraima, Rondônia e Pará;
-

- restauração dos ecossistemas das terras indígenas, com o reflorestamento de 5 mil hectares;
 - capacitação e reciclagem de 1134 profissionais de saúde para atuar nos postos indígenas;
 - melhoria da infra-estrutura de saúde nos postos indígenas, com a construção e reforma de enfermarias;
 - implantação de infra-estrutura de apoio à produção agrícola em 200 áreas indígenas;
 - instalação de unidades regionais para produção de sementes e mudas, em 200 postos indígenas, além da recuperação de áreas com espécies frutíferas e medicinais;
 - edição anual de cinco mil exemplares do Manual do Usuário e dois mil exemplares do Manual de Operações dos serviços prestados pela Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça, visando ao atendimento ao estrangeiro;
 - divulgação das normas legais dos direitos do consumidor junto às entidades classistas;
 - divulgação das normas relativas à prevenção e repressão do abuso do poder econômico, com a publicação de 15 mil revistas do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e de 15 mil cartilhas, além da realização de 21 seminários;
 - realização de cursos específicos de treinamento e capacitação técnica, bem como elaboração e distribuição de material técnico e didático destinado a agentes penitenciários;
 - fortalecimento da Escola Penitenciária Nacional;
 - qualificação de instrutores e formação de monitores para aprimoramento de pessoal, na área penitenciária;
 - qualificação de instrutores do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, com implantação do Sistema Nacional de Treinamento e Desenvolvimento;
 - apoio a programas de formação de especialistas, no País e no exterior, nas áreas relativas à proteção e defesa do consumidor;
 - realização de estudos visando à consolidação da legislação federal.
-

MINISTERIO DA JUSTICA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		M E T A S										
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)						
				1991-95		1991-95						
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC	
0015-CUSTODIA E REINTE-GRACAO SOCIAL	Reforma, ampliacao e construçao de estabelecimentos prisionais.	Construir unidades prisionais federais.	Unidade	1	4							100
0174-POLICIAMENTO CIVIL	Reequipamento da Policia Federal.	Adquirir armamentos.	Unidade	1.000	3.700							100
		Adquirir helicopteros.	Unidade	1	1							100
		Adquirir lanchas.	Unidade	2	8							100
		Adquirir veiculos.	Unidade	95	600							100

MINISTERIO DA JUSTICA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

SUBPROGRAMAS		METAS								
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)				
				1991-95						
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO NAC
0484-ASSISTENCIA AO SILVICOLA	Garantia aos indigenas de posse permanente das terras em que habitam e do usufruto dos recursos naturais nelas existentes.	Demarcar areas indigenas.	Mil km2	192	328					100

126

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0137 - RADIODIFUSÃO										
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A - RADIOBRÁS										
PROJETO: 05.022.0137.5448										
IMPLEMENTACAO DA AGENCIA BRASIL	61,14	386,35	447,49	ADQUIRIR E INSTALAR EQUI- PAMENTOS DE INFORMATICA E JORNALISMO.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
MELHORIA DAS CONDICÕES DE FUNCIONAMENTO DA AGENCIA OFICIAL DE NOTÍCIAS DO GOVERNO BRASILEIRO.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	18,86	119,22	138,08							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	0,00	0,00	0,00							
TOTAL GERAL										
	80,00	505,57	585,57							



6. MINISTÉRIO DA MARINHA

Procurando adaptar-se às dificuldades impostas pela escassez de recursos financeiros, o Ministério da Marinha, para cumprimento de sua missão, vem direcionando seus esforços no sentido de construir uma força naval moderna e adestrada.

Os meios flutuantes, em sua maioria, e particularmente os combatentes, atingiram ou ultrapassaram a idade-limite. Assim, faz-se imperiosa a gradual implementação de um programa de reaparelhamento.

Paralelamente, buscando alcançar independência tecnológica, a Marinha vem alterando, de modo significativo, sua postura em relação à obtenção de meios, para, em ritmo crescente, desenvolver, no País, projetos de construção de sistemas e equipamentos navais.

Essa política de nacionalização de meios passou a exigir maior investimento na preparação de pessoal técnico, no País e no exterior. Nesse sentido, a Marinha tem procurado integrar-se com a comunidade técnico-científica, com as universidades e com outros órgãos voltados para o desenvolvimento dos projetos navais.

Tem sido, também, preocupação constante a montagem de uma estrutura industrial, especificamente destinada à construção, pesquisa e desenvolvimento de sistemas e equipamentos.

A Marinha pretende, ainda, modernizar o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas da Marinha, o Centro de Pesquisas de Aramar e outros centros técnicos destinados à construção e manutenção dos meios navais.

Diretrizes

a) no que se refere às diretrizes de caráter geral:

- obtenção de um nível de aprestamento compatível com as exigências modernas, enfatizando-se a eficácia e a prontidão operativas;
 - continuidade da construção, no País, de meios de superfície, aéreos e de guerra anfíbia, objetivando maiores índices de nacionalização do material;
 - desenvolvimento de pesquisa científico-tecnológica e capacitação contínua do pessoal para absorver a evolução tecnológica dos sistemas navais;
-

b) no que se refere às diretrizes de caráter específico:

- adoção de medidas visando à nacionalização progressiva dos sistemas, equipamentos e materiais utilizados na Marinha, admitindo-se, de início, níveis mais baixos de sofisticação, porém resguardando-se a qualidade e a confiabilidade;
 - prioridade para a importação de tecnologia, em vez de produtos acabados, e para o processo de nacionalização de munições e de materiais empregados, em grandes quantidades ou de reposição freqüente;
 - construção de navios de guerra no País, de acordo com prioridades estabelecidas no Programa de Reaparelhamento da Marinha, buscando integrar a indústria nacional ao processo de desenvolvimento e execução dos projetos;
 - realização de pesquisas científico-tecnológicas orientadas essencialmente para o desenvolvimento de meios, sistemas e recursos, cuja independência de fontes externas seja fundamental e prioritária, com apoio financeiro de órgãos governamentais de desenvolvimento científico-tecnológico e participação de universidades, quando o objetivo da pesquisa tiver, também, aplicação civil;
 - definição de reservas em áreas litorâneas e ribeirinhas (baías dos rios Amazonas e Paraguai), selecionadas em razão do significado estratégico, para oportuna ampliação ou criação de instalações de apoio e de adestramento;
 - prosseguimento da execução do programa de levantamentos hidrográficos, dando prioridade às áreas relevantes, para fins de aplicação do poder naval e para segurança da navegação;
 - modernização e expansão do apoio à navegação oceânica, à navegação costeira e à navegação fluvial e em águas restritas, incentivando, quando possível, a participação de entidades civis;
 - implementação do banco nacional de dados oceanográficos, relativo à área marítima de interesse do Brasil, visando às operações navais e ao desenvolvimento nacional;
 - apoio a pesquisas científicas na Antártica e nos mares adjacentes, em consonância com a política nacional para assuntos antárticos, e ao programa de levantamento da plataforma continental brasileira, incluído na política nacional para os recursos do mar;
-

- aperfeiçoamento profissional do pessoal, intensificando o intercâmbio e a cooperação com instituições de ensino das Forças Armadas, bem como com instituições científicas, industriais e universitárias do País e do exterior.

Objetivos e Metas

- prosseguimento da execução do "Programa de Reaparelhamento da Marinha", consistindo na construção, no País, de quatro submarinos e de quatro corvetas, início de mais duas corvetas e aquisição de seus equipamentos, conclusão da instalação dos lançadores de mísseis em quatro fragatas, além de modernização dos centros técnicos de manutenção e reparos, e dos equipamentos do Corpo de Fuzileiros Navais;
 - continuação do "Programa de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes", compreendendo: elaboração do projeto de construção de um submarino diesel-elétrico; obtenção de dois navios de desembarque e de quatro contra-torpedeiros, por cessão de Marinha de país amigo; aquisição de dezesseis helicópteros, para modernização da Força Aeronaval, e duas embarcações, para os serviços de patrulha e polícia; construção de um navio-tanque e de duas embarcações, para o serviço de porto, e de cinco embarcações, para o transporte de pessoal; construção de duas lanchas balizadoras; construção ou aquisição de embarcações, para a Força de Fuzileiros, e continuação da recuperação do porta-aviões "Minas Gerais";
 - desenvolvimento de projetos especiais destinados à criação de protótipos de meios flutuantes diversos, visando tornar o País cada vez menos dependente do exterior em tecnologia de ponta;
 - prosseguimento das pesquisas nas áreas de sistemas inerciais e de controle táctico, propelentes de alto teor energético, telecomunicações, eletrônica e biomédica;
 - prosseguimento da execução do "Programa Patrulha Costeira", abrangendo: construção de nove navios-patrulha de 200 toneladas, prontificação de três lanchas de patrulha e polícia naval, além da compra de seus equipamentos; aquisição de viaturas e materiais especializados; manutenção e desenvolvimento das bases e estações navais;
 - melhoramentos na rede de ensino, incluindo: estruturação do laboratório de línguas; criação da oficina gráfica do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval; continuação das obras de modernização das instalações do Colégio Naval; aparelhamento das Escolas de
-

Aprendizes Marinheiros; recuperação do cais de saneamento da Ilha das Enxadas; aparelhamento do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo; edificação do paiol de munição do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; aparelhamento e modernização, em menor vulto, das demais escolas de formação e de aperfeiçoamento, bem como dos centros de instrução especializados;

- modernização e construção de cartas náuticas;
 - atualização dos **croquis** de navegação de rios e melhoramento do ballzamento de rios, com implantação de novos sinais luminosos, indispensáveis à navegação;
 - ampliação dos sistemas meteorológicos da Marinha, mediante aquisição de equipamentos, instrumentos e sistemas a serem instalados na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldela, em navios da esquadra e em navios oceanográficos;
 - expansão da capacidade de aproveitamento racional dos recursos vivos, minerais e energéticos do mar adjacente à costa brasileira, pela exploração dos recursos nele existentes e pela preservação ambiental;
 - realização de pesquisa científica na Antártica, com finalidade de estudar os fenômenos locais e sua influência sobre o Brasil, assim como possibilitar a participação do País no aproveitamento dos recursos naturais da área e nos estudos de circulação atmosférica, geomagnetismo e ionosfera, geologia e geofísica marinhas e continentais, circulação e massa d'água, plâncton, flora, ecologia e ornitologia;
 - prosseguimento dos trabalhos de levantamento da plataforma continental brasileira e de exploração dos recursos do mar, em uma área de aproximadamente 4 milhões de quilômetros quadrados, exigindo-se, para esse fim, a aquisição de equipamentos científicos e a capacitação de recursos humanos;
 - promoção do zoneamento e monitoramento costeiro, mediante manutenção do banco de dados da zona costeira e coordenação do "Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro".
-

MINISTERIO DA MARINHA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0163-OPERACOES NAVAIS	Ampliacao e aprimoramento da infraestrutura de apoio da Marinha.	Adquirir equipamentos portuarios.	Percentual de consecucao da meta	20	80						100
		Modernizar oficinas para base naval.	Percentual de consecucao da meta	20	80						100
		Construir, recuperar e aparelhar predios e instalacoes para usos diversos.	Percentual de consecucao da meta	20	80						100
		Construir ferois de navegacao.	Percentual de consecucao da meta	20	80						100
	Aquisicao e construcao de meios operativos e embarcacoes de apoio, alem da modernizacao dos existentes.	Construir navios-tanque.	Navio	1							100
		Obter navios de desembarque.	Navio		2						100
		Construir corvetas.	Navio	2	4						100
		Desenvolver projeto e construir submarino moderno.	Submarino		1						100
		Construir submarinos.	Submarino		4						100
		Adquirir navio oceanografico.	Navio	1							100
		Obter navios contra-torpedeiros.	Navio		8						100
		Adquirir helicopteros.	Helicoptero	4	12						100
	Aquisicao de viaturas e materiais especializados.	Construir embarcacoes para os servicos de porto, transporte de pessoal e patrulhamento.	Embarcacao	2	7						100
		Adquirir viaturas leves.	Viatura	17							100

Contínua

MINISTERIO DA MARINHA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR ADMINISTRACAO DIRETA

Continuacao

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
D183-PROGRAMACAO ESPECIAL	Desenvolvimento e aplicacao de novas tecnicas em projetos especiais relacionados com a seguranga nacional.	Desenvolvimento de prototipos e construo de sistemas de propulso nuclear para navios e submarinos.	Percentual de consecucio da meta	20	80						100
	Manutencao e reparo das forcas navais, visando a defesa do mar territorial e das vias navegaveis.	Manter e reparar fragatas.	Unidade	4							100
		Manter e reparar navios e embarcacoes diversas.	Unidade	8							100
		Manter e reparar aeronaves.	Unidade	17							100
	Obtencao de meios para o controle do uso do mar territorial e zona contigua, areas interiores da plataforma submarina, terrenos de marinha, marginais de portos, rios, lagos e canais.	Construir lanchas para patrulhamento e policiamento naval.	Unidade	3							100
		Construir navios-patrolha.	Unidade	3	6						100
	Acoes voltadas para a dinamizacao da presenca brasileira nas faixas de fronteira do Pais.	Construir e adquirir lanchas-patrolha.	Unidade		7						100

136

Continua

136

MINISTERIO DA MARINHA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS										
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)						
						1991-95						
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC	
		Adquirir embarcacoes para os servicos da Capitania dos Portos na Amazonia.	Unidade		2							100
		Construir embarcacao para levantamento hidrografico.	Unidade		1							100
		Construir residencias na faixa de fronteira.	Unidade		16							100
		Ampliar cais, construir rede de dutos, radiofarol e agencias de Capitancias dos Portos.	Percentual de consecucão da meta	20	80							100

MINISTÉRIO DA MARINHA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0353 - COMERCIALIZAÇÃO										
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON										
PROJETO: 11.010.0353.5222										
MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	5,00	20,00	25,00	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS PARA A PROMO- CAO DA ATIVIDADE-FIM.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: PROMOCAO DA INDUSTRIA MILITAR NAVAL E GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE DA MARINHA.										
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	5,00	20,00	25,00							
TOTAL GERAL	10,00	40,00	50,00							

7. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

O Exército vem realizando, ao longo dos últimos anos, um esforço de modernização, caracterizado particularmente pela execução de programas que integram o projeto "Força Terrestre - 1990". Nesse sentido, foram desenvolvidas atividades de estruturação e aparelhamento, em diversas áreas, tais como: pessoal, ensino e doutrina, instrução e adestramento, defesa territorial e mobilização, e organização básica do Exército.

Apesar do grande esforço despendido, restrições de ordem financeira não só impediram a plena realização dos objetivos estabelecidos na programação do referido projeto, como também geraram novos problemas ou ampliaram os já existentes. Assim, a operacionalidade das organizações militares, embora tenha melhorado, não atingiu ainda as condições mínimas necessárias à manutenção de um nível compatível com a responsabilidade de zelar pela segurança nacional.

Portanto, é indispensável que se proceda ao aumento do nível de operacionalidade da Força Terrestre, à consecução dos objetivos não alcançados pelo "Projeto Força Terrestre - 1990" e à implantação de um Sistema de Comando, Controle, Comunicação e Inteligência.

Diretrizes

- modernizar o Exército, como forma de obter a capacitação necessária para atender às atuais concepções estratégicas de preparo, evolução e emprego da Força Terrestre;

- implementar o Projeto Reaparelhamento do Exército, a partir das seguintes orientações: conclusão das ações em andamento relativamente à aviação do Exército; novas ações, a partir de 1992, no que se refere à guerra eletrônica; especialização do pessoal necessário aos programas da aviação do Exército, guerra eletrônica e informatização, além da formação de oficiais e sargentos; prosseguimento das ações programadas para a área de blindados; continuação das pesquisas iniciadas e apoio a novas pesquisas nas áreas de informática, comunicações e guerra eletrônica; conclusão das ações iniciadas referentes à estruturação da Força Terrestre e ao completamento de equipamentos; implementação do programa de informatização do Exército, com vistas à implantação da organização sistêmica do Exército e do Sistema de Comando, Controle, Comunicação e Inteligência;

- concluir a implantação dos projetos em andamento.

Objetivos e Metas

- elevação do nível de operacionalidade das organizações militares incluídas na etapa de planejamento do "Projeto Força Terrestre-1990";

- implantação da organização sistêmica do Exército e do Sistema de Comando, Controle, Comunicação e Inteligência;

- conclusão da organização das seguintes unidades: uma divisão do Exército no Sul, uma brigada no Centro-Oeste, uma brigada na Amazônia, uma brigada como reserva estratégica, uma brigada de infantaria pára-quedista, uma brigada de aviação do Exército (Comando, Centro de Instrução, 1ª Batalhão de Helicópteros, Batalhão Logístico e Companhia Precursora), Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Centro de Cartografia Automatizada do Exército e Centro Tecnológico do Exército;

- redução de estruturas e eliminação daquelas consideradas obsoletas ou desnecessárias;

- prosseguimento da aquisição de equipamento e material permanente, bem como da realização de obras necessárias à organização de 74 unidades militares;

- prosseguimento da transferência de 16 unidades localizadas em grandes centros urbanos, visando à interiorização e à ocupação de espaços vazios, que possibilitem melhores condições para instrução e adestramento, bem como conclusão da transferência de quatro unidades;

- prosseguimento da transformação de 39 unidades anacrônicas, obsoletas ou fora de estrutura doutrinária, e conclusão da transformação de 11 outras organizações militares;

- prosseguimento dos melhoramentos em 14 estabelecimentos de ensino, mediante adequação de instalações e aquisição de materiais, a fim de assegurar melhor qualificação dos recursos humanos;

- prosseguimento do completamento de 35 unidades, mediante a substituição do material obsoleto ou desgastado;

- prosseguimento das pesquisas nas áreas de pessoal, doutrina, material, informática, comunicação e guerra eletrônica;

- conclusão da organização da Brigada de Aviação do Exército, constituída pelo Comando da Brigada, Centro de Instrução, 1º Batalhão de Helicópteros, Batalhão Logístico e Companhia Precursora;

- conclusão, até 1993, da organização da Base de Aviação de Taubaté;

- implementação do 8º programa do "Plano de Estruturação do Exército", a fim de possibilitar a implantação da organização sistêmica do Exército e do Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Inteligência;

- construção de 2 mil residências, para atender às necessidades de unidades do Exército situadas em áreas fronteiriças e em áreas de comprovada deficiência de moradia;

- prosseguimento da construção do Centro Tecnológico do Exército;

- implementação do "Programa Região Militar" e prosseguimento da implantação de quatro parques regionais de manutenção e dez batalhões de suprimentos;

- construção de um hospital geral, três hospitais de guarnição, seis postos médicos de guarnição, um hospital escolar e de pavilhões em diferentes organizações militares;

- prosseguimento da implantação do Centro de Cartografia Automatizada do Exército;

- prosseguimento dos trabalhos de pesquisas de mísseis e foguetes lançadores, armamento, blindados e viaturas militares, material de engenharia, material de intendência e material eletrônico.

MINISTERIO DO EXERCITO: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0055-PESQUISA APLICADA	Formacao de base cientifica nas areas que possibilitem o aperfeicoamento do Exercito brasileiro.	Realizar estudos sobre doutrina militar e pesquisas nas areas de material, informatica, pessoal, comunicacoes e guerra eletronica.	Projeto	12	35						100
0166-OPERACOES TERRESTRES	Conclusao da organizacao de Divisoes do Exercito, Brigadas, Centros de Instrucao, Cartografia e Tecnologia.	Reaparelhar o Exercito, visando sua modernizacao, bem como a estruturacao da forca terrestre.	Organizacao militar	32	370						100
		Construir quarteis.	m2	48.038	142.804						100
		Implantar Centro de Cartografia automatizada.	Organizacao militar	1	4						100
	Implementacao da informatizacao do Exercito e elevacao do seu nivel de operacionalidade.	Implementar o Programa de Informatizacao do Exercito, com vistas a implantacao do Sistema de Comando, Controle, Comunicacoes e Inteligencia.	Percentual de consecuciao da meta	20	80						100
	Construcao de novas residencias para atender as necessidades do Exercito.	Construir unidades residenciais em areas de fronteira e em localidades com deficiencia comprovada de moradia.	m2	32.966	132.864						100

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL										
SISTEMA IMBEL										
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL										
PROJETO: 11.062.0347.5083 CONSTRUCÃO DE FABRICA DE POLVORA DE BASE SIMPLES	0,00	1.488,45	1.488,45	AUMENTAR A PRODUCAO DE 15 T/MES PARA 60 T/MES.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA PRODUCAO DE POLVORA DE BASE SIMPLES, MEDIANTE CONSTRUCÃO DE NOVA FABRICA.										
PROJETO: 11.062.0347.5171 FABRICACAO DE ESPOLETA ELETRICA	713,00	974,76	1.687,76	REALIZAR OBRAS CIVIS E ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA INSTALACAO DE USINA, PARA PRODUZIR 5.800.000 ESPOLETAS POR ANO.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: FABRICACAO DE ESPOLETAS ELETRICAS PARA ATENDER,PREFERENCIAL- MENTE, A DEMANDA DA PETROBRAS.										

contínua

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 11.062.0347.5173 FABRICACAO DE TNT	0,00	1.781,24	1.781,24	EXPANDIR A CAPACIDADE DE PRODUCAO DE TNT, DE 6.000 T/ANO, PARA 12.000 T/ANO.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: AUMENTO DA CAPACIDADE DE FABRICACAO DE TNT, MEDIANTE INTRODUCAO DE NOVO PROCESSO PRODUTIVO.										
PRÓLOGO S/A - PRODUTOS ELETRÔNICOS										
PROJETO: 11.062.0347.5063 AUTOMACAO DE EQUIPAMENTOS BELICOS	8,00	32,00	40,00	ATINGIR INDICE DE 100% DE PRECISAO PELA AUTOMACAO DE EQUIPAMENTOS MILITARES.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: AUTOMACAO DE EQUIPAMENTOS MILITARES, VISANDO ELEVAR O INDICE DE PRECISAO.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	1.447,78	3.249,52	4.697,30							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	371,22	104,37	475,59							
TOTAL GERAL	2.540,00	7.630,34	10.170,34							

8. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ao longo dos últimos anos, em face da política de contenção de gastos públicos, o Ministério das Relações Exteriores vem se defrontando com dificuldades crescentes, cujas conseqüências foram: deterioração marcante do acervo patrimonial, com adiamento de obras e reformas indispensáveis; atraso tecnológico nas áreas de informações e comunicações, sobretudo no campo da informática; obsolescência dos equipamentos e técnicas cartográficas necessárias à demarcação de fronteiras; e perda de qualidade e atualização do programa de formação de diplomatas e demais funcionários do Serviço Exterior.

Torna-se imperiosa, por conseguinte, a necessidade de se reverter esse quadro, sob pena de comprometer seriamente a política externa brasileira, com inevitáveis prejuízos para o País.

De resto, a política externa do Brasil, como expressão de vontade e aspiração nacionais e, portanto, em estreita sintonia com a política e realidade internas, constitui o instrumento necessário para, em um mundo crescentemente interdependente e complexo, permitir a consecução dos objetivos fundamentais e permanentes do País.

Diretrizes

- ampliação e fortalecimento da presença brasileira no plano internacional, objetivando permitir inclusive, a participação ativa do Brasil no processo de tomada de decisões em organismos internacionais;

- adequação do Serviço Exterior Brasileiro às peculiaridades, necessidades e responsabilidades do País.

Objetivos e Metas

- construção de sede e chancelarias, em oito cidades do exterior;

- construção do Centro de Treinamento do Instituto Rio Branco;

- instalação da Chancelaria de Consulados Gerais, em cinco cidades do exterior;

- reforma e reaparelhamento do Palácio Itamaraty, e seus anexos, da Secretaria de Recepção e Apoio no Rio de Janeiro, das Comissões Demarcadoras de Limites em Belém e no Rio de Janeiro, e do Instituto Rio Branco;

- ampliação da capacidade de programação e armazenamento de dados;

- desenvolvimento de tecnologia criptográfica nacional, para garantir, nas comunicações internacionais, o necessário nível de sigilo e segurança;

- expansão, modernização e consolidação do sistema de telecomunicações;

- apoio às atividades de demarcação de fronteiras;

- continuidade do projeto de preservação de bens patrimoniais e culturais, no País e no exterior.

9. *MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO*

A questão educacional brasileira revela graves e insuperados problemas, que demandam urgentes e vigorosas soluções, sob pena de inviabilizar o projeto de desenvolvimento nacional.

De fato, é indispensável enfrentar, com firmeza, o problema histórico da persistência de elevados contingentes de não-alfabetizados, bem como o baixo nível de escolaridade. O grande desafio consiste não apenas em oferecer oportunidades educacionais àqueles que se encontram à margem do sistema escolar, mas também garantir-lhes permanência e ensino de qualidade.

Soluções para essas questões devem ter por base a adoção de programas diversificados, adequados ao perfil das várias clientela e complementados por iniciativas de caráter mais amplo, dirigidas à erradicação das causas da evasão, repetência e mau aproveitamento escolar.

No que se refere ao ensino fundamental, verifica-se que a expansão da rede educacional somente se faz necessária em áreas geográficas específicas (periferias urbanas e áreas rurais de algumas regiões do País). Nessas circunstâncias, a educação pré-escolar tem importante papel a cumprir, potencializando o desempenho dos alunos para o ensino fundamental e servindo, adicionalmente, como instrumento de assistência social a famílias de baixa renda.

A política federal voltada para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, deve, ademais, eliminar o centralismo excessivo e a burocratização, em favor de uma atuação mais ágil e efetiva, centrada prioritariamente na formulação de diretrizes gerais e no financiamento a projetos estaduais e municipais.

A ampliação da oferta de vagas, no ensino médio, deve levar em conta o problema da seletividade social, que se agrava ao longo das séries do nível fundamental. Mais que aumentar essa oferta de vagas, é imprescindível assegurar a conclusão do nível fundamental à maioria dos alunos.

O ensino técnico de nível médio vem cumprindo papel importante na modernização da estrutura produtiva. Consta-se, no entanto, a necessidade de melhorar a estrutura da oferta e a qualidade do ensino, bem como adequar os currículos e métodos às demandas do mercado de trabalho.

O sistema de ensino superior brasileiro é marcado pela heterogeneidade qualitativa, decorrente, em boa medida, das peculiaridades de formação da demanda social e da segmentação da oferta. No que se refere à pós-graduação, o País conta com um sistema de razoável porte, com amplas potencialidades em termos de produção. Cumpre, entretanto, conferir

maior eficiência a esse sistema e direcioná-lo para uma contribuição mais eficaz ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Diretrizes

- alocação das transferências federais a Estados e Municípios, exclusivamente, para projetos de expansão ou melhoria de seus sistemas educacionais, cabendo àquelas entidades assegurar a respectiva manutenção;
 - apoio à descentralização administrativa e financeira dos sistemas, com democratização da gestão educacional e maior autonomia didático-pedagógica das escolas;
 - estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, no ensino, objetivando proporcionar efetivo nivelamento de oportunidades e atender às novas exigências do processo de modernização do País;
 - direcionamento da expansão física do sistema de ensino fundamental, limitada à correção dos focos de carência localizados;
 - integração das ações voltadas para a infância, evitando duplicação de gastos e fragmentação de atividades;
 - adoção de medidas visando à superação dos níveis insatisfatórios de desempenho docente e de competência pedagógica, mediante reestruturação curricular, metodológica e organizacional dos processos de formação dos educadores;
 - fortalecimento e expansão da educação tecnológica, com vistas a uma crescente articulação com as novas orientações da política industrial;
 - aperfeiçoamento e melhoria do desempenho da universidade pública, com avaliações periódicas das diferentes unidades do sistema;
 - aprimoramento do sistema de pós-graduação, com efetiva integração entre as atividades de ensino e pesquisa.
-

Objetivos e Metas

- universalização da educação básica de boa qualidade (criação de 2,4 milhões de vagas e redução dos turnos intermediários), mediante assistência técnica e financeira à expansão desse nível de ensino nos Estados e Municípios (principalmente em áreas carentes);

- expansão do atendimento à infância (criação de 440 mil vagas, na pré-escola), de forma integrada com o ensino fundamental;

- combate ao analfabetismo e à subescolarização na população adulta, por meio de programas integrados de preparação para o trabalho e para a plena cidadania;

- melhoria do rendimento escolar na pré-escola e no ensino fundamental, mediante oferta de programas de suplementação (fornecimento anual de merenda a 28,4 milhões de alunos e distribuição anual de 84 milhões de livros didáticos);

- ampliação do atendimento ao ensino técnico (construção de 181 escolas), bem como adequação da oferta à demanda do sistema produtivo;

- incentivo à formação, capacitação e valorização dos recursos humanos que atuam no ensino pré-escolar, fundamental e médio, e revitalização da escola normal (apoio a 621 escolas), com o propósito de recuperar a qualidade do ensino pela melhor qualificação do magistério;

- expansão do ensino especial, mediante assistência financeira a entidades especializadas, com vistas a beneficiar cerca de 250 mil alunos anualmente, proporcionar a integração do portador de deficiência ao sistema regular e disseminar recursos modernos de apoio educacional a essa clientela;

- desenvolvimento do ensino superior de graduação, democratização do acesso à universidade e estímulo ao seu aperfeiçoamento acadêmico e gerencial, com ênfase no apoio aos projetos das instituições federais de ensino voltados para melhoria dos equipamentos (informática, principalmente) e dos laboratórios, para implantação de cursos noturnos, e para introdução de mecanismos periódicos de avaliação de desempenho;

- consolidação da pós-graduação mediante concessão de bolsas e assistência financeira aos programas, bem como maior articulação com o sistema produtivo;

- desenvolvimento da pesquisa educacional voltada para a melhoria da qualidade de ensino (execução de 350 projetos de pesquisa, anualmente).

MINISTERIO DA EDUCACAO: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0056-DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	Desenvolvimento da pesquisa educacional, visando a melhoria da qualidade do ensino.	Realizar estudos e pesquisas.	Projeto/ano	350	350	5	29	45	15	6	
0057-INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA.	Divulgacao de informacoes sobre avancos científicos e tecnologicos no setor.	Publicar e divulgar informacoes no campo educacional.	Publicacao/ano	20	20						100
0137-RADIOFUSAO	Ampliacao da oferta de instrumentos de formacao educativa e cultural, mediante programas de radio e TV.	Realizar programas educativos de apoio a: . alfabetizacao . pre-escola . escola fundamental.	Mil alunos/ano Mil alunos/ano Mil alunos/ano	2500 1000 2200	2500 1000 2200	2 7 7	47 29 31	30 41 40	11 14 14	10 9 8	
0185-CRECHE	Melhoria da qualidade do atendimento educacional em creche.	Apoiar, tecnica, pedagogica e financeiramente, creches.	Mil creches/ano	2	3	5	25	32	33	5	
0188-ENSINO REGULAR	Ampliacao do acesso a educacao fundamental.	Expandir o atendimento a estudantes.	Mil novas vagas	390	2.000	11	52	12	7	18	
0190-EDUCACAO PRE-ESCOLAR	Expansao do atendimento em educacao pre-escolar.	Ampliar o atendimento a criancas de 4 a 6 anos.	Mil novas vagas	80	360	6	32	44	12	6	

Continua

MINISTERIO DA EDUCACAO: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

Continuacao

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0196-FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO	Fortalecimento do ensino tecnico agricola.	Consolidar escolas agrotecnicas.	Alunos/ano	15.500	15.500	7	31	37	16	9	
0197-FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO	Fortalecimento do ensino tecnico.	Reequipar unidades de ensino tecnico.	Equipamento	228		11	47	21	11	10	
0199-ENSINO POLIVALENTE	Ampliacao da oferta de ensino tecnico.	Construir escolas de ensino tecnico.	Unidade	46	135	14	33	19	19	15	
0205-ENSINO DE GRADUACAO	Desenvolvimento do ensino superior de graduacao.	Apoiar instituicoes federais de ensino superior.	Instituicao/ano	52	52	14	23	38	17	8	
0206-ENSINO DE POS-GRADUACAO	Desenvolvimento do ensino superior de pos-graduacao.	Apoiar cursos de pos-graduacao.	Curso/ano	1.456	1.917	2	11	73	11	3	
0213-CURSOS DE SUPLENCIA	Combate ao analfabetismo e a subescolarizacao da populacao jovem e adulta.	Ofertar ensino alfabetizante.	Mil pessoas	2.100	11.110	5	47	31	11	6	
		Ofertar ensino supletivo em nivel fundamental.	Mil pessoas	2.100	12.500	5	47	31	11	6	
0217-TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Apoio a formacao e capacitacao dos recursos humanos que atuam no ensino pre-escolar, fundamental e medio.	Promover treinamento de pessoal em escolas normais.	Escola	227	394	17	26	21	16	20	

Continua

MINISTERIO DA EDUCACAO: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

Continuacao

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0236-LIVRO DIDATICO	Suplementacao de livros didaticos no ensino fundamental.	Distribuir livros para alunos, bibliotecas e salas de leitura.	Mil livros/ano	84.000	84.000	8	33	36	15	8	
0237-MATERIAL DE APOIO PEDAGOGICO	Suplementacao de material de apoio pedagogico, no ensino fundamental.	Distribuir material escolar.	Mil alunos/ano	28.000	28.000	9	33	37	13	8	
0252-EDUCACAO COMPENSATORIA	Atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais.	Expandir o ensino especial e disseminar recursos de apoio a essa modalidade.	Mil alunos/ano	220	253	9	7	29	38	17	
0427-ALIMENTACAO E NUTRICAO	Suplementacao de alimentacao a alunos da pre-escola e do ensino fundamental.	Fornecer alimentacao escolar.	Mil alunos/ano	28.400	28.400	10	43	22	17	8	
0428-ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	Oferta de programas de saude a alunos do ensino fundamental.	Prestar servicos odontologicos, oftalmologicos e de saude geral.	Mil alunos/ano	13.100	13.100	9	33	35	14	9	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC	
0205 - ENSINO DE GRADUAÇÃO											
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE											
PROJETO: 08.044.0205.5318 RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS E DE INSTRUMENTAL TECNOLOGICO	201,32	885,00	1.086,32	RECUPERAR SALAS DE AULA, LABORATORIOS E INSTALA- COES.	0	0	0	100	0	0	
DESCRIÇÃO: MANUTENÇÃO DA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ENSINO DE GRADUAÇÃO.											
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA											
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE											
PROJETO: 08.075.0428.6083 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	346,22	1.523,00	1.869,22	DISPOR DE 645 LEITOS/ANO EM FUNCIONAMENTO.	0	0	0	100	0	0	
DESCRIÇÃO: PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA NA CLÍNICA MÉDICA BÁSICA, E NA DE PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DE DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS.											
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	0,00	0,00	0,00								
TOTAL GERAL	547,54	2.408,00	2.955,54								

10. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica é uma instituição de múltiplas e complexas missões, que utiliza e opera equipamentos de alta tecnologia, requerendo recursos, não só para programas de aquisição, como para o preparo, operação e manutenção de sua infra-estrutura.

Para alcançar a desejada eficiência operacional e administrativa, a Força Aérea prevê a conquista e manutenção de objetivos aeroespaciais de caráter duradouro, como: domínio do espaço aéreo, prontidão operacional, integridade do poder aeroespacial, desenvolvimento científico e tecnológico, e valorização profissional.

A Aeronáutica, por outro lado, empenha-se em reduzir gastos e racionalizar rotinas, visando à eliminação de desperdícios, sem, contudo, permitir descontinuidade em sua programação prioritária. Em decorrência, para manter um nível adequado de operacionalidade, limitar-se-á à conclusão dos programas em andamento, restringindo ao máximo a abertura de novos projetos.

Diretrizes

- consolidação do poder aeroespacial, racionalizando e promovendo a eficácia administrativa;
 - treinamento de recursos humanos, com vistas ao atendimento de novas exigências tecnológicas;
 - execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento, bem como incorporação de tecnologias de interesse da Aeronáutica;
 - apoio ao desenvolvimento de indústrias, objetivando a nacionalização do material aeroespacial;
 - fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea, mediante revitalização e modernização dos equipamentos existentes e adequação da infra-estrutura aeroespacial às necessidades do País.
-

Objetivos e Metas

- reforma, ampliação e construção de instalações indispensáveis ao funcionamento da Força Aérea;
 - aquisição de veículos operacionais nas áreas de saúde, controle de incêndios, apoio a aeródromos e transporte logístico;
 - desenvolvimento e absorção de tecnologias avançadas, mormente as relacionadas com aeronaves de alta performance, dando prioridade à continuidade do programa conjunto Brasil-Itália para construção do jato AM-X;
 - atendimento das necessidades de manutenção, suprimento e aquisição de equipamentos, tanto no que se refere a material bélico, quanto no que diz respeito à operacionalidade dos meios aéreos;
 - capacitação de recursos humanos, incorporação de tecnologias avançadas e fomento do parque industrial, mediante pesquisa pura e aplicada, e industrialização, no País, de materiais de interesse do poder aeroespacial;
 - ampliação, reforma e recuperação da rede aeroportuária nacional de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica, com melhorias em seus equipamentos e instalações, prioritariamente na região amazônica;
 - atualização e ampliação do Sistema de Controle e Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro.
-

MINISTERIO DA AERONAUTICA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0054-PESQUISA FUNDAMENTAL	Desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico aeroespacial.	Realizar pesquisas de desenvolvimento aeroespacial.	Percentual de consecução da meta	12	88						100
0160-OPERACOES AEREAS	Aquisicao, reaparelhamento e manutencao de aeronaves, instalacoes e equipamentos da Forca Aerea Brasileira.	Adquirir aeronaves.	Aeronave	15	69						100
		Modernizar e revitalizar aeronaves.	Aeronave	72	449						100
		Adquirir veiculos operacionais para servicos de saude, contra-incendio, apoio a aerodromos e transporte logistico.	Veiculo	398	1.506						100
		Desenvolver e construir aeronaves AM-X, dotando a FAB de aparelhos de alta performance.	Aeronave	8	57						100
		Suprir de material belico as aeronaves e realizar manutencao.	Percentual de consecução da meta	16	84						100
0316-HABITACAO	Ampliacao da infra-estrutura de apoio para as organizacoes do Ministerio.	Suprir de equipamento as aeronaves e realizar manutencao.	Percentual de consecução da meta	17	83						100
		Construir unidades habitacionais para apoio a movimentacao de pessoal militar.	Residencia	118	1.004						100
0523-INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	Otimizacao da rede aeroportuaria, com melhorias em seus equipamentos e instalacoes.	Recuperar e manter a infra-estrutura aeroportuaria.	Obra	1	5						100

Continua

MINISTERIO DA AERONAUTICA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0524-CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO AEREO	Integracao e desenvolvimento das areas de atuacao da SUDAM, mediante financiamento de obras de infra-estrutura aeroportuaria.	Construir aeroportos na regio amazonica.	Obra	6	24						100
	Controle do trafego aereo, e defesa do espaco aereo brasileiro.	Adquirir ou modernizar equipamentos, revitalizar o DACTA I, ampliar o DACTA II e implantar os DACTAs III e IV, que envolvem obras de infra-estrutura da ordem de 327.000 m2.	Sitio de controle do espaco aereo	17	38						100

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL										
SISTEMA EMBRAER										
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S/A - EMBRAER										
PROJETO: 11.062.0347.5105 DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE AM-X	246,09	1.511,00	1.757,09	COMPLEMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO AVIAO AM-X PARA ENTREGA INICIAL DE 266 AERONAVES AS FORÇAS AEREAS DO BRASIL E DA ITALIA.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: DESENVOLVIMENTO DE AVIAO MILITAR A JATO,DE ATAQUE AO SOLO E DE RECONHECIMENTO,PARA DESEMPENHAR MISSOES EM BAIXA ALTITUDE E ALTA VELOCIDADE SUBSONICA.										
PROJETO: 11.062.0347.5106 DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE CBA-123	467,73	1.034,00	1.501,73	ENTREGAR A PRIMEIRA AERONAVE EM 1991.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: DESENVOLVIMENTO E FABRICACAO DO AVIAO CBA-123,DE 10 ASSENTOS, BIMOTOR, TURBO-HELICE, PRESSURIZADO, EM CONSORCIO COM A FABRICA ARGENTINA DE MATERIAIS AEROESPACIAIS.										

continua

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 11.062.0347.5108 DESENVOLVIMENTO DA AERONAVE EMB-145 DESCRIÇÃO: DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO DO PRIMEIRO JATO COMERCIAL DA EMPRESA, COM CAPACIDADE PARA 45 PASSAGEIROS.	1.468,16	1.843,00	3.311,16	DESENVOLVER, FABRICAR E ENTREGAR EM 1992 AS PRI- MEIRAS UNIDADES PARA OPE- RAÇÃO COMERCIAL.	0	0	0	0	0	100
INDÚSTRIA AERONÁUTICA NEIVA S/A PROJETO: 11.062.0347.5221 AUMENTO DA CAPACIDADE INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA DESCRIÇÃO: MELHORIA DA CAPACIDADE TECNOLÓGICA.	114,61	100,56	215,17	SUBSTITUIR A IMPORTAÇÃO DE COMPONENTES USADOS NA PRODUÇÃO DE AVIÕES LEVES.	0	0	0	0	0	100
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	3.268,23	17.704,05	20.972,28							

continua

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS- 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0353 - COMERCIALIZAÇÃO										
SISTEMA EMBRAER										
EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI										
PROJETO: 11.063.0353.5020										
AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	2,17	11,17	13,34	ADEQUAR AS INSTALACOES AO NUMERO CRESCENTE DE AERONAVES EM USO NA EUROPA.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS.										
EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION - EAC										
PROJETO: 11.063.0353.5021										
AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL E DE TREINAMENTO	386,97	237,00	623,97	ATENDER AO AUMENTO DAS ATIVIDADES EM VISTA DO NUMERO CRESCENTE DE AERONAVES EM USO NOS ESTADOS UNIDOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
AMPLIACAO DO EDIFICIO USADO PARA TREINAMENTO.										

continua

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA ELETROMECÂNICA CELMA										
PROJETO: 11.063.0353.5454										
INSTALACAO DE BANCO DE PROVAS PARA TESTE DE MOTORES AERONAUTICOS	0,00	498,00	498,00	INSTALAR BANCO DE PROVAS PARA TESTE DE MOTORES SUPERIORES A 20.000 LIBRAS (PROJETO A SER INICIADO EM 1992).	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
AMPLIACAO DA CAPACITACAO TECNOLÓGICA PARA TESTE DE MOTORES AERONAUTICOS DE ALTA VAZAO E EMPUXO.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA										
	203,45	507,00	710,45							
0523 - INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA										
EMPRESA BRAS. DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA-INFRAERO										
PROJETO: 03.087.0523.6048										
MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	2.226,64	9.826,00	12.052,64	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
MELHORIA DAS CONDICÖES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DE ATENDIMENTO A USUARIOS E AO TRAFEGO DE AERONAVES.										

continua

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0524 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO AÉREO										
TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS S/A - TASA										
PROJETO: 05.022.0524.5278										
MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO E TELEFONIA AEROPORTUARIA	166,36	751,05	917,41	INICIAR A SEGUNDA ETAPA DA AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS TECNICOS E OBRAS DE BENFEITORIA.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
MELHORIA NOS SERVICOS DE AUXILIO A NAVEGACAO AEREA, AUMENTANDO A SEGURANCA DO TRAFEGO NO TERRITORIO NACIONAL E AMPLIANDO OS SERVICOS DE TELEFONIA AEROPORTUARIA.										
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	305,60	901,00	1.206,60							
TOTAL GERAL										
	8.856,01	34.923,83	43.779,84							



11. MINISTÉRIO DA SAÚDE

A crise econômica dos últimos anos, aliada à heterogeneidade do processo brasileiro de desenvolvimento, teve sérias consequências sociais, que repercutiram negativamente sobre a saúde da população, agravando problemas críticos e aprofundando outros, até então secundários.

A situação brasileira na área de saúde apresenta-se, assim, bastante insatisfatória. De um lado, persistem questões típicas de sociedades subdesenvolvidas; de outro, afloram com intensidade problemas observados, predominantemente, em países adiantados.

As dificuldades se manifestam, sobretudo, em razão do acesso restrito aos serviços e bens essenciais, por parte de significativa parcela da população; da destinação insuficiente de recursos públicos para o setor (apenas 2,7% do PIB); da desestruturação da rede pública de estabelecimentos de saúde, com conseqüentes prejuízos para o padrão da oferta de serviços à população; e das distorções no sistema de prestação de serviços.

A precariedade do quadro atual se expressa, por exemplo, no recrudescimento da malária (hoje, se constata a ocorrência de cerca de 600 mil casos e três mil óbitos por ano) e nos níveis inadequados de controle da doença de Chagas, da esquistossomose e da febre amarela silvestre, bem como daquelas transmissíveis, controláveis por vacinação, como sarampo, difteria, coqueluche e tétano. Nesse contexto, registram-se, também, a disseminação da dengue e o aumento do risco de reaparecimento da febre amarela urbana, afora o crescimento significativo dos casos de AIDS, observado nos três últimos anos.

A mortalidade infantil mantém-se em patamar elevado, com média nacional de 63,2 óbitos de menores de um ano, por mil nascidos vivos.

A melhoria na prestação dos serviços de saúde requer uma atuação integrada dos diversos organismos públicos, com participação ampla da Sociedade e clara definição de responsabilidades e iniciativas. Para consecução desse propósito, impõe-se como prioritária a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diretrizes

- descentralização e participação social, ampliando o envolvimento de Estados e Municípios, promovendo a criação de conselhos de saúde, e oferecendo informação sistematizada à população;

- integração dos Estados e Municípios no esquema global de financiamento do SUS;
- desenvolvimento de novos modelos organizacionais, de serviços e de gestão do sistema;
- aperfeiçoamento das políticas de formação e desenvolvimento de recursos humanos;
- aprimoramento das ações do setor público e das suas relações com o setor privado, com vistas à organização dos sistemas locais de saúde (distritos sanitários);
- preservação das condições ambientais, de forma integrada com os demais setores, para eliminar, na origem, os fatores de risco à saúde.

Objetivos e Metas

a) no que se refere à implementação do SUS:

- melhoria das condições de saúde da população e do acesso aos serviços providos pelo setor público;
 - especificação do papel do Ministério da Saúde, no processo de implementação do SUS, competindo-lhe exercer a coordenação geral do sistema, prestar apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e executar funções restritas basicamente às atividades de alcance nacional, conquanto continue prestando serviços de caráter local ou regional, até que seja possível transferir essas responsabilidades para as demais esferas de Governo;
 - fortalecimento das atividades de controle e erradicação de doenças, principalmente as transmissíveis;
 - expansão e aprimoramento das ações de assistência integral à saúde do grupo materno-infantil;
 - aperfeiçoamento do atendimento médico-hospitalar, reestruturando os serviços de emergência, diminuindo as desigualdades regionais na distribuição da rede assistencial e aumentando a eficiência dos serviços, mediante adoção de procedimentos gerenciais modernos;
-

- ampliação e modernização da vigilância sanitária, particularmente quanto ao controle de qualidade de drogas, medicamentos e alimentos, e à informação toxicológica;

- aprimoramento das ações de controle de doenças e de outros agravos à saúde, especialmente mediante análise e vigilância epidemiológica, objetivando reduzir ou, quando possível, eliminar os fatores de risco;

- expansão e melhoria da rede nacional de laboratórios de saúde pública;

- aperfeiçoamento da política nacional de sangue e de hemoderivados, mediante ampliação da rede de hemocentros, capacitação de centros regionais de referência, estímulo à doação voluntária e atualização da legislação específica;

- apoio à pesquisa e desenvolvimento, com vistas a alcançar autonomia tecnológica na produção de insumos biológicos, imunobiológicos, equipamentos médicos e reagentes, assim como matérias-primas e fármacos necessários à fabricação de medicamentos essenciais;

- realização de estudos voltados para a melhoria do controle de doenças e dos processos de diagnose e terapia.

b) no que se refere ao controle de doenças:

- eliminação da poliomielite, do tétano neo-natal, da transmissão da AIDS e da hepatite B por transfusão, da sífilis congênita, da transmissão transfusional e intradomiciliar da doença de Chagas, do ciclo urbano da raiva, da malária (em áreas extra-amazônicas, e urbanas e periurbanas da Amazônia) e dos focos urbanos de leishmaniose tegumentar americana;

- redução da prevalência da desnutrição em menores de cinco anos, dos atuais 30% para, no máximo, 10%;

- execução de programas de vacinação para os menores de cinco anos, alcançando a meta de 95% desse universo, no que se refere a sarampo, difteria, tétano, coqueluche e tuberculose, e 100%, no que diz respeito à poliomielite;

- redução de 50%, nos níveis atuais de cárie dental em crianças e adolescentes;

- criação do Centro Nacional de Epidemiologia e consolidação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica;

c) no que se refere à atenção materno-infantil:

- redução da mortalidade infantil, de 63,2, para, no máximo, 40 óbitos de menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas, e da mortalidade materna, de 140 para 70 óbitos por 100 mil habitantes;

- apoio ao alojamento conjunto com a mãe, para 80% dos recém-nascidos;

- consecução de índices de cobertura de 85% no parto hospitalar, de 80% no atendimento pré-natal às gestantes, e de 100% no atendimento à gravidez de alto risco;

- ampliação da duração do aleitamento materno exclusivo, de 67 para 90 dias, e do aleitamento não exclusivo, de 130 para 190 dias;

- aumento, para 85%, da taxa de recém-nascidos com peso normal;

d) no que se refere aos serviços de saúde:

- garantia de acesso, ao SUS, para a totalidade da população;

- rigoroso controle de qualidade no atendimento das necessidades de sangue, hemoderivados e imunobiológicos;

- adoção de providências objetivando suprir, com medicação específica, no mínimo, 80% dos pacientes portadores de neoplasias malignas e AIDS, e 100% dos pacientes portadores de tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis, atendidos em ambulatórios oficiais;

- extensão, em caráter permanente, da assistência farmacêutica básica a 80% dos Municípios;

- regulamentação dos transplantes de órgãos, bem como da coleta, processamento e transfusão de sangue;

- informatização dos serviços prioritários, em 80% da rede ambulatorial e hospitalar vinculada ao SUS;

- reestruturação dos hospitais públicos, para atender a 95% dos casos de emergências de maior complexidade, bem como dotar a rede ambulatorial oficial de condições para atendimento a 95% dos casos emergenciais mais simples;

e) no que se refere à vigilância sanitária:

- Implantação do controle de qualidade, para todos os medicamentos adquiridos no âmbito do SUS;

- aumento, de 5% para 60%, na cobertura do controle de qualidade de medicamentos, cosméticos, saneantes e alimentos industrializados.

MINISTERIO DA SAUDE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC*
0054-PESQUISA FUNDAMENTAL	Apoio ao desenvolvimento de pesquisa e aprimoramento de centros especializados.	Realizar projetos de pesquisa basica para controle de doencas.	Projeto	400	1.805						100
0055-PESQUISA APLICADA	Promocao do desenvolvimento de processos e insumos basicos.	Realizar projetos de pesquisa tecnologica, visando a producao de farmacos imunobiologicos, equipamentos medicos, reagentes, e o desenvolvimento de processos diagnosticos e terapeuticos.	Projeto	107	480						100
0057-INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	Difusao do conhecimento tecnico-cientifico.	Produzir e divulgar informacoes cientificas.	Documento	1.150	5.350						100
0427-ALIMENTACAO E NUTRICAO	Promocao de acoes visando reduzir a desnutricao e as carencias nutricionais em gestantes, nutrizas, e criancas de ate 36 meses.	Fornecer suplementacao alimentar e nutricional, por meio da rede de saude.	Mil beneficiarios/mes	4.800	6.000	8	47	26	12	7	
Continue											

Continua

MINISTERIO DA SAUDE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0428-ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	Aperfeiçoamento e ampliacao do atendimento medico e hospitalar; promocao da auto-suficiencia no suprimento de sangue e derivados; fortalecimento da infra-estrutura para prestacao de servicos.	Prestar assistencia odontologica.	Milhoes de atendimentos/ano	78	92	4	26	50	15	5	
		Prestar atendimento basico de saude.	Milhoes de atendimentos/ano	506	586	6	36	40	10	8	
		Prestar servico medico ambulatorial.	Milhoes de atendimentos/ano	300	333	5	28	44	16	7	
		Prestar servicos de diagnostico e terapeuticos.	Milhoes de atendimentos/ano	110	138	5	28	44	16	7	
		Prestar servico hospitalar.	Milhoes de atendimentos/ano	12	15	5	28	44	16	7	
		Ampliar e aperfeiçoar a rede de hemocentros.	Hemocentros/ano	40	58	14	19	43	10	14	
		Ampliar e aperfeiçoar a rede de servicos.	Unidades/ano	360	500	10	40	30		20	
		Ampliar e aperfeiçoar a rede de laboratorios de saude publica.	Laboratorio	20	100	19	35	15	12	19	
0429-CONTROLE DE DOENCAS TRANSMISSIVEIS	Fortalecimento das acoes de controle e erradicacao de doencas transmissiveis.	Ampliar a cobertura clinico-laboratorial de vaccinacao e de controle de vetores de transmissao.	Mil exames/ano	2.600	3.400						100
			Milhoes de pessoas vacinadas/ano	30	34	5	28	44	16	7	
			Milhoes de borrfacoes com inseticida/ano	24	29						100
			Melhoria de habitacoes/ano	400	800		80	20			

Continua

MINISTERIO DA SAUDE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIFICAÇÃO		REGIONALIZAÇÃO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0430-VIGILANCIA SANITARIA	Aperfeiçoamento e consolidação dos sistemas de controle da qualidade de medicamentos e correlatos, alimentos, saneantes, cosméticos e da vigilância toxicológica.	Criar o Centro Nacional de Epidemiologia e consolidar o sistema de vigilância epidemiológica, com a criação de Centros Regionais.	Centro Nacional Centro Regional	1 5	21	19	35	15	12	19	100
		Capacitar unidades da rede nacional de laboratórios para análise de qualidade de produtos.	Laboratório	10	48	8	14	38	26	14	
		Ampliar a cobertura de análise de qualidade de produtos.	Mil análises/ano	300	500	8	10	42	30	10	
		Ampliar e reaparelhar a rede de centros de vigilância toxicológica.	Centro	10	17	19	35	15	12	19	
0431-PRODUTOS PROFILÁ- TICOS E TERAPEU- TICOS	Suprimento de medicamentos essenciais para o SUS. Promoção da auto-suficiência na produção de imunobiológicos. Divulgação da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)	Suprir farmácias básicas.	Município	2.400	3.600	5	33	35	18	9	
		Ampliar a produção e aperfeiçoar a qualidade de imunobiológicos.	Mil doses de vacina/ano Mil doses de soro/ano	100.000 500	140.000 1.000						100 100
		Difundir informações para profissionais de saúde.	Profissional informado	1.000	9.000	5	28	44	16	7	

Continua

MINISTERIO DA SAUDE: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Cont. Inuacao

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0447-ABASTECIMENTO DE AGUA	Promocao de sistemas publicos de abastecimento de agua em localidades rurais.	Construir, ampliar e controlar sistemas de abastecimento de agua.	Sistema	560	4.800	16	34	26	12	12	
0448-SANEAMENTO GERAL	Promocao de sistemas publicos de saneamento geral em localidades rurais.	Construir sistemas de saneamento geral e melhorias sanitarias.	Sistema Melhoria sanitaria	110 50.000	1.139 505.000	16 13	44 40	14 31	12 7	14 9	
0449-SISTEMAS DE ESGOTOS	Promocao de sistemas publicos de esgotamento sanitario em localidades rurais.	Construir e ampliar sistemas de esgotos.	Sistema	56	480	11	39	39	8	3	

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA										
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A										
PROJETO: 13.075.0428.5330										
REEQUIPAMENTO DE LABORATORIO										
	84,95	379,00	463,95	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE LABORATORIO.	0	0	0	100	0	0
DESCRICAO:										
APERFEIÇAMENTO DOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO HOSPITALAR.										
HOSPITAL FEMINA S/A										
PROJETO: 13.075.0428.5334										
REFORMA DO PREDIO DO HOSPITAL										
	44,37	194,00	238,37	REFORMAR A AREA FISICA DO HOSPITAL.	0	0	0	100	0	0
DESCRICAO:										
AUMENTO DA VIDA UTIL DO PREDIO, REALIZANDO REFORMAS PARA MAIOR SEGURANCA DOS FUNCIONARIOS, PACIENTES E VISITANTES.										

cont inua

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A										
PROJETO: 13.075.0428.5253										
MODERNIZAÇÃO DA RADIOLOGIA	49,10	219,00	268,10	REEQUIPAR O SETOR DE RADIOLOGIA.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO:										
APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGENS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	421,16	1.609,00	2.030,16							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	19,55	84,00	103,55							
TOTAL GERAL	619,13	2.485,00	3.104,13							



12. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, em virtude da reforma administrativa implantada pela atual administração, assumiu funções anteriormente afetas aos extintos Ministérios da Fazenda, e da Indústria e Comércio, e à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, entre as quais cumpre destacar: a supervisão das entidades que eram vinculadas aos mencionados órgãos extintos e dos fundos financeiros custeados, em geral, com recursos diretamente arrecadados, bem como a administração dos compromissos de natureza financeira assumidos pela União (englobados sob o título "Encargos Financeiros da União"), dos encargos previdenciários da União (PASEP e proventos de inativos e pensionistas), das transferências constitucionais para os Estados, Distrito Federal e Municípios, e do "Programa de Operações Oficiais de Crédito". Além dessas, assumiu também a administração de atividades inerentes ao processo de extinção, dissolução ou privatização de entidades, nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

Além de amortizações e encargos de dívidas, os Encargos Financeiros da União incluem recursos para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), mecanismo de apoio ao setor agropecuário, mediante cobertura de compromissos financeiros dos produtores rurais, quando ocorrem frustrações de safras.

Registre-se, ademais, que os gastos com o programa de "Operações Oficiais de Crédito" diferem, em geral, dos dispêndios tipicamente fiscais, por constituírem aplicações de recursos, destinadas às áreas rural, agroindustrial e de apoio às exportações, e ao refinanciamento de dívidas externas garantidas pelo Tesouro, para as quais existe previsão de retorno no futuro.

Diretrizes

- modernização da administração das receitas e do patrimônio, com vistas à recuperação da capacidade financeira da União;
 - melhoria do controle e fiscalização das operações aduaneiras e de comércio exterior, tendo em vista a reformulação das políticas de comércio exterior, industrial e de preços;
 - alongamento do perfil e redução do estoque da dívida mobiliária interna, visando à eliminação do déficit público;
-

- contingenciamento das aplicações à conta das "Operações Oficiais de Crédito (exclusive refinanciamento da dívida externa garantida pelo Tesouro), limitando-as ao montante de retornos previstos;

- reformulação dos mecanismos de apoio financeiro à agropecuária, à luz da nova política agrícola.

Objetivos e Metas

- implantação de programas destinados à atualização tecnológica e aprimoramento da arrecadação tributária, compreendendo tanto o reequipamento e modernização do Departamento da Receita Federal, como a simplificação das obrigações dos contribuintes e a redução dos mecanismos de renúncia fiscal;

- promoção de estudos e pesquisas econômico-sociais, particularmente no que diz respeito ao levantamento e processamento de dados concernentes aos censos demográfico e econômico do País;

- aprimoramento dos métodos e técnicas utilizadas no processo de planejamento e na administração do desenvolvimento;

- resgate, na data dos respectivos vencimentos, de 20% do volume de OTN, BTN cambiais e de LFT, vencíveis até 15 de setembro de 1991, bem como reescalonamento dos 80% restantes, após substituição por BTN especiais, observados vencimentos de 1/3 e de 2/3 desse total para, respectivamente, 1991 e 1992;

- eliminação, a partir de 1992, dos gastos com coordenação e manutenção de serviços administrativos e com contribuição para o PASEP, referentes às entidades em processo de extinção, dissolução ou privatização, por força da Lei nº 8.029, de 1990;

- transformação do PROAGRO em mecanismo de seguro rural propriamente dito, sob a responsabilidade de empresas privadas, com participação apenas supletiva de recursos do Tesouro;

- refinanciamento, no período 1992-1995, da dívida externa, garantida pelo Tesouro, das empresas estatais federais, em montante correspondente, apenas, ao principal vincendo, representando, por conseguinte, impacto nulo sobre o saldo operacional do setor público;

- contingenciamento dos financiamentos às exportações, limitando-os aos retornos de operações anteriormente contratadas;

- revisão da política de fomento à agricultura e à agroindústria, mediante: financiamentos equivalentes aos retornos, com prioridade para pequenos e miniprodutores rurais, no caso do custeio agropecuário, para investimentos, no tocante à alocação global de recursos, e para Empréstimos do Governo Federal (EGF), em vez de Aquisições do Governo Federal (AGF), no que se refere à política de garantia de preços; apoio à execução, preferencialmente a cargo da iniciativa privada, do programa de estoques reguladores, limitados os financiamentos federais à estocagem de produtos essenciais à população.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

INVESTIMENTOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL										
COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP										
PROJETO: 04.016.0021.6015										
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	24,81	62,00	86,81	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA A OPERAÇÃO DA EMPRESA.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DO SISTEMA E PRESTAÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN.										
DATAMEC S/A - SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS										
PROJETO: 11.007.0021.6015										
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	127,76	560,00	687,76	REPOR MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO E MOBILIÁRIO, E RENOVAR A FROTA DA EMPRESA.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: MANUTENÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA										
	100,00	0,00	100,00							

continua

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0024 - INFORMÁTICA										
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO										
PROJETO: 03.007.0024.6005 ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	1.353,87	5.416,22	6.770,09	REFORMAR E ADEQUAR INSTA- LAÇÕES.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: PROVIMENTO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS DESTINADOS AO TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.										
COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO - CIBRAZEM										
PROJETO: 04.016.0024.5449 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.000,00	0,00	1.000,00	CONSOLIDAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: AQUISICÃO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS.										

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
DATAMEC S/A - SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS										
PROJETO: 11.063.0024.5208										
IMPLANTACAO E MANUTENCAO DO CENTRO DE INFORMACOES	74,58	82,00	156,58	ADQUIRIR 200 UNIDADES DE EQUIPAMENTOS E ACESSO-RIOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
EXPANSAO DA LINHA DE SERVICOS PRESTADOS.										
PROJETO: 11.063.0024.5271										
MODERNIZACAO DO PARQUE COMPUTACIONAL	507,97	457,00	964,97	INSTALAR EQUIPAMENTOS E ADEQUAR A INFRA-ESTRUTURA DE 5 PREDIOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE TECNOLOGIA AVANÇADA.										

contínua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 11.063.0024.5338 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DESCRIÇÃO: EXPANSÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.	477,12	273,00	750,12	EXPANDIR OS SERVIÇOS PRESTADOS RELATIVOS A SEGURO-DESEMPREGO E ARRE- CADACAO DA CONTRIBUICAO SINDICAL.	0	0	0	0	0	100
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL										
COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A										
PROJETO: 11.010.0056.5298 OTIMIZAÇÃO DE UNIDADES CENTRAIS DE PROCESSAMENTO DESCRIÇÃO: PADRONIZAÇÃO, MODULAÇÃO E PORTABILIDADE DO SISTEMA OPERACIONAL DA LINHA X (80K).	550,82	2.364,00	2.914,82	DESENVOLVER UNIDADES CENTRAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.	0	0	100	0	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	187,55	920,00	1.107,55							

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0104 - REFLORESTAMENTO										
SISTEMA ACESITA										
ACESITA ENERGÉTICA S/A										
PROJETO: 04.017.0104.5111										
DESENVOLVIMENTO FLORESTAL										
DESCRICAÇÃO:										
ATENDIMENTO AO PLANO INTEGRADO FLORESTA-INDÚSTRIA.	1.103,63	3.397,44	4.501,07	IMPLANTAR E MANTER FLORESTAS.	0	0	100	0	0	0
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL										
CARA DA MOEDA DO BRASIL - CMB										
PROJETO: 11.062.0347.5272										
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL										
DESCRICAÇÃO:										
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL.	333,13	1.113,00	1.446,13	ADQUIRIR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL.	0	0	100	0	0	0

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 11.062.0347.6062 MANUTENCAO DO PARQUE INDUSTRIAL DESCRICAO: MANUTENCAO DO PARQUE INDUSTRIAL.	232,80	932,34	1.165,14	REALIZAR REFORMAS; AD- QUIRIR MAQUINAS, EQUIPA- MENTOS E MOBILIARIO.	0	0	100	0	0	0
COMPANHIA SIDERURGICA DO NORDESTE S/A - COSINOR PROJETO: 11.062.0347.5417 MELHORIA E MODERNIZACAO DESCRICAO: AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUCAO DA ACIARIA.	125,20	267,00	392,20	AUMENTAR A PRODUCAO DA ACIARIA DE 78.000 T/ANO PARA 96.000 T/ANO.	0	100	0	0	0	0

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MA
MAFERSA SOCIEDADE ANÔNIMA										
PROJETO: 11.062.0347.6101 REPOSIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL	468,44	2.082,00	2.550,44	ADQUIRIR MÁQUINAS-OPERATRIZES, TORNOS, FERRAMENTAS, E MANTER EQUIPAMENTOS DO PARQUE INDUSTRIAL.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO.										
USININAS MECÂNICA S/A - USIMEC										
PROJETO: 11.062.0347.6062 MANUTENÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL	133,85	596,00	729,85	REPAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EM DIVERSOS SETORES DA EMPRESA.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, GARANTINDO MELHOR QUALIDADE DA PRODUÇÃO.										

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
SISTEMA ACESITA										
COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA - ACESITA										
PROJETO: 11.062.0347.5034 AMPLIACAO DO SETOR DE LAMINADOS	922,67	306,00	1.228,67	AUMENTAR A CAPACIDADE DE PRODUCAO DE LAMINADOS DE ACO SILICIO DE GRAO ORIENTADO EM 3.500 T/ANO.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: AUMENTO DA PRODUCAO DE LAMINADOS, DESTACANDO-SE A EXPANSAO DA LINHA DE ACO SILICIO DE GRAO ORIENTADO.										
ACESITA ENERGÉTICA S/A										
PROJETO: 04.017.0347.6048 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	187,14	748,56	935,70	PRODUZIR 850.000 M3 DE CARVAO VEGETAL.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE CARVAO, COMO TERMOREDUTOR.										

continua

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
FORJAS ACESITA S/A										
PROJETO: 11.062.0347.5297 OTIMIZAÇÃO DE LAMINADOR	8,27	83,00	91,27	COMPLETAR LINHA DE PRO- DUÇÃO DA PRENSA II DE 1.600 T.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: COMPLEMENTO DA LINHA DE PRODUÇÃO DA PRENSA II, ADEQUANDO-A AO PROJETO ORIGINAL, PARA POSSIBILITAR DIVERSIFICAÇÃO E ENOBRE- CIMENTO DE PRODUTOS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	1.292,32	6.847,00	8.139,32							
0353 - COMERCIALIZAÇÃO										
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS - COBAL										
PROJETO: 11.016.0353.5042 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ABASTE- CIMENTO	321,26	966,00	1.287,26	IMPLANTAR PLANO DE INFOR- MATIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS 62 UNIDADES DA REDE SOMAR.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DA EMPRE- SA.										

contínua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
0361 - SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO										
INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - IRB										
PROJETO: 11.064.0361.5421 AMPLIACAO DA PROPRIEDADE DE AREAS LOCAVEIS DE CENTROS COMERCIAIS	1.243,51	5.498,00	6.741,51	ADQUIRIR PARTICIPACOES EM 69.280 M2 DE AREA BRUTA LOCAVEL.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: PROTECAO DAS RESERVAS TECNICAS, MEDIANTE INOBIZACOES.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA										
	150,84	452,00	602,84							
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS										
BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIO- NAL	651,28	2.830,22	3.481,50	AMPLIAR, EM 63 UNIDADES, A REDE DE DEPENDENCIAS; MANTER, MODERNIZAR E ADE- QUAR A ATUAL REDE DE DE- PENDENCIAS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: MELHORIA DO NIVEL DE PRESTACAO DE SERVICOS.										

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	2.068,96	8.851,44	10.920,40	AUMENTAR EM 40 UNIDADES A REDE DE DEPENDENCIAS; MANTER E MODERNIZAR AS ATUAIS DEPENDENCIAS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: MELHORIA DO NIVEL DE PRESTACAO DE SERVICOS.										
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	27.304,22	123.565,00	150.869,22	CENTRALIZAR AS CONTAS DO FGTS (LEI No. 7839/89); MANTER, MODERNIZAR E ADEQUAR A ATUAL REDE DE DEPENDENCIAS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: MELHORIA DO NIVEL DE PRESTACAO DE SERVICOS.										

cont. inua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NA
SISTEMA BANCO DO BRASIL										
BB - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	110,20	545,00	655,20	OBTER SERVICOS ESPECIALIZADOS NA AREA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E ADQUIRIR SOFTWARES.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: APRIMORAMENTO O PADRAO OPERACIONAL E DOS SERVICOS, POR MEIO DE MELHORIAS NA AREA DE PROCESSAMENTO DE DADOS.										
BANCO DO BRASIL S/A										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	53.131,00	282.983,00	336.114,00	AMPLIAR, EM 895 UNIDADES, A REDE DE DEPENDENCIAS; MANTER, MODERNIZAR E ADEQUAR A ATUAL REDE DE DEPENDENCIAS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: MELHORIA DO NIVEL DE PRESTACAO DE SERVICOS.										

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação	SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
		1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
	88 - DISTR. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A										
	PROJETO: 11.064.0362.6069										
	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA AÇÃO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	0,40	4,00	4,40	OSTER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E ADQUIRIR SOFTWARES.	0	0	0	0	0	100
	DESCRIÇÃO: APRIMORAMENTO DO PADRÃO OPERACIONAL E DOS SERVIÇOS, POR MEIO DE MELHORIAS NA ÁREA DE PROCESSAMENTO DE DADOS.										
	88 - LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL										
	PROJETO: 11.064.0362.6069										
	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA AÇÃO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	24.000,00	107.324,00	131.324,00	ADQUIRIR BENS DE CAPITAL.	0	0	0	0	0	100
	DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL, PARA FINS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.										

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA BNDES										
BANCO NACIONAL DE DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES										
PROJETO: 11.064.0362.6069										
MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	628,47	869,00	1.497,47	MODERNIZAR E MANTER AS ATUAIS DEPENDENCIAS.	AS	0	0	0	0	100
DESCRICAO:										
MELHORIA DO NIVEL DE PRESTACAO DE SERVICOS; MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE COMUNICACAO E INFORMATIZACAO.										
AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME										
PROJETO: 11.064.0362.6069										
MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	24,33	96,00	120,33	MODERNIZAR E MANTER AS ATUAIS DEPENDENCIAS.	AS	0	0	0	0	0
DESCRICAO:										
MELHORIA DO NIVEL DE PRESTACAO DE SERVICOS.										

205

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	25,96	104,00	129,96	MODERNIZAR E MANTER AS ATUAIS DEPENDENCIAS.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE MANUTENCAO E RACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.										
SISTEMA MERIDIONAL										
BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	1.153,00	7.205,00	8.358,00	MODERNIZAR E MANTER A ATUAL REDE DE DEPENDENCIAS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: MELHORIA DO NIVEL DE PRESTACAO DE SERVICOS.										

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
MERIDIONAL LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL										
PROJETO: 11.064.0362.6069 MANUTENCAO E ADEQUACAO DA ACAO ADMINISTRATIVO-OPERACIO- NAL	800,00	5.000,00	5.800,00	CONTRATAR OPERACOES A FIM DE MANTER A RENTABILIDADE OPERACIONAL.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: CONTRATACAO DE OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA										
	0,00	0,00	0,00							
0456 - CONTROLE DA POLUICAO										
MINERACAO CARAIBA LTDA										
PROJETO: 09.053.0456.5306 PRESERVACAO AMBIENTAL	30,00	12,00	42,00	CONSTRUIR BACIA DE REJEI- TO, COM EXECUCAO DE OBRAS CIVIS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS.	0	100	0	0	0	0
DESCRICAO: COMPLEMENTACAO DE DIQUE E CANAL PARA CONTENCAO DE REJEITO, DENTRO DA AREA DE INFLUENCIA DA MINA DA CARAIBA.										

contínua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA ACESITA										
COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA - ACESITA										
PROJETO: 11.077.0456.5306										
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	157,55	639,00	796,55	AMPLIAR O CINTURÃO VERDE DA USINA.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLE DE POLUIÇÃO.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	11,80	53,00	64,80							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	899,55	791,00	1.690,55							
TOTAL GERAL	121.924,26	574.294,22	696.218,48							

ENTIDADES EM EXTINÇÃO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL										
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS - EBTU										
PROJETO: 16.091.0021.6015 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	8,62	0,00	8,62	CONCLUIR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA EMPRESA.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE ATÉ O TERMINO DO PROCESSO DE EXTINCAO.										
COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS INDUSTRIAIS - COBRAP1										
PROJETO: 11.062.0021.6110 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-OPERACIONAL	10,07	0,00	10,07	ADQUIRIR MATERIAIS DE CONSUMO NECESSARIOS A MANUTENCAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: MANUTENCAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DA EMPRESA.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	10,82	0,00	10,82							
continua										

continua

ENTIDADES EM EXTINÇÃO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)						
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC	
0111 - EXTENSÃO RURAL											
EMPRESA BRASIL DE ASSIST. TEC. E EXT. RURAL - EMBRATER											
PROJETO: 04.018.0111.5450											
INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL	692,15	0,00	692,15	MODERNIZAR E REEQUIPAR UNIDADES DO SISTEMA EMBRATER.	0	0	0	0	0	100	
DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA EMBRATER.											
0353 - COMERCIALIZAÇÃO											
PETROBRÁS COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A - INTERBRÁS											
PROJETO: 11.063.0353.6053											
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES	20,41	0,00	20,41	MANTER AS INSTALAÇÕES FÍSICAS.	0	0	0	0	0	100	
DESCRIÇÃO: ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA.											

continua

continua

ENTIDADES EM EXTINÇÃO

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0562 - PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES										
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOBRÁS										
PROJETO: 16.090.0562.5103										
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS	314,99	0,00	314,99	CONCLUIR OBRAS CÍVIS DE CONSTRUÇÃO E REFORMAS EM TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO:										
EXECUÇÃO DE OBRAS CÍVIS E SERVIÇOS EM PORTOS E TERMINAIS LACUSTRES, OBJETIVANDO MELHORIAS NOS NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	251,19	0,00	251,19							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	1,71	0,00	1,71							
TOTAL GERAL	1.309,96	0,00	1.309,96							



13. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Nos últimos anos, a agricultura brasileira apresentou desempenho relativamente satisfatório em termos de crescimento, ao lado de adequada capacidade de ajustamento, sobretudo em seus segmentos mais dinâmicos.

Tendo em vista, entretanto, as novas prioridades que se impõem à economia brasileira em face de distorções que se foram acumulando ao longo do tempo, cabe à agricultura vencer alguns desafios. Dentre eles, vale assinalar a melhoria das condições de vida do homem do campo, visando, inclusive, reduzir ou reorientar o fluxo migratório, para a cidade, aumentar a competitividade dos produtos exportáveis e ampliar a oferta de alimentos básicos a preços menores, dado seu efeito sobre a distribuição de renda em favor das classes menos favorecidas.

Para tornar mais completo esse quadro, deve-se acrescentar a necessidade de promover o desenvolvimento auto-sustentado do setor, com base nas regras do livre funcionamento do mercado, na expansão das agroindústrias e no uso não predatório dos recursos naturais.

Diretrizes

- descentralização e desregulamentação da política agrícola, com vistas ao aumento da eficiência do gasto público, ampliando a participação de Estados e Municípios e da iniciativa privada e reduzindo a interferência governamental, a duplicação de esforços e o conseqüente desperdício de recursos;

- execução de projetos de assentamento de agricultores, em áreas cujos recursos edafoclimáticos assegurem condições de produção economicamente viáveis, observados os preceitos constitucionais relativos à função social da terra, forma de desapropriação e distribuição, bem como a participação dos governos estaduais e municipais, e, preferencialmente, com base em organizações cooperativas;

- canalização de esforços adicionais para projetos de pesquisa e experimentação agropecuária, sobretudo no que diz respeito a alimentos básicos, e para geração de tecnologias que proporcionem aumento da renda do produtor, redução de seus riscos e conservação do meio ambiente;

- recuperação e emancipação econômico-financeira de projetos públicos de irrigação, já implantados e com desempenho insatisfatório, bem como alocação de recursos para os que se encontram em fase avançada de implementação (inclusive com a participação de recursos

privados) e direcionamento dos novos investimentos públicos para o atendimento da população de baixa renda, mediante formas de irrigação menos onerosas;

- prosseguimento da privatização de unidades armazenadoras consideradas dispensáveis, alocando-se os recursos dela provenientes para a conclusão ou manutenção de armazéns destinados à conservação de estoques estratégicos, localizados em regiões selecionadas;

- reformulação do programa de abastecimento governamental, com vistas a proporcionar, prioritariamente, o suprimento de produtos básicos de consumo às populações carentes em áreas desassistidas ou não adequadamente atendidas pela iniciativa privada;

- aprimoramento dos métodos e procedimentos relativos à defesa e vigilância agropecuária, assegurando níveis de qualidade das matérias-primas e produtos finais, compatíveis com os requerimentos higiênico-sanitários e tecnológicos exigidos pela legislação e pelo mercado.

Objetivos e Metas

- assentamento de 500 mil famílias em 27,6 milhões de hectares, sendo 380 mil famílias em projetos de reforma agrária e 120 mil, por intermédio de cooperativas, em projetos de colonização dirigida;

- aumento de aproximadamente 3% ao ano na produtividade das lavouras e rebanhos, mediante geração de novas tecnologias de produção e disseminação das já disponíveis, racionalização do uso do solo e dos insumos agrícolas (especialmente os químicos) e redução das perdas na colheita, transporte, armazenagem e processamento de produtos agropecuários;

- incorporação ao processo produtivo de cerca de 1,7 milhão de hectares de áreas irrigadas, sendo 600 mil em projetos privados, 112 mil em projetos públicos e 1 milhão em projetos mistos;

- recuperação de 33 mil hectares de perímetros públicos irrigados, visando sua emancipação econômico-financeira;

- implementação de 1250 e manutenção de 3803 projetos de manejo integrado, em microbacias hidrográficas;

- assistência e orientação técnica a pequenos e médios agricultores, especialmente aqueles inseridos em contextos sócio-econômicos adversos ou assentados em projetos de reforma agrária e irrigação;
 - apoio técnico ao cooperativismo rural, por intermédio de organizações estaduais de cooperativismo;
 - execução de projetos voltados para o controle da febre aftosa e redução da incidência das demais doenças que afetam o rebanho, bem como para o controle de qualidade dos produtos de origem animal destinados ao consumo humano;
 - melhoria dos padrões de qualidade das sementes e mudas, prevenção e controle de doenças e pragas, assim como inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal destinados ao consumo *in natura* ou às indústrias;
 - privatização de armazéns desnecessários à formação de estoques estratégicos ou à regularização do mercado agrícola;
 - execução de programas de abastecimento, por intermédio de 65 armazéns distribuidores e de 6 unidades industriais de beneficiamento e empacotamento de produtos, com vistas à distribuição de 25 produtos básicos a pequenos varejistas instalados em regiões carentes, propiciando-lhes escala de comercialização adequada à venda desses produtos para camadas de baixo poder aquisitivo, a preços menores que os praticados no mercado.
-

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0021-ADMINISTRACAO GERAL	Controle de qualidade de insumos basicos e de servicos utilizados na agropecuaria.	Licenciar e fiscalizar estabelecimentos. Realizar coleta de corretivos, fertilizantes e inoculantes.	Estabelecimento	2.000	43.222	2	5	53	24	16	
0031-ASSISTENCIA FINANCEIRA	Apoio a fixacao, subsistencia inicial e estruturacao produtiva das familias assentadas.	Oferecer credito a familias assentadas.	Amostra	15.000	60.000	3	5	55	21	16	
0044-INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	Informacoes sobre evolucao dos precos no atacado, em nivel nacional.		Familia	127.000	373.000	21	33	10	7	29	
0059-LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	Informacoes sobre evolucao dos precos no atacado, em nivel nacional.	Divulgar informacoes aos agentes economicos; publicar e divulgar analises estatisticas.	Mil publicacoes	770	3.626	9	28	20	26	17	
	DO Aprimoramento da capacidade de observacao meteorologica, por meios convencionais ou por satelites.	Instalar estacoes meteorologicas.	Estacao	7	78	12	20	26	13	29	
		Instalar estacoes de radiossondas.	Estacao	3	32	26	26	11	11	26	
		Instalar estacoes meteorologicas automaticas.	Estacao	3	34	30	24	11	11	24	
		Instalar plataformas de coleta.	Plataforma		24	29	21	25	17	8	
		Instalar radares meteorologicos.	Radar		6		17	33	33	17	
		Instalar estacoes de satelite meteorologico de media resolucao.	Estacao	1	4		20	20	20	40	
		Instalar estacoes de satelite meteorologico de alta resolucao.	Estacao	1	2					100	

Continua

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0066-REFORMA AGRARIA	Promoção do acesso, por produtores de baixa renda, a propriedade rural e regularização de ocupações existentes nas áreas de conflitos. Promoção do acesso a terra, por pequenos agricultores. Modernização e manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Efetivação de ações ligadas ao Projeto Nordeste (PAPP/PDSFN).	Assentar agricultores.	Familia	97.000	283.000	21	33	10	7	29	
		Melhorar a infra-estrutura comunitária de produção.	Projeto	7.748	16.028	33	29	7	7	24	
		Desapropriar imóveis rurais.	Mil ha	5.003	22.000	27	25	9	5	34	
		Proceder a regularização fundiária.	Mil ha	3.753	17.000	79	3			18	
		Cadastrar e atualizar cadastro de imóveis rurais.	Mil imóveis	6.100	6.500	9	34	24	26	7	
		Cadastrar e realizar discriminação de terras.	Mil ha	6.400	19.114		100				
0067-COLONIZACAO	Efetivação de ações de colonização.	Redistribuir terras.	Mil ha	670	1.907		100				
		Realizar mapeamento aerofotogramétrico.	Mil ha	27.000	27.000		100				
		Realizar assentamento, mediante projetos de colonização públicos e privados.	Familia	32.000	88.000	21	33	10	7	29	
0075-DEFESA SANITARIA VEGETAL	Preservação das condições sanitárias das culturas.	Implantar e manter estações de aviso.	Estacao	12	47		37	7	53	3	
		Implantar e manter estações fitossanitárias.	Estacao	5	24	17	17	32	17	17	
		Prevenir e controlar doenças e pragas.	Mil ha	1.720	20.048	4	18	29	30	19	
		Implantar laboratórios.	Laboratorio		7	14	14	14	14	44	

Continua

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0077-IRRIGACAO	Ampliacao da superficie irrigada.	Irrigar novas areas, a cargo da SENIR.	Mil ha	468	1.152	2	8	37	23	30	
		Irrigar novas areas, a cargo da CODEVAP.	Mil ha	12	50		100				
		Irrigar novas areas, a cargo do DNOCS.	Mil ha	8	42		100				
0080-SEMENTES E MUDAS	Estimulo ao aumento da producao de mudas e de sementes melhoradas, e sua distribuicao ao pequeno produtor.	Realizar coleta de amostra de sementes e mudas.	Amostra	27.010	138.685	1	2	26	55	16	
		Inspeccionar campos de semente.	Mil ha	1.286	5.865	1	12	15	26	46	
		Treinar pessoal.	Curso	118	537	10	18	31	15	26	
0087-DEFESA SANITARIA ANIMAL	Controle das principais doencas animais.	Realizar exames para diagnostico de doencas animais.	Amostra	8.010	122.400	62	11	24	3		
		Realizar exames para controle de produtos de origem animal.	Amostra	6.000	204.000	4	4	57	35		
		Controlar doencas infecciosas em nivel municipal.	Municipio	583	5.924	2	9	33	51	5	
0088-DESENVOLVIMENTO ANIMAL	Aprimoramento do rebanho nacional, pela disseminacao de reprodutores e matrizes de alta qualificacao genetica.	Desenvolver projetos de engenharia.	Projeto	2				50	50		
		Efetuar avaliacao genetica.	Animal	5.000	31.850		39	36	19	45	
		Realizar exposicoes.	Evento	50	308			26	19	16	

Continua

Continua

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

Continuacao

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0089-DESENVOLVIMENTO DA PESCA	Promocao da recomposicao da ictiofauna.	Produzir alevinos.	Milhoes de alevinos	62	350		100				
		Produzir pos-larvas.	Milhoes de pos-larvas	20	120		100				
0097-INSPECAO, PADRONIZACAO E CLASSIFICACAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	Efetivacao de acoes visando a oferta de materias-primas e de produtos de origem animal e vegetal em condicoes higienico-sanitarias adequadas.	Padronizar produtos vegetais.	Produto	10	64	16	19	18	23	24	
		Fiscalizar produtos de origem vegetal.	Visita	12.000	81.100	16	22	16	22	24	
		Realizar inspecao industrial e sanitaria.	Estabelecimento	3.030	12.120	2	9	59	20	10	
		Realizar tipificacao de carcaca.	Carcaca	190	760	2	2	45	35	16	
0105-CONSERVACAO DO SOLO	Promocao de acoes de conservacao do solo.	Realizar controle de residuos biologicos.	Estabelecimento	2.831	11.324	1	5	63	21	10	
		Implantar projetos em microbacias hidrograficas.	Projeto	20	1.230	9	19	31	27	14	
		Manter projetos em microbacias.	Projeto	63	3.740	6	12	24	43	15	
		Monitorar projetos em microbacias.	Projeto	6	60	26	33	13	13	15	
0183-PROGRAMAS ESPECIAIS	Promocao do aumento da eficiencia economica da lavoura cacaueteira, por meio de introducao de variedades mais produtivas e do efetivo controle da doenca "vassoura de bruxa", alem do apoio a diversificacao da producao.	Realizar pesquisas sobre:									
		. cacau	Projeto	249	1.102	32	65	3			
		. outras atividades produtivas.	Projeto	66	264		100				

Cont inua

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
0217-TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Capacitacao de recursos humanos.	Assistir tecnicamente:									
		.cacaucultores	Produtor	34.985	147.345	30	67				1
		.outros produtores.	Produtor	10.320	46.220		100		2		
		Treinar trabalhadores rurais em:									
		.cacaucultura	Trabalhador	82.910	331.640	11	84	3			2
		.outras atividades.	Trabalhador	3.655	14.620		100				
		Produzir:									
		.sementes e mudas hibridas de cacau	Mil	28.000	160.000	47	53				
		.sementes diversas.	Mil	900	5.800		100				
		Educar e capacitar tecnicamente:									
.aluno mantido	Aluno	900	3.600	27	73						
.trabalhador treinado.	Treinando	10.335	41.340	14	81	3			2		
0297-REGULARIZACAO DE CURSOS D'AGUA	Promocao de acoes de regularizacao de cursos d'agua, a fim de atender a demanda de populacoes rurais.	Treinar servidores.	Servidor	1.168	6.087	21	31	14	11	23	
0457-DEFESA CONTRA SECAS	Apoio a execucao de projetos de irrigacao.	Recuperar barragens.	Barragem		6						100
		Realizar estudos e projetos.	Unidade		11						100
		Realizar novas obras de regularizacao para armazenamento de agua.	Milhao de m3	100	3.400						100
		Irrigar novas areas.	Mil ha	4	24						100

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - EMBRAPA

SUBPROGRAMAS		METAS										
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)						
						1991-95						
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC	
0055-PESQUISA APLICADA	Geracao e adaptacao de tecnologias, visando a melhoria da producao e da produtividade da agropecuaria.	Realizar pesquisas sobre:										
		.alimentos basicos	Projeto	2.609	11.222	6	28	21	24	21		
		.materias-primas	Projeto	836	3.612	13	34	26	16	11		
		.producao e meio ambiente.	Projeto	1.040	4.488	15	24	26	12	23		
		Efetivar acoes de difusao de tecno-	Produtor assiatido	605	3.750	18	20	18	20	24		
		logias.										
	Produzir sementes selecionadas.	t	17.340	78.500	10	16	18	30	26			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0055 - PESQUISA APLICADA										
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA										
PROJETO: 04.010.0055.5210										
INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUARIA	1.803,63	21.681,64	23.485,27	EQUIPAR E REEQUIPAR 62 UNIDADES DE PESQUISA; AMPLIAR A AREA CONSTRUIDA DE LABORATORIOS E GAL-POES; E EXECUTAR REFORMAS EM GERAL.	13	16	21	22	28	0
DESCRICAO:										
ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA PESQUISA.										
0077 - IRRIGAÇÃO										
COMPANHIA DE DES. DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF										
PROJETO: 04.054.0077.5054										
APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO JAIBA	2.251,96	3.387,78	5.639,74	IMPLANTAR PROJETOS DE IRRIGACAO MISTOS EM 11.072 HA E INFRA-ESTRUTURA PARA IRRIGACAO PRIVADA EM 8.000 HA.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO:										
IMPLANTACAO E MANUTENCAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO; CONSTRUCAO DE INFRA-ESTRUTURA HIDRAULICA E ELETRICA PARA IRRIGACAO PRIVADA.										
continua										

cont inus

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 04.054.0077.5053 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE IRECE DESCRICAO: IMPLANTACAO E MANUTENCAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO; CONSTRU- CAO DE INFRA-ESTRUTURA HIDRAULICA E ELETRICA PARA IRRIGACAO PRIVADA.	777,91	283,68	1.061,59	IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGACAO EM 3.376 HA E INFRA-ESTRUTURA PARA IRRIGACAO PRIVADA EM 4.000 HA.	0	100	0	0	0	0
PROJETO: 04.054.0077.5058 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA EM JUAZEIRO E PETROLINA DESCRICAO: IMPLANTACAO E MANUTENCAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO; CONSTRU- CAO DE INFRA-ESTRUTURA HIDRAULICA E ELETRICA PARA IRRIGACAO PRIVADA.	1.859,47	1.035,82	2.895,29	IMPLANTAR PROJETOS DE IRRIGACAO MISTOS EM 4.938 HA E INFRA-ESTRUTURA PARA IRRIGACAO PRIVADA EM 10.000 HA.	0	100	0	0	0	0
PROJETO: 04.054.0077.5055 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO RIO CORRENTE. DESCRICAO: IMPLANTACAO E MANUTENCAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO; CONSTRUCAO DE INFRA-ESTRUTURA HIDRAULICA E ELETRICA PARA IRRIGACAO PRIVADA.	5.967,29	2.176,16	8.143,45	IMPLANTAR PROJETOS DE IRRIGACAO MISTOS EM 19.047 HA E INFRA-ESTRU- TURA PARA IRRIGACAO PRI- VADA EM 4.000 HA.	0	100	0	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 04.054.0077.5057 APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO RIO GRANDE DESCRICAO: IMPLANTACAO E MANUTENCAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO; CONSTRU- CAO DE INFRA-ESTRUTURA HIDRAULICA E ELETRICA PARA IRRIGACAO PRIVADA.	1.487,94	542,61	2.030,55	IMPLANTAR PROJETOS DE IRRIGACAO MISTOS EM 8.725 HA E INFRA-ESTRUTU- RA PARA IRRIGACAO PRIVADA EM 4.000 HA.	0	100	0	0	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	1.065,89	808,97	1.874,86							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	184,03	3.360,06	3.544,09							
TOTAL GERAL	15.398,12	33.276,72	48.674,84							

14. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

14.1. TRABALHO

Na área do Trabalho, as ações do Ministério do Trabalho e da Previdência Social referem-se à normatização e fiscalização das relações do trabalho, à promoção das condições de segurança e saúde do trabalhador, e à orientação das políticas de imigração, emprego, salário e mercado de trabalho.

A atuação governamental, nesse setor, tem sido marcada por duas características: de um lado, os mecanismos de distribuição de renda até agora implementados mostraram eficácia reduzida; de outro, a prática de políticas salariais, revelam alto grau de intervenção nas relações de trabalho, ao mesmo tempo que o arcabouço institucional relativo às negociações coletivas mostra-se claramente inadequado.

Propõe-se, a partir dessa realidade, uma redefinição do papel do Estado na área trabalhista, visando à modernização das relações de trabalho e ao desenvolvimento de negociações coletivas livres.

A consecução desse objetivo e a plena implementação dos preceitos constitucionais, relativos à liberdade sindical e ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, exigirão novos instrumentos governamentais.

Nesse contexto, buscar-se-á a superação de obstáculos que têm impedido uma eficiente atuação governamental, tais como: o seccionamento de atribuições fiscalizadoras entre diversos setores; a inexistência de uma base integrada de dados, com informações referentes à identificação dos trabalhadores e seus vínculos empregatícios, à inspeção do trabalho, à segurança e saúde do trabalhador, e ao mercado de trabalho; a inadequação física, organizacional e funcional da rede de postos de serviços de atendimento ao público; a precariedade dos instrumentos institucionais para garantia de condições adequadas à segurança e saúde do trabalhador e à prevenção de acidentes do trabalho; as deficiências na fiscalização do trabalho, limitada a menos de 10% dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, apesar dos altos índices de infringência às leis trabalhistas; e a insuficiência do sistema de formação de mão-de-obra.

Diretrizes

- aperfeiçoamento das relações de trabalho e do processo de livre negociação salarial;
- implantação de sistema integrado de inspeção nas relações de trabalho, bem como no que diz respeito às condições de segurança e saúde do trabalhador;
- aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de proteção ao trabalhador e aos desempregados;
- revisão e aperfeiçoamento do programa de alimentação dos trabalhadores, especialmente os de menor renda;
- realização de programas de treinamento e retreinamento de trabalhadores, com o objetivo de capacitá-los para a modernização da economia brasileira.

Objetivos e Metas

- ampliação do sistema de seguro-desemprego, objetivando estender a cobertura proporcionada por esse benefício;
 - aperfeiçoamento da concessão de auxílio financeiro anual (abono PIS-PASEP) aos trabalhadores de baixa renda, beneficiando 9 milhões de trabalhadores por ano;
 - melhoria dos programas de alimentação do trabalhador, que beneficiam, anualmente, 10,2 milhões de trabalhadores;
 - aperfeiçoamento da ação fiscalizadora, mediante capacitação anual de 7,5 mil fiscais do trabalho e de 1,6 mil agentes de inspeção em segurança e saúde do trabalhador, bem como realização de inspeções anuais de saúde e segurança em 132 mil locais de trabalho, e fiscalização anual de 1,9 milhão de locais de trabalho;
 - realização de programas de treinamento em questões de segurança, saúde e prevenção de acidentes de trabalho, beneficiando 4 mil trabalhadores, por ano;
 - aprimoramento das atividades de identificação e registro profissional, beneficiando, anualmente, 11,4 milhões de trabalhadores;
-

- desenvolvimento de sistema de informações sobre o mercado de trabalho;

- expansão da oferta de trabalho e do patrimônio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mediante aplicação de recursos do PIS-PASEP, previstos na Constituição, em projetos a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

14.2. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Instrumento de grandes conquistas do trabalhador brasileiro, o sistema de previdência social enfrentou, ao longo das últimas décadas, crescentes problemas institucionais, operacionais e financeiros.

Tais problemas decorreram, em grande parte, da expansão não planejada do sistema, com cobertura de parcelas crescentes da população e aumento da quantidade de benefícios e serviços oferecidos, sem o correspondente crescimento das receitas. Em particular, certos benefícios, como regimes especiais de aposentadoria, foram criados independentemente de qualquer cálculo atuarial, indispensável à avaliação do correspondente impacto orçamentário.

Em consequência, deterioraram-se os valores dos benefícios relativos aos riscos sociais mais significativos, como as aposentadorias por invalidez e por idade, a pensão por morte e o benefício por doença, ao mesmo tempo em que se reduziram os padrões de eficiência administrativa do sistema, acarretando mau atendimento e deficiências na fiscalização. Além do mais, essa situação foi agravada pela sonegação e inadimplência dos contribuintes.

Os efeitos sociais desse quadro podem ser melhor avaliados quando se tem em conta que mais de 30 milhões de contribuintes, e seus dependentes, são usuários potenciais dos serviços prestados, e mais de 12 milhões de pessoas recebem benefícios de manutenção permanente.

Diretrizes

- descentralização das ações e programas, objetivando maior autonomia do sistema previdenciário e melhor articulação com outros órgãos federais e demais esferas de Governo;
 - democratização da gestão, com participação de contribuintes e usuários do sistema;
 - modernização administrativa, mediante a utilização de técnicas mais eficientes e da capacitação técnico-profissional;
-

- extensão do seguro social aos trabalhadores rurais e às categorias profissionais ainda não seguradas;
- seletividade na concessão de benefícios, a fim de privilegiar os segurados de menor renda e proteger, contra riscos sociais mais graves, o trabalhador e sua família;
- revisão dos regimes especiais de aposentadoria, levando em conta a efetiva perda de capacidade laboral e a redução da expectativa de sobrevida do trabalhador;
- aperfeiçoamento dos sistemas de prevenção de acidentes e de reabilitação profissional, para reduzir infortúnios e proporcionar rápida reintegração ao trabalho.

Objetivos e Metas

- implantação do regime único de previdência, com o objetivo de tornar mais equânime o direito ao seguro social para os contribuintes urbanos e rurais e aperfeiçoar a concessão e a manutenção de benefícios a cerca de 14 milhões de pessoas por ano;
 - revisão de critérios, alíquotas e limites de incidência das contribuições, com redução da carga contributiva sobre os rendimentos mais baixos e aumento da progressividade das contribuições previdenciárias;
 - modernização das unidades de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social, mediante informatização e reestruturação organizacional;
 - aprimoramento do sistema de fiscalização, arrecadação e cobrança da dívida ativa, buscando imprimir maior eficiência à administração previdenciária e aumentar a receita em cerca de 25%;
 - implantação do seguro coletivo público de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais;
 - estímulo à expansão do sistema de previdência complementar privado;
 - implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador e dos Beneficiários da Previdência Social, objetivando consolidar as informações sobre a vida profissional do trabalhador;
-

- redefinição da estrutura e funcionamento dos centros de reabilitação profissional, com o objetivo de aperfeiçoar o tratamento concedido ao trabalhador provisoriamente incapacitado, beneficiando 90 mil trabalhadores por ano;

- desmobilização do patrimônio da previdência social, com aplicação da receita em programas de investimento na área.

MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0427-ALIMENTACAO E NUTRICAO	Melhoria do padrao alimentar do trabalhador de menor renda, mediante utilizacao dos incentivos fiscais (conforme Lei no. 6.542/78).	Aperfeicoar o sistema de alimentacao do trabalhador.	Mil beneficiarios/ano	9.000	10.200	2	8	78	7	5	
0470-SEGURO-DESEMPREGO	Protecao ao trabalhador desempregado.	Ampliar e aperfeicoar o seguro-desemprego.	Mil beneficiarios/ano	2.800	3.200	3	17	54	13	13	
0475-FISCALIZACAO DAS RELACOES DO TRABALHO	Aperfeicoamento da fiscalizacao das relacoes do trabalho.	Ampliar e modernizar a fiscalizacao das relacoes do trabalho.	Treinamento de fiscais e monitores	1.000	6.500	10	20	40	20	10	
			Fiscalizacao de locais trabalho/ano (mil)	1.400	1.900	6	19	38	25	12	
0477-ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALARIO	Promocao do sistema de intermediacao, reciclagem e colocacao de mao-de-obra; aperfeicoamento e registro profissional; apoio a politica de imigracao; e acompanhamento das mudancas do perfil da forza de trabalho.	Aperfeicoar o sistema de registro do trabalho.	Mil trabalhadores/ano	9.200	11.400	5	25	48	8	14	
		Aperfeicoar acoes de intermediacao e reciclagem (SINE).	Mil beneficiarios/ano	1.800	2.300	5	25	48	8	14	

Continua

MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

Continuacao

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0479-NORMATIZACAO E FISCALIZACAO DA PROTECAO NO TRABALHO	Aperfeiçoamento das normas e da fiscalização para prevenção e controle de doenças profissionais e de acidentes do trabalho.	Aperfeiçoar a inspeção das condições de trabalho, mediante ampliação do número de inspeções, capacitação de inspetores e treinamento de trabalhadores em segurança, saúde e prevenção de acidentes.	Inspeção de locais de trabalho/ano (mil)	100	132	10	20	40	20	10	
			Capacitação de inspetores	300	1.300	10	20	40	20	10	
			Capacitação de trabalhadores/ano (mil)	3	4	10	21	41	21	7	
0480-PREVENCAO DO ACIDENTE DO TRABALHO	Conscientização do trabalhador sobre a prevenção de acidentes no trabalho.	Difundir informações.	Campanhas/seminários/ano	20	29	17	35	17	14	17	
0486-ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	Concessão de auxílio financeiro anual aos trabalhadores de baixa renda; aperfeiçoamento das ações de reabilitação profissional e reintegração social.	Pagar abono anual PIS/PASEP.	Mil beneficiários/ano	7.700	9.000	4	16	57	17	6	
		Ampliar e melhorar o atendimento na Rede de Centros de Reabilitação Profissional.	Mil beneficiários/ano	70	90	4	32	46	17	1	
0492-PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	Aperfeiçoamento do seguro social para contribuintes urbanos e rurais e promoção de previdência complementar.	Concessão e manutenção de benefícios previdenciários.	Mil beneficiários/ano	12.000	14.000	2	18	62	15	3	

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

ANEXO 1 - RESUMO POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0024 - INFORMÁTICA										
EMPRESA DE PROC. DE DADOS DA PREV. SOCIAL - DATAPREV										
PROJETO: 15.007.0024.5146 DISSEMINAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES	438,07	1.959,02	2.397,09	ADQUIRIR E INSTALAR MICROCOMPUTADORES PARA ATENDIMENTO DE SEGURADOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES EM POSTOS DE ATENDIMENTO DO MTPS.										
PROJETO: 15.007.0024.5445 INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	1.146,08	5.125,08	6.271,16	ADQUIRIR E INSTALAR SIS- TEMAS DE INFORMATIZAÇÃO PARA A REDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: PROMOÇÃO DA INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, ENGLON- BANDO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ESTADOS E MUNICÍPIOS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	1.281,05	5.728,63	7.009,68							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	0,00	0,00	0,00							
TOTAL GERAL	2.865,20	12.812,73	15.677,93							



15. MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

A participação direta do Estado no setor produtivo será declinante, no próximo quinquênio, em consonância com os princípios que norteiam a atual administração. Na área de infra-estrutura, todavia, o investimento público continuará sendo fator relevante, conquanto dele se exija maior eficiência.

Nesse contexto, as ações em infra-estrutura deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

- redefinição do papel do Estado, inclusive pela desregulamentação, permitindo maior participação da iniciativa privada;
 - condicionamento dos programas de expansão à capacidade financeira do Estado;
 - aumento da eficiência e eficácia dos gastos;
 - prioridade à conservação, em sentido amplo, visando minimizar as necessidades de investimentos futuros;
 - avaliação dos custos ambientais, no processo de decisões de investimento.
-

15.1. TRANSPORTES

A infra-estrutura de transportes foi duramente afetada pela crise financeira do setor público, atingindo-se um acentuado grau de deterioração em algumas áreas, porquanto não foram realizados os indispensáveis gastos de manutenção.

Nos últimos anos, o setor apresentou uma baixa taxa de crescimento: 3,9% ao ano, no período 1980-1988, enquanto, na década anterior, o crescimento anual fora de 10,3% (em toneladas-quilômetros úteis - TKU).

Esse insatisfatório desempenho decorreu não só da contração dos investimentos públicos na área, como da contenção de tarifas, à vista das políticas antinflacionárias adotadas na década de oitenta. Para esse quadro, concorre, também, o crescimento dos custos reais de ampliação e manutenção do sistema, em virtude do aumento dos encargos financeiros, e da desproporcional elevação nos preços de máquinas e equipamentos.

Os principais problemas do subsetor rodoviário são:

- degradação elevada da malha (estima-se que cerca de 23% da rede rodoviária federal estejam atualmente em estado precário, e 27% em estado apenas regular);
- ausência de manutenção adequada;
- insegurança no tráfego, caracterizada pela existência de quase 2 mil pontos críticos;
- saturação de diversos trechos, principalmente nas proximidades de grandes áreas urbanas, gerando acidentes e elevação nos custos operacionais;
- controle deficiente do excesso de peso em veículos de carga; e
- nível de investimento reduzido em pesquisa, desenvolvimento e treinamento.

Quanto ao subsetor ferroviário, as principais dificuldades são as seguintes:

- esgotamento progressivo da capacidade de transporte em determinados segmentos, impedindo a expansão dos serviços e o aumento da produtividade; e
-

- deficiências físicas e administrativas, geradoras de resultados operacionais insatisfatórios.

No subsetor portuário, os investimentos realizados nos últimos cinco anos foram distribuídos indiscriminadamente em quase todos os portos, segundo critérios inadequados, com prejuízos para a manutenção, recuperação e expansão das instalações.

Dos 35 portos marítimos de uso público existentes no País, poucos atendem aos padrões internacionais de eficiência. A infra-estrutura de muitos portos é de concepção tecnológica superada. Além disso, o gerenciamento operacional é ineficiente, e as instalações e equipamentos de movimentação de cargas são, na maioria, obsoletos. Por fim, a ausência de auto-sustentação financeira gera graves deficiências operacionais.

Há necessidade de ampla reestruturação institucional do sistema portuário, com o delineamento de novo modelo gerencial-administrativo, que preserve a autonomia dos portos e induza à maior participação da iniciativa privada.

O subsetor de transporte marítimo envolve as navegações de cabotagem e de longo curso, o apoio portuário e marítimo, além do sistema de financiamento à construção naval.

No mercado interno, esse subsetor é responsável pela navegação de cabotagem que, apesar da extensa costa brasileira, tem mantido participação modesta na repartição modal de cargas (cerca de 16% do total de toneladas-quilômetro transportadas). No mercado internacional, a navegação tem sido responsável pela movimentação de cerca de 98% das cargas (média anual em torno de 200 milhões de toneladas).

Os principais problemas do subsetor de transporte marítimo são:

- obsolescência tecnológica da frota, apesar de sua idade média relativamente baixa;
- excesso de regulamentação da atividade comercial, impedindo o funcionamento adequado do mercado de fretes;
- legislação trabalhista ultrapassada, em relação às práticas operacionais e comerciais de outros países.

O transporte hidroviário interior, por sua vez, conta com cerca de 28 mil km de vias em condições de navegação comercial, distribuídas por diversas bacias hidrográficas. No entanto, a

participação dessa modalidade no total de carga transportada tem sido inferior a 1% , em razão, principalmente, dos seguintes fatores:

- inadequação gerencial, decorrente da excessiva intervenção estatal, sobretudo na operação intermodal, inibindo a participação da iniciativa privada; e
- desbalanceamento no aproveitamento dos recursos hídricos, acarretando danos irreparáveis à infra-estrutura do sistema e reduzindo, progressivamente, a capacidade de transporte no subsetor.

Diretrizes

a) no que se refere às atividades de caráter geral:

- racionalização da operação modal, maximizando a eficiência e reduzindo custos;
- apoio ao transporte multimodal, sempre que constituir a alternativa de maior eficiência e mais adequada às características da demanda e às especificidades regionais;
- estímulo à participação da iniciativa privada na exploração e expansão do setor, respeitados os interesses dos usuários e asseguradas a supervisão e a fiscalização do Poder Público;
- revisão dos mecanismos setoriais de financiamento;
- articulação dos programas de transportes com os de meio ambiente;

b) no que se refere ao transporte rodoviário:

- prioridade para restauração e conservação da malha rodoviária federal, com a consequente restrição ao início da construção de novos trechos;
 - reestruturação institucional do subsetor, repartindo adequadamente as esferas de competência e transferindo, do âmbito federal para o estadual, rodovias que não desempenhem funções arteriais;
 - implantação de medidas voltadas para segurança e aumento da capacidade de tráfego, particularmente nos trechos mais congestionados;
-

- revisão do sistema de financiamento das obras federais;

- revisão da legislação relativa ao transporte de cargas e de passageiros;

c) no que se refere ao transporte ferroviário de carga:

- recuperação, reaparelhamento e modernização do sistema ferroviário federal, visando ao aumento de sua eficiência operacional;

- reestruturação institucional do subsetor;

- ampliação e aprimoramento da malha ferroviária federal, com a participação da iniciativa privada;

d) no que se refere ao transporte ferroviário urbano:

- melhoria dos sistemas existentes e consolidação dos que se encontram em fase de implantação;

- progressiva redução de custos e subsídios;

- revisão institucional do subsetor, com ênfase na gradual transferência dos sistemas para administrações locais;

e) no que se refere ao transporte aquaviário:

- reordenamento institucional do subsetor, especialmente no que concerne ao sistema portuário;

- aumento da eficiência operacional do sistema portuário;

- modernização e reaparelhamento do sistema de transporte aquaviário.

Objetivos e Metas

- no subsetor rodoviário: restauração de 26,8 mil km de vias em estado de degradação e melhoria dos níveis de segurança do tráfego, com eliminação de cerca de 2 mil pontos críticos;

- no subsetor ferroviário de carga: recuperação do padrão operacional do sistema em 5,8 mil km, ampliação da capacidade de transporte (modernização de 1,4 mil km e expansão de 425 km) e continuação das obras da Ferrovia Norte-Sul;
 - no subsetor ferroviário urbano: implementação do processo de transferência dos serviços de transporte ferroviário urbano para as administrações locais;
 - no subsetor portuário: crescimento médio anual mínimo de 5% na movimentação de cargas (nos últimos cinco anos, o crescimento foi de 3%);
 - no subsetor marítimo: apoio à construção, no período, de 3,6 milhões de TPB;
 - no subsetor hidroviário interior: ampliação da participação relativa da modalidade hidroviária, na matriz de transporte, para cerca de 1,5% (crescimento de 50%, em relação à participação atual).
-

15.2. COMUNICAÇÕES

O setor de comunicações é integrado por dois subsetores específicos: telecomunicações e comunicação postal.

O subsetor de telecomunicações vem passando, nos últimos anos, por dificuldades que se refletem diretamente na qualidade dos serviços prestados.

A taxa de congestionamento dos serviços telefônicos, que se traduz na demora da obtenção do tom no discar e na dificuldade para completar ligações interurbanas, elevou-se de 6,8%, em 1984, para 31,4%, em 1989. A densidade telefônica, medida pelo número de terminais em serviço por 100 habitantes, atingiu 5,93 em 1989, caracterizando uma alta demanda reprimida, estimada em aproximadamente 3,3 milhões de terminais.

Concorreram, para a degradação dos serviços, de um lado, a excepcional elevação no tráfego telefônico e o crescimento da demanda por serviços de transmissão de textos e de dados, superando em muito a capacidade instalada dos equipamentos; de outro, o insuficiente nível de investimentos, em decorrência da compressão das tarifas e do aumento do custo real do terminal instalado.

A defasagem tarifária, consequência das políticas adotadas no combate à inflação, reduziu a capacidade de geração de recursos no subsetor, forçando-o a financiar seus investimentos por meio de empréstimos de curto prazo, com a correspondente pressão sobre os custos.

No que diz respeito à comunicação postal, a contenção de tarifas prejudicou, igualmente, a geração de recursos próprios na Empresa de Correios e Telégrafos, limitando severamente sua capacidade de investimento e afetando a manutenção de seus padrões de eficiência.

Diretrizes

a) no que se refere às diretrizes de caráter geral:

- atendimento das demandas básicas das regiões interioranas e das camadas mais carentes da população, oferecendo-lhes serviços de baixo custo, mediante implantação de unidades de uso público;

- atendimento aos centros mais desenvolvidos e aos segmentos mais produtivos da economia, de conformidade com os melhores padrões internacionais;

- revisão da política de compras de bens e serviços, buscando estimular a competitividade entre as empresas fornecedoras, inclusive facilitando o acesso de empresas estrangeiras ao mercado nacional;

- apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, tendo por objetivo ampliar a capacitação nacional;

- incentivo à participação da iniciativa privada, observados os dispositivos constitucionais pertinentes;

b) no que se refere às telecomunicações:

- implementação de programas emergenciais, visando ao descongestionamento dos sistemas telefônicos e ao restabelecimento dos níveis de qualidade dos serviços prestados;

- reformulação da estrutura tarifária, a fim de corrigir os mecanismos de subsídio entre os serviços;

- gradual liberalização do mercado de telecomunicações, com vistas ao desenvolvimento de um parque industrial competitivo;

- racionalização do sistema TELEBRÁS, inclusive mediante implantação das empresas regionais de telecomunicações;

c) no que se refere às comunicações postais:

- disseminação dos serviços no interior do País;

- modernização das agências;

- informatização e automatização dos processos, conferindo-lhes rapidez, segurança e regularidade.

Objetivos e Metas**a) no que se refere às telecomunicações:**

- recuperação da qualidade dos serviços, reduzindo os atuais níveis de congestionamento, mediante instalação de 700 mil terminais telefônicos, em 1991, e de 3,5 milhões, no período 1992-1995;

- ampliação e modernização dos sistemas de telefonia e de transmissão de textos e de dados, mediante instalação do serviço de telefonia móvel celular (21 mil terminais, em 1991, e 184 mil, no restante do período), lançamento de dois novos satélites e implantação da rede digital de serviços integrados (RDSI);

- aperfeiçoamento da capacitação tecnológica, especialmente no tocante ao desenvolvimento de microeletrônica e de software para atendimento à demanda setorial;

b) no que se refere às comunicações postais:

- ampliação da oferta de serviços postais e telegráficos, no interior do País e na periferia dos centros urbanos, com a construção de 57 agências, em 1991, e de 338 agências, no período 1992-1995;

- melhoria da qualidade dos serviços postais e telegráficos, mediante automação de 100 agências, em 1991, e de 700 agências, no restante do período.

15.3. ENERGIA

A política energética, na década de oitenta, refletiu o esforço governamental para adaptar o setor aos impactos das elevações dos preços internacionais do petróleo, ocorridos em 1973 e em 1979. Buscava-se, então, reduzir a dependência ao petróleo importado, substituindo-o por fontes energéticas nacionais, preferencialmente renováveis.

A elevação substancial das taxas internacionais de juros, a partir do início da década passada, e o segundo choque do petróleo geraram, além de efeitos globais na economia, três problemas básicos, ainda não equacionados no setor: restrição macroeconômica aos investimentos; dificuldades financeiras das empresas, em razão das políticas tarifárias e de endividamento externo; e inadequação da política de preços dos energéticos, que não refletem seus custos econômicos, resultando em alocação ineficiente de recursos.

Diretrizes

a) no que se refere às diretrizes de caráter geral:

- fixação de prioridades e de cronogramas de investimentos, que compatibilizem os objetivos econômico-financeiros do setor com as restrições macroeconômicas;
 - busca permanente de redução de custos e elevação da produtividade;
 - instituição de mecanismos de estímulo à participação de capitais privados nos investimentos;
 - reexame do PROÁLCOOL, no contexto de um planejamento estratégico de longo prazo, compatibilizando as questões econômicas, sociais e ambientais envolvidas;
 - estabelecimento de política de preços relativos que remova os atuais desequilíbrios entre oferta e demanda de energéticos e promova maior eficiência no uso;
 - ênfase aos programas de conservação e racionalização da produção e uso de energia, eliminando-se o caráter predatório e o desperdício na exploração de recursos naturais;
-

- difusão de tecnologias voltadas para produção e uso eficientes de energia, visando à redução dos níveis de poluição e ao melhor aproveitamento dos recursos;

- prosseguimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área nuclear e à avaliação de alternativas de utilização energética do carvão mineral, tendo em vista que, no final da presente década, haverá um esgotamento do potencial hidrelétrico economicamente competitivo;

b) no que se refere à energia elétrica:

- continuação das obras de geração, transmissão e distribuição, aprovadas pelo Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos;

- definição de uma política de expansão, que restrinja o início de obras à verificação da viabilidade econômica do projeto e à garantia dos recursos necessários ao financiamento;

- adoção de medidas visando harmonizar os cronogramas de obras de geração, transmissão e distribuição;

- revisão do atual modelo institucional, excessivamente centralizador, conferindo às concessionárias maior autonomia;

- revisão da política de aproveitamento do potencial hídrico da Região Norte, condicionando-a às restrições de mínimo impacto ambiental;

- revisão da política tarifária, objetivando equilibrar receitas e custos, e buscando assegurar ganhos reais, pela redução de custos e melhoria de produtividade das concessionárias;

- incentivo ao desenvolvimento de pequenas centrais hidrelétricas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com eliminação dos entraves institucionais à participação de capitais privados;

c) no que se refere ao petróleo e gás natural:

- definição de um novo modelo institucional para a política de combustíveis, que contemple a desregulamentação e substanciais alterações na sistemática de comercialização;

- redução de custos e elevação das produtividades administrativa e operacional;

- ampliação das reservas de óleo e gás natural, e desenvolvimento da produção nacional;

- desenvolvimento do parque de processamento de óleo e gás natural, objetivando assegurar o adequado abastecimento de derivados;
- desenvolvimento do sistema de transporte hidroviário e dutoviário de óleo, gás natural e seus derivados, a fim de atender às necessidades do mercado;
- expansão da capacitação tecnológica do sistema PETROBRÁS, inclusive no que diz respeito à exploração em águas profundas;
- consolidação da política nacional do gás natural e aumento de sua participação na matriz energética;
- adoção de uma política de preços dos combustíveis líquidos, visando compatibilizar a produção e a demanda com a capacidade instalada de refino;
- revisão do PROÁLCOOL, tendo em vista um adequado balanceamento no mercado de álcool, gasolina e diesel.

Objetivos e Metas

a) no que se refere à energia elétrica:

- elevação da capacidade instalada de 53,9 mil MW, em 1989, para 65,5 mil MW, em 1995;
- prioridade, no programa de transmissão de energia elétrica, à implantação de projetos voltados para integração com os sistemas de usinas a serem implantados, atendimento dos centros de carga e reforço das interligações regionais, destacando-se: a complementação do tronco de transmissão de Itaipu, que permitirá a transferência de toda potência instalada da usina; a interligação da usina de Paulo Afonso com o centro de carga do Recife, por meio de um sistema de transmissão de 500 KV; a instalação do terceiro circuito de 500 KV, a partir de Xingó, para reforço do suprimento de Salvador; e a implantação de mais um circuito duplo de 230 KV, no tronco Banabuiú - Fortaleza;

b) no que se refere ao petróleo e gás natural:

- realização de levantamentos sísmicos ao longo de, aproximadamente, 621 mil km de linhas e perfuração de cerca de 810 poços exploratórios;
-

- instalação de três plataformas semi-submersíveis, no sistema de produção do campo de Marlim, com aproveitamento da produção de 62 poços, alcançando um pico de produção de 190 mil barris diários, em 1997;

- instalação de duas plataformas fixas no sistema de produção do campo de Enchova, com aproveitamento de 40 poços, atingindo um pico de produção de 47 mil barris diários, em 1994;

- ampliação das refinarias Landulpho Alves (RLAM), Alberto Pasqualini (REFAP) e de Paulínia (REPLAN), visando aumentar a capacidade atual de refino, de 1,4 milhão de barris diários, para 1,7 milhão, em 1995;

- construção de terminais e dutos de petróleo e derivados, destacando-se a construção dos polidutos REPLAN - Brasília e Paulínia - Presidente Prudente, e a ampliação das instalações do terminal TEMADRE, na Bahia;

- ampliação da frota de navios petroleiros, perfazendo 2,7 milhões de TPB, com a incorporação de 22 navios-tanque à Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE).

15.4. MINERAÇÃO

Nas últimas duas décadas, o estímulo ao crescimento da produção mineral brasileira fundamentou-se em duas preocupações: segurança nacional (busca de auto-suficiência em matérias-primas minerais estratégicas) e equilíbrio nas contas externas (aumento das exportações e redução das importações).

Em consequência, admitiu-se como prioritária a produção nacional de alguns minérios, ainda que sustentada por esquemas de subsídios, incentivos e tarifas favorecidas. Nesse contexto, tornou-se marcante o elevado nível de interferência governamental no setor, inclusive mediante investimentos diretos.

A produção mineral brasileira, à vista da grande variedade de reservas, é muito pouco diversificada. De fato, 70% da produção total corresponde a apenas sete minérios (ferro, calcário, manganês, ouro, granito, cassiterita e argila). O setor mineral brasileiro ressen-te-se, também, do uso de tecnologias adequadas às suas jazidas, principalmente as de exploração subterrânea.

Apenas 10% do subsolo brasileiro são conhecidos em escala de detalhe. Os levantamentos geológicos estiveram interrompidos por uma década. Sua retomada, em 1985, com a implantação do programa "Levantamento Sistemático do Brasil", cujo término está previsto para 1999, ainda não produziu resultados satisfatórios, em razão de dificuldades financeiras.

Diretrizes

a) no que se refere às diretrizes de caráter geral:

- ampliação do conhecimento do subsolo brasileiro, com vistas ao correto dimensionamento do patrimônio mineral do País;
 - fomento à consolidação de um setor mineral viável e competitivo em nível internacional, inclusive com maior participação da iniciativa privada;
 - recuperação do atraso relativo na exploração de minerais de uso convencional, especialmente os destinados ao mercado interno;
-

- ampliação das atividades de pesquisa e desenvolvimento, voltadas para exploração de minérios nucleares e destinados à indústria tecnológica de ponta;

- desenvolvimento de tecnologias adequadas ao aproveitamento racional dos jazimentos minerais e à preservação ambiental;

- compatibilização da mineração e garimpo com os direitos dos povos indígenas e com a preservação do meio ambiente;

- estímulo à constituição de cooperativas de garimpeiros;

b) no que se refere às atividades especificamente desenvolvidas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD):

- manutenção da liderança no mercado internacional de minério de ferro;

- adequação da capacidade produtiva de minérios aos requisitos internacionais de qualidade e de eficiência;

- aproveitamento econômico das reservas de bauxita e de anatásio, em consonância com oportunidades de mercado;

- aumento da produção de ouro, a custos competitivos, visando incluir o Brasil entre os grandes produtores mundiais desse metal;

- prioridade para a capacitação tecnológica;

- preservação do meio ambiente nas áreas operacionais, avaliando os impactos da exploração mineral, bem como recuperando e conservando os recursos naturais;

- adequação das instalações ferroviárias e portuárias dos Sistemas Sul e Norte, para atender ao aumento e à diversificação na movimentação de cargas.

Objetivos e Metas

a) no que se refere às atividades de caráter geral:

- mapeamento geológico, em várias escalas, cobrindo cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados e promovendo a edição de, aproximadamente, 900 mapas, relatórios e textos;

- avaliação de depósitos minerais em 150 distritos mineiros;

- desenvolvimento de trabalhos geológicos e geoquímicos em 360 mil km², na área do Grande Carajás;

- elaboração do inventário de recursos minerais e hídricos subterrâneos, incluindo 40 folhas de mapas;

- extração e beneficiamento do urânio de Lagoa Real, objetivando a produção de 500 t de concentrado, em 1993, e de 1000 t, nos anos subseqüentes.

b) no que se refere às atividades a cargo da CVRD:

- consolidação da capacidade operacional do Sistema Sul e Norte, objetivando produzir e movimentar, respectivamente, 60 e 35 milhões de toneladas anuais de minério de ferro, até 1995;

- produção de 12 t/ano de ouro, a partir de 1992, e 20 t/ano, a partir de 1995;

- conclusão da implantação do projeto de concentração de anatásio em Tapira e Salitre (MG), visando à produção de 400 mil t/a de concentrado de titânio, a partir de 1995;

- instalação de uma planta industrial, para produção de 300 mil t/ano de sinter de manganês.

15.5. METALURGIA DE NÃO FERROSOS

O setor estatal produtor de alumínio e alumina é composto pelas seguintes empresas: Mineração Rio do Norte S.A. (produção de bauxita), Alumina do Norte do Brasil S.A. (produção de alumina), Alumínio Brasileiro S.A. e Valesul Alumínio S.A. (ambas na produção de alumínio primário).

A produção de alumínio, por intermédio de empresas estatais, representa cerca de 29% da oferta nacional desse metal (888 mil t/ano, em 1989).

As empresas estatais produtoras de alumínio primário foram constituídas na década de setenta, quando se dispunha de energia hidrelétrica relativamente barata e farta. Não obstante detêm contratos de compra de energia a tarifas subsidiadas, a operação dessas empresas pode vir a se tornar gravosa, dada a completa reversão no quadro de oferta energética, a absoluta incapacidade de o Estado continuar fornecendo energia, com fortes subsídios, e as oscilações no preço do alumínio primário, no mercado internacional.

Diretrizes

- expansão da produção de alumina, visando à consolidação da posição exportadora do

País;

- manutenção da capacidade instalada de produção de alumínio primário, após a conclusão dos projetos em fase de implantação, tendo em vista o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado externo, e o menor custo de energia nos países concorrentes.

Objetivos e Metas

- Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRÁS): expansão da capacidade de produção de 160 mil t/ano, em 1989, para 320 mil t/ano, em 1991;

- Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE): retomada do projeto de instalação da fábrica de alumina, visando à produção de 1,1 milhão de toneladas anuais, a partir de 1994;

- Valesul Alumínio S.A.: direcionamento dos investimentos para as atividades de proteção ambiental e manutenção da produção atual (93 mil t/ano), tendo em vista o elevado preço da energia na Região Sudeste.

15.6. SIDERURGIA

O setor siderúrgico estatal tem um parque produtivo moderno, com níveis de qualidade comparáveis aos padrões internacionais. O setor estatal participa com 70% da produção, por intermédio de cinco usinas de grande porte (Cia. Siderúrgica Nacional, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, Cia. Siderúrgica Paulista, Cia. Siderúrgica de Tubarão e Aço Minas Gerais) e de duas de menor porte (Cia. Aços Especiais Itabira e Aços Finos Piratini).

Nos anos recentes, essas empresas têm enfrentado sérias dificuldades, oriundas sobretudo da contenção de preços do aço, no mercado interno, e do ônus financeiro decorrente do seu elevado e inadequado endividamento externo. Em consequência, as empresas passaram a experimentar sucessivos resultados negativos, bem como ficaram comprometidos seus cronogramas de investimentos.

Em 1987, concebeu-se um plano de saneamento financeiro para superar essas dificuldades. A execução do plano, contudo, revela resultados insatisfatórios, de modo que ainda persistem problemas cruciais.

Diretrizes

- implantação de um gradual e ordenado processo de privatização, nos termos da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, tendo em vista a redefinição do papel do Estado e a absoluta incapacidade de mobilização de recursos públicos para modernização e expansão do setor;

- direcionamento dos investimentos no setor, até a conclusão do processo de privatização, para modernização tecnológica, redução de custos operacionais, melhoria de produtividade, melhoria do mix de produtos e preservação ambiental, e, em consequência, supressão de investimentos que objetivem tão-somente o aumento de capacidade instalada.

Objetivos e Metas

- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS): diversificação da linha de produtos da empresa, aprimoramento da qualidade do produto, mediante implantação de uma linha de galvanização eletrolítica; melhoria e modernização das instalações, com vistas à redução de custos, ao aumento de rentabilidade e à otimização do balanço energético;

- Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA): melhoria e modernização das instalações e equipamentos, visando à maior produtividade e à qualidade dos produtos; reforma do segundo alto forno e da laminação de tiras a frio;

- Cia. Siderúrgica Nacional (CSN): reconstrução e modernização da área de redução, a fim de melhorar o desempenho operacional; modernização da área de utilidades e instrumentação das oficinas de manutenção;

- Cia. Siderúrgica de Tubarão (CST): implantação da primeira máquina de lingotamento contínuo, tendo em vista a redução de custos e o aprimoramento dos produtos, de acordo com as exigências do mercado internacional;

- Aço Minas Gerais (AÇOMINAS): complementação da fase inicial da usina para produção de 2 mil t/ano, com implantação dos laminadores de trilhos e perfis, objetivando a obtenção de produtos mais nobres e de maior valor agregado;

- Cia. Aços Especiais Itabira (ACESITA): ampliação do setor de laminados e conclusão do projeto de expansão da acliaria, permitindo elevar de 190 mil para 260 mil t/ano a produção de aço líquido inoxidável;

- Aços Finos Piratini: substituição e modernização de equipamentos, com vistas à utilização de novas tecnologias e à melhoria de produtividade.

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0535-CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO RODOVIARIO	Melhoria da seguranc	Eliminar pontos criticos.	Ponto critico	55	1.945						100
0537-CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	Construcao e pavimenta	Implantar e pavimentar rodovias.	km	86	3.914	24	14	25	22	15	
0538-CONSERVACAO DE RODOVIAS	Conservacao da malha rodoviaria.	Executar acoes de conservacao preventiva, rotineira e emergencial.	km	66.500	266.000	17	30	20	16	17	
0539-RESTAURACAO DE RODOVIAS	Restauracao da malha rodoviaria.	Restaurar e recuperar rodovias.	km	3.403	23.397	4	24	30	23	12	7

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
0572-TRANSPORTE METROPOLITANO	Ampliacao de capacidade e modernizacao do sistema de transporte ferroviario urbano de passageiros.	Ampliar a capacidade de passageiros transportados nos seguintes sistemas:									
		. Rio de Janeiro	Mil passageiros/dia	20	490				100		
		. Sao Paulo	Mil passageiros/dia	20	330				100		
		. Belo Horizonte	Mil passageiros/dia		190				100		
		. Recife	Mil passageiros/dia	4	80		100				
		. Outros sistemas do Nordeste	Mil passageiros/dia	8	211		100				

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0572-TRANSPORTE METROPOLITANO	Ampliacao da capacidade e modernizacao do sistema de transporte ferroviario urbano de passageiros.	Ampliar a capacidade de transporte de passageiros.	Mil passageiros/dia	27	161					100	

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. - VALEC

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0542-FERROVIAS	Construcao da Ferrovia Norte-Sul.	Construir obra de arte.	m	1.300		100					
		Construir trechos ferroviarios.	km		230	57	43				

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: FUNDO DA MARINHA MERCANTE

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0346-PROMOCAO INDUSTRIAL	Apoio a construcao de embarcacoes maritimas.	Construir embarcacoes para os seguintes fins:									
		. Navegacao maritima internacional	Mil TPB	99,4	911,6						100
		. Navegacao maritima nacional	Mil TPB	429,1	1136,2						100
		. Navegacao interior e portuaria	Mil TPB	37,2	5,6						100
		. Programa complementar (exportacao)	Mil TPB	718,8	299,2						100

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES - FISTEL

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991-95		1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0021-ADMINISTRACAO GERAL	Ampliacao e modernizacao da rede de fiscalizacao das telecomunicacoes.	Adquirir equipamentos de fiscalizacao.	Equipamento	369	581	18	32	16	14	20	

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DNAEE

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	NAC
0021-ADMINISTRACAO GERAL	Planejamento, coordenacao e centralizacao do sistema de coleta e armazenamento de informacoes hidrologicas.	Manter estacoes pluviometricas. Manter estacoes fluviometricas.	Estacao/ano Estacao/ano	2.090 1.695	2.090 1.695						100 100

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMBUSTIVEIS - DNC

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MA
0021-ADMINISTRACAO GERAL	Estabelecimento de controle e fiscalizacao da distribuicao e da comercializacao de combustiveis.	Fiscalizar empresas.	Empresa/ano	67.000	67.000						100

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
ORGAO EXECUTOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL - DNPM

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0489-PROSPECCAO E AVALIACAO DE JAZIDAS	Conhecimento e avaliacao das reservas minerais, bem como controle e fiscalizacao de sua exploracao.	Efetuar controle em areas de exploracao.	Area/ano	84	125						100
		Fiscalizar e controlar minas de carvao.	Mina/ano	200	200					100	
0456-CONTROLE DA POLUICAO	Planejamento, coordenacao e execucao das atividades de preservacao e controle ambiental.	Realizar servicos topograficos.	km/ano	15.000	15.000	50					50
		Analisar solos e aluvioes.	Amostra/ano	30.000	30.000	50					50
		Construir barragens e diques filtrantes.	Unidade/ano	136	136	50					50

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS
 ORGAO EXECUTOR: COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0292-LEVANTAMENTO GEOLOGICO	Geracao de conhecimento geologico basico.	Elaborar mapas cartograficos e geologicos.	Mapa/ano	119	119	41	28	9	10	12	

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL										
EMPRESA BRAS. DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES - GEIPOT										
PROJETO: 16.009.0021.6015 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	140,00	628,46	768,46	REALIZAR ESTUDOS E PESQUI SAS SOBRE TRANSPORTES.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE COORDENACAO, SUPERVISAO E CONTROLE ADMINISTRATIVO; APOIO LOGISTICO AS ATIVIDADES-FIN.										
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM										
PROJETO: 09.007.0021.6016 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	220,40	881,60	1.102,00	ELABORAR MAPAS CARTOGRA- FICOS E GEOLOGICOS.	41	28	9	10	12	0
DESCRICAO: APERFEICOAMENTO DOS SERVICOS E PRESTACAO DE APOIO LOGISTICO AS ATIVIDADES-FIN.										

cont inua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT										
PROJETO: 05.007.0021.5329 REEQUIPAMENTO E REFORMA DE INSTALAÇÕES	612,52	1.741,60	2.354,12	REFORMAR 66 IMOVEIS ADMINISTRATIVOS E ADQUIRIR 6.850 EQUIPAMENTOS DIVERSOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: MAXIMIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.										
SISTEMA PETROBRÁS										
INTERIOR TRADE INC										
PROJETO: 11.063.0021.6015 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2,52	0,00	2,52	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DIVERSOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	8.112,69	31.903,67	40.016,36							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC

0024 - INFORMÁTICA

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

PROJETO: 05.007.0024.5146 EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.292,48	6.245,38	7.537,86	IMPLANTAR 4.000 TERMINAIS E INFORMATIZAR 800 AGEN- CIAS.	0	0	0	0	0	100
--	----------	----------	----------	--	---	---	---	---	---	-----

DESCRIÇÃO:
INFORMATIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ATENDIMENTO, ENCAMINHAMENTO
E DISTRIBUIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	94,42	416,00	510,42							
---	-------	--------	--------	--	--	--	--	--	--	--

0055 - PESQUISA APLICADA

CEPEL - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA

PROJETO: 09.010.0055.5303 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	888,81	4.726,80	5.615,61	CONSTITUIR CENTRO DE EX- CELENCIA NAS ÁREAS DE PESQUISA E DESENVOLVI- MENTO.	0	0	100	0	0	0
---	--------	----------	----------	---	---	---	-----	---	---	---

DESCRIÇÃO:
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS CONCESSIONARIAS, DAS
INDÚSTRIAS E DOS SERVIÇOS PERTINENTES.

DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	526,46	3.306,00	3.832,46							
---	--------	----------	----------	--	--	--	--	--	--	--

continua

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0076 - CORRETIVOS E FERTILIZANTES										
SISTEMA PETROBRAS										
FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A - FOSFÉRTIL										
PROJETO: 11.062.0076.5222										
MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	163,67	1.343,00	1.506,67	CONSTRUIR LAGOA PARA RE- JEITOS DE GESSO.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: MANUTENCAO, REPOSICAO E REFORMA DOS EQUIPAMENTOS, BEM COMO PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE COM A CONSTRUCAO DE LAGOA PARA REJEITOS DE GESSO.										
FERT. NITROGENADOS DO NORDESTE S/A - NITROFÉRTIL										
PROJETO: 11.062.0076.5360										
UNIDADE INDUSTRIAL DE ACIDO NITRICO II NA FABRICA DE CAMACARI-BA	484,82	1.204,00	1.688,82	AMPLIAR A PRODUCAO DE ACIDO NITRICO DE 29.700 T/ANO PARA 49.500 T/ANO.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: EXPANSAO DA PRODUCAO DE ACIDO NITRICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S/A - ICC										
PROJETO: 11.062.0076.5027 AMPLIACAO DA UNIDADE DE ACIDO FOSFORICO	2,56	297,00	299,56	AMPLIAR A CAPACIDADE DE PRODUCAO DE ACIDO FOSFORICO DE 360 T/DIA PARA 504 T/DIA.	0	0	0	100	0	0
DESCRICAO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUCAO.										
PROJETO: 11.062.0076.6048										
MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	0,00	776,00	776,00	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE MONTAGEM.	0	0	0	100	0	0
DESCRICAO: PRESERVACAO DAS ATIVIDADES DE PRODUCAO, DE ACORDO COM OS PARAMETROS DE EFICIENCIA E CAPACIDADE NOMINAL INSTALADAS, VISANDO A CONTINUIDADE OPERACIONAL DAS UNIDADES INDUSTRIAIS.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PETROBRÁS FERTILIZANTES S/A - PETROFÉRTIL										
PROJETO: 09.062.0076.5437 UNIDADE DE METANOL/MTBE	275,50	1.830,00	2.105,50	PRODUIR 198.000 T/ANO DE METANOL E 45.000 T/ANO DE MTBE PARA MELHORAR A RENTABILIDADE DA ULTRAFÉRTIL E PROPICIAR A PETROBRÁS MAIOR FLEXIBILIDADE NA GARANTIA DO ABASTECIMENTO DO ALCOOL CARBURANTE.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO: APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DO COMPLEXO DE ARAUCÁRIA DA ULTRAFÉRTIL COM PRODUÇÃO DE METANOL E MTBE.										
PROJETO: 11.062.0076.5305 POLO CATALÃO	41,32	1.120,56	1.161,88	IMPLANTAR UNIDADE DE SUPERFOSFATO SIMPLES, COM CAPACIDADE DE 300.000 T/ANO.	0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DA OFERTA REGIONAL DE FERTILIZANTES.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
ULTRAFÉRTIL S/A-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES										
PROJETO: 11.062.0076.6072 MANUTENÇÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	1.624,43	5.128,00	6.752,43	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA CONSER- VAÇÃO DE ENERGIA, MANU- TENÇÃO E MELHORIAS OPERA- CIONAIS; INSTALAR TANQUE PARA FERTILIZANTE LÍQUI- DO; REFORMAR UNIDADE DE AMONÍAC.	0	87	13	0	0	0
DESCRIÇÃO: PRESERVAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO E ARMAZENAMENTO.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	2.218,18	8.376,01	10.594,19							
0095 - ARMAZENAMENTO E SILAGEM										
SETOR FERROVIÁRIO										
REDE FED. DE ARMAZENS GERAIS FERROVIÁRIOS S/A - AGEF										
PROJETO: 16.089.0095.5024 AMPLIAÇÃO DA REDE ARMAZENADORA	275,50	1.102,00	1.377,50	CONSTRUIR E RECUPERAR 4 ARMAZENS.	0	0	25	50	25	0
DESCRIÇÃO: ATENDIMENTO A DEMANDA POR SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM E MOVIMEN- TAÇÃO DE MERCADORIAS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	110,20	440,80	551,00							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0127 - SERVIÇOS POSTAIS CONVENCIONAIS										
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT										
PROJETO: 05.021.0127.5148										
EXPANSÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS	3.991,34	20.102,40	24.093,74	CONSTRUIR 395 AGENCIAS E 59 CENTROS OPERACIONAIS.	13	33	21	20	13	0
DESCRIÇÃO:										
MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS POSTAIS, MEDIANTE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA.										
0134 - TELEFONIA										
SISTEMA TELEBRÁS										
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRÁS										
PROJETO: 05.022.0134.6073										
MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	1.200,18	4.315,63	5.515,81	DESENVOLVER SOFTWARE E COMPONENTES ELETRONICOS PARA TELECOMUNICAÇÕES.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO:										
REALIZAÇÃO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, VISANDO AUMENTAR A AUTO-SUFICIÊNCIA NACIONAL NA ÁREA.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA TELEFÔNICA DA BORDA DO CAMPO - CTBC										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	4.365,38	18.023,02	22.388,40	INSTALAR 142.528 TERMINAIS, SENDO 29.659 EM 1991.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										
COMPANHIA TEL. MELHORAMENTOS E RESISTÊNCIA S/A - CTMR										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	488,92	2.766,65	3.255,57	INSTALAR 24.354 TERMINAIS, SENDO 3.445 EM 1991.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL										
PROJETO: 05.022.0134.5150 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA BÁSICO DE TELECOMUNICAÇÕES	24.325,95	125.375,90	149.701,85	INSTALAR 194.540 JUNTOS, SENDO 90.750 EM 1991.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES NACIONAL E INTERNACIONAL.										
TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A - TELEBAHIA										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	4.051,07	27.034,43	31.085,50	INSTALAR 83.563 TERMINAIS, SENDO 9.170 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
TELECOMUNICAÇÕES DA PARAÍBA S/A - TELPA										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	1.169,92	5.225,85	6.395,77	INSTALAR 54.207 TERMI- NAIS, SENDO 10.826 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DE ALAGODAS S/A - TELASA										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	698,46	3.565,01	4.263,47	INSTALAR 38.111 TERMI- NAIS, SENDO 9.432 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A - TELEBRASÍLIA										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	7.176,69	21.049,99	28.226,68	INSTALAR 164.456 TERMINAIS, SENDO 34.713 EM 1991.	0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DE GOIÁS S/A - TELEGOIÁS										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	4.120,92	16.177,69	20.298,61	INSTALAR 88.974 TERMINAIS, SENDO 9.412 EM 1991.	0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)											
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC						
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL S/A - TELEM																
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO				1.641,38	7.716,80	9.358,18	INSTALAR 68.841 TERMI- NAIS, SENDO 12.791 EM 1991.				0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVICO TELEFONICO.																
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO S/A - TELEMAT																
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO				1.571,54	6.855,43	8.426,97	INSTALAR 62.500 TERMI- NAIS, SENDO 8.980 EM 1991.				0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVICO TELEFONICO.																

cont. íntua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	11.349,99	39.485,91	50.835,90	INSTALAR 348.401 TERMI- NAIS, SENDO 55.422 EM 1991.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S/A - TELPE										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	2.392,23	17.879,89	20.272,12	INSTALAR 91.202 TERMI- NAIS, SENDO 16.103 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
TELECOMUNICAÇÕES DE RONDÔNIA S/A - TELERON										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	908,00	3.717,10	4.625,10	INSTALAR 37.935 TERMI- NAIS, SENDO 8.813 EM 1991.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DE RORAIMA S/A - TELAIMA										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	174,62	1.266,55	1.441,17	INSTALAR 11.460 TERMI- NAIS, SENDO 2.477 EM 1991.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A - TELESC										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	3.649,46	15.422,15	19.071,61	INSTALAR 153.426 TERMINAIS, SENDO 23.787 EM 1991.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	47.303,28	270.153,06	317.456,34	INSTALAR 1.324.595 TERMINAIS, SENDO 201.535 EM 1991.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

CONTINUAÇÃO

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
TELECOMUNICAÇÕES DE SERGIPE S/A - TELERGIPE										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	523,85	3.382,68	3.906,53	INSTALAR 35.089 TERMI- NAIS, SENDO 8.545 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DO ACRE S/A - TELEACRE										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	296,85	1.365,86	1.662,71	INSTALAR 10.493 TERMI- NAIS, SENDO 1.273 EM 1991.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

contínua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NA
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	261,92	1.136,04	1.397,96	INSTALAR 10.946 TERMI- NAIS, SENDO 2.290 EM 1991.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	1.746,15	9.820,61	11.566,76	INSTALAR 86.040 TERMI- NAIS, SENDO 21.145 EM 1991.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										

cont. lrua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
TELECOMUNICAÇÕES DO CEARÁ S/A - TELECEARÁ										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	2.846,23	15.345,99	18.192,22	INSTALAR 113.266 TERMINAIS, SENDO 24.996 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO S/A - TELEST										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	2.514,46	9.929,37	12.443,83	INSTALAR 102.416 TERMINAIS, SENDO 33.229 EM 1991.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S/A - TELMA										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	1.292,15	6.035,89	7.328,04	INSTALAR 48.375 TERMI- NAIS, SENDO 4.737 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	2.287,46	6.927,69	9.215,15	INSTALAR 68.453 TERMI- NAIS, SENDO 11.250 EM 1991.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A - TELEPAR										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	10.249,92	37.148,10	47.398,02	INSTALAR 281.820 TERMINAIS, SENDO 39.698 EM 1991.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DO PIAUÍ S/A - TELEPISA										
PROJETO: 05.022.0134.5152 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO	995,31	4.869,04	5.864,35	INSTALAR 39.542 TERMINAIS, SENDO 8.162 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFÔNICO.										

continua

MINISTÉRIO DE INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NA
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO S/A - TELERJ										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	25.371,60	99.512,43	124.884,03	INSTALAR 603.233 TERMINAIS, SENDO 104.171 EM 1991.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - TELERN										
PROJETO: 05.022.0134.5152										
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO	977,84	4.684,82	5.662,66	INSTALAR 37.542 TERMINAIS, SENDO 3.940 EM 1991.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO SERVIÇO TELEFONICO.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	-0,00	-0,00	-0,00							

292

continua

292

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0135 - TELEGRAFIA										
SISTEMA TELEBRÁS										
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL										
PROJETO: 05.022.0135.5151 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES NACIONAL DE TEXTOS E DADOS	9.863,72	50.837,59	60.701,31	INSTALAR 41.500 TERMINAIS DE TELEX, ATIVAR 68.490 TERMINAÇÕES TRANSDATA E 73.000 PORTAS REMPAC, DOS QUAIS 11.500 TERMINAIS DE TELEX, 14.910 TERMINAÇÕES TRANSDATA E 10.000 PORTAS REMPAC EM 1991.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA E MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEX E COMUNICAÇÃO DE DADOS.										
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA										
ITAIPU BINACIONAL										
PROJETO: 09.051.0263.5370 IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL HIDRELÉTRICA DE ITAIPU	23.798,81	8.265,00	32.063,81	CONCLUIR A INSTALAÇÃO DE 12.600 MW COM 18 UNIDADES GERADORAS DE 700 MW CADA.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO: OTIMIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DO RIO PARANÁ, PERTENCENTE EM CONDOMÍNIO AO BRASIL E AO PARAGUAI.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
SISTEMA ELETROBRÁS										
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS										
PROJETO: 09.051.0263.5118										
ESTUDOS E PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	200,00	400,00	600,00	CONCLUIR ESTUDOS DE PRE-VIABILIDADE.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO:										
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE PRE-INVESTIMENTO DO SETOR ELÉTRICO.										
CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE										
PROJETO: 09.051.0263.5379										
USINA HIDRELÉTRICA MANSO	4.971,10	24.358,90	29.330,00	IMPLANTAR 4 UNIDADES GERADORAS DE 52,5 MW CADA, NUM TOTAL DE 210 MW.	0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO:										
PROMOÇÃO DO APROVEITAMENTO MÚLTIPLO, NO ESTADO DE MATO GROSSO, EM ESPECIAL DA REGIÃO POLARIZADA POR SINOP E ALTA FLORESTA.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 09.051.0263.5386 USINA HIDROELETRICA DE TUCURUI - 2A. ETAPA DESCRICAO: AMPLIACAO DA USINA HIDROELETRICA DE TUCURUI COM PREVISAO PARA 3 UNIDADES FUTURAS, PARA ATENDER O MERCADO INTERLIGADO NORTE/NORDESTE.	0,00	14.694,20	14.694,20	IMPLANTAR 7 UNIDADES GE- RADORAS DE 330 MW CADA, NUM TOTAL DE 2.310 MW.	100	0	0	0	0	0
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A - ELETROSUL PROJETO: 09.051.0263.5375 USINA HIDROELETRICA ITA DESCRICAO: CONSTRUCAO DE USINA HIDROELETRICA PARA ATENDER AS REGIOES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE.	2.742,00	52.042,30	54.784,30	DAR CONTINUIDADE AO PRO- JETO DE ENGENHARIA, REALI- ZAR OBRAS CIVIS E ADQUI- RIR MAQUINAS E EQUIPAMEN- TOS PARA IMPLANTACAO DE 6 UNIDADES GERADORAS, TO- TALIZANDO 1.620 MW DE PO- TENCIA.	0	0	0	100	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF										
PROJETO: 09.051.0263.5037										
OUTROS PROJETOS DE GERACAO HIDRELETRICA	838,02	9.540,00	10.378,02	GERAR 1.200 MW/ANO, EM MEDIA.	0	100	0	0	0	0
DESCRICAO:										
AUMENTO DA OFERTA DE ENERGIA ELETRICA DA CHESF.										
PROJETO: 09.051.0263.5377										
USINA HIDRELETRICA LUIZ GONZAGA	9.939,40	3.612,70	13.552,10	GERAR 890 MW/ANO, EM MEDIA.	0	100	0	0	0	0
DESCRICAO:										
AUMENTO DA OFERTA DE ENERGIA ELETRICA DA CHESF.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
PROJETO: 09.051.0263.5387 USINA HIDRELETRICA DE XINGO - PRIMEIRA ETAPA DESCRICAO: CONSTRUCAO DE USINA COM CAPACIDADE DE GERACAO DE 3.000 MW.	41.787,89	88.381,30	130.169,19	INSTALAR 3.000 MW ATE 1995.	0	100	0	0	0	0
ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA PROJETO: 09.051.0263.6063 MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DESCRICAO: REALIZACAO DE MELHORAMENTOS EM USINAS GERADORAS HIDRELETRI- CAS E PROSSEGUIMENTO DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA APROVEITAMENTO HIDRELETRICO NO ESTADO.	97,25	680,90	778,15	REALIZAR MELHORAMENTOS EM USINAS HIDRELETRICAS.	0	0	100	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS										
PROJETO: 09.051.0263.5368 USINA HIDRELETRICA CORUMBA I	4.774,25	20.413,90	25.188,15	GERAR 375 MW DE ENERGIA.	0	0	0	0	100	0
DESCRICAO: ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE ENERGIA ELETRICA DAS REGIOES SUDESTE E SUL, PERMITINDO MELHORAR A CONFIABILIDADE DO SUPRIMENTO AOS SISTEMAS DA CELG(GO) E CEMAT(MT); ENERGIZACAO PREVISTA PARA ABRIL/95.										
PROJETO: 09.051.0263.5371 USINA HIDRELETRICA DO RIO PARAIBA DO SUL	120,23	12.444,00	12.564,23	GERAR 716 MW DE ENERGIA.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: CONSTRUCAO DAS USINAS DE SIMPLICIO, SAPUCAIA/ANTA E ITAOCA- RA, PREVISTAS PARA 1999, 2000 E 2001 RESPECTIVAMENTE.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 09.051.0263.5384 USINA HIDRELETRICA SAO FELIX DESCRICAO: CONSTRUCAO DE DUAS USINAS DESTINADAS A ATENDER O MERCADO DAS REGIOES SUDESTE, SUL E CENTRO-OESTE.	4.364,85	42.667,30	47.032,15	CONSTRUIR 3 UNIDADES DE 400 MW NA HIDRELETRICA SERRA DA MESA E 3 UNIDA- DES DE 160 MW NA HIDRELE- TRICA CANABRAVA.	0	0	100	0	0	0
LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A										
PROJETO: 09.051.0263.5373 USINA HIDRELETRICA ILHA DOS POMBOS DESCRICAO: RECUPERACAO DA USINA HIDRELETRICA DE ILHA DOS POMBOS, MEDIANTE REFORMA EM SUAS ESTRUTURAS E SUBSTITUICAO DOS EQUIPAMENTOS ELETROMECANICOS.	248,30	4.822,50	5.070,80	RECUPERAR OBRAS CIVIS E SUBSTITUIR EQUIPAMEN- TOS ELETROMECANICOS.	0	0	100	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 09.051.0263.5383 USINA HIDRELETRICA SANTA BRANCA DESCRICAO: APROVEITAMENTO DO POTENCIAL ENERGETICO NA BARRAGEM DE SANTA BRANCA, LOCALIZADA EM JACAREI(SP).	496,50	2.118,20	2.614,70	APROVEITAR 32 MW COM A CONSTRUCAO DE CASA DE FORÇA, INSTALAR DUAS MAQUINAS DE 25 MW CADA E RECUPERAR ESTRUTURAS FISICAS.	0	0	100	0	0	0
PROJETO: 09.051.0263.6058 MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - LAJES DESCRICAO: OTIMIZACAO DA UTILIZACAO DA ENERGIA DISPONIVEL NO COMPLEXO DE LAJES, ASSEGURANDO CONFIABILIDADE OPERACIONAL AS USINAS EXISTENTES.	347,60	990,40	1.338,00	RECUPERAR EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS DANIFICADAS E SUBSTITUIR EQUIPAMENTOS OBSOLETOS.	0	0	100	0	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	6.146,87	40.734,30	46.881,17							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA										
SISTEMA ELETROBRÁS										
CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE										
PROJETO: 09.051.0264.5394 PARQUES TERMICOS	4.408,30	39.573,50	43.981,80	INSTALAR 724 MW DE POTEN- CIA.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: GERAÇÃO DE ENERGIA TERMICA PARA AS CAPITAIS DOS ESTADOS DE RONDONIA, ACRE, AMAPA E RORAIMA.										
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A - ELETROSUL										
PROJETO: 09.051.0264.5389 USINA TERMELETRICA JACUI I	5.140,00	9.490,70	14.630,70	DAR CONTINUIDADE AO PRO- JETO DE ENGENHARIA, REA- LIZAR OBRAS CIVIS E AD- QUIRIR MAQUINAS E EQUI- PAMENTOS PARA A GERAÇÃO DE 350 MW DE POTENCIA.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO DE USINA TERMELETRICA PARA O ATENDIMENTO DAS REGIÕES SUL E SUDESTE.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 09.051.0264.5390 USINA TERMELETRICA JORGE LACERDA IV DESCRICAO: AMPLIACAO DA USINA PARA FORNECER AS REGIOES SUL E SUDESTE ENERGIA PROVENIENTE DE CONVERSÃO ENERGÉTICA DO CARVÃO MINERAL.	9.254,10	4.276,20	13.530,30	CONCLUIR OBRAS CIVIS E INSTALAR MAQUINAS E EQUI- PAMENTOS PARA A GERACAO DE 350 MW DE POTENCIA.	0	0	0	100	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	1.217,74	12.135,30	13.353,04							
0265 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMOMUCLEAR										
NUCLEBRAS ENGENHARIA S/A - NUCLEN										
PROJETO: 09.010.0265.6011 COORDENACAO E MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRA- TIVA E OPERACIONAL	76,49	300,00	376,49	MODERNIZAR EQUIPAMENTOS E INSTALACOES.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BASICAS DE FUNCIONAMENTO DOS ESCRITORIOS DA NUCLEN.										

cont. ímua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
SISTEMA ELETROBRÁS										
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS										
PROJETO: 09.051.0265.5393 USINAS NUCLEARES DE ANGRA II E III	22.605,00	70.819,90	93.424,90	REALIZAR OBRAS CIVIS; ADQUIRIR E MONTAR EQUIPA- MENTOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: ATENDIMENTO DA DEMANDA DE ENERGIA ELETRICA, MEDIANTE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL DE ANGRA II, PREVISTA PARA 1996, E DE ANGRA III, PARA 2001.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	2.121,64	16.603,40	18.725,04							
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA										
SISTEMA ELETROBRÁS										
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS										
PROJETO: 09.051.0267.5446 SISTEMAS DE SUPERVISÃO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DE REDES ELÉTRICAS INTERLIGADAS	254,18	1.022,56	1.276,74	DESENVOLVER SISTEMA HIE- RÁRQUICO DE AQUISIÇÃO DE DADOS E TOMADA DE DECI- SÃO, CONJUGANDO AS EMPRE- SAS DE ENERGIA ELÉTRICA DA REGIÃO.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS INTERLIGADOS DAS REGIÕES SUDESTE-SUL E NORDESTE-NORTE.										

cont. trase

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MA
CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE										
PROJETO: 09.051.0267.5144 EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORTE/NORDESTE	7.239,80	19.384,79	26.624,59	CONSTRUIR E MONTAR A SUB-ESTACAO DE PORTO FRANCO, 20 SUBESTACOES DE 230 KV E A LINHA DE TRANSMISSAO IMPERATRIZ-PORTO FRANCO; ADQUIRIR TERRENOS E EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA DE TRANSMISSAO N/NE.	100	0	0	0	0	0
DESCRICAO: SUPRIMENTO DE ENERGIA ELETRICA, GERADA NA USINA HIDRELETRICA DE TUCURUI, AOS ESTADOS DO NORTE E DO NORDESTE.										
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A - ELETROSUL										
PROJETO: 09.051.0267.5345 SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA	2.631,50	18.918,00	21.549,50	CONSTRUIR 3.250 KM DE LINHAS DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM CAPACIDADE DE TRANSFORMACAO DE 11.850 MVA.	0	0	0	100	0	0
DESCRICAO: COMPLEMENTACAO DO TRONCO DE TRANSMISSAO DE 500 KV DA REGIAO SUL, INTEGRANDO AS USINAS HIDRELETRICAS DE SEGREDO E ITA; REFORCO DO SUPRIMENTO AOS ESTADOS DO PARANA, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E MATO GROSSO DO SUL.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF										
PROJETO: 09.051.0267.5094 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA USINA HIDROELÉTRICA LUIZ GONZAGA - ETAPA II	628,09	10.197,50	10.825,59	INSTALAR 940 KM DE LINHAS DE TRANSMISSÃO, CONSTRUIR 4 SUBESTAÇÕES (1.600 MVA) E AMPLIAR 7 SUBESTAÇÕES.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 500 KV E 230KV, CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÕES COM CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DE 1.700 MVA E AMPLIAÇÃO DE SUBESTAÇÕES.										
PROJETO: 09.051.0267.5096 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA USINA HIDROELÉTRICA XINGÓ	1.512,87	10.579,00	12.091,87	CONSTRUIR 7 NOVAS SUBESTAÇÕES E AMPLIAR 12 SUBESTAÇÕES EXISTENTES.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO DE NOVAS SUBESTAÇÕES E AMPLIAÇÃO DE SUBESTAÇÕES EXISTENTES.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA										
PROJETO: 09.051.0267.5137										
EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.258,90	2.112,00	3.370,90	REALIZAR OBRAS CIVIS, ADQUIRIR E MONTAR EQUIPAMENTOS, E ELABORAR ENGENHARIA DE PROJETOS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: ATENDIMENTO DO CRESCIMENTO DA DEMANDA, EM RAZÃO DE AMPLIAÇÕES NO PARQUE INDUSTRIAL, E DAS CARENCIAS DE TRANSMISSÃO NAS SUBESTAÇÕES E LINHAS.										
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS										
PROJETO: 09.051.0267.5136										
EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA CENTRAL DE ITAIPU	7.848,85	31.321,00	39.169,85	ADQUIRIR TERRENOS E SERVIÇOS, REALIZAR OBRAS CIVIS, ADQUIRIR E MONTAR EQUIPAMENTOS PARA A LINHA DE TRANSMISSÃO DE 750 KV DE FOZ DO IGUAÇU-ITAIPORA III E PARA O SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU.	0	0	0	100	0	0
DESCRIÇÃO: TRANSMISSÃO DA ENERGIA GERADA NA USINA DE ITAIPU PARA O SUDESTE E O SUL E INTERCÂMBIO DE ENERGIA ENTRE ESSAS REGIÕES.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A										
PROJETO: 09.051.0267.5133 EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	6.754,00	26.652,00	33.406,00	ADQUIRIR TERREÇOS E EQUIPAMENTOS E REALIZAR ENGENHARIA DE PROJETOS E OBRAS CIVIS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: REFORÇO AO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA ÁREA DO RIO DE JANEIRO										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	14.811,16	97.734,65	112.545,81							
0268 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA										
SISTEMA ELETROBRÁS										
CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE										
PROJETO: 09.051.0268.5131 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.102,10	3.190,00	4.292,10	EXPANDIR EM 56 KM A REDE ELÉTRICA PRIMÁRIA E EM 113 KM A SECUNDÁRIA; REFORMAR 53 KM DE REDES; INSTALAR 18.697 MW DE TRANSFORMADORES; PROVER LIGAÇÕES A 23.737 NOVOS CONSUMIDORES.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ATENDER A POPULAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA E A CONSUMIDORES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE MANAUS (AM).										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA										
PROJETO: 09.051.0268.5130										
EXPANSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	879,17	6.360,50	7.239,67	PROMOVER 19.506 NOVAS LIGAÇÕES.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: ATENDIMENTO AO MERCADO CONSUMIDOR DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA NOS NÍVEIS DE QUALIDADE PREVISTOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.										
LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A										
PROJETO: 09.051.0268.5130										
EXPANSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.122,57	16.430,80	20.553,37	PROMOVER 56.000 NOVAS LIGAÇÕES.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: LIGAÇÃO DE NOVOS CONSUMIDORES E ATENDIMENTO DA CARGA; PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES, DO PESSOAL PRÓPRIO E DE TERCEIROS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	267,00	620,90	887,90							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0269 - ELETRIFICAÇÃO RURAL										
SISTEMA ELETROBRÁS										
ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA										
PROJETO: 09.051.0269.5114 ELETRIFICAÇÃO RURAL	593,76	1.500,00	2.093,76	ATENDER 2.700 PROPRIEDADES RURAIS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL, MEDIANTE CONSTRUÇÃO DE REDES ELÉTRICAS EM 63 MUNICÍPIOS.										
LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A										
PROJETO: 09.051.0269.5114 ELETRIFICAÇÃO RURAL	151,93	150,00	301,93	ATENDER 1.020 PROPRIEDADES RURAIS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: PROMOÇÃO DA LIGAÇÃO PLENA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS ATÉ 1992.										
DENAIAS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	0,00	0,00	0,00							

continua

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS										
SISTEMA CVRD										
RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A - DOCEGEO										
PROJETO: 09.053.0289.6085 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	0,11	0,44	0,55	ADQUIRIR INSTRUMENTOS (TE- ODOLITOS E BÚSSOLAS) PARA TRABALHOS GEOLOGICOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PESQUISA GEOLOGICA.										
SISTEMA PETROBRÁS										
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS										
PROJETO: 09.052.0289.6035 INVESTIGAÇÃO EXPLORATORIA DE PETRÓLEO	11.573,02	48.043,32	59.616,34	LEVANTAR, PROCESSAR E INTERPRETAR DADOS GEO- FÍSICOS.	17	41	32	9	1	0
DESCRIÇÃO: AVALIAÇÃO DO POTENCIAL PETROLIFERO DAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS, VISANDO A DESCOBERTA DE CAMPOS DE ÓLEO E DE GÁS NATURAL.										
continua										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 09.052.0289.6084 PERFURACAO EXPLORATORIA DE PETROLEO DESCRICAO: AUMENTO DO POTENCIAL DE EXPLORACAO DE PETROLEO EM BACIAS SEDIMENTARES MARITIMAS E TERRESTRES.	20.495,00	111.527,00	132.022,00	PERFURAR 351 POCOS NA PLATAFORMA CONTINENTAL E 459 EM AREAS TERRESTRES, NUM TOTAL DE 810 POCOS.	13	42	34	9	2	0
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL										
PROJETO: 09.052.0289.5153 EXPLORACAO DE PETROLEO E VENDA DE BENS E SERVICOS, NO EXTERIOR DESCRICAO: PESQUISA, LAVRA, INDUSTRIALIZACAO, COMERCIALIZACAO, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PETROLEO E SEUS DERIVADOS.	1.059,02	3.518,00	4.577,02	PERFURAR 15.000 M DE POCOS EXPLORATORIOS, PRODUZIR 200.000 M3/DIA DE GAS E UM TOTAL DE 20.000.000 DE BARRIS DE PETROLEO.	0	0	0	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PETROBRÁS INTERNACIONAL S/A - BRASPETRO										
PROJETO: 09.052.0289.5154 EXPLORACAO DE PETROLEO NO EXTERIOR	9.703,66	28.970,00	38.673,66	PERFURAR 100.000 M DE PO- COS EXPLORATORIOS E EFE- TUAR 15.000 KM DE LINHAS SISMICAS.	0	0	0	0	0	0
DESCRICAO: EXERCICIO NO EXTERIOR DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, LAVRA, IN- DUSTRIALIZACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PETRO- LEO E OUTROS HIDROCARBONETOS LIQUIDOS OU GASOSOS E SEUS DE- RIVADOS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	902,00	4.408,00	5.310,00							
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO										
SISTEMA CVRD										
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD										
PROJETO: 09.053.0290.5160 EXPLORACAO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZACAO DE MINERIO DE FERRO	2.209,51	7.383,90	9.593,41	AUMENTAR A PRODUCAO DE MINERIO DE FERRO PARA 60.000.000 DE T/ANO NO SISTEMA SUL E 35.000.000 DE T/ANO NO SISTEMA NORTE.	10	0	90	0	0	0
DESCRICAO: AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA NOS SISTEMAS SUL E NORTE.										

contínua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
PROJETO: 09.053.0290.5162 EXPLORACAO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZACAO DE OURO DESCRICAO: AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUCAO DE OURO, MEDIANTE EXPANSAO DE MINAS EXISTENTES E ABERTURA DE NOVAS MINAS.	2.529,09	3.939,70	6.468,79	AUMENTAR A CAPACIDADE DE PRODUCAO DE OURO PARA 12 T/ANO EM 1992 E 20 T/ANO EM 1995.	40	10	50	0	0	0
PROJETO: 09.053.0290.6108 MANUTENCAO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE OPERACOES DE MINERACAO E PELOTIZACAO DESCRICAO: REALIZACAO DE REFORMAS; MODERNIZACAO DAS INSTALACOES; SUBSTITUICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS OBSOLETOS.	2.602,97	13.609,60	16.212,57	SUBSTITUIR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS OBSOLETOS, E MODERNIZAR INSTALACOES.	30	20	50	0	0	0

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA PETROBRÁS										
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS										
PROJETO: 09.052.0290.5126 OBRAS NA BACIA DE CAMPOS	7.652,67	105.653,53	113.306,20	AUMENTAR A PRODUÇÃO DE ÓLEO EM 151.000 BARRIS/DIA E A DE GÁS NATURAL EM 16.000.000 M3/DIA.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS NA BACIA DE CAMPOS.										
PROJETO: 09.052.0290.5302 PERFURAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	25.350,37	152.956,00	178.306,37	PERFURAR 2.150 POCOS EM TERRA E 345 NO MAR.	3	68	28	1	0	0
DESCRIÇÃO: PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS, MEDIANTE PERFURAÇÃO DE POCOS EM TERRA E NO MAR.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 09.052.0290.5307 OBRAS PARA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NAS DEMAIS BACIAS MARÍTIMAS DESCRIÇÃO: REALIZAÇÃO DE OBRAS NOS DIVERSOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DAS DEMAIS BACIAS MARÍTIMAS.	835,48	26.697,18	27.532,66	AUMENTAR A PRODUÇÃO DE ÓLEO EM 25.000 BARRIS/DIA E A DE GÁS EM 2.200.000 M3/DIA.	0	71	0	29	0	0
PROJETO: 09.052.0290.5344 SISTEMA DE PRODUÇÃO DE MARLIN DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS SEMI-SUBMERSÍVEIS, ACARRETANDO UM PICO DE PRODUÇÃO, EM 1997, DE 190.000 BARRIS/DIA.	5.723,80	37.112,69	42.836,49	CONSTRUIR 3 PLATAFORMAS SEMI-SUBMERSÍVEIS, PARA PRODUÇÃO DE 62 POCOS.	0	0	100	0	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	24.753,71	104.593,34	129.347,05							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL										
SETOR SIDERÚRGICO										
AÇO MINAS GERAIS S/A - AÇOMINAS										
PROJETO: 11.062.0347.5191 IMPLANTACAO DE LAMINADORES DE PERFIS MEDIOS, PESADOS E TRILHOS	10.011,45	7.110,70	17.122,15	COMPLEMENTAR A FASE INICIAL DE 2.000.000 DE T/ANO.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: COMPLEMENTACAO DA FASE INICIAL DA USINA DE SEMI-ACABADOS.										
AÇOS FINOS PIRATINI S/A										
PROJETO: 11.062.0347.5417 MELNORIA E MODERNIZACAO.	262,79	1.190,24	1.453,03	ELABORAR PROJETOS DE ENGENHARIA, REALIZAR OBRAS CIVIS E ADQUIRIR, MONTAR E INSTALAR EQUIPAMENTOS NOS SETORES DE LAMINACAO, ACTIARIA, ACABAMENTO E U- NIDADES AUXILIARES.	0	0	0	100	0	0
DESCRICAO: SUBSTITUICAO DE EQUIPAMENTOS EM FIM DE VIDA UTIL OU TECNOLO- GICAMENTE OBSOLETOS.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA - SIDERAMA										
PROJETO: 11.062.0347.5213 INSTALACAO DA UNIDADE DE ACIARIA E LINGOTAMENTO CONTINUO	190,03	20,00	210,03	ADQUIRIR O RESTANTE DOS EQUIPAMENTOS NECESSARIOS A INSTALACAO DA UNIDADE DE ACIARIA E LINGOTAMENTO.	100	0	0	0	0	0
DESCRICAO: TRANSFORMACAO EM ACO DE TODO O GUSA PRODUZIDO NA UNIDADE DE CARVAO VEGETAL.										
COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO - CST										
PROJETO: 11.062.0347.5218 LINGOTAMENTO CONTINUO	2.625,16	10.507,30	13.132,46	REALIZAR DETALHAMENTO DAS OBRAS CIVIS, BEM COMO ADQUIRIR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTACAO DE LINGOTAMENTO CONTINUO.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: IMPLANTACAO DE LINGOTAMENTO CONTINUO NA USINA, COM PRODUCAO DE PLACAS DE MAIOR VALOR AGREGADO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN										
PROJETO: 11.062.0347.5417 MELHORIA E MODERNIZAÇÃO	3.381,06	20.747,08	24.128,14	AUMENTAR O GRAU DE EFICI- ENCIA DOS PROCESSOS, ME- DIANTE ELABORAÇÃO DE PRO- JETOS DE ENGENHARIA, REA- LIZAÇÃO DE OBRAS CIVIS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMEN- TOS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS VOLTADOS PARA ATUALIZAÇÃO TECNO- LÓGICA E MELHORIA DE QUALIDADE.										
COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA										
PROJETO: 11.062.0347.5417 MELHORIA E MODERNIZAÇÃO	2.284,23	8.382,84	10.667,07	MODERNIZAR SETORES DA U- SINA(ALTO-FORNO, ACIARIA, LINGOTAMENTO E LAMINAÇÃO DE TIRAS A QUENTE), MEDI- ANTE ELABORAÇÃO DE PROJE- TOS DE ENGENHARIA, REALI- ZAÇÃO DE OBRAS CIVIS E A- QUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: AUMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇO E LAMINADOS; INCREMENTO DA PROD- UTIVIDADE DA USINA.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
FABRICA DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A - FEM										
PROJETO: 11.062.0347.6110 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA-OPERACIONAL	43,33	160,00	203,33	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MODERNIZAR INSTALACOES.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: MANUTENCAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DA EMPRESA, SUBSTITUINDO EQUIPAMENTOS E MODERNIZANDO INSTALACOES.										
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS										
PROJETO: 11.062.0347.5219 LINHA DE GALVANIZACAO ELETROLITICA	6.327,02	3.204,00	9.531,02	DAR PROSSEGUIMENTO A IMPLANTACAO DA LINHA DE GALVANIZACAO ELETROLITICA, COM A AMPLIACAO DE INSTALACOES DA USINA.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: DIVERSIFICACAO DA LINHA DE PRODUTOS, ENOBRECENDO A QUALIDADE DO PRODUTO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA CVRD										
ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A										
PROJETO: 11.062.0347.5180										
IMPLANTACAO DA FABRICA DE ALUMINA	6.894,66	19.991,00	26.885,66	PRODUZIR 1.100.000 T/ANO DE ALUMINA	100	0	0	0	0	0
DESCRICAO:										
PROSSEGUIMENTO DA IMPLANTACAO DA FABRICA DE ALUMINA.										
ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A										
PROJETO: 11.062.0347.5182										
IMPLANTACAO DA FASE II DA FABRICA DE ALUMINIO	1.122,88	1.570,00	2.692,88	EXPANDIR A CAPACIDADE ATUAL DE PRODUCAO DE ALUMINIO PRIMARIO DE 160.000 T/ANO PARA 320.000 T/ANO.	100	0	0	0	0	0
DESCRICAO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUCAO DE ALUMINIO PRIMARIO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
FLORESTAS RIO DOCE S/A										
PROJETO: 11.017.0347.5189 IMPLANTACAO DE INDUSTRIA DE PAINEIS SOLIDOS DE MADEIRA DE PINUS	1.186,20	0,00	1.186,20	IMPLANTAR UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICACAO DE PAINEIS SOLIDOS VOLTADOS PARA EXPORTACAO.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: INSTALACAO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA UTILIZACAO DAS FLORESTAS DE PINUS DA REGIAO DE GRAO-MOGOL E DO VALE DO JEQUITINHONHA NA PRODUCAO DE PAINEIS SOLIDOS DE MADEIRA.										
VALESUL - ALUMÍNIO S/A										
PROJETO: 11.062.0347.5281 MODERNIZACAO E RACIONALIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	1.539,20	171,40	1.710,60	FABRICAR 10 CUBAS DE HI-DROALUMINIO E MODERNIZAR UMA FABRICA DE CARBONO.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: AUMENTO DA EFICIENCIA PRODUTIVA PELA AQUISICAO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA PETROBRÁS										
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS										
PROJETO: 09.052.0347.5044 AMPLIACAO E OTIMIZACAO DO PARQUE DE REFINO	10.501,60	95.421,00	105.922,60	AUMENTAR A PRODUCAO, O PROCESSAMENTO E O CRAQUE- AMENTO NAS REFINARIAS DA PETROBRAS.	0	20	36	44	0	0
DESCRICAO: AUMENTO DA PRODUCAO DE DERIVADOS, ADEQUACAO DA ESTRUTURA DE PRODUCAO AO PERFIL DA DEMANDA E MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS.										
PROJETO: 09.052.0347.6050 MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO	4.100,60	18.644,00	22.744,60	INSTALAR 3 SISTEMAS DIGI- TAIS DE CONTROLE E 2 ES- GOTADORAS DE AGUAS ACI- DAS.	27	23	22	28	0	0
DESCRICAO: REALIZACAO DE OBRAS DE ADAPTACAO E MELHORIA NAS AREAS DE PROCESSO, UTILIDADES, TRANSFERENCIA E ESTOCAGEN, BEM COMO A- TENDIMENTO AS NORMAS DE SEGURANCA, IMPLANTACAO DE NOVOS SIS- TEMAS, E ADEQUACAO DE EFLUENTES AS CONDICÕES LEGAIS.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
ÁLCALIS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - ALCANORTE										
PROJETO: 11.062.0347.5080 CONSTRUÇÃO DE FABRICA DE BARRILHA	160,00	495,00	655,00	PRODUZIR 265.000 T/ANO DE CARBONATO DE SODIO.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO DE FABRICA DE CARBONATO DE SODIO .										
COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS - CNA										
PROJETO: 11.062.0347.5282 MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FABRICA DE ARRATAI DO CABO	770,66	2.000,00	2.770,66	PRODUZIR 200.000 T/ANO DE CARBONATO DE SODIO.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: RECUPERAÇÃO DA FABRICA DE ARRATAI DO CABO.										

continua

MINISTÉRIO DE INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL										
PROJETO: 09.052.0347.5115 ENOBRECIMENTO DE CORRENTES PETROQUÍMICAS	661,20	5.656,00	6.317,20	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E INSTALACOES PARA PRODUZIR XILENOS MISTOS, ISOBUTE- NO, ISOAMILENOS, E ALMEN- TAR EM 17% AS UNIDADES DE HIDROGENACAO, BUTANODIOL, ORTOXILENO E INTERMEDIA- RIOS PETROQUÍMICOS.	0	0	0	100	0	0
DESCRICAO: REDUCAO DOS RETORNOS PARA A REFINARIA E ENOBRECIMENTO DOS PRODUTOS PETROQUÍMICOS.										
PETROBRÁS QUÍMICA S/A - PETROQUISA										
PROJETO: 11.052.0347.5204 IMPLANTACAO DO POLO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO E DO CENTRO DE PESQUISA	1.389,99	343,00	1.732,99	CONSTRUIR 5.500 M2 DE PREDIOS; ADQUIRIR E MONTAR EQUIPAMENTOS DO CENTRO DE PESQUISA DE PETROQUÍMICA.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: IMPLANTACAO DE CENTRO DE PESQUISA.										

cont. ínter

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A										
PROJETO: 11.052.0347.5081 CONSTRUÇÃO DE FÁBRICA DE BORRACHA TERMOPLÁSTICA	351,10	1.787,87	2.138,97	ELABORAR ESTUDOS E PROJETOS, ADQUIRIR TERRENOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, ASSIM COMO REALIZAR OBRAS CÍVIS.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: PRODUÇÃO DE RESINA TERMOPLÁSTICA.										
PETROQUÍMICA UNIÃO S/A										
PROJETO: 11.052.0347.5124 EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	1.199,42	1.485,00	2.684,42	CONSTRUIR SISTEMAS DE QUEIMA DE GASES E ÁGUA INDUSTRIAL, BEM COMO REFORMAR SISTEMAS DE GERAÇÃO DE VAPORES, ÁGUA DE RESFRIAMENTO, TRATAMENTO DE EFLUENTES E SISTEMA ELÉTRICO.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: GARANTIA AS UNIDADES DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO AUMENTO DE PRODUÇÃO, A PROTEÇÃO AMBIENTAL E A SEGURANÇA.										

continua

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 11.052.0347.5238 MELHORIA OPERACIONAL DA CENTRAL PETROQUIMICA DO POLO PAULISTA DESCRICAO: ADEQUACAO DAS UNIDADES INDUSTRIAIS, PARA UTILIZACAO DE MATERIA-PRIMA (NAFTA) DE BAIXO TEOR DE PARAFINAS, E AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE PRODUCAO ANUAL DE ETILENO.	1.509,78	1.556,00	3.065,78	AUMENTAR A PRODUCAO ANUAL DE ETILENO EM 100.000 T/ANO.	0	0	100	0	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	14.833,53	68.753,33	83.586,86							
0353 - COMERCIALIZAÇÃO										
SISTEMA PETROBRÁS										
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A - BR										
PROJETO: 11.052.0353.5020 AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DESCRICAO: MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL.	2.582,54	4.699,00	7.281,54	CONSTRUIR, AMPLIAR E MELHORAR 128 BASES E DEPOSITOS DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUICAO DE COMBUSTIVEIS.	34	16	34	9	7	0

- continue -

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		II	NE	SE	S	CO	MAC
PROJETO: 11.052.0353.5026 AMPLIACAO DA UNIDADE DE FABRICACAO E ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS DESCRICAO: AMPLIACAO DAS INSTALACOES DA UNIDADE DE FABRICACAO E ACONDICIONAMENTO DE OLEOS LUBRIFICANTES E ISOLANTES, PARAFINAS E GRAXAS.	1.455,19	2.212,00	3.667,19	AMPLIAR UNIDADE DE FABRICACAO E ACONDICIONAMENTO DE OLEOS LUBRIFICANTES E ISOLANTES, PARAFINAS E GRAXAS.	0	0	100	0	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	2.779,24	12.034,00	14.813,24							
0456 - CONTROLE DA POLUICAO										
SETOR SIDERURGICO										
AÇO MINAS GERAIS S/A - AÇOMINAS										
PROJETO: 11.062.0456.5418 PROTECAO AMBIENTAL DESCRICAO: MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMPREGADOS E DA COMUNIDADE, PELA REDUCAO DA POLUICAO ATMOSFERICA, HIDRICA E DO SOLO.	188,97	2.738,75	2.927,72	RECOMPOR O ECOSISTEMA DA REGIAO.	0	0	100	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO - CST										
PROJETO: 11.062.0456.5418 PROTECAO AMBIENTAL	1.495,77	2.998,10	4.493,87	IMPLANTAR SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL, COM ELABORACAO DE PROJETOS DE ENGENHARIA, REALIZACAO DE OBRAS CIVIS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMPREGADOS E DA COMUNIDA- DE, PELA REDUCAO DA POLUICAO ATMOSFERICA, HIDRICA E DO SOLO.										
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN										
PROJETO: 11.062.0456.5418 PROTECAO AMBIENTAL	82,83	2.600,90	2.683,73	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE POLUICAO E IMPLANTAR SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMPREGADOS E DA COMUNIDADE PELA REDUCAO DA POLUICAO ATMOSFERICA, HIDRICA E DO SOLO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA										
PROJETO: 11.062.0456.5418 PROTECAO AMBIENTAL	279,68	225,20	504,88	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE POLUICAO E IMPLANTAR SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMPREGADOS E DA COMUNIDADE PELA REDUCAO DA POLUICAO ATMOSFERICA, HIDRICA E DO SOLO.										
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS										
PROJETO: 11.062.0456.5418 PROTECAO AMBIENTAL	267,53	2.459,31	2.726,84	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DA POLUICAO E IMPLANTAR SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL.	0	0	100	0	0	0
DESCRICAO: MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS EMPREGADOS E DA COMUNIDA- DE, PELA REDUCAO DA POLUICAO ATMOSFERICA, HIDRICA E DO SOLO.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA PETROBRÁS										
GOIÁS FERTILIZANTES S/A - GOIASFÉRTIL										
PROJETO: 11.062.0456.6088 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	42,15	160,00	202,15	REALIZAR 88.000 M3 DE OBRAS PARA ALTEAR BARRAGENS DE REJEITOS.	0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE MELHORIA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.										
ULTRAFÉRTIL S/A-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES										
PROJETO: 11.062.0456.5306 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	293,19	390,00	683,19	IMPLANTAR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE CIAMENTOS; ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E TRATAR EFLUENTES LÍQUIDOS.	0	87	13	0	0	0
DESCRIÇÃO: ADEQUAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DA EMPRESA À LEGISLAÇÃO SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	662,85	2.906,19	3.569,04							

cont. inua

continuação

0542 - FERROVIAS

ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A - VALEC

606,87	3.826,30	4.433,17
--------	----------	----------

57 43 0 0 0 0

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA

3.263,58	20.294,00	23.557,58
----------	-----------	-----------

0 1 62 37 0 0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 16.089.0542.5429 AMPLIACAO DA MALHA FERROVIARIA DESCRICAO: EXPANSAO DA CAPACIDADE DOS CORREDORES DE TRANSPORTE.	6.393,82	39.758,85	46.152,67	EXECUTAR OBRAS EM 190 KM DE VIAS PERMANENTES.	0	44	45	11	0	0
PROJETO: 16.089.0542.5430 RECUPERACAO DA MALHA FERROVIARIA DESCRICAO: RECUPERACAO DO PADRAO OPERACIONAL DA MALHA, MEDIANTE REALIZACAO DE OBRAS NAS VIAS, PATIOS, TERMINAIS E SISTEMAS DE SINALIZACAO E DE TELECOMUNICACOES.	3.589,76	22.322,29	25.912,05	EXECUTAR OBRAS EM 5.478 KM DE VIAS PERMANENTES.	0	26	31	35	8	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	0,00	0,00	0,00							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0545 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO										
SISTEMA CVRD										
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD										
PROJETO: 09.089.0545.5356 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	8.121,70	14.326,00	22.447,70	ADQUIRIR MATERIAL RODANTE E MODERNIZAR TRECHOS NOS SISTEMAS SUL E NORTE.	5	35	60	0	0	0
DESCRIÇÃO: ATENDIMENTO DO CRESCIMENTO DA DEMANDA POR TRANSPORTE DE PRO- DUTOS, MERCADORIAS E PASSAGEIROS NAS FERROVIAS DOS SISTEMAS SUL E NORTE.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	7.393,03	42.174,26	49.567,29							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS										
SETOR PORTUÁRIO										
COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC										
PROJETO: 16.090.0563.9903										
AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS	0,00	4.237,54	4.237,54	CONSTRUIR UM BERÇO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAINERS E CARGA GERAL.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AMPLIAR A CAPACIDADE FÍSICO-OPERACIONAL DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS.										
PROJETO: 16.090.0563.5099										
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS PARA GRANEIS SÓLIDOS	40,50	0,00	40,50	AMPLIAR UM TERMINAL DE GRANEIS SÓLIDOS.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO:										
AUMENTO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TERMINAL DE GRANEIS SÓLIDOS.										
continua										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 16.090.0563.5227 MELHORAMENTO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DESCRIÇÃO: PAVIMENTAR ÁREAS E AMPLIAR PORTO.	61,90	0,00	61,90	PAVIMENTAR 6.000 M2 DE ÁREAS DE ARMAZENAMENTO E AMPLIAR 230 M DE PORTO.	0	100	0	0	0	0
COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA PROJETO: 16.090.0563.9913 ATENDIMENTO AO CRESCIMENTO DA DEMANDA PORTUÁRIA COM NOVAS INSTALAÇÕES DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE FÍSICO-OPERACIONAL DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE PRAIA MOLE.	0,00	2.541,02	2.541,02	CONCLUIR O PROLONGAMENTO DO CAIS DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS DO PORTO DE PRAIA MOLE.	0	0	100	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 16.090.0563.5103 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO DE CAIS PARA PRODUTOS SIDERÚRGICOS NO PORTO DE PRAIA MOLE.	387,20	0,00	387,20	PROLONGAR O CAIS DO PORTO DE PRAIA MOLE EM 350 M.	0	0	100	0	0	0
PROJETO: 16.090.0563.5241 MELHORIA OPERACIONAL DO CAIS DE CAPUABA DESCRIÇÃO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E DE PAVIMENTAÇÃO NO CAIS DE CAPUABA.	105,00	0,00	105,00	AUMENTAR A CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE GRAOS EM 1.000.000 T/ANO.	0	0	100	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA										
PROJETO: 16.090.0563.9923 AUMENTO DA CAPACIDADE PORTUARIA COM NOVAS INSTALACOES	0,00	1.463,80	1.463,80	AMPLIAR O PATIO DE CONTAINERS NO PORTO DE SALVADOR E IMPLANTAR UM TERMINAL GRANELEIRO NO PORTO DE ARATU.	0	100	0	0	0	0
DESCRICAO: AMPLIACAO DA CAPACIDADE FISICO-OPERACIONAL DAS INSTALACOES PORTUARIAS.										
PROJETO: 16.090.0563.9924 AUMENTO DA PRODUTIVIDADE OPERACIONAL DO PORTO	0,00	105,35	105,35	INSTALAR CARREGADOR PARA GRAOS NO PORTO DE ARATU.	0	100	0	0	0	0
DESCRICAO: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PORTUARIOS.										

continua

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
PROJETO: 16.030.0563.5006 ALARGAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE SALVADOR DESCRIÇÃO: REMOÇÃO DE LINHAS FERREAS DE GUINDASTE E REALIZAÇÃO DE OBRAS CIVIS E DE PAVIMENTAÇÃO.	180,00	0,00	180,00	AUMENTAR A FAIXA DO CAIS EM 12,5 METROS E O CALADO EM 3 METROS.	0	100	0	0	0	0
COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP PROJETO: 16.090.0563.9932 ATENDIMENTO AO CRESCIMENTO DA DEMANDA PORTUARIA COM MELHORIA DAS INSTALAÇÕES EXISTENTES DESCRIÇÃO: MELHORIA DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS EXISTENTES.	0,00	4.362,23	4.362,23	REFORÇAR A INFRA-ESTRUTU RA DO CAIS DO TERMINAL DE FERTILIZANTES E SUBSTITU- IR OS EQUIPAMENTOS DE DESCARGA, AUMENTANDO A CAPACIDADE DE MOVIMENTA- ÇÃO PARA 1.200 T/HORA.	0	0	100	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
PROJETO: 16.090.0563.9933 ATENDIMENTO AO CRESCIMENTO DA DEMANDA PORTUARIA COM NO- VAS INSTALACOES DESCRICAO: AMPLIACAO DAS INSTALACOES PORTUARIAS EXISTENTES.	0,00	9.616,20	9.616,20	CONCLUIR AS OBRAS DE 630 M DE CAIS, COM CALADO DE 13,5 M EM VALONGO- PAQUETA, E CONCLUIR A AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO CORREDOR DE EXPORTACAO DE GRANEIS SOLIDOS.	0	0	100	0	0	0
PROJETO: 16.090.0563.5103 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E RECUPERACAO DE INSTALACOES PORTUARIAS DESCRICAO: AMPLIACAO DOS TERMINAIS DE CONTAINERS E DE FERTILIZANTES NO PORTO DE SANTOS; AMPLIACAO E RECUPERACAO DO CAIS DE VALONGO- PAQUETA.	1.936,00	0,00	1.936,00	EXECUTAR MELHORAMENTOS EM 310 M DO TERMINAL DE CONTAINERS E CONSTRUCAO DE 630 M DE CAIS, COM CALADO DE 13,5 M, NO VALONGO-PAQUETA.	0	0	100	0	0	0

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA DOCS DO MARANHÃO - CODOMAR										
PROJETO: 16.090.0563.9943 ATENDIMENTO AO CRESCIMENTO DA DEMANDA COM NOVAS INSTALACOES	0,00	584,22	584,22	EXECUTAR OBRAS COMPLEMEN- TARES NO PIER PETROLEIRO DE ITAQUI.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AMPLIACAO DA CAPACIDADE FISICO-OPERACIONAL DAS INSTALACOES PORTUARIAS.										
PROJETO: 16.090.0563.5103 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E RECUPERACAO DE INSTALACOES PORTUARIAS	619,52	0,00	619,52	CONCLUIR OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA DO PIER PETRO- LEIRO ITAQUI.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: CONSTRUCAO DO PIER PETROLEIRO DE ITAQUI										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
COMPANHIA DOCS DO PARÁ - CDP										
PROJETO: 16.090.0563.9952 ATENDIMENTO AO CRESCIMENTO DA DEMANDA COM INSTALAÇÕES EXISTENTES	0,00	1.203,46	1.203,46	REALIZAR OBRAS CIVIS, DE- FENSAS E INSTALAÇÕES HI- DRAULICAS NO PORTO DE VI- LA DO CONDE.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: PROMOÇÃO DE MELHORAMENTOS NAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS.										
COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ										
PROJETO: 16.090.0563.9963 AUMENTO DA CAPACIDADE PORTUÁRIA COM NOVAS INSTALAÇÕES	0,00	9.079,64	9.079,64	CONSTRUIR 500 M DE CAIS E PAVIMENTAR 22.500 M2 DE RETROÁREA.	0	0	100	0	0	0
DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE FÍSICO-OPERACIONAL DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 16.090.0563.9964 AUMENTO DA PRODUTIVIDADE OPERACIONAL DO PORTO DESCRICAO: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PORTUARIOS.	0,00	1.815,97	1.815,97	ADQUIRIR GUINDASTES TIPO PORTA-CONTAINERS, EMPILHADEIRAS DE GRANDE E PEQUENO PORTE E OUTROS EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTACAO.	0	0	100	0	0	0
PROJETO: 16.090.0563.5231 MELHORAMENTO DE INSTALACOES PORTUARIAS DESCRICAO: AMPLIACAO DO TERMINAL DE CONTAINERS E DA REDE ELETRICA, CONSTRUCAO DE PREDIOS, RECUPERACAO DO CAIS E REALIZACAO DE OUTRAS OBRAS CIVIS.	620,00	0,00	620,00	AMPLIAR EM 50.000 M2 O PATIO DO TERMINAL DE CONTAINERS, PAVIMENTAR 100.000 M2 DE RETROAREA DE CAIS E RECONSTRUIR 40 KM DE LINHAS FERREAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO.	0	0	100	0	0	0
PROJETO: 16.090.0563.6061 MANUTENCAO DO COMPLEXO PORTUARIO DESCRICAO: AQUISICAO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS PORTUARIOS.	589,40	0,00	589,40	ADQUIRIR UMA EMPILHADEIRA DE GRANDE PORTE E UM TRATOR: ADAPTAR E MONTAR EQUIPAMENTOS DE OPERACAO.	0	0	100	0	0	0

contínua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	MAC
COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN										
PROJETO: 16.090.0563.9971 RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES ORIGINAIS DO PROJETO	0,00	2.172,28	2.172,28	RECUPERAR A INFRA-ESTRUTURA E A PAVIMENTAÇÃO DE CAIS DOS PORTOS DE NATAL, AREIA BRANCA, CABEDELÔ E RECIFE.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE FÍSICO-OPERACIONAL DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS.										
PROJETO: 16.090.0563.5103 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS	916,71	0,00	916,71	AMPLIAR TERMINAL DE GRANEIS LÍQUIDOS NO PORTO DE MACEIO, RECUPERAR CAIS NO PORTO DE CABEDELÔ E AMPLIAR CAIS NO PORTO DE RECIFE.	0	100	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DE CAIS NOS PORTOS DE RECIFE E MACEIO, E RECUPERAÇÃO DE CAIS NO PORTO DE CABEDELÔ.										

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

centração

INVESTIMENTOS DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA CVRD										
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD										
PROJETO: 09.090.0563.5125										
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	1.699,90	13.003,60	14.703,50	INSTALAR O SEGUNDO PIER NO TERMINAL DE PONTA DA MADEIRA E AMPLIAR O SISTEMA DE DESCARREGAMENTO DE PRAIA MOLE.	0	40	60	0	0	0
DESCRIÇÃO: DIVERSIFICAÇÃO DE CARGAS E AUMENTO DA CAPACIDADE NOS TERMINAIS PORTUÁRIOS DOS SISTEMAS NORTE E SUL.										
SISTEMA PETROBRÁS										
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS										
PROJETO: 09.052.0563.5090										
CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS E DUTOS DE PETRÓLEO E DERIVADOS	8.043,46	31.091,64	39.135,10	AMPLIAR O TERMINAL MADRE DE DEUS; CONCLUIR CONSTRUÇÃO DO POLIDUTO GUANABARA-REDUC E CONSTRUIR TERMINAL DE GLP NO RIO GRANDE (RS).	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TERMINAIS E DUTOS, FACILITANDO A EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	8.570,06	26.584,68	35.154,74							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
0565 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO										
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRÁS										
PROJETO: 16.090.0565.5220 MANUTENCAO DA FROTA DE NAVIOS	27,55	126,65	154,20	REAPARELHAR E MANTER A FROTA PROPRIA DE NAVIOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: REAPARELHAMENTO E MANUTENCAO DA FROTA DE NAVIOS.										
SISTEMA CVRD										
NAVEGAÇÃO RIO DOCE LTDA.										
PROJETO: 16.090.0565.5016 AMPLIACAO DA FROTA DE EMBARCACOES	385,70	3.636,60	4.022,30	ADQUIRIR 2 NAVIOS GRANELEIROS-GUINDASTES DE 40.000 TPB.	0	0	0	0	0	100
DESCRIÇÃO: AQUISICAO DE NAVIOS TECNICAMENTE ADEQUADOS AO TRANSPORTE DE CABOTAGEN DE BAUXITA.										

cont inua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)								
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC			
SEAMAR SHIPPING CORPORATION													
PROJETO: 16.090.0565.5016													
AMPLIACAO DA FROTA DE EMBARCACOES				3.526,40	11.901,60	15.428,00	ADQUIRIR 4 NAVIOS PARA O TRANSPORTE DE LONGO CURSO DE PRODUTOS ESPECIFICOS.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:													
ADQUISICAO DE NAVIOS ESPECIFICOS PARA O TRANSPORTE DE LONGO CURSO DE PRODUTOS FLORESTAIS E SIDERURGICOS.													
VALE DO RIO DOCE NAVEGAÇÃO S/A - DOCENAVE													
PROJETO: 16.090.0565.5291													
AMPLIACAO DA FROTA PROPRIA DE TRANSPORTE MARITIMO				1.983,61	17.803,59	19.787,20	ADQUIRIR 5 NAVIOS PARA O TRANSPORTE DE LONGO CURSO DE MINERIO DE FERRO E OLEO.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO:													
ADQUISICAO DE NAVIOS ESPECIFICOS PARA MINERIO DE FERRO E OLEO, SUBSTITUINDO NAVIO ESTRANGEIRO AFRETADO.													

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
SISTEMA PETROBRÁS										
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS										
PROJETO: 09.052.0565.5017 AMPLIACAO DA FROTA DE NAVIOS PETROLEIROS	14.436,00	10.635,00	25.071,00	ADQUIRIR NAVIOS, NO TOTAL DE 2.700.000 DE TPB, PARA O TRANSPORTE DE CA- BOTAGEM.	0	0	0	0	0	100
DESCRICAO: TRANSPORTE DE PETROLEO, DERIVADOS E ALCOOL, SUBSTITUINDO NAVIOS AFRETADOS NO TRANSPORTE DE CABOTAGEM POR NAVIOS DE BANDEIRA BRASILEIRA.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	1.419,26	7.768,80	9.188,06							
0566 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE										
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO - FRANAVE										
PROJETO: 16.090.0566.6074 MANUTENCAO E OPERACAO DAS LINHAS DE NAVEGACAO	3,21	20,55	23,76	AUMENTAR EM 7% A CAPACI- DADE DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL, ATINGINDO 90.000 T/ANO EM 1995.	0	100	0	0	0	
DESCRICAO: AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE CARGAS.										

continua

contínua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA										
PROJETO: 16.090.0566.6074										
MANTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO	3,21	20,55	23,76	AUMENTAR EM 33% A CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL, ATINGINDO 40.000 T/ANO EM 1995.	100	0	0	0	0	0
DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE CARGAS.										
SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A										
PROJETO: 16.090.0566.6074										
MANTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO	10,72	63,89	74,61	AUMENTAR EM 5% AO ANO O TRANSPORTE DE CARGA GERAL NA REGIÃO.	0	0	0	0	100	0
DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE CARGAS.										
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	0,00	0,00	0,00							

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC

0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO

SETOR FERROVIÁRIO

EMP. DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB

PROJETO: 16.091.0572.5235
MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METRO-
POLITANO DE PASSAGEIROS

209,76

1.325,50

1.535,26

AMPLIAR A CAPACIDADE DE
TRANSPORTE EM 188.000
PASSAGEIROS/DIA.

0 0 0 100 0 0

DESCRICAO:

AMPLIACAO DA CAPACIDADE E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRANS-
PORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

PROJETO: 16.091.0572.5197
IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES FERROVIARIOS ME-
TROPOLITANOS DE PASSAGEIROS.

609,46

6.493,00

7.102,46

IMPLANTAR OS SERVICOS DE
TRANSPORTE FERROVIARIO
METROPOLITANO.

0 61 39 0 0 0

DESCRICAO:

COMPLEMENTACAO DA IMPLANTACAO DOS SISTEMAS DE RECIFE E
BELO HORIZONTE; IMPLANTACAO DO SISTEMA DE FORTALEZA.

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PROJETOS E METAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, DISCRIMINADOS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ milhões de maio/90)			METAS 1991 - 95	REGIONALIZAÇÃO (%)					
	1991	1992-95	TOTAL		N	NE	SE	S	CO	NAC
PROJETO: 16.091.0572.5280 MODERNIZAÇÃO E MELHORAMENTO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS. DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS NO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, BELO HORIZONTE, RECIFE E OUTROS SISTEMAS DO NORDESTE.	3.745,92	39.907,83	43.653,75	AMPLIAR A CAPACIDADE DE TRANSPORTE EM 1.350.000 PASSAGEIROS/DIA.	0	28	72	0	0	0
DEMAIS EMPRESAS/PROJETOS NO SUBPROGRAMA	486,05	4.911,11	5.397,16							
DEMAIS SUBPROGRAMAS/EMPRESAS/PROJETOS	2.860,16	12.740,98	15.601,14							
TOTAL GERAL	672.357,15	2.973.085,94	3.645.443,09							

16. MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

16.1. HABITAÇÃO

O País registra, atualmente, um déficit de, aproximadamente, 10 milhões de moradias, concentrado nos estratos de renda mais baixa. Essa deficiência traduz-se na proliferação de habitações precárias, freqüentemente situadas em favelas, com excesso de moradores e sem as mínimas condições sanitárias e de infra-estrutura urbana.

A elevação do preço dos terrenos urbanos e dos custos da construção civil, aliada às elevadas taxas de crescimento demográfico das últimas décadas, explica, em parte, o aumento da carência de moradias. Além desses fatores, podem ser citadas, como causas importantes, a redução dos investimentos públicos no setor habitacional, a inadequação dos programas habitacionais para a população pobre, a falta de estímulos à construção de habitações destinadas à locação e a falta de articulação entre as políticas habitacionais das três esferas de Governo.

Os programas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) concentraram suas aplicações na construção de casas para as classes média e alta. Dos 4,9 milhões de financiamentos concedidos até 1988, somente um terço se destinou à população com renda até cinco salários mínimos.

Além disso, o volume de financiamentos declinou fortemente nos anos recentes, em vista de reduções na arrecadação líquida do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na captação dos recursos de cadernetas de poupança e no retorno de financiamentos do SFH. Evidencia-se, assim, a incapacidade do atual sistema em atender satisfatoriamente à população de baixa renda.

Diretrizes

- destinação de recursos orçamentários e do FGTS para a produção de lotes urbanizados, a construção de novas moradias e a urbanização de assentamentos populares, voltadas para atender, prioritariamente, à população de baixa renda;
- descentralização de ações, estimulando a participação dos Estados, Municípios, associações comunitárias e setor privado;
- coibição da especulação imobiliária;

- atendimento aos estratos de renda média e alta, por intermédio de mecanismos de mercado;

- adequação dos projetos destinados à população carente à capacidade de pagamento das famílias, concedendo-se, dentro das possibilidades financeiras do setor público, subsídios que viabilizem sua consecução.

Objetivos e Metas

a) no que se refere às atividades de caráter geral:

- redução substancial do déficit habitacional, com produção de 1,5 milhão de moradias, a partir da aplicação de recursos orçamentários e do FGTS, complementados por fontes estaduais e municipais;

- garantia, à população de baixa renda, do acesso a habitações condignas;

- redução do custo das moradias, incentivando a ação dos governos estaduais e municipais na definição de políticas de uso do solo que tornem mais acessíveis os terrenos, bem como apoiando o desenvolvimento de novas tecnologias que reduzam o custo de construção;

- geração de emprego, mediante aumento do nível de atividades da indústria da construção civil e de materiais.

b) no que se refere a programas especificados por faixas de renda:

- produção de lotes urbanizados, com custo unitário médio estimado em 250 VRF, preferencialmente destinados a famílias com renda mensal de até três salários mínimos;

- regularização fundiária e urbanização de assentamentos populares, com custo unitário médio de 250 VRF, visando ao atendimento de famílias com renda mensal de até três salários mínimos;

- recuperação de áreas urbanas, com custo unitário médio de 700 VRF por moradia;

- aquisição de material de construção, no valor médio de 350 VRF, destinado a famílias com renda de até três salários mínimos mensais;

- aquisição de lote urbanizado e material de construção, no valor de 650 VRF, para famílias com renda na faixa entre três e dez salários mínimos;

- construção de unidades habitacionais, com custo unitário médio de 1.050 VRF, beneficiando famílias com renda mensal entre cinco e dez salários mínimos;

- construção de conjuntos habitacionais, com custo unitário médio de 400 VRF por moradia, voltados para atendimento de famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos.

16.2. SANEAMENTO

O nível atual de cobertura dos serviços de saneamento no País varia significativamente, conforme sua natureza (abastecimento d'água e esgotamento sanitário, coleta e disposição de resíduos sólidos, controle da poluição, drenagem ou controle de enchentes). Essa heterogeneidade revela-se igualmente grande, entre as regiões e entre as áreas urbana e rural.

Estima-se, hoje, que os serviços de abastecimento d'água atendam a cerca de 88% da população urbana, enquanto, apenas, 39% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgotamento sanitário. Além disso, somente 10% do esgoto coletado recebem tratamento e destinação final adequados, e, na área rural, cerca de três quartos da população permanecem excluídos dos serviços de saneamento básico.

Com relação à coleta e disposição de resíduos sólidos, a situação é também insatisfatória: 70% da população têm acesso à coleta de lixo; contudo, desse total, apenas 46% dos resíduos sólidos coletados são apropriadamente manejados.

Em virtude da insuficiência de drenagem urbana, são conhecidas as calamidades ocasionadas por inundações, cujas conseqüências se agravam pelo crescimento desordenado das cidades, com ocupação de encostas, várzeas e fundos de vale. A poluição ambiental, associada a esse quadro, é grave, particularmente no tocante à contaminação de mananciais e cursos d'água.

Cumpre, ainda, ressaltar a fragilidade do modelo institucional e financeiro do setor que, a partir de 1980, não tem conseguido promover a expansão dos serviços no mesmo ritmo da década anterior.

Diretrizes

- incentivo à reorganização institucional e financeira dos serviços de saneamento básico, especialmente os destinados à população de baixa renda, objetivando maior eficácia na alocação de recursos e maior integração em nível local;
 - descentralização dos programas, conferindo aos recursos federais caráter estritamente complementar aos investimentos das demais esferas de Governo;
-

- promoção do desenvolvimento institucional e equacionamento financeiro das concessionárias estaduais e dos serviços locais;
- ampliação da cobertura dos serviços de saneamento básico, a partir sobretudo de recursos provenientes do FGTS, limitando a concessão de subsídios às famílias de baixa renda;
- incremento das ações relativas ao saneamento ambiental;
- estímulo à participação das comunidades rurais, no planejamento, implantação, operação e manutenção dos serviços, buscando-se soluções adequadas à realidade comunitária;
- adoção de tecnologias de menor custo, sem prejuízo da eficiência dos serviços;
- estímulo à participação privada nos programas de saneamento.

Objetivos e Metas

a) no que se refere às atividades no meio urbano:

- universalização do abastecimento d'água, estendendo o serviço a mais 36 milhões de pessoas (7,2 milhões de domicílios);
- expansão das redes de esgotos sanitários, visando atender a mais 9 milhões de domicílios urbanos, beneficiando diretamente 45 milhões de pessoas;
- execução de projetos voltados para tratamento e adequada disposição final em 20% dos efluentes urbanos (excretas e águas servidas), beneficiando diretamente 24 milhões de pessoas;
- extensão dos serviços de coleta e disposição final de resíduos sólidos a mais 31 milhões de pessoas;
- apoio à execução de serviços de macrodrenagem, microdrenagem, calçamento, pavimentação e outras melhorias urbanísticas, em cerca de 80 mil hectares, com vistas a reduzir os efeitos das enchentes e melhorar a infra-estrutura das cidades;

b) no que se refere às atividades no meio rural:

- implantação de serviços de saneamento (água potável, esgotamento e melhorias sanitárias) em cerca de 1,4 mil comunidades rurais, beneficiando diretamente 4,2 milhões de

pessoas e alcançando uma cobertura de 50% da população, em termos de abastecimento d'água potável, e de 25%, quanto a esgotamento e melhorias sanitárias.

16.3. PROMOÇÃO SOCIAL

Nos últimos anos, o empobrecimento da população, as dificuldades de acesso ao emprego e a deterioração dos serviços sociais básicos aumentaram a demanda por assistência social no País. Em 1987, 48,7% da população brasileira pertenciam a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos (no Nordeste, essa proporção atingia 65%), sem qualquer indicação de melhoria recente nesse quadro.

As consequências dessa dura realidade atingem, principalmente, certos grupos mais vulneráveis, entre os quais se destaca o das crianças de famílias de baixa renda. Com efeito, elevadas taxas de desnutrição e alta incidência de doenças facilmente evitáveis resultam em índices inaceitáveis de mortalidade infantil e em seqüelas futuras indesejáveis. Quatro milhões de crianças em idade escolar não são atendidas pelo ensino regular. Delas, parte expressiva ainda é compelida a contribuir para o sustento familiar. Na faixa pré-escolar, 77% das crianças residentes em áreas metropolitanas não têm acesso a creche ou pré-escola.

Além disso, os portadores de algum tipo de deficiência (cerca de 10% da população) pouca atenção recebem do Estado.

Apesar dos esforços desenvolvidos na última década, a atuação do Governo na área assistencial não atingiu a eficácia desejada, gerando necessidade de revisão dos procedimentos e mecanismos adotados. Tal realidade se traduz no inaceitável aumento da população marginalizada, com pouco ou nenhum acesso aos serviços públicos.

Por conseguinte, é necessário implementar um novo modelo de promoção social, centrado na articulação entre órgãos governamentais e entidades civis, objetivando redirecionar a programação e garantir a continuidade das ações. Essa nova orientação já se consubstancia, por exemplo, na implantação do projeto Ministério da Criança, que associa diversos programas e projetos governamentais voltados para o atendimento às crianças e aos adolescentes carentes.

Diretrizes

- descentralização, mediante transferência gradativa de funções executivas da União para Estados, Municípios, entidades beneficentes e de assistência social, garantindo maior apoio às populações carentes e melhor adequação às necessidades locais;

- estímulo à participação da comunidade, adotando-se mecanismos de representação do público beneficiário e da Sociedade na formulação e implementação de políticas de assistência social;
- implantação de programas especiais para os grupos mais vulneráveis (crianças pobres e abandonadas, menores em situação de risco social, idosos e deficientes desassistidos);
- estímulo a ações desenvolvidas a partir do contexto familiar e comunitário, inibindo-se formas paternalistas ou repressivas no trato das questões sociais;
- racionalização e maior articulação dos serviços com os programas de outros setores, visando melhorar a qualidade do atendimento.

Objetivos e Metas

- atendimento a 3 milhões de gestantes, nutrizes e crianças de até sete anos, mediante fornecimento de leite e outros complementos nutricionais;
 - assistência a 6 milhões de crianças e adolescentes, em situação de risco social (na rua, em creches, abandonados ou infratores);
 - assistência específica a 150 mil idosos, melhorando suas condições de vida;
 - prestação de serviço especializado a 700 mil portadores de deficiência, mediante apoio a entidades assistenciais.
-

MINISTERIO DA AÇAO SOCIAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORÇAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	NAC
0045-ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	Incentivo a aplicacao de novas tecnicas na area de saneamento.	Desenvolver tecnicas mais efficientes.	Pesquisa	7	30						100
0178-DEFESA CONTRA SINISTRO	Organizacao de defesa contra calamidades publicas.	Assistir familias atingidas.	Mil pessoas/ano	140	170						100
0181-TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	Promocao de projetos habitacionais em areas urbanas e rurais. Promocao de melhorias habitacionais em regioes metropolitanas.	Ofertar unidades habitacionais.	Habitacao	17.482	39.614	7	31	40	14	8	
		Abrir e pavimentar vias urbanas em Salvador.	km	12	50		100				
		Elaborar plano de limpeza urbana em Salvador.	Unidade	1	0		100				
		Elaborar cadastro tecnico para Salvador.	Unidade	1	0		100				
0183-PROGRAMACAO ESPECIAL	Ampliacao da oferta de agua no semi-arido nordestino.	Implantar infra-estrutura hidrica permanente.	Cisterna	7.600	30.400		100				
			Acude	260	1.040		100				
			km de adutora	730	2.920		100				
		Fortalecer a infra-estrutura social e produtiva.	Município	130	520		100				

Continua

MINISTERIO DA AÇAO SOCIAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGÃO EXECUTOR: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Continuação

SUBPROGRAMAS		METAS									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
				1991	1992-95	1991-95					
						N	NE	SE	S	CO	MAC
0316-HABITACOES URBANAS	Producao de lotes urbanizados, regularizacao fundiaria, construcao de casas e embrioes, aquisicao de materiais de construcao e promocao de melhorias habitacionais.	Ofertar unidades habitacionais.	Habitacao	4.496	92.434	7	31	40	14	8	
0323-PLANEJAMENTO URBANO	Recuperacao e expansao de infra-estrutura basica em centros urbanos.	Melhorar infra-estrutura urbana em areas carentes.	ha	6	4.155	6	22	51	14	7	
0325-LIMPEZA PUBLICA	Melhoria das condicoes sanitarias e ambientais nas cidades.	Implantar sistema de tratamento e destino final de residuos solidos.	Familia	390	471.755	4	22	53	15	6	
0427-ALIMENTACAO E NUTRICAO	Acoes visando a reduzir a desnutricao no grupo materno-infantil das familias carentes.	Fornecer alimentos e complementos alimentares.	Mil beneficiarios/mes	2.400	3.000	15	30	30	10	15	
0447-ABASTECIMENTO DE AGUA	Ampliacao da oferta de agua em centros urbanos e comunidades rurais.	Implantar sistemas integrados de abastecimento de agua potavel.	Familia	17.185	158.040	6	31	43	13	7	
0448-SANEAMENTO GERAL	Recuperacao de areas com potencial de uso, tornando-as economica e ambientalmente adequadas.	Realizar obras de drenagem e saneamento em areas degradadas.	ha	867	14.340	11	26	36	18	9	
0449-SISTEMAS DE ESGOTOS	Construcao de sistemas publicos de esgotamento sanitario.	Ampliar a cobertura dos sistemas de esgotamento sanitario.	Familia	33.940	970.084	3	16	59	16	6	

Continua

Continua

MINISTERIO DA Acao SOCIAL: PRINCIPAIS SUBPROGRAMAS E METAS

ORGAO EXECUTOR: ADMINISTRACAO DIRETA

Continuacao

SUBPROGRAMAS		M E T A S									
DISCRIMINACAO	DESCRICAO	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIFICACAO		REGIONALIZACAO (%)					
						1991-95					
				1991	1992-95	N	NE	SE	S	CO	MAC
0483-ASSISTENCIA AO MENOR	Acoes visando reduzir a marginalizacao da crianca e do adolescente.	Desenvolver acoes de amparo a crianca e ao adolescente.	Mil beneficia-rios/ano	5.000	6.000	20	32	14	12	22	
		Reaparelhar e recuperar creches.	Creches/ano	1.200	1.500	10	30	30	20	10	
0485-ASSISTENCIA A VELHICE	Melhoria das condicoes de vida de idosos pobres.	Conceder auxilio financeiro e material.	Mil idosos/mes	100	150	10	30	30	20	10	
0486-ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	Melhoria das condicoes de vida de deficientes e de comunidades pobres.	Conceder auxilio financeiro e material a deficientes.	Mil deficientes/ano	600	700	10	30	30	20	10	
		Apoiar financeiramente entidades assistenciais.	Entidades/ano	2.500	3.000	14	28	29	19	10	
0487-ASSISTENCIA COMUNITARIA	Acoes visando elevar o nivel de emprego e renda em comunidades pobres e fortalecer associacoes comunitarias.	Implantar microunidades de producao.	Mil unidades/ano	35	40	10	30	30	20	10	
		Construir unidades comunitarias.	Unidades/ano	150	200	30	32	21	7	10	



ANEXO III- RELAÇÃO DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS

A regionalização das metas físicas, contempladas no Plano Plurianual, aproveita a dois propósitos: por um lado, enquanto instrumento indicativo, esclarece sua localização geográfica; por outro, à guisa de critério programático, orienta a repartição regional do gasto público.

Esse entendimento justifica o procedimento eventualmente adotado na regionalização das metas físicas. Com efeito, algumas metas foram regionalizadas, no Anexo II, ainda que o correspondente subprograma esteja incluído na relação de projetos prioritários, para fins da aplicação do disposto no art. 35, § 1º, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No caso, o que prevaleceu foi o assinalado caráter indicativo da regionalização.

Desse modo, ademais das metas vinculadas às despesas referidas nos incisos II a V, do art. 35, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam excluídas da regionalização, enquanto instrumento programático, as seguintes ações governamentais referentes a projetos prioritários, de que trata o mencionado art. 35, § 1º, inciso I:

- concessão de auxílio à pesquisa e de bolsas de pós-graduação e pesquisa, bem como apoio à divulgação científica na área de ciência e tecnologia;
- realização de pesquisas e cursos, na área científica e tecnológica;
- desenvolvimento, fabricação e lançamento de satélites, com vistas à geração de informações sobre recursos naturais e ocupação e uso do solo;
- estudos e pesquisas sobre meio ambiente, pesca e produtos florestais;
- prevenção e controle de queimadas em florestas;
- regulação do mercado de borracha natural;
- promoção e empreendimentos na área de turismo;
- desenvolvimento de tecnologias e produção de combustível nuclear;
- promoção de estudos e pesquisas de interesse da cultura brasileira;
- preservação do patrimônio histórico-cultural;
- proteção e divulgação de acervos bibliográficos, documentais e iconográficos;

- reforma, ampliação e construção de estabelecimentos prisionais;
 - demarcação das terras indígenas;
 - divulgação de informações nas áreas educacional, científica e tecnológica;
 - desenvolvimento de pesquisas, nas áreas de saneamento e habitação;
 - defesa contra calamidades públicas;
 - ações desenvolvidas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores;
 - pesquisas básicas, desenvolvimento tecnológico e disseminação de informações, na área de saúde;
 - criação do Centro Nacional de Epidemiologia;
 - ações relativas à ampliação da cobertura clínico-laboratorial e do controle de vetores de doenças transmissíveis;
 - informatização do sistema previdenciário;
 - restauração e conservação da malha rodoviária nacional;
 - eliminação de pontos críticos relativos à segurança do tráfego rodoviário;
 - recuperação, reaparelhamento e modernização do sistema ferroviário;
 - ações visando à ampliação e à modernização da marinha mercante;
 - prospecção e avaliação de jazidas minerais;
 - exploração, beneficiamento e comercialização de recursos minerais, inclusive petróleo e gás natural;
 - controle e fiscalização da distribuição e da comercialização de combustíveis;
 - ampliação da frota de navios petroleiros;
-

- planejamento, coordenação e centralização de informações do sistema de coleta e armazenamento de dados hidrológicos;
- geração e transmissão de energia elétrica;
- modernização e expansão do sistema de telecomunicações, inclusive lançamento de satélites de comunicações;
- estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento tecnológico, na área de telecomunicações;
- reaparelhamento e modernização dos serviços de correios e telégrafos;
- ações desenvolvidas no âmbito do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, inclusive entidades vinculadas.

ANEXO IV - QUADROS DAS DESPESAS

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição, foram incluídas, no Plano Plurianual, as seguintes categorias de despesas:

- (a) despesas de capital;
- (b) despesas decorrentes das de capital, entendidas como dispêndios correntes necessários à implantação ou manutenção de projetos;
- (c) despesas relativas a programas de duração continuada, definidas como gastos correntes de atividades compreendidas em subprogramas voltados para ações-fim.

Essas despesas foram grupadas em dois conjuntos: um deles abrange os gastos consignados nos orçamentos fiscal e de seguridade social, desagregados de conformidade com as categorias referidas no mencionado art. 165, § 1º, da Constituição; o outro, os dispêndios classificados no orçamento de investimento de empresas estatais, não se procedendo, no caso, à assinalada desagregação, em virtude da natureza do gasto. Em ambos os conjuntos, as despesas são especificadas em nível de subprograma.

Vale salientar, desde logo, que a fixação das despesas relacionadas com os orçamentos fiscal e de seguridade social, à conta de recursos do Tesouro, guarda coerência com o modelo de consistência macroeconômica, descrito no Anexo I (item 1.5 – “Evolução do Orçamento da União”) deste Plano Plurianual.

As despesas correntes, em particular, não incluem os juros relativos à dívida interna e externa, contratual ou mobiliária, porquanto representam compromissos a serem pagos ou repactuados, de acordo com critérios de mercado, não se sujeitando, por conseguinte, à programação administrativa.

Conquanto análogo entendimento possa ser aplicado aos gastos com amortização (excluídos da estimativa do saldo operacional, no modelo de consistência macroeconômica), optou-se por especificá-los nas despesas de capital, tendo em vista que a norma constitucional que disciplina a matéria não prevê essa hipótese de excepcionalidade.

Com o propósito de prevenir sobreposição de gastos, no âmbito das despesas contempladas nos orçamentos fiscal e de seguridade social, foram eliminadas, no órgão de origem, as transferências intragovernamentais, sem prejuízo da discriminação do dispêndio no órgão ou entidade responsável pela efetivação da despesa.

Constitui exceção a esse procedimento a inclusão, no subprograma “033 – Dívida Interna” relativo a “Encargos Financeiros da União”, de transferência para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, à conta de amortizações, no montante de Cr\$ 50.562

milhões (Cr\$ 13.587 milhões, em, 1991, e os restantes Cr\$ 36.975, no período 1992-1995), objetivando esclarecer a responsabilidade do Tesouro Nacional no resgate de Títulos da Dívida Agrária.

Outra exceção diz respeito às transferências, à conta dos orçamentos fiscal e de seguridade social, para empresas estatais. Nesse caso, quando a transferência destinar-se a investimento, a correspondente despesa é também incluída no orçamento de investimento das empresas estatais.

Na fixação das despesas de capital, tratamento prioritário foi oferecido aos gastos a cargo dos Ministérios da Saúde, da Educação e da Ação Social, e das Secretarias da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

Registre-se, ainda, que as despesas dos orçamentos fiscal e de seguridade social, financiadas com receitas próprias dos órgãos ou entidades (não incluídas no modelo de consistência macroeconômica), observaram o mesmo perfil de crescimento previsto para o PIB, no quinquênio 1991-1995.

No tocante aos dispêndios relativos ao orçamento de investimento das empresas estatais, devem ser acrescentadas as seguintes considerações específicas:

- a) o aporte anual de recursos do Tesouro para financiamento desses gastos é aproximadamente constante no quinquênio 1991-1995, visando neutralizar a pressão exercida pelas empresas estatais sobre os orçamentos fiscal e de seguridade social, e, em consequência, conferir àquelas entidades maior responsabilidade na geração de poupança interna voltada para custear investimentos;
 - b) o montante de operações de crédito, externas e internas, destinado às empresas estatais não ultrapassa o valor das amortizações a realizar durante a vigência do Plano Plurianual;
 - c) as empresas em extinção, dissolução ou privatização, discriminadas neste Plano Plurianual, bem como aquelas que deverão ser transferidas, a partir de 1992, para os Governos dos Estados de Roraima e Amapá, não terão programação de investimentos;
 - d) foram explicitados os investimentos a cargo da CIBRAZEM, COBAL e CFP, visto que não se procedeu à definitiva implantação da Companhia Nacional de Abastecimento, que as absorverá;
-

e) algumas empresas estatais, a despeito de estarem incluídas no quadro referente a fontes de financiamento para 1991, foram excluídas dos quadros de despesas por não disporem de programação de investimentos.

2. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
SOCIAL

2.1. CONSOLIDAÇÃO DOS QUADROS DE DESPESAS

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS, À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DISCRIMINAÇÃO	D E S P E S A S * (em Cr\$ milhões de maio de 1990)						
	1991			1992-95			TOTAL
	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS CORRENTES	TOTAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS CORRENTES	TOTAL	GERAL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.132,50	23.008,47	24.140,97	6.452,09	92.955,30	99.407,39	123.548,36
SENADO FEDERAL	417,80	20.059,37	20.477,17	2.380,39	81.194,00	83.574,39	104.051,56
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	265,79	7.813,97	8.079,76	1.514,40	31.325,70	32.840,10	40.919,86
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	707,20	1.687,09	2.394,29	4.029,48	11.368,85	15.398,33	17.792,62
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.980,01	3.623,75	5.603,76	11.280,89	14.693,50	25.974,39	31.578,15
JUSTIÇA FEDERAL	10.864,91	22.788,92	33.653,83	61.902,01	95.119,79	157.021,80	190.675,63
JUSTIÇA MILITAR	19,90	2.306,42	2.326,32	113,40	9.265,10	9.378,50	11.704,82
JUSTIÇA ELEITORAL	352,10	10.799,58	11.151,68	2.006,40	43.528,50	45.534,90	56.686,58
JUSTIÇA DO TRABALHO	2.414,20	47.751,45	50.165,65	13.754,91	191.952,11	205.707,02	255.872,67
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	591,20	3.940,46	4.531,66	3.368,31	15.895,50	19.263,81	23.795,47
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	400,10	1.287,11	1.687,21	2.279,60	5.489,60	7.769,20	9.456,41
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	16,37	64,40	80,77	93,30	269,50	362,80	443,57
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	388,22	2.782,51	3.170,73	1.722,26	12.253,80	13.976,06	17.146,79
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	4.278,20	16.968,87	21.247,07	23.011,64	69.602,29	92.613,93	113.861,00
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS	2.756,28	2.859,77	5.616,05	13.812,20	12.551,70	26.363,90	31.979,95
CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA	8,00	68,10	76,10	45,60	277,30	322,90	399,00
SECRETARIA DA CULTURA	981,36	5.931,06	6.912,42	6.202,00	24.817,00	31.019,00	37.931,42
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11.567,89	29.503,78	41.071,67	158.633,80	142.805,64	301.439,44	342.511,11
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	28.162,40	8.625,63	36.788,03	135.848,55	36.261,00	172.109,55	208.897,58
SECRETARIA DOS DESPORTOS	100,70	496,89	597,59	636,00	2.185,00	2.821,00	3.418,59
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	4.142,23	12.985,12	17.127,35	21.397,88	55.084,16	76.482,04	93.609,39
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	55.245,53	79.601,12	134.846,65	225.018,64	339.246,82	564.265,46	699.112,11
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	73.395,23	61.253,10	134.648,33	446.064,74	260.679,28	706.744,02	841.392,35
MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL	39.953,91	94.065,11	134.019,02	218.027,00	417.349,00	635.376,00	769.395,02
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	238.129,03	212.071,35	450.200,38	1.156.787,12	866.513,51	2.023.300,63	2.473.501,01

continua

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS, À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

continuação

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS * (em Cr\$ milhões de maio de 1990)						
	1991			1992-95			TOTAL GERAL
	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS CORRENTES	TOTAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS CORRENTES	TOTAL	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	50.893,71	285.214,87	336.108,58	283.902,00	1.267.571,00	1.551.473,00	1.887.581,58
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	29.712,41	97.310,83	127.023,24	143.960,90	407.300,11	551.261,01	678.284,25
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA	97.703,30	72.327,80	170.031,10	553.266,36	333.915,91	887.182,27	1.057.213,37
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	6.282,25	28.782,91	35.065,16	39.500,13	119.916,55	159.416,68	194.481,84
MINISTÉRIO DA MARINHA	25.531,00	86.908,37	112.439,37	100.984,91	368.079,80	469.064,71	581.504,08
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	93,90	4.745,35	4.839,25	535,19	19.075,90	19.611,09	24.450,34
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1.120,63	14.369,49	15.490,12	4.880,29	62.163,61	67.043,90	82.534,02
MINISTÉRIO DA SAÚDE	41.572,37	611.571,29	653.143,66	233.126,00	2.685.834,00	2.918.960,00	3.572.103,66
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	156.346,17	1.636.454,66	1.792.800,83	692.488,21	7.353.972,00	8.046.460,21	9.839.261,04
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	2.248.000,68	7.866,95	2.255.867,63	3.848.966,11	31.499,92	3.880.466,03	6.136.333,66
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	0,00	306.318,95	306.318,95	0,00	1.230.896,63	1.230.896,63	1.537.215,58
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	735,50	935.284,49	936.019,99	3.573,36	4.298.771,95	4.302.345,31	5.238.365,30
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	547.618,29	11.715,57	559.333,86	2.014.679,86	46.862,28	2.061.542,14	2.620.876,00
ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO	11.523,65	15.381,02	26.904,67	50.142,11	44.273,59	94.415,70	121.320,37
TOTAL GERAL	3.695.404,92	4.786.595,95	8.482.000,87	10.486.388,04	21.102.817,20	31.589.205,24	40.071.206,11

Nota: (*) exclusive juros.

2.2. DETALHAMENTO DOS QUADROS DE DESPESAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0001 - AÇÃO LEGISLATIVA	18.548,99	76.683,03	95.232,02
DESPESAS DE CAPITAL	1.031,89	5.878,91	6.910,80
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.031,89	5.878,91	6.910,80
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	17.517,10	70.804,12	88.321,22
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	17.517,10	70.804,12	88.321,22
DEMAIS SUBPROGRAMAS	5.591,98	22.724,36	28.316,34
DESPESAS DE CAPITAL	100,61	573,18	673,79
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	100,61	573,18	673,79
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	5.491,37	22.151,18	27.642,55
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	5.491,37	22.151,18	27.642,55
TOTAL GERAL	24.140,97	99.407,39	123.548,36
DESPESAS DE CAPITAL	1.132,50	6.452,09	7.584,59
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.132,50	6.452,09	7.584,59
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	23.008,47	92.955,30	115.963,77
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	23.008,47	92.955,30	115.963,77

SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0001 - AÇÃO LEGISLATIVA	10.720,34	43.484,70	54.205,04
DESPESAS DE CAPITAL	110,90	631,84	742,74
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	110,90	631,84	742,74
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10.609,44	42.852,86	53.462,30
DECORRENTES DAS DE CAPI ...	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10.609,44	42.852,86	53.462,30
DEMAIS SUBPROGRAMAS	9.756,83	40.089,69	49.846,52
DESPESAS DE CAPITAL	306,90	1.748,55	2.055,45
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	306,90	1.748,55	2.055,45
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	9.449,93	38.341,14	47.791,07
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	84,40	369,13	453,53
DE DURAÇÃO CONTINUADA	9.365,53	37.972,01	47.337,54
TOTAL GERAL	20.477,17	83.574,39	104.051,56
DESPESAS DE CAPITAL	417,80	2.380,39	2.798,19
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	417,80	2.380,39	2.798,19
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	20.059,37	81.194,00	101.253,37
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	84,40	369,13	453,53
DE DURAÇÃO CONTINUADA	19.974,97	80.824,87	100.799,84

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0002 - CONTROLE EXTERNO	4.806,16	19.402,24	24.208,40
DESPESAS DE CAPITAL	75,76	431,70	507,46
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	75,76	431,70	507,46
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	4.730,40	18.970,54	23.700,94
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	4.730,40	18.970,54	23.700,94
DEMAIS SUBPROGRAMAS	3.273,60	13.437,86	16.711,46
DESPESAS DE CAPITAL	190,03	1.082,70	1.272,73
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	190,03	1.082,70	1.272,73
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.083,57	12.355,16	15.438,73
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.083,57	12.355,16	15.438,73
TOTAL GERAL	8.079,76	32.840,10	40.919,86
DESPESAS DE CAPITAL	265,79	1.514,40	1.780,19
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	265,79	1.514,40	1.780,19
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	7.813,97	31.325,70	39.139,67
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	7.813,97	31.325,70	39.139,67

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0013 - AÇÃO JUDICIÁRIA	1.121,99	4.595,75	5.717,74
DESPESAS DE CAPITAL	13,55	77,20	90,75
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	13,55	77,20	90,75
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.108,44	4.518,55	5.626,99
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.108,44	4.518,55	5.626,99
DEMAIS SUBPROGRAMAS	1.272,30	10.802,58	12.074,88
DESPESAS DE CAPITAL	693,65	3.952,28	4.645,93
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	693,65	3.952,28	4.645,93
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	578,65	6.850,30	7.428,95
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	578,65	6.850,30	7.428,95
TOTAL GERAL	2.394,29	15.398,33	17.792,62
DESPESAS DE CAPITAL	707,20	4.029,48	4.736,68
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	707,20	4.029,48	4.736,68
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.687,09	11.368,85	13.055,94
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.687,09	11.368,85	13.055,94

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0013 - AÇÃO JUDICIÁRIA	2.970,39	12.112,48	15.082,87
DESPESAS DE CAPITAL	48,11	274,04	322,15
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	48,11	274,04	322,15
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.922,28	11.838,44	14.760,72
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.922,28	11.838,44	14.760,72
DEMAIS SUBPROGRAMAS	2.633,37	13.861,91	16.495,28
DESPESAS DE CAPITAL	1.931,90	11.006,85	12.938,75
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.931,90	11.006,85	12.938,75
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	701,47	2.855,06	3.556,53
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	23,00	100,57	123,57
DE DURAÇÃO CONTINUADA	678,47	2.754,49	3.432,96
TOTAL GERAL	5.603,76	25.974,39	31.578,15
DESPESAS DE CAPITAL	1.980,01	11.280,89	13.260,90
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.980,01	11.280,89	13.260,90
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.623,75	14.693,50	18.317,25
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	23,00	100,57	123,57
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.600,75	14.592,93	18.193,68

JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0013 - AÇÃO JUDICIÁRIA	26.787,02	122.331,27	149.118,29
DESPESAS DE CAPITAL	6.806,44	38.779,19	45.585,63
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6.806,44	38.779,19	45.585,63
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	19.980,58	83.552,08	103.532,66
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	19.980,58	83.552,08	103.532,66
DEMAIS SUBPROGRAMAS	6.866,81	34.690,53	41.557,34
DESPESAS DE CAPITAL	4.058,47	23.122,82	27.181,29
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4.058,47	23.122,82	27.181,29
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.808,34	11.567,71	14.376,05
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	177,30	775,41	952,71
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.631,04	10.792,30	13.423,34
TOTAL GERAL	33.653,83	157.021,80	190.675,63
DESPESAS DE CAPITAL	10.864,91	61.902,01	72.766,92
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	10.864,91	61.902,01	72.766,92
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	22.788,92	95.119,79	117.908,71
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	177,30	775,41	952,71
DE DURAÇÃO CONTINUADA	22.611,62	94.344,38	116.956,00

JUSTIÇA MILITAR

JUSTIÇA MILITAR

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0013 - AÇÃO JUDICIÁRIA	1.466,18	5.909,15	7.375,33
DESPESAS DE CAPITAL	8,54	48,68	57,22
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8,54	48,68	57,22
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.457,64	5.860,47	7.318,11
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.457,64	5.860,47	7.318,11
DEMAIS SUBPROGRAMAS	860,14	3.469,35	4.329,49
DESPESAS DE CAPITAL	11,36	64,72	76,08
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	11,36	64,72	76,08
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	848,78	3.404,63	4.253,41
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	848,78	3.404,63	4.253,41
TOTAL GERAL	2.326,32	9.378,50	11.704,82
DESPESAS DE CAPITAL	19,90	113,40	133,30
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	19,90	113,40	133,30
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.306,42	9.265,10	11.571,52
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.306,42	9.265,10	11.571,52

JUSTIÇA ELEITORAL

JUSTIÇA ELEITORAL

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0013 - AÇÃO JUDICIÁRIA	6.456,32	26.282,60	32.738,92
DESPESAS DE CAPITAL	167,50	954,47	1.121,97
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	167,50	954,47	1.121,97
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	6.288,82	25.328,13	31.616,95
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6.288,82	25.328,13	31.616,95
DEMAIS SUBPROGRAMAS	4.695,36	19.252,30	23.947,66
DESPESAS DE CAPITAL	184,60	1.051,93	1.236,53
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	184,60	1.051,93	1.236,53
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	4.510,76	18.200,37	22.711,13
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,50	2,20	2,70
DE DURAÇÃO CONTINUADA	4.510,26	18.198,17	22.708,43
TOTAL GERAL	11.151,68	45.534,90	56.686,58
DESPESAS DE CAPITAL	352,10	2.006,40	2.358,50
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	352,10	2.006,40	2.358,50
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10.799,58	43.528,50	54.328,08
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,50	2,20	2,70
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10.799,08	43.526,30	54.325,38

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0013 - AÇÃO JUDICIÁRIA	38.991,79	158.737,75	197.729,54
DESPESAS DE CAPITAL	1.173,05	6.683,49	7.856,54
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.173,05	6.683,49	7.856,54
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	37.818,74	152.054,26	189.873,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	37.818,74	152.054,26	189.873,00
DEMAIS SUBPROGRAMAS	11.173,86	46.969,27	58.143,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.241,15	7.071,42	8.312,57
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.241,15	7.071,42	8.312,57
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	9.932,71	39.897,85	49.830,56
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	26,00	113,72	139,72
DE DURAÇÃO CONTINUADA	9.906,71	39.784,13	49.690,84
TOTAL GERAL	50.165,65	205.707,02	255.872,67
DESPESAS DE CAPITAL	2.414,20	13.754,91	16.169,11
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.414,20	13.754,91	16.169,11
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	47.751,45	191.952,11	239.703,56
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	26,00	113,72	139,72
DE DURAÇÃO CONTINUADA	47.725,45	191.838,39	239.563,84

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0013 - AÇÃO JUDICIÁRIA	3.444,56	14.030,13	17.474,69
DESPESAS DE CAPITAL	69,60	396,55	466,15
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	69,60	396,55	466,15
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.374,96	13.633,58	17.008,54
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.374,96	13.633,58	17.008,54
DEMAIS SUBPROGRAMAS	1.087,10	5.233,68	6.320,78
DESPESAS DE CAPITAL	521,60	2.971,76	3.493,36
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	521,60	2.971,76	3.493,36
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	565,50	2.261,92	2.827,42
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	565,50	2.261,92	2.827,42
TOTAL GERAL	4.531,66	19.263,81	23.795,47
DESPESAS DE CAPITAL	591,20	3.368,31	3.959,51
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	591,20	3.368,31	3.959,51
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.940,46	15.895,50	19.835,96
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.940,46	15.895,50	19.835,96

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0020 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	200,84	1.076,91	1.277,75
DESPESAS DE CAPITAL	149,94	854,28	1.004,22
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	149,94	854,28	1.004,22
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	50,90	222,63	273,53
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	50,90	222,63	273,53
DEMAIS SUBPROGRAMAS	1.486,37	6.692,29	8.178,66
DESPESAS DE CAPITAL	250,16	1.425,32	1.675,48
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	250,16	1.425,32	1.675,48
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.236,21	5.266,97	6.503,18
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.236,21	5.266,97	6.503,18
TOTAL GERAL	1.687,21	7.769,20	9.456,41
DESPESAS DE CAPITAL	400,10	2.279,60	2.679,70
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	400,10	2.279,60	2.679,70
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.287,11	5.489,60	6.776,71
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.287,11	5.489,60	6.776,71

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0020 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	71,77	323,49	395,26
DESPESAS DE CAPITAL	16,37	93,30	109,67
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	16,37	93,30	109,67
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	55,40	230,19	285,59
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	55,40	230,19	285,59
DEMAIS SUBPROGRAMAS	9,00	39,31	48,31
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	9,00	39,31	48,31
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	9,00	39,31	48,31
TOTAL GERAL	80,77	362,80	443,57
DESPESAS DE CAPITAL	16,37	93,30	109,67
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	16,37	93,30	109,67
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	64,40	269,50	333,90
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	64,40	269,50	333,90

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	49,10	222,16	271,26
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	49,10	222,16	271,26
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	49,10	222,16	271,26
0033 - DÍVIDA INTERNA	114,12	342,36	456,48
DESPESAS DE CAPITAL	114,12	342,36	456,48
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	114,12	342,36	456,48
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0043 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	224,92	1.067,84	1.292,76
DESPESAS DE CAPITAL	98,40	495,39	593,79
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	98,40	495,39	593,79
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	126,52	572,45	698,97
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	126,52	572,45	698,97
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	106,40	480,63	587,03
DESPESAS DE CAPITAL	2,35	11,84	14,19
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2,35	11,84	14,19
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	104,05	468,79	572,84
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	104,05	468,79	572,84

continua

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0316 - HABITAÇÕES URBANAS	979,67	4.438,69	5.418,36
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	12,00	60,41	72,41
AMORTIZAÇÕES	12,00	60,41	72,41
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	967,67	4.378,28	5.345,95
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	967,67	4.378,28	5.345,95
DEMAIS SUBPROGRAMAS	1.696,52	7.424,38	9.120,90
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	161,35	812,26	973,61
AMORTIZAÇÕES	161,35	812,26	973,61
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.535,17	6.612,12	8.147,29
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	1.535,17	6.612,12	8.147,29
TOTAL GERAL	3.170,73	13.976,06	17.146,79
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	388,22	1.722,26	2.110,48
AMORTIZAÇÕES	274,10	1.379,90	1.654,00
	114,12	342,36	456,48
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	2.782,51	12.253,80	15.036,31
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	2.782,51	12.253,80	15.036,31

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0024 - INFORMÁTICA	148,70	678,02	826,72
DESPESAS DE CAPITAL	41,50	224,41	265,91
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	41,50	224,41	265,91
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	107,20	453,61	560,81
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	107,20	453,61	560,81
0040 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	171,40	926,87	1.098,27
DESPESAS DE CAPITAL	171,40	926,87	1.098,27
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	171,40	926,87	1.098,27
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	252,20	1.072,79	1.324,99
DESPESAS DE CAPITAL	4,80	25,95	30,75
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4,80	25,95	30,75
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	247,40	1.046,84	1.294,24
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	247,40	1.046,84	1.294,24
0054 - PESQUISA FUNDAMENTAL	453,60	2.063,80	2.517,40
DESPESAS DE CAPITAL	122,80	664,06	786,86
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	122,80	664,06	786,86
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	330,80	1.399,74	1.730,54
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	330,80	1.399,74	1.730,54

continua

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0055 - PESQUISA APLICADA	2.680,30	11.543,91	14.224,21
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	172,20	931,19	1.103,39
AMORTIZAÇÕES	172,20	931,19	1.103,39
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	2.508,10	10.612,72	13.120,82
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	2.508,10	10.612,72	13.120,82
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	152,70	733,06	885,76
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	73,90	399,63	473,53
AMORTIZAÇÕES	73,90	399,63	473,53
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	78,80	333,43	412,23
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	78,80	333,43	412,23
0134 - TELEFONIA	14,00	75,71	89,71
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	14,00	75,71	89,71
AMORTIZAÇÕES	14,00	75,71	89,71
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
0137 - RADIODIFUSÃO	6,00	32,44	38,44
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6,00	32,44	38,44
AMORTIZAÇÕES	6,00	32,44	38,44
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00

continua

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0160 - OPERAÇÕES AÉREAS	465,50	2.415,49	2.880,99
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	379,00	2.049,49	2.428,49
AMORTIZAÇÕES	379,00	2.049,49	2.428,49
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	86,50	366,00	452,50
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	86,50	366,00	452,50
0163 - OPERAÇÕES NAVAIS	99,70	466,08	565,78
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	37,60	203,32	240,92
AMORTIZAÇÕES	37,60	203,32	240,92
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	62,10	262,76	324,86
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	62,10	262,76	324,86
0166 - OPERAÇÕES TERRESTRES	125,70	615,98	741,68
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	71,50	386,64	458,14
AMORTIZAÇÕES	71,50	386,64	458,14
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	54,20	229,34	283,54
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	54,20	229,34	283,54
0187 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO	12,00	50,77	62,77
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	12,00	50,77	62,77
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	12,00	50,77	62,77

continua

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	51,00	275,79	326,79
DESPESAS DE CAPITAL	51,00	275,79	326,79
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	51,00	275,79	326,79
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELETRICA	45,00	243,34	288,34
DESPESAS DE CAPITAL	45,00	243,34	288,34
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	45,00	243,34	288,34
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0265 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	770,00	3.221,95	3.991,95
DESPESAS DE CAPITAL	21,20	114,64	135,84
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	21,20	114,64	135,84
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	748,80	3.107,31	3.856,11
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	748,80	3.107,31	3.856,11
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	1.306,00	7.049,90	8.355,90
DESPESAS DE CAPITAL	1.295,40	7.005,05	8.300,45
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.295,40	7.005,05	8.300,45
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10,60	44,85	55,45
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10,60	44,85	55,45

continua

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.687,00	7.073,82	8.760,82
DESPESAS DE CAPITAL	94,70	512,10	606,80
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	94,70	512,10	606,80
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.592,30	6.561,72	8.154,02
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.592,30	6.561,72	8.154,02
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	445,90	1.979,10	2.425,00
DESPESAS DE CAPITAL	78,50	424,50	503,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	78,50	424,50	503,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	367,40	1.554,60	1.922,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	367,40	1.554,60	1.922,00
0484 - ASSISTÊNCIA AO SILVÍCOLA	34,40	145,56	179,96
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	34,40	145,56	179,96
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	34,40	145,56	179,96
0534 - ESTRADAS VICINAIS	13,30	58,75	72,05
DESPESAS DE CAPITAL	2,10	11,35	13,45
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2,10	11,35	13,45
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	11,20	47,40	58,60
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	11,20	47,40	58,60

continua

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
DEMAIS SUBPROGRAMAS	12.312,67	51.890,80	64.203,47
DESPESAS DE CAPITAL	1.595,60	8.505,16	10.100,76
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.544,40	8.351,56	9.895,96
AMORTIZAÇÕES	51,20	153,60	204,80
DESPESAS CORRENTES	10.717,07	43.385,64	54.102,71
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10.717,07	43.385,64	54.102,71
TOTAL GERAL	21.247,07	92.613,93	113.861,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.278,20	23.011,64	27.289,84
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4.227,00	22.858,04	27.085,04
AMORTIZAÇÕES	51,20	153,60	204,80
DESPESAS CORRENTES	16.968,87	69.602,29	86.571,16
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	16.968,87	69.602,29	86.571,16

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0020 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	51,71	286,38	338,09
DESPESAS DE CAPITAL	30,34	170,82	201,16
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	30,34	170,82	201,16
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	21,37	115,56	136,93
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	21,37	111,56	132,93
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	4,00	4,00
0055 - PESQUISA APLICADA	2.275,09	12.443,82	14.718,91
DESPESAS DE CAPITAL	1.701,41	9.033,47	10.734,88
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.701,41	9.033,47	10.734,88
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	573,68	3.410,35	3.984,03
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	573,68	3.350,35	3.924,03
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	60,00	60,00
0136 - SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES	868,00	5.006,38	5.874,38
DESPESAS DE CAPITAL	668,00	3.652,23	4.320,23
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	668,00	3.652,23	4.320,23
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	200,00	1.354,15	1.554,15
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	200,00	1.354,15	1.554,15
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
DEMAIS SUBPROGRAMAS	2.421,25	8.627,32	11.048,57
DESPESAS DE CAPITAL	356,53	955,68	1.312,21
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	343,81	955,68	1.299,49
AMORTIZAÇÕES	12,72	0,00	12,72
DESPESAS CORRENTES	2.064,72	7.671,64	9.736,36
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.064,72	7.671,64	9.736,36

continua

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TOTAL GERAL	5.616,05	26.363,90	31.979,95
DESPESAS DE CAPITAL	2.756,28	13.812,20	16.568,48
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.743,56	13.812,20	16.555,76
AMORTIZAÇÕES	12,72	0,00	12,72
DESPESAS CORRENTES	2.859,77	12.551,70	15.411,47
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	795,05	4.816,06	5.611,11
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.064,72	7.735,64	9.800,36

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0020 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	75,90	322,03	397,93
DESPESAS DE CAPITAL	8,00	45,60	53,60
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8,00	45,60	53,60
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	67,90	276,43	344,33
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	67,90	276,43	344,33
DEMAIS SUBPROGRAMAS	0,20	0,87	1,07
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,20	0,87	1,07
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,20	0,87	1,07
TOTAL GERAL	76,10	322,90	399,00
DESPESAS DE CAPITAL	8,00	45,60	53,60
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8,00	45,60	53,60
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	68,10	277,30	345,40
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	68,10	277,30	345,40

SECRETARIA DA CULTURA

SECRETARIA DA CULTURA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMA	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0055 - PESQUISA APLICADA	6,90	40,00	46,90
DESPESAS DE CAPITAL	4,90	32,00	36,90
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4,90	32,00	36,90
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2,00	8,00	10,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2,00	8,00	10,00
0246 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	961,74	5.717,00	6.678,74
DESPESAS DE CAPITAL	738,40	4.665,00	5.403,40
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	738,40	4.665,00	5.403,40
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	223,34	1.052,00	1.275,34
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	61,00	265,00	326,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	162,34	787,00	949,34
0247 - DIFUSÃO CULTURAL	1.365,64	5.975,00	7.340,64
DESPESAS DE CAPITAL	150,99	955,00	1.105,99
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	150,99	955,00	1.105,99
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.214,65	5.020,00	6.234,65
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	135,00	570,00	705,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.079,65	4.450,00	5.529,65
DEMAIS SUBPROGRAMAS	4.578,14	19.287,00	23.865,14
DESPESAS DE CAPITAL	87,07	550,00	637,07
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	87,07	550,00	637,07
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	4.491,07	18.737,00	23.228,07
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	4.491,07	18.737,00	23.228,07

continua

SECRETARIA DA CULTURA

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TOTAL GERAL	6.912,42	31.019,00	37.931,42
DESPESAS DE CAPITAL	981,36	6.202,00	7.183,36
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	981,36	6.202,00	7.183,36
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	5.931,06	24.817,00	30.748,06
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	196,00	835,00	1.031,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	5.735,06	23.982,00	29.717,06

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMA	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0034 - DÍVIDA EXTERNA	853,54	3.366,20	4.219,74
DESPESAS DE CAPITAL	853,54	3.366,20	4.219,74
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	853,54	3.366,20	4.219,74
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0035 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	2.000,00	96.858,50	98.858,50
DESPESAS DE CAPITAL	2.000,00	96.858,50	98.858,50
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.000,00	96.858,50	98.858,50
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0054 - PESQUISA FUNDAMENTAL	9.777,50	49.796,91	59.574,41
DESPESAS DE CAPITAL	484,96	4.849,50	5.334,46
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	484,96	4.849,50	5.334,46
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	9.292,54	44.947,41	54.239,95
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	809,10	0,00	809,10
DE DURAÇÃO CONTINUADA	8.483,44	44.947,41	53.430,85
0055 - PESQUISA APLICADA	8.651,06	55.944,85	64.595,91
DESPESAS DE CAPITAL	7.157,67	39.944,64	47.102,31
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	7.157,67	39.944,64	47.102,31
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.493,39	16.000,21	17.493,60
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	703,55	1.608,65	2.312,20
DE DURAÇÃO CONTINUADA	789,84	14.391,56	15.181,40

continua

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	2.807,83	22.960,15	25.767,98
DESPESAS DE CAPITAL	680,54	10.347,66	11.028,20
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	680,54	10.347,66	11.028,20
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.127,29	12.612,49	14.739,78
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	59,50	129,96	189,46
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.067,79	12.482,53	14.550,32
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	455,98	3.463,50	3.919,48
DESPESAS DE CAPITAL	18,56	71,55	90,11
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	18,56	71,55	90,11
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	437,42	3.391,95	3.829,37
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	24,99	0,00	24,99
DE DURAÇÃO CONTINUADA	412,43	3.391,95	3.804,38
0059 - LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	66,00	836,01	902,01
DESPESAS DE CAPITAL	50,10	749,68	799,78
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	50,10	749,68	799,78
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	15,90	86,33	102,23
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	15,90	86,33	102,23
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0206 - ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	9.344,57	40.607,80	49.952,37
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	9.344,57	40.607,80	49.952,37
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	9.344,57	40.607,80	49.952,37

continua

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0411 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	277,54	1.215,42	1.492,96
DESPESAS DE CAPITAL	87,23	272,99	360,22
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	87,23	272,99	360,22
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	190,31	942,43	1.132,74
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	46,40	787,28	833,68
DE DURAÇÃO CONTINUADA	143,91	155,15	299,06
DEMAIS SUBPROGRAMAS	6.837,65	26.390,10	33.227,75
DESPESAS DE CAPITAL	235,29	2.173,08	2.408,37
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	235,29	2.173,08	2.408,37
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	6.602,36	24.217,02	30.819,38
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6.602,36	24.217,02	30.819,38
TOTAL GERAL	41.071,67	301.439,44	342.511,11
DESPESAS DE CAPITAL	11.567,89	158.633,80	170.201,69
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	10.714,35	155.267,60	165.981,95
AMORTIZAÇÕES	853,54	3.366,20	4.219,74
DESPESAS CORRENTES	29.503,78	142.805,64	172.309,42
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.659,44	2.612,22	4.271,66
DE DURAÇÃO CONTINUADA	27.844,34	140.193,42	168.037,76

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	28,53	123,91	152,44
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	28,53	123,91	152,44
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	28,53	123,91	152,44
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	464,71	2.616,15	3.080,86
DESPESAS DE CAPITAL	361,20	2.166,54	2.527,74
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	361,20	2.166,54	2.527,74
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	103,51	449,61	553,12
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	103,51	449,61	553,12
0040 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	16,30	70,80	87,10
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	16,30	70,80	87,10
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	16,30	70,80	87,10
0067 - COLONIZAÇÃO	15,60	93,57	109,17
DESPESAS DE CAPITAL	15,60	93,57	109,17
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	15,60	93,57	109,17
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0096 - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	153,00	664,54	817,54
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	153,00	664,54	817,54
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	153,00	664,54	817,54
0178 - DEFESA CONTRA SINISTROS	2,00	8,69	10,69
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2,00	8,69	10,69
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2,00	8,69	10,69
0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	15.606,31	90.396,77	106.003,08
DESPESAS DE CAPITAL	13.664,85	81.964,21	95.629,06
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	13.664,85	81.964,21	95.629,06
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.941,46	8.432,56	10.374,02
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.941,46	8.432,56	10.374,02
0323 - PLANEJAMENTO URBANO	70,77	424,49	495,26
DESPESAS DE CAPITAL	70,77	424,49	495,26
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	70,77	424,49	495,26
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	981,62	5.788,05	6.769,67
DESPESAS DE CAPITAL	921,27	5.525,94	6.447,21
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	921,27	5.525,94	6.447,21
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	60,35	262,11	322,46
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	60,35	262,11	322,46
0363 - PROMOÇÃO DO TURISMO	159,36	692,17	851,53
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	159,36	692,17	851,53
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	159,36	692,17	851,53
0364 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	1.004,99	6.011,56	7.016,55
DESPESAS DE CAPITAL	994,99	5.968,13	6.963,12
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	994,99	5.968,13	6.963,12
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10,00	43,43	53,43
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10,00	43,43	53,43
0448 - SANEAMENTO GERAL	1.182,78	7.072,61	8.255,39
DESPESAS DE CAPITAL	1.169,54	7.015,09	8.184,63
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.169,54	7.015,09	8.184,63
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	13,24	57,52	70,76
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	13,24	57,52	70,76
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0458 - DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES	875,54	5.251,65	6.127,19
DESPESAS DE CAPITAL	875,54	5.251,65	6.127,19
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	875,54	5.251,65	6.127,19
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
DEMAIS SUBPROGRAMAS	16.226,52	52.894,59	69.121,11
DESPESAS DE CAPITAL	10.088,64	27.438,93	37.527,57
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	846,15	5.075,33	5.921,48
AMORTIZAÇÕES	9.242,49	22.363,60	31.606,09
DESPESAS CORRENTES	6.137,88	25.455,66	31.593,54
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6.137,88	25.455,66	31.593,54
TOTAL GERAL	36.788,03	172.109,55	208.897,58
DESPESAS DE CAPITAL	28.162,40	135.848,55	164.010,95
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	18.919,91	113.484,95	132.404,86
AMORTIZAÇÕES	9.242,49	22.363,60	31.606,09
DESPESAS CORRENTES	8.625,63	36.261,00	44.886,63
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	13,24	57,52	70,76
DE DURAÇÃO CONTINUADA	8.612,39	36.203,48	44.815,87

SECRETARIA DOS DESPORTOS

SECRETARIA DOS DESPORTOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0224 - DESPORTO AMADOR	366,70	1.872,00	2.238,70
DESPESAS DE CAPITAL	89,70	567,00	656,70
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	89,70	567,00	656,70
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	277,00	1.305,00	1.582,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	277,00	1.305,00	1.582,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
DEMAIS SUBPROGRAMAS	230,89	949,00	1.179,89
DESPESAS DE CAPITAL	11,00	69,00	80,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	11,00	69,00	80,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	219,89	880,00	1.099,89
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	219,89	880,00	1.099,89
TOTAL GERAL	597,59	2.821,00	3.418,59
DESPESAS DE CAPITAL	100,70	636,00	736,70
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	100,70	636,00	736,70
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	496,89	2.185,00	2.681,89
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	277,00	1.305,00	1.582,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	219,89	880,00	1.099,89

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	27,10	120,65	147,75
DESPESAS DE CAPITAL	2,70	14,38	17,08
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2,70	14,38	17,08
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	24,40	106,27	130,67
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	24,40	106,27	130,67
0055 - PESQUISA APLICADA	284,79	1.237,25	1.522,04
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	284,79	1.237,25	1.522,04
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	284,79	1.237,25	1.522,04
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	210,25	914,27	1.124,52
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	210,25	914,27	1.124,52
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	210,25	914,27	1.124,52
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	58,77	255,35	314,12
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	58,77	255,35	314,12
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	58,77	255,35	314,12

continua

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0059 - LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	72,00	313,61	385,61
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	72,00	313,61	385,61
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	72,00	313,61	385,61
0089 - DESENVOLVIMENTO DA PESCA	221,64	962,30	1.183,94
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	221,64	962,30	1.183,94
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	221,64	962,30	1.183,94
0103 - PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA	5.366,44	25.293,44	30.659,88
DESPESAS DE CAPITAL	1.988,04	10.589,94	12.577,98
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.988,04	10.589,94	12.577,98
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.378,40	14.703,50	18.081,90
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.378,40	14.703,50	18.081,90
0104 - REFLORESTAMENTO	526,49	2.377,94	2.904,43
DESPESAS DE CAPITAL	90,90	484,20	575,10
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	90,90	484,20	575,10
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	435,59	1.893,74	2.329,33
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	435,59	1.893,74	2.329,33

continua

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0111 - EXTENSÃO RURAL	728,40	3.171,10	3.899,50
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	728,40	3.171,10	3.899,50
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	728,40	3.171,10	3.899,50
0112 - PROMOÇÃO AGRÁRIA	58,13	307,74	365,87
DESPESAS DE CAPITAL	42,77	240,89	283,66
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	42,77	240,89	283,66
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	15,36	66,85	82,21
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	15,36	66,85	82,21
0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	25,48	110,98	136,46
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	25,48	110,98	136,46
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	25,48	110,98	136,46
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	8,76	38,16	46,92
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	8,76	38,16	46,92
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	8,76	38,16	46,92

continua

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	168,20	766,26	934,46
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	35,00	186,44	221,44
AMORTIZAÇÕES	35,00	186,44	221,44
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	133,20	579,82	713,02
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	133,20	579,82	713,02
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	1.454,50	7.669,18	9.123,68
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.373,90	7.318,52	8.692,42
AMORTIZAÇÕES	1.373,90	7.318,52	8.692,42
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	80,60	350,66	431,26
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	80,60	350,66	431,26
0411 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	88,51	385,04	473,55
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	88,51	385,04	473,55
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	88,51	385,04	473,55
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	539,58	2.534,43	3.074,01
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	191,97	1.022,59	1.214,56
AMORTIZAÇÕES	191,97	1.022,59	1.214,56
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	347,61	1.511,84	1.859,45
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	347,61	1.511,84	1.859,45

continua

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	338,59	1.502,02	1.840,61
DESPESAS DE CAPITAL	28,09	149,63	177,72
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	28,09	149,63	177,72
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	310,50	1.352,39	1.662,89
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	310,50	1.352,39	1.662,89
DEMAIS SUBPROGRAMAS	6.949,72	28.522,32	35.472,04
DESPESAS DE CAPITAL	388,86	1.391,29	1.780,15
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	90,40	495,91	586,31
AMORTIZAÇÕES	298,46	895,38	1.193,84
DESPESAS CORRENTES	6.560,86	27.131,03	33.691,89
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6.560,86	27.131,03	33.691,89
TOTAL GERAL	17.127,35	76.482,04	93.609,39
DESPESAS DE CAPITAL	4.142,23	21.397,88	25.540,11
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3.843,77	20.502,50	24.346,27
AMORTIZAÇÕES	298,46	895,38	1.193,84
DESPESAS CORRENTES	12.985,12	55.084,16	68.069,28
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	12.985,12	55.084,16	68.069,28

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	2.235,30	10.401,08	12.636,38
DESPESAS DE CAPITAL	563,62	2.837,51	3.401,13
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	563,62	2.837,51	3.401,13
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.671,68	7.563,57	9.235,25
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.671,68	7.563,57	9.235,25
0054 - PESQUISA FUNDAMENTAL	1.610,63	7.581,14	9.191,77
DESPESAS DE CAPITAL	576,18	2.900,74	3.476,92
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	576,18	2.900,74	3.476,92
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.034,45	4.680,40	5.714,85
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.034,45	4.680,40	5.714,85
0160 - OPERAÇÕES AÉREAS	27.932,47	134.093,78	162.026,25
DESPESAS DE CAPITAL	15.125,29	76.147,35	91.272,64
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	15.125,29	76.147,35	91.272,64
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	12.807,18	57.946,43	70.753,61
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	12.807,18	57.946,43	70.753,61
0523 - INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	2.066,74	10.349,75	12.416,49
DESPESAS DE CAPITAL	1.958,63	9.860,60	11.819,23
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.958,63	9.860,60	11.819,23
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	108,11	489,15	597,26
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	108,11	489,15	597,26

contii

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0524 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO AÉREO	14.110,61	69.368,64	83.479,25
DESPESAS DE CAPITAL	10.834,81	54.547,19	65.382,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	10.834,81	54.547,19	65.382,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.275,80	14.821,45	18.097,25
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.275,80	14.821,45	18.097,25
DEMAIS SUBPROGRAMAS	86.890,90	332.471,07	419.361,97
DESPESAS DE CAPITAL	26.187,00	78.725,25	104.912,25
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	7.042,79	35.456,48	42.499,27
AMORTIZAÇÕES	19.144,21	43.268,77	62.412,98
DESPESAS CORRENTES	60.703,90	253.745,82	314.449,72
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	60.703,90	253.745,82	314.449,72
TOTAL GERAL	134.846,65	564.265,46	699.112,11
DESPESAS DE CAPITAL	55.245,53	225.018,64	280.264,17
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	36.101,32	181.749,87	217.851,19
AMORTIZAÇÕES	19.144,21	43.268,77	62.412,98
DESPESAS CORRENTES	79.601,12	339.246,82	418.847,94
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	79.601,12	339.246,82	418.847,94

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	27.145,03	103.447,32	130.592,35
DESPESAS DE CAPITAL	311,86	1.343,79	1.655,65
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	311,86	1.343,79	1.655,65
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	26.833,17	102.103,53	128.936,70
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	26.833,17	102.103,53	128.936,70
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	2.112,60	42.517,21	44.629,81
DESPESAS DE CAPITAL	1.582,80	42.517,21	44.100,01
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.582,80	42.517,21	44.100,01
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	529,80	0,00	529,80
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	182,00	0,00	182,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	347,80	0,00	347,80
0044 - INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS	39,57	408,98	448,55
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	39,57	408,98	448,55
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	39,57	408,98	448,55
0055 - PESQUISA APLICADA	5.255,80	44.091,83	49.347,63
DESPESAS DE CAPITAL	1.820,19	21.821,84	23.642,03
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.820,19	21.821,84	23.642,03
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.435,61	22.269,99	25.705,60
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.435,61	22.269,99	25.705,60

continua

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0059 - LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	18,60	1.742,73	1.761,33
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.468,51	1.468,51
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	1.468,51	1.468,51
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	18,60	274,22	292,82
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	9,30	128,52	137,82
DE DURAÇÃO CONTINUADA	9,30	145,70	155,00
0066 - REFORMA AGRÁRIA *	29.346,18	194.540,53	223.886,71
DESPESAS DE CAPITAL	24.493,36	165.277,42	189.770,78
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	24.493,36	165.277,42	189.770,78
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	4.852,82	29.263,11	34.115,93
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	3.161,21	3.161,21
DE DURAÇÃO CONTINUADA	4.852,82	26.101,90	30.954,72
0067 - COLONIZAÇÃO	3.961,80	112.125,35	116.087,15
DESPESAS DE CAPITAL	3.654,30	112.125,35	115.779,65
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3.654,30	112.125,35	115.779,65
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	307,50	0,00	307,50
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	307,50	0,00	307,50
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0075 - DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	205,80	4.904,77	5.110,57
DESPESAS DE CAPITAL	25,00	3.252,26	3.277,26
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	25,00	3.252,26	3.277,26
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	180,80	1.652,51	1.833,31
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	180,80	1.652,51	1.833,31

continua

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0077 - IRRIGAÇÃO	34.354,70	51.832,02	86.186,72
DESPESAS DE CAPITAL	31.377,80	41.099,91	72.477,71
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	31.377,80	41.099,91	72.477,71
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.976,90	10.732,11	13.709,01
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	726,70	8.813,34	9.540,04
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.250,20	1.918,77	4.168,97
0080 - SEMENTES E MUDAS	32,00	1.180,13	1.212,13
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	95,48	95,48
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	95,48	95,48
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	32,00	1.084,65	1.116,65
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	32,00	1.084,65	1.116,65
0087 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	1.119,01	5.267,38	6.386,39
DESPESAS DE CAPITAL	204,16	1.933,12	2.137,28
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	204,16	1.933,12	2.137,28
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	914,85	3.334,26	4.249,11
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	914,85	3.334,26	4.249,11
0088 - DESENVOLVIMENTO ANIMAL	75,60	517,83	593,43
DESPESAS DE CAPITAL	8,60	85,74	94,34
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8,60	85,74	94,34
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	67,00	432,09	499,09
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	67,00	432,09	499,09

continua

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0089 - DESENVOLVIMENTO DA PESCA	317,70	4.067,69	4.385,39
DESPESAS DE CAPITAL	215,90	1.104,95	1.320,85
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	215,90	1.104,95	1.320,85
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	101,80	2.962,74	3.064,54
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	39,00	329,78	368,78
DE DURAÇÃO CONTINUADA	62,80	2.632,96	2.695,76
0097 - INSPEÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS	1.011,80	3.068,70	4.080,50
DESPESAS DE CAPITAL	64,00	219,54	283,54
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	64,00	219,54	283,54
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	947,80	2.849,16	3.796,96
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	947,80	2.849,16	3.796,96
0105 - CONSERVAÇÃO DO SOLO	9,30	1.812,34	1.821,64
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	9,30	1.812,34	1.821,64
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	9,30	1.812,34	1.821,64
0110 - COOPERATIVISMO	1.023,00	5.024,78	6.047,78
DESPESAS DE CAPITAL	28,00	102,91	130,91
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	28,00	102,91	130,91
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	995,00	4.921,87	5.916,87
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	995,00	4.921,87	5.916,87

continua

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0111 - EXTENSÃO RURAL	0,00	11.461,04	11.461,04
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.598,62	3.598,62
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	3.598,62	3.598,62
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	7.862,42	7.862,42
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	171,74	171,74
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	7.690,68	7.690,68
0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	209,50	3.130,81	3.340,31
DESPESAS DE CAPITAL	60,00	548,84	608,84
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	60,00	548,84	608,84
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	149,50	2.581,97	2.731,47
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	149,50	2.581,97	2.731,47
0297 - REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA	1.486,70	22.659,70	24.146,40
DESPESAS DE CAPITAL	1.486,70	17.403,18	18.889,88
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.486,70	17.403,18	18.889,88
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	5.256,52	5.256,52
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	5.256,52	5.256,52
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0457 - DEFESA CONTRA AS SECAS	1.993,20	7.972,80	9.966,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.884,70	7.538,80	9.423,50
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.884,70	7.538,80	9.423,50
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	108,50	434,00	542,50
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	108,50	434,00	542,50
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
DEMAIS SUBPROGRAMAS	24.930,44	84.970,08	109.900,52
DESPESAS DE CAPITAL	6.177,86	24.527,27	30.705,13
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	775,26	2.973,27	3.748,53
AMORTIZAÇÕES	5.402,60	21.554,00	26.956,60
DESPESAS CORRENTES	18.752,58	60.442,81	79.195,39
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	18.752,58	60.442,81	79.195,39
TOTAL GERAL	134.648,33	706.744,02	841.392,35
DESPESAS DE CAPITAL	73.395,23	446.064,74	519.459,97
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	67.992,63	424.510,74	492.503,37
AMORTIZAÇÕES	5.402,60	21.554,00	26.956,60
DESPESAS CORRENTES	61.253,10	260.679,28	321.932,38
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.373,00	18.295,11	19.668,11
DE DURAÇÃO CONTINUADA	59.880,10	242.384,17	302.264,27

Nota: (*) Os recursos para o resgate de Títulos da Dívida Agrária estão previstos em "Encargos Financeiros da União".

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	300,00	768,00	1.068,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	300,00	768,00	1.068,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	300,00	768,00	1.068,00
0178 - DEFESA CONTRA SINISTROS	3.508,70	17.454,00	20.962,70
DESPESAS DE CAPITAL	2.320,01	13.100,00	15.420,01
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.320,01	13.100,00	15.420,01
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.188,69	4.354,00	5.542,69
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	75,00	348,00	423,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.113,69	4.006,00	5.119,69
0181 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.501,00	17.334,00	23.835,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.501,00	17.334,00	23.835,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6.501,00	17.334,00	23.835,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	3.546,70	14.187,00	17.733,70
DESPESAS DE CAPITAL	3.546,70	14.187,00	17.733,70
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3.546,70	14.187,00	17.733,70
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0316 - HABITAÇÕES URBANAS	1.310,00	26.577,00	27.887,00
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.286,00	26.436,00	27.722,00
AMORTIZAÇÕES	1.286,00	26.436,00	27.722,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	24,00	141,00	165,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	24,00	141,00	165,00
0323 - PLANEJAMENTO URBANO	7,43	5.136,00	5.143,43
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	7,43	5.136,00	5.143,43
AMORTIZAÇÕES	7,43	5.136,00	5.143,43
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
0325 - LIMPEZA PÚBLICA	7,43	8.988,00	8.995,43
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	7,43	8.988,00	8.995,43
AMORTIZAÇÕES	7,43	8.988,00	8.995,43
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
0427 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	23.480,00	105.839,00	129.319,00
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	23.480,00	105.839,00	129.319,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	23.480,00	105.839,00	129.319,00

continua

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0447 - ABASTECIMENTO D'ÁGUA	2.647,42	24.347,00	26.994,42
DESPESAS DE CAPITAL	2.647,42	24.347,00	26.994,42
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.647,42	24.347,00	26.994,42
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0448 - SANEAMENTO GERAL	14.712,55	26.001,00	40.713,55
DESPESAS DE CAPITAL	14.712,55	25.953,00	40.665,55
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	14.712,55	25.953,00	40.665,55
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	48,00	48,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	48,00	48,00
0449 - SISTEMAS DE ESGOTOS	1.722,72	49.238,00	50.960,72
DESPESAS DE CAPITAL	1.722,72	48.693,00	50.415,72
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.722,72	48.693,00	50.415,72
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	545,00	545,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	545,00	545,00
0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR	36.191,15	164.597,00	200.788,15
DESPESAS DE CAPITAL	2.317,85	11.935,00	14.252,85
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.317,85	11.935,00	14.252,85
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	33.873,30	152.662,00	186.535,30
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	33.873,30	152.662,00	186.535,30

continua

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0485 - ASSISTÊNCIA A VELHICE	2.749,50	12.434,00	15.183,50
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	60,00	310,00	370,00
AMORTIZAÇÕES	60,00	310,00	370,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	2.689,50	12.124,00	14.813,50
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	2.689,50	12.124,00	14.813,50
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	10.156,33	46.802,00	56.958,33
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.600,00	8.236,00	9.836,00
AMORTIZAÇÕES	1.600,00	8.236,00	9.836,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	8.556,33	38.566,00	47.122,33
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	8.556,33	38.566,00	47.122,33
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	9.228,60	42.543,00	51.771,60
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.495,63	7.704,00	9.199,63
AMORTIZAÇÕES	1.495,63	7.704,00	9.199,63
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	7.732,97	34.839,00	42.571,97
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	7.732,97	34.839,00	42.571,97
DEMAIS SUBPROGRAMAS	17.949,49	73.131,00	91.080,49
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.729,17	5.668,00	7.397,17
AMORTIZAÇÕES	563,07	642,00	1.205,07
	1.166,10	5.026,00	6.192,10
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	16.220,32	67.463,00	83.683,32
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	16.220,32	67.463,00	83.683,32

continua

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TOTAL GERAL	134.019,02	635.376,00	769.395,02
DESPESAS DE CAPITAL	39.953,91	218.027,00	257.980,91
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	38.787,81	213.001,00	251.788,81
AMORTIZAÇÕES	1.166,10	5.026,00	6.192,10
DESPESAS CORRENTES	94.065,11	417.349,00	511.414,11
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	75,00	348,00	423,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	93.990,11	417.001,00	510.991,11

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0030 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	27.443,71	116.978,59	144.422,30
DESPESAS DE CAPITAL	5.832,10	28.342,78	34.174,88
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	5.832,10	28.342,78	34.174,88
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	21.611,61	88.635,81	110.247,42
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	21.611,61	88.635,81	110.247,42
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	52.388,87	253.998,92	306.387,79
DESPESAS DE CAPITAL	51.626,79	250.895,62	302.522,41
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	51.626,79	250.895,62	302.522,41
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	762,08	3.103,30	3.865,38
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	762,08	3.103,30	3.865,38
0032 - CONTROLE INTERNO	112,68	460,42	573,10
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	112,68	460,42	573,10
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	112,68	460,42	573,10
0033 - DÍVIDA INTERNA	45,00	180,00	225,00
DESPESAS DE CAPITAL	45,00	180,00	225,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	45,00	180,00	225,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0034 - DÍVIDA EXTERNA	502,82	2.011,28	2.514,10
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	502,82	2.011,28	2.514,10
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	502,82	2.011,28	2.514,10
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0040 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	463,37	1.908,69	2.372,06
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	45,55	221,34	266,89
AMORTIZAÇÕES	45,55	221,34	266,89
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	417,82	1.687,35	2.105,17
DE DURAÇÃO CONTINUADA	227,43	911,14	1.138,57
	190,39	776,21	966,60
0042 - ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	58.967,72	248.347,16	307.314,88
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8.914,14	43.320,90	52.235,04
AMORTIZAÇÕES	8.914,14	43.320,90	52.235,04
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	50.053,58	205.026,26	255.079,84
DE DURAÇÃO CONTINUADA	16,50	66,10	82,60
	50.037,08	204.960,16	254.997,24
0043 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	978,90	4.460,88	5.439,78
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	605,24	2.941,33	3.546,57
AMORTIZAÇÕES	605,24	2.941,33	3.546,57
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	373,66	1.519,55	1.893,21
DE DURAÇÃO CONTINUADA	31,06	124,43	155,49
	342,60	1.395,12	1.737,72

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0044 - INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS	6.387,39	26.270,85	32.658,24
DESPESAS DE CAPITAL	4,18	20,33	24,51
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4,18	20,33	24,51
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	6.383,21	26.250,52	32.633,73
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6.383,21	26.250,52	32.633,73
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	14.879,08	59.809,40	74.688,48
DESPESAS DE CAPITAL	179,48	872,24	1.051,72
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	179,48	872,24	1.051,72
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	14.699,60	58.937,16	73.636,76
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	14.175,84	56.787,78	70.963,62
DE DURAÇÃO CONTINUADA	523,76	2.149,38	2.673,14
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	4.600,00	22.355,06	26.955,06
DESPESAS DE CAPITAL	4.600,00	22.355,06	26.955,06
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4.600,00	22.355,06	26.955,06
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0094 - ESTOQUES REGULADORES	1.688,39	6.875,75	8.564,14
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.688,39	6.875,75	8.564,14
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.688,39	6.875,75	8.564,14

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0095 - ARMAZENAMENTO E SILAGEM	623,20	3.010,98	3.634,18
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	602,53	2.928,17	3.530,70
AMORTIZAÇÕES	602,53	2.928,17	3.530,70
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	20,67	82,81	103,48
DE DURAÇÃO CONTINUADA	20,67	82,81	103,48
	0,00	0,00	0,00
0112 - PROMOÇÃO AGRÁRIA	14.000,18	68.030,11	82.030,29
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	13.990,18	67.989,39	81.979,57
AMORTIZAÇÕES	13.990,18	67.989,39	81.979,57
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	10,00	40,72	50,72
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	10,00	40,72	50,72
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	65.807,31	319.810,00	385.617,31
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	65.807,31	319.810,00	385.617,31
AMORTIZAÇÕES	65.807,31	319.810,00	385.617,31
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	1.676,50	6.716,46	8.392,96
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.676,50	6.716,46	8.392,96
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.676,50	6.716,46	8.392,96
	0,00	0,00	0,00

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0361 - SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	221,44	901,75	1.123,19
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	221,44	901,75	1.123,19
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	221,44	901,75	1.123,19
DEMAIS SUBPROGRAMAS	199.413,82	881.174,33	1.080.588,15
DESPESAS DE CAPITAL	85.373,71	414.898,68	500.272,39
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	85.373,71	414.898,68	500.272,39
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	114.040,11	466.275,65	580.315,76
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	435,64	1.745,25	2.180,89
DE DURAÇÃO CONTINUADA	113.604,47	464.530,40	578.134,87
TOTAL GERAL	450.200,38	2.023.300,63	2.473.501,01
DESPESAS DE CAPITAL	238.129,03	1.156.787,12	1.394.916,15
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	237.581,21	1.154.595,84	1.392.177,05
AMORTIZAÇÕES	547,82	2.191,28	2.739,10
DESPESAS CORRENTES	212.071,35	866.513,51	1.078.584,86
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	16.583,64	66.433,97	83.017,61
DE DURAÇÃO CONTINUADA	195.487,71	800.079,54	995.567,25

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	174,24	739,00	913,24
DESPESAS DE CAPITAL	0,60	5,00	5,60
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,60	5,00	5,60
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	173,64	734,00	907,64
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	173,64	734,00	907,64
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	81,78	354,00	435,78
DESPESAS DE CAPITAL	4,97	27,00	31,97
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4,97	27,00	31,97
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	76,81	327,00	403,81
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	76,81	327,00	403,81
0137 - RADIODIFUSÃO	3.014,73	12.815,00	15.829,73
DESPESAS DE CAPITAL	15,00	82,00	97,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	15,00	82,00	97,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.999,73	12.733,00	15.732,73
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.999,73	12.733,00	15.732,73
0185 - CRECHE	668,80	3.383,00	4.051,80
DESPESAS DE CAPITAL	441,00	2.415,00	2.856,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	441,00	2.415,00	2.856,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	227,80	968,00	1.195,80
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	227,80	968,00	1.195,80

continua

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0188 - ENSINO REGULAR	28.112,62	162.971,00	191.083,62
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	16.927,16	92.691,00	109.618,16
AMORTIZAÇÕES	16.927,16	92.691,00	109.618,16
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	11.185,46	70.280,00	81.465,46
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	11.185,46	70.280,00	81.465,46
0190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	2.364,20	11.285,00	13.649,20
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.016,50	5.564,00	6.580,50
AMORTIZAÇÕES	1.016,50	5.564,00	6.580,50
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.347,70	5.721,00	7.068,70
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	1.347,70	5.721,00	7.068,70
0196 - FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO	4.576,38	19.673,00	24.249,38
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	203,48	1.112,00	1.315,48
AMORTIZAÇÕES	203,48	1.112,00	1.315,48
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	4.372,90	18.561,00	22.933,90
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	4.372,90	18.561,00	22.933,90
0197 - FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO	12.608,77	54.387,00	66.995,77
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	706,95	3.871,00	4.577,95
AMORTIZAÇÕES	706,95	3.871,00	4.577,95
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	11.901,82	50.516,00	62.417,82
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	11.901,82	50.516,00	62.417,82

continua

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0199 - ENSINO POLIVALENTE	8.519,04	46.428,00	54.947,04
DESPESAS DE CAPITAL	8.339,00	45.664,00	54.003,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8.339,00	45.664,00	54.003,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	180,04	764,00	944,04
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	180,04	764,00	944,04
0205 - ENSINO DE GRADUAÇÃO	127.419,02	552.961,00	680.380,02
DESPESAS DE CAPITAL	9.863,58	54.015,00	63.878,58
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	9.863,58	54.015,00	63.878,58
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	117.555,44	498.946,00	616.501,44
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	117.555,44	498.946,00	616.501,44
0206 - ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	14.834,60	80.524,00	95.358,60
DESPESAS DE CAPITAL	368,65	2.021,00	2.389,65
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	368,65	2.021,00	2.389,65
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	14.465,95	78.503,00	92.968,95
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	14.465,95	78.503,00	92.968,95
0213 - CURSOS DE SUPLENÇA	9.886,60	44.304,00	54.190,60
DESPESAS DE CAPITAL	1.900,00	10.404,00	12.304,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.900,00	10.404,00	12.304,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	7.986,60	33.900,00	41.886,60
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	7.986,60	33.900,00	41.886,60

continua

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.050,44	4.444,00	5.494,44
DESPESAS DE CAPITAL	3,06	0,00	3,06
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3,06	0,00	3,06
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.047,38	4.444,00	5.491,38
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.047,38	4.444,00	5.491,38
0236 - LIVRO DIDÁTICO	3.583,72	15.212,00	18.795,72
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.583,72	15.212,00	18.795,72
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.583,72	15.212,00	18.795,72
0237 - MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO	2.294,50	10.062,00	12.356,50
DESPESAS DE CAPITAL	264,30	1.446,00	1.710,30
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	264,30	1.446,00	1.710,30
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.030,20	8.616,00	10.646,20
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.030,20	8.616,00	10.646,20
0252 - EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA	7.274,82	32.684,00	39.958,82
DESPESAS DE CAPITAL	1.466,13	8.028,00	9.494,13
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.466,13	8.028,00	9.494,13
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	5.808,69	24.656,00	30.464,69
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	5.808,69	24.656,00	30.464,69

continua

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0427 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	32.710,96	155.941,00	188.651,96
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	32.710,96	155.941,00	188.651,96
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	32.710,96	155.941,00	188.651,96
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	29.679,74	127.536,00	157.215,74
DESPESAS DE CAPITAL	1.269,91	6.954,00	8.223,91
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.269,91	6.954,00	8.223,91
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	28.409,83	120.582,00	148.991,83
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	28.409,83	120.582,00	148.991,83
DEMAIS SUBPROGRAMAS	47.253,62	215.770,00	263.023,62
DESPESAS DE CAPITAL	8.103,42	49.603,00	57.706,42
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6.170,82	40.851,00	47.021,82
AMORTIZAÇÕES	1.932,60	8.752,00	10.684,60
DESPESAS CORRENTES	39.150,20	166.167,00	205.317,20
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	4.199,00	17.822,00	22.021,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	34.951,20	148.345,00	183.296,20
TOTAL GERAL	336.108,58	1.551.473,00	1.887.581,58
DESPESAS DE CAPITAL	50.893,71	283.902,00	334.795,71
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	48.961,11	275.150,00	324.111,11
AMORTIZAÇÕES	1.932,60	8.752,00	10.684,60
DESPESAS CORRENTES	285.214,87	1.267.571,00	1.552.785,87
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	4.199,00	17.822,00	22.021,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	281.015,87	1.249.749,00	1.530.764,87

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0055 - PESQUISA APLICADA	71,62	333,92	405,54
DESPESAS DE CAPITAL	19,49	98,18	117,67
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	19,49	98,18	117,67
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	52,13	235,74	287,87
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	30,93	139,81	170,74
DE DURAÇÃO CONTINUADA	21,20	95,93	117,13
0166 - OPERAÇÕES TERRESTRES	33.084,55	155.965,75	189.050,30
DESPESAS DE CAPITAL	12.320,54	62.026,55	74.347,09
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	12.320,54	62.026,55	74.347,09
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	20.764,01	93.939,20	114.703,21
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	297,30	1.345,14	1.642,44
DE DURAÇÃO CONTINUADA	20.466,71	92.594,06	113.060,77
0206 - ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	99,99	457,86	557,85
DESPESAS DE CAPITAL	10,56	53,37	63,93
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	10,56	53,37	63,93
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	89,43	404,49	493,92
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	89,43	404,49	493,92
0215 - CURSO DE QUALIFICAÇÃO	71,88	333,68	405,56
DESPESAS DE CAPITAL	17,34	87,09	104,43
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	17,34	87,09	104,43
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	54,54	246,59	301,13
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	54,54	246,59	301,13

continua

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
DEMAIS SUBPROGRAMAS	93.695,20	394.169,80	487.865,00
DESPESAS DE CAPITAL	17.344,48	81.695,71	99.040,19
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	11.906,93	59.945,31	71.852,24
AMORTIZAÇÕES	5.437,55	21.750,40	27.187,95
DESPESAS CORRENTES	76.350,72	312.474,09	388.824,81
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	109,50	495,44	604,94
DE DURAÇÃO CONTINUADA	76.241,22	311.978,65	388.219,87
TOTAL GERAL	127.023,24	551.261,01	678.284,25
DESPESAS DE CAPITAL	29.712,41	143.960,90	173.673,31
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	24.274,86	122.210,50	146.485,36
AMORTIZAÇÕES	5.437,55	21.750,40	27.187,95
DESPESAS CORRENTES	97.310,83	407.300,11	504.610,94
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	437,73	1.980,39	2.418,12
DE DURAÇÃO CONTINUADA	96.873,10	405.319,72	502.192,82

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.679,73	7.759,73	9.439,46
DESPESAS DE CAPITAL	116,80	736,22	853,02
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	116,80	736,22	853,02
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.562,93	7.023,51	8.586,44
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.562,93	7.023,51	8.586,44
0035 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	3.701,91	33.394,62	37.096,53
DESPESAS DE CAPITAL	3.701,91	33.394,62	37.096,53
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3.701,91	33.394,62	37.096,53
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0044 - INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS	53,20	241,68	294,88
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	53,20	241,68	294,88
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	53,20	241,68	294,88
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÓMICO-SOCIAIS	608,90	2.806,25	3.415,15
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	608,90	2.806,25	3.415,15
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	174,70	785,09	959,79
DE DURAÇÃO CONTINUADA	434,20	2.021,16	2.455,36

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0055 - PESQUISA APLICADA	1.891,71	11.772,25	13.663,96
DESPESAS DE CAPITAL	1.791,71	11.322,86	13.114,57
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.791,71	11.322,86	13.114,57
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	100,00	449,39	549,39
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	100,00	449,39	549,39
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	826,21	3.725,31	4.551,52
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	826,21	3.725,31	4.551,52
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	826,21	3.725,31	4.551,52
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	200,00	898,77	1.098,77
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	200,00	898,77	1.098,77
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	200,00	898,77	1.098,77
0292 - LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS	709,41	3.205,92	3.915,33
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	709,41	3.205,92	3.915,33
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	709,41	3.205,92	3.915,33

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	23.170,22	82.719,41	105.889,63
DESPESAS DE CAPITAL	18.180,75	60.297,60	78.478,35
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	18.180,75	60.297,60	78.478,35
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	4.989,47	22.421,81	27.411,28
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.683,42	7.565,01	9.248,43
DE DURAÇÃO CONTINUADA	3.306,05	14.856,80	18.162,85
0411 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	73,10	328,50	401,60
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	73,10	328,50	401,60
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	73,10	328,50	401,60
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	448,61	2.015,97	2.464,58
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	448,61	2.015,97	2.464,58
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	448,61	2.015,97	2.464,58
0535 - CONTROLE E SEGURANÇA DO TRÁFEGO RODOVIÁRIO	1.342,81	23.348,48	24.691,29
DESPESAS DE CAPITAL	685,80	20.396,00	21.081,80
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	685,80	20.396,00	21.081,80
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	657,01	2.952,48	3.609,49
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	14,80	66,51	81,31
DE DURAÇÃO CONTINUADA	642,21	2.885,97	3.528,18

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0536 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1,20	5,40	6,60
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1,20	5,40	6,60
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1,20	5,40	6,60
0537 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAIS	2.917,02	52.865,91	55.782,93
DESPESAS DE CAPITAL	2.393,71	50.514,26	52.907,97
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.393,71	50.514,26	52.907,97
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	523,31	2.351,65	2.874,96
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	523,31	2.351,65	2.874,96
0538 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	10.992,53	43.969,12	54.961,65
DESPESAS DE CAPITAL	10.992,53	43.969,12	54.961,65
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	10.992,53	43.969,12	54.961,65
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0539 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	19.718,36	143.260,00	162.978,36
DESPESAS DE CAPITAL	19.718,36	143.260,00	162.978,36
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	19.718,36	143.260,00	162.978,36
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0542 - FERROVIAS	606,90	3.835,37	4.442,27
DESPESAS DE CAPITAL	606,90	3.835,37	4.442,27
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	606,90	3.835,37	4.442,27
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0545 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	2.440,13	10.969,01	13.409,14
DESPESAS DE CAPITAL	0,80	5,06	5,86
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,80	5,06	5,86
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.439,33	10.963,95	13.403,28
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.439,33	10.963,95	13.403,28
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	6.200,00	39.181,65	45.381,65
DESPESAS DE CAPITAL	6.200,00	39.181,65	45.381,65
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6.200,00	39.181,65	45.381,65
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0566 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE	656,60	3.041,32	3.697,92
DESPESAS DE CAPITAL	17,10	108,08	125,18
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	17,10	108,08	125,18
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	639,50	2.933,24	3.572,74
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	639,50	2.933,24	3.572,74

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO	25.237,70	125.443,71	150.681,41
DESPESAS DE CAPITAL	5.051,21	31.921,67	36.972,88
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	5.051,21	31.921,67	36.972,88
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	20.186,49	93.522,04	113.708,53
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	20.186,49	93.522,04	113.708,53
DEMAIS SUBPROGRAMAS	66.554,85	292.393,89	358.948,74
DESPESAS DE CAPITAL	28.245,72	114.323,85	142.569,57
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	577,62	3.651,45	4.229,07
AMORTIZAÇÕES	27.668,10	110.672,40	138.340,50
DESPESAS CORRENTES	38.309,13	178.070,04	216.379,17
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	38.309,13	178.070,04	216.379,17
TOTAL GERAL	170.031,10	887.182,27	1.057.213,37
DESPESAS DE CAPITAL	97.703,30	553.266,36	650.969,66
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	70.035,20	442.593,96	512.629,16
AMORTIZAÇÕES	27.668,10	110.672,40	138.340,50
DESPESAS CORRENTES	72.327,80	333.915,91	406.243,71
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.872,92	8.416,61	10.289,53
DE DURAÇÃO CONTINUADA	70.454,88	325.499,30	395.954,18

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0015 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	2.163,00	13.627,38	15.790,38
DESPESAS DE CAPITAL	2.140,00	13.524,02	15.664,02
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.140,00	13.524,02	15.664,02
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	23,00	103,36	126,36
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	23,00	103,36	126,36
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	1,30	5,84	7,14
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1,30	5,84	7,14
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1,30	5,84	7,14
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	25,50	129,19	154,69
DESPESAS DE CAPITAL	8,00	50,56	58,56
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8,00	50,56	58,56
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	17,50	78,63	96,13
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	17,50	78,63	96,13
0137 - RADIODIFUSÃO	271,20	1.359,76	1.630,96
DESPESAS DE CAPITAL	80,00	505,57	585,57
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	80,00	505,57	585,57
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	191,20	854,19	1.045,39
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	191,20	854,19	1.045,39

continua

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0179 - SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA	16,00	71,90	87,90
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	16,00	71,90	87,90
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	16,00	71,90	87,90
0375 - METROLOGIA	2.210,20	9.614,00	11.824,20
DESPESAS DE CAPITAL	8,40	48,45	56,85
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6,40	40,45	46,85
AMORTIZAÇÕES	2,00	8,00	10,00
DESPESAS CORRENTES	2.201,80	9.565,55	11.767,35
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.201,80	9.565,55	11.767,35
0376 - REGISTRO DE EMPRESAS	393,10	2.030,66	2.423,76
DESPESAS DE CAPITAL	163,00	1.030,10	1.193,10
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	163,00	1.030,10	1.193,10
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	230,10	1.000,56	1.230,66
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	230,10	1.000,56	1.230,66
0484 - ASSISTÊNCIA AO SILVÍCOLA	767,50	3.693,87	4.461,37
DESPESAS DE CAPITAL	134,10	847,47	981,57
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	134,10	847,47	981,57
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	633,40	2.846,40	3.479,80
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	603,30	2.711,14	3.314,44
DE DURAÇÃO CONTINUADA	30,10	135,26	165,36

continua

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
DEMAIS SUBPROGRAMAS	29.217,36	128.884,08	158.101,44
DESPESAS DE CAPITAL	3.748,75	23.493,96	27.242,71
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3.664,03	23.155,16	26.819,19
AMORTIZAÇÕES	84,72	338,80	423,52
DESPESAS CORRENTES	25.468,61	105.390,12	130.858,73
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	45,00	202,22	247,22
DE DURAÇÃO CONTINUADA	25.423,61	105.187,90	130.611,51
TOTAL GERAL	35.065,16	159.416,68	194.481,84
DESPESAS DE CAPITAL	6.282,25	39.500,13	45.782,38
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6.195,53	39.153,33	45.348,86
AMORTIZAÇÕES	86,72	346,80	433,52
DESPESAS CORRENTES	28.782,91	119.916,55	148.699,46
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	671,30	3.016,72	3.688,02
DE DURAÇÃO CONTINUADA	28.111,61	116.899,83	145.011,44

MINISTÉRIO DA MARINHA

MINISTÉRIO DA MARINHA

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0163 - OPERAÇÕES NAVAIS	86.654,91	379.399,16	466.054,07
DESPESAS DE CAPITAL	13.576,49	68.350,08	81.926,57
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	13.576,49	68.350,08	81.926,57
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	73.078,42	311.049,08	384.127,50
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.034,03	4.678,49	5.712,52
DE DURAÇÃO CONTINUADA	72.044,39	306.370,59	378.414,98
DEMAIS SUBPROGRAMAS	25.784,46	89.665,55	115.450,01
DESPESAS DE CAPITAL	11.954,51	32.634,83	44.589,34
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	680,08	3.423,83	4.103,91
AMORTIZAÇÕES	11.274,43	29.211,00	40.485,43
DESPESAS CORRENTES	13.829,95	57.030,72	70.860,67
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	760,48	3.440,80	4.201,28
DE DURAÇÃO CONTINUADA	13.069,47	53.589,92	66.659,39
TOTAL GERAL	112.439,37	469.064,71	581.504,08
DESPESAS DE CAPITAL	25.531,00	100.984,91	126.515,91
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	14.256,57	71.773,91	86.030,48
AMORTIZAÇÕES	11.274,43	29.211,00	40.485,43
DESPESAS CORRENTES	86.908,37	368.079,80	454.988,17
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.794,51	8.119,29	9.913,80
DE DURAÇÃO CONTINUADA	85.113,86	359.960,51	445.074,37

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	4.818,54	19.511,73	24.330,27
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	87,29	497,50	584,79
AMORTIZAÇÕES	87,29	497,50	584,79
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	4.731,25	19.014,23	23.745,48
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
	4.731,25	19.014,23	23.745,48
DEMAIS SUBPROGRAMAS	20,71	99,36	120,07
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	6,61	37,69	44,30
AMORTIZAÇÕES	6,61	37,69	44,30
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	14,10	61,67	75,77
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6,50	28,43	34,93
	7,60	33,24	40,84
TOTAL GERAL	4.839,25	19.611,09	24.450,34
DESPESAS DE CAPITAL			
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	93,90	535,19	629,09
AMORTIZAÇÕES	93,90	535,19	629,09
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	4.745,35	19.075,90	23.821,25
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6,50	28,43	34,93
	4.738,85	19.047,47	23.786,32

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	11,37	51,45	62,82
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	11,37	51,45	62,82
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	11,37	51,45	62,82
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	11,22	50,90	62,12
DESPESAS DE CAPITAL	0,28	1,40	1,68
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,28	1,40	1,68
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10,94	49,50	60,44
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10,94	49,50	60,44
0247 - DIFUSÃO CULTURAL	162,62	735,87	898,49
DESPESAS DE CAPITAL	0,20	1,00	1,20
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,20	1,00	1,20
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	162,42	734,87	897,29
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	3,74	16,91	20,65
DE DURAÇÃO CONTINUADA	158,68	717,96	876,64
0355 - PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO	243,14	1.100,10	1.343,24
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	243,14	1.100,10	1.343,24
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	243,14	1.100,10	1.343,24

continua

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0410 - RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	10.341,85	44.111,08	54.452,93
DESPESAS DE CAPITAL	276,37	1.391,30	1.667,67
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	276,37	1.391,30	1.667,67
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10.065,48	42.719,78	52.785,26
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10.065,48	42.719,78	52.785,26
0411 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	2.829,12	12.799,09	15.628,21
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.829,12	12.799,09	15.628,21
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.829,12	12.799,09	15.628,21
DEMAIS SUBPROGRAMAS	1.890,80	8.195,41	10.086,21
DESPESAS DE CAPITAL	843,78	3.486,59	4.330,37
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	107,78	542,59	650,37
AMORTIZAÇÕES	736,00	2.944,00	3.680,00
DESPESAS CORRENTES	1.047,02	4.708,82	5.755,84
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.047,02	4.708,82	5.755,84
TOTAL GERAL	15.490,12	67.043,90	82.534,02
DESPESAS DE CAPITAL	1.120,63	4.880,29	6.000,92
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	384,63	1.936,29	2.320,92
AMORTIZAÇÕES	736,00	2.944,00	3.680,00
DESPESAS CORRENTES	14.369,49	62.163,61	76.533,10
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	3,74	16,91	20,65
DE DURAÇÃO CONTINUADA	14.365,75	62.146,70	76.512,45

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0054 - PESQUISA FUNDAMENTAL	2.898,48	11.366,00	14.264,48
DESPESAS DE CAPITAL	388,37	1.732,00	2.120,37
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	388,37	1.732,00	2.120,37
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.510,11	9.634,00	12.144,11
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	562,00	2.142,00	2.704,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.948,11	7.492,00	9.440,11
0055 - PESQUISA APLICADA	4.872,95	16.136,00	21.008,95
DESPESAS DE CAPITAL	3.406,55	10.288,00	13.694,55
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3.406,55	10.288,00	13.694,55
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.466,40	5.848,00	7.314,40
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.048,00	2.570,00	3.618,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	418,40	3.278,00	3.696,40
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	345,60	939,00	1.284,60
DESPESAS DE CAPITAL	32,13	143,00	175,13
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	32,13	143,00	175,13
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	313,47	796,00	1.109,47
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	313,47	796,00	1.109,47
0427 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	11.713,90	40.854,00	52.567,90
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	11.713,90	40.854,00	52.567,90
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	11.713,90	40.854,00	52.567,90

continua

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	457.550,33	2.126.129,00	2.583.679,33
DESPESAS DE CAPITAL	21.968,10	122.879,00	144.847,10
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	21.968,10	122.879,00	144.847,10
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	435.582,23	2.003.250,00	2.438.832,23
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.742,00	6.712,00	8.454,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	433.840,23	1.996.538,00	2.430.378,23
0429 - CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	29.899,01	127.715,00	157.614,01
DESPESAS DE CAPITAL	4.931,24	56.394,00	61.325,24
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4.931,24	56.394,00	61.325,24
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	24.967,77	71.321,00	96.288,77
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	11.311,00	5.533,00	16.844,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	13.656,77	65.788,00	79.444,77
0430 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.743,71	8.625,00	11.368,71
DESPESAS DE CAPITAL	1.098,36	618,00	1.716,36
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.098,36	618,00	1.716,36
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.645,35	8.007,00	9.652,35
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.645,35	8.007,00	9.652,35
0431 - PRODUTOS PROFILÁTICOS E TERAPÊUTICOS	53.639,17	205.528,00	259.167,17
DESPESAS DE CAPITAL	3.026,71	3.247,00	6.273,71
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3.026,71	3.247,00	6.273,71
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	50.612,46	202.281,00	252.893,46
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	860,00	2.857,00	3.717,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	49.752,46	199.424,00	249.176,46

continua

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0447 - ABASTECIMENTO D'ÁGUA	1.614,42	9.034,00	10.648,42
DESPESAS DE CAPITAL	1.409,33	6.785,00	8.194,33
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.409,33	6.785,00	8.194,33
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	205,09	2.249,00	2.454,09
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	205,09	2.249,00	2.454,09
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0448 - SANEAMENTO GERAL	947,30	7.587,00	8.534,30
DESPESAS DE CAPITAL	917,30	5.505,00	6.422,30
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	917,30	5.505,00	6.422,30
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	30,00	2.082,00	2.112,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	30,00	2.082,00	2.112,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0449 - SISTEMAS DE ESGOTOS	136,60	4.568,00	4.704,60
DESPESAS DE CAPITAL	136,60	3.346,00	3.482,60
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	136,60	3.346,00	3.482,60
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.222,00	1.222,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	1.222,00	1.222,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
DEMAIS SUBPROGRAMAS	86.782,19	360.479,00	447.261,19
DESPESAS DE CAPITAL	4.257,68	22.189,00	26.446,68
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	2.693,68	13.897,00	16.590,68
AMORTIZAÇÕES	1.564,00	8.292,00	9.856,00
DESPESAS CORRENTES	82.524,51	338.290,00	420.814,51
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	82.524,51	338.290,00	420.814,51

continua

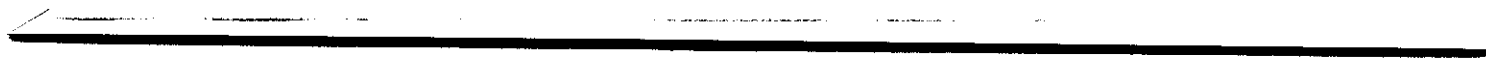
MINISTÉRIO DA SAÚDE

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TOTAL GERAL	653.143,66	2.918.960,00	3.572.103,66
DESPESAS DE CAPITAL	41.572,37	233.126,00	274.698,37
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	40.008,37	224.834,00	264.842,37
AMORTIZAÇÕES	1.564,00	8.292,00	9.856,00
DESPESAS CORRENTES	611.571,29	2.685.834,00	3.297.405,29
DE CORRENTES DAS DE CAPITAL	15.758,09	25.367,00	41.125,09
DE DURAÇÃO CONTINUADA	595.813,20	2.660.467,00	3.256.280,20

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	149.947,98	664.555,00	814.502,98
DESPESAS DE CAPITAL	149.947,98	664.555,00	814.502,98
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	149.947,98	664.555,00	814.502,98
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0427 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,98	4,00	4,98
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,98	4,00	4,98
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,98	4,00	4,98
0470 - SEGURO-DESEMPREGO	221.547,61	1.013.509,00	1.235.056,61
DESPESAS DE CAPITAL	940,00	1.449,00	2.389,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	940,00	1.449,00	2.389,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	220.607,61	1.012.060,00	1.232.667,61
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	220.607,61	1.012.060,00	1.232.667,61
0475 - FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO	276,13	1.248,00	1.524,13
DESPESAS DE CAPITAL	3,08	11,00	14,08
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	3,08	11,00	14,08
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	273,05	1.237,00	1.510,05
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	273,05	1.237,00	1.510,05

continua

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0477 - ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO	220,82	1.520,00	1.740,82
DESPESAS DE CAPITAL	15,73	84,00	99,73
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	15,73	84,00	99,73
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	205,09	1.436,00	1.641,09
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	205,09	1.436,00	1.641,09
0479 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO NO TRABALHO	301,00	1.653,00	1.954,00
DESPESAS DE CAPITAL	97,96	453,00	550,96
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	97,96	453,00	550,96
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	203,04	1.200,00	1.403,04
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	236,00	236,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	203,04	964,00	1.167,04
0480 - PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO	106,01	536,00	642,01
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	106,01	536,00	642,01
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	106,01	536,00	642,01
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	54.450,60	216.950,00	271.400,60
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	54.450,60	216.950,00	271.400,60
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	54.450,60	216.950,00	271.400,60

continua

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0492 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	1.236.546,21	5.566.510,00	6.803.056,21
DESPESAS DE CAPITAL	1,47	3,00	4,47
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1,47	3,00	4,47
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.236.544,74	5.566.507,00	6.803.051,74
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.236.544,74	5.566.507,00	6.803.051,74
DEMAIS SUBPROGRAMAS	129.403,49	579.975,21	709.378,70
DESPESAS DE CAPITAL	5.339,95	25.933,21	31.273,16
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4.782,88	24.262,00	29.044,88
AMORTIZAÇÕES	557,07	1.671,21	2.228,28
DESPESAS CORRENTES	124.063,54	554.042,00	678.105,54
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.639,00	7.852,00	9.491,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	122.424,54	546.190,00	668.614,54
TOTAL GERAL	1.792.800,83	8.046.460,21	9.839.261,04
DESPESAS DE CAPITAL	156.346,17	692.488,21	848.834,38
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	155.789,10	690.817,00	846.606,10
AMORTIZAÇÕES	557,07	1.671,21	2.228,28
DESPESAS CORRENTES	1.636.454,66	7.353.972,00	8.990.426,66
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.639,00	8.088,00	9.727,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.634.815,66	7.345.884,00	8.980.699,66

ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0033 - DÍVIDA INTERNA	2.096.918,39	3.568.558,17	5.665.476,56
DESPESAS DE CAPITAL	2.096.718,39	3.567.757,35	5.664.475,74
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	2.096.718,39	3.567.757,35	5.664.475,74
DESPESAS CORRENTES	200,00	800,82	1.000,82
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	200,00	800,82	1.000,82
0034 - DÍVIDA EXTERNA	71.702,19	286.814,47	358.516,66
DESPESAS DE CAPITAL	70.302,19	281.208,76	351.510,95
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	70.302,19	281.208,76	351.510,95
DESPESAS CORRENTES	1.400,00	5.605,71	7.005,71
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.400,00	5.605,71	7.005,71
0035 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA *	80.980,10	0,00	80.980,10
DESPESAS DE CAPITAL	80.980,10	0,00	80.980,10
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	80.980,10	0,00	80.980,10
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0042 - ORDENAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO	6.266,95	25.093,39	31.360,34
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	6.266,95	25.093,39	31.360,34
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6.266,95	25.093,39	31.360,34

continua

ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TOTAL GERAL	2.255.867,63	3.880.466,03	6.136.333,66
DESPESAS DE CAPITAL	2.248.000,68	3.848.966,11	6.096.966,79
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	80.980,10	0,00	80.980,10
AMORTIZAÇÕES	2.167.020,58	3.848.966,11	6.015.986,69
DESPESAS CORRENTES	7.866,95	31.499,92	39.366,87
DESPESAS CORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	7.866,95	31.499,92	39.366,87

Nota: (*) Aquisição de quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, para fins de resgate de empréstimo compulsório, de acordo com o art. 16 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, referente ao período 1986-88.

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
DEMAIS SUBPROGRAMAS	306.318,95	1.230.896,63	1.537.215,58
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	306.318,95	1.230.896,63	1.537.215,58
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	306.318,95	1.230.896,63	1.537.215,58
TOTAL GERAL	306.318,95	1.230.896,63	1.537.215,58
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	306.318,95	1.230.896,63	1.537.215,58
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	306.318,95	1.230.896,63	1.537.215,58

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	68.011,56	304.041,12	372.052,68
DESPESAS DE CAPITAL	735,50	3.573,36	4.308,86
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	735,50	3.573,36	4.308,86
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	67.276,06	300.467,76	367.743,82
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	67.276,06	300.467,76	367.743,82
DEMAIS SUBPROGRAMAS	868.008,43	3.998.304,19	4.866.312,62
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	868.008,43	3.998.304,19	4.866.312,62
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	868.008,43	3.998.304,19	4.866.312,62
TOTAL GERAL	936.019,99	4.302.345,31	5.238.365,30
DESPESAS DE CAPITAL	735,50	3.573,36	4.308,86
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	735,50	3.573,36	4.308,86
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	935.284,49	4.298.771,95	5.234.056,44
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	935.284,49	4.298.771,95	5.234.056,44

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	343.451,34	1.291.975,73	1.635.427,07
DESPESAS DE CAPITAL	343.451,34	1.291.975,73	1.635.427,07
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	333.057,41	1.250.400,00	1.583.457,41
AMORTIZAÇÕES	10.393,93	41.575,73	51.969,66
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0094 - ESTOQUES REGULADORES	20.000,00	80.000,00	100.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	80.000,00	100.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	20.000,00	80.000,00	100.000,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0098 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	195.874,06	689.566,41	885.440,47
DESPESAS DE CAPITAL	184.158,49	642.704,13	826.862,62
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	183.182,46	638.800,00	821.982,46
AMORTIZAÇÕES	976,03	3.904,13	4.880,16
DESPESAS CORRENTES	11.715,57	46.862,28	58.577,85
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	11.715,57	46.862,28	58.577,85
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	8,46	0,00	8,46
DESPESAS DE CAPITAL	8,46	0,00	8,46
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	8,46	0,00	8,46
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

DESPESAS A CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TOTAL GERA	559.333,86	2.061.542,14	2.620.876,00
DESPESAS DE CAPITAL	547.618,29	2.014.679,86	2.562.298,15
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	536.248,33	1.969.200,00	2.505.448,33
AMORTIZAÇÕES	11.369,96	45.479,86	56.849,82
DESPESAS CORRENTES	11.715,57	46.862,28	58.577,85
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	11.715,57	46.862,28	58.577,85

ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO

ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	310,40	1.482,02	1.792,42
DESPESAS DE CAPITAL	279,96	1.360,14	1.640,10
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	279,96	1.360,14	1.640,10
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	30,44	121,88	152,32
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	30,44	121,88	152,32
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	726,81	3.531,12	4.257,93
DESPESAS DE CAPITAL	726,81	3.531,12	4.257,93
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	726,81	3.531,12	4.257,93
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0111 - EXTENSÃO RURAL	2.911,88	12.250,74	15.162,62
DESPESAS DE CAPITAL	692,15	3.362,77	4.054,92
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	692,15	3.362,77	4.054,92
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.219,73	8.887,97	11.107,70
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	2.219,73	8.887,97	11.107,70
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0534 - ESTRADAS VICINAIS	488,06	2.371,20	2.859,26
DESPESAS DE CAPITAL	488,06	2.371,20	2.859,26
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	488,06	2.371,20	2.859,26
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00

continua

ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	1.732,11	8.379,40	10.111,51
DESPESAS DE CAPITAL	1.690,05	8.210,98	9.901,03
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1.690,05	8.210,98	9.901,03
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	42,06	168,42	210,48
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	42,06	168,42	210,48
0033 - DÍVIDA INTERNA	741,87	2.967,48	3.709,35
DESPESAS DE CAPITAL	741,87	2.967,48	3.709,35
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	741,87	2.967,48	3.709,35
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0034 - DÍVIDA EXTERNA	5.935,04	23.740,16	29.675,20
DESPESAS DE CAPITAL	5.935,04	23.740,16	29.675,20
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	5.935,04	23.740,16	29.675,20
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0042 - ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	2.500,00	10.010,20	12.510,20
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.500,00	10.010,20	12.510,20
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.500,00	10.010,20	12.510,20

continua

ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINADAS POR SUBPROGRAMA

continuação

SUBPROGRAMAS	D E S P E S A S (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0562 - PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES	566,17	2.750,70	3.316,87
DESPESAS DE CAPITAL	566,17	2.750,70	3.316,87
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	566,17	2.750,70	3.316,87
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	1,71	8,32	10,03
DESPESAS DE CAPITAL	1,71	8,32	10,03
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	1,71	8,32	10,03
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
DE DURAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00	0,00
DEMAIS SUBPROGRAMAS	10.990,62	26.924,36	37.914,98
DESPESAS DE CAPITAL	401,83	1.839,24	2.241,07
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	401,83	1.839,24	2.241,07
AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10.588,79	25.085,12	35.673,91
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	38,70	123,57	162,27
DE DURAÇÃO CONTINUADA	10.550,09	24.961,55	35.511,64
TOTAL GERAL	26.904,67	94.415,70	121.320,37
DESPESAS DE CAPITAL	11.523,65	50.142,11	61.665,76
DESPESAS DE CAPITAL (EXCLUSIVE AMORTIZAÇÕES)	4.846,74	23.434,47	28.281,21
AMORTIZAÇÕES	6.676,91	26.707,64	33.384,55
DESPESAS CORRENTES	15.381,02	44.273,59	59.654,61
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	2.258,43	9.011,54	11.269,97
DE DURAÇÃO CONTINUADA	13.122,59	35.262,05	48.384,64

Obs.: Foram eliminadas, no período 1992-95, as despesas referentes à coordenação e manutenção dos serviços administrativos e às contribuições para o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), e fixadas apenas as despesas relacionadas com atividades e encargos, que foram assumidas por outras instituições do Governo Federal.

**2.3. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS RELATIVAS AO
EXERCÍCIO DE 1991**

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1991

DISCRIMINAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO *		
	(em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	TESOURO	OUTRAS	TOTAL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	24.140,97	0,00	24.140,97
SENADO FEDERAL	20.477,17	0,00	20.477,17
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	8.079,76	0,00	8.079,76
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2.394,29	0,00	2.394,29
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	5.603,76	0,00	5.603,76
JUSTIÇA FEDERAL	33.653,83	0,00	33.653,83
JUSTIÇA MILITAR	2.326,32	0,00	2.326,32
JUSTIÇA ELEITORAL	11.151,68	0,00	11.151,68
JUSTIÇA DO TRABALHO	50.165,65	0,00	50.165,65
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	4.531,66	0,00	4.531,66
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.687,21	0,00	1.687,21
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	80,77	0,00	80,77
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	3.145,14	25,59	3.170,73
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	17.686,74	3.560,33	21.247,07
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS	5.079,65	536,40	5.616,05
CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA	76,10	0,00	76,10
SECRETARIA DA CULTURA	6.810,88	101,54	6.912,42
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	40.960,86	110,81	41.071,67
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	31.756,53	5.031,50	36.788,03
SECRETARIA DOS DESPORTOS	597,59	0,00	597,59
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	13.751,38	3.375,97	17.127,35
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	108.787,78	26.058,87	134.846,65
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	123.179,32	11.469,01	134.648,33
MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL	133.736,52	282,50	134.019,02
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	172.796,30	277.404,08	450.200,38
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	284.018,39	52.090,19	336.108,58
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	119.462,82	7.560,42	127.023,24
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA	134.903,12	35.127,98	170.031,10
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	30.291,73	4.773,43	35.065,16
MINISTÉRIO DA MARINHA	86.956,23	25.483,14	112.439,37
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	4.839,25	0,00	4.839,25
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	15.487,04	3,08	15.490,12
MINISTÉRIO DA SAÚDE	534.800,59	118.343,07	653.143,66
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.761.315,83	31.485,00	1.792.800,83
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	2.255.867,63	0,00	2.255.867,63
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	306.318,95	0,00	306.318,95
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	936.019,99	0,00	936.019,99
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	559.333,86	0,00	559.333,86
ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO	26.904,67	0,00	26.904,67
SUBTOTAL	7.879.177,96	602.822,91	8.482.000,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.600,00	0,00	27.600,00
TOTAL GERAL	7.906.777,96	602.822,91	8.509.600,87

Nota: (*) exclusive juros.

**3. DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS
ESTATAIS**

3.1. CONSOLIDAÇÃO DOS QUADROS DE DESPESAS

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	38,09	151,98	190,07
EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR	11,00	65,69	76,69
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA - CODEBAR	70,77	424,49	495,26
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA	584,30	0,00	584,30
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER	2.806,79	0,00	2.806,79
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ - CODEASA	156,92	0,00	156,92
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA	4.522,78	0,00	4.522,78
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RORAIMA S/A - CER	830,00	0,00	830,00
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ S/A - CEA	659,48	0,00	659,48
SISTEMA INB			
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP	94,69	115,00	209,69
INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB	57,02	47,00	104,02
URÂNIO DO BRASIL S/A	1.295,40	6.542,00	7.837,40
NUCLEBRÁS ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO S/A - NUCLEI	1.101,25	4.111,01	5.212,26
NUCLEMON MÍNERO-QUÍMICA LTDA - NUCLEMON	251,70	326,01	577,71
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A - RADIOBRÁS	80,00	505,57	585,57
MINISTÉRIO DA MARINHA			
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON	10,00	40,00	50,00
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO			
SISTEMA IMBEL			
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	2.500,00	7.470,34	9.970,34
PRÓLOGO S/A - PRODUTOS ELETRÔNICOS	40,00	160,00	200,00
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA			
EMPRESA BRAS. DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA-INFRAERO	2.226,64	9.826,00	12.052,64
COMPANHIA ELETROMECÂNICA CELMA	251,39	1.065,05	1.316,44
TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS S/A - TASA	166,36	751,05	917,41
SISTEMA EMBRAER			
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S/A - EMBRAER	5.414,02	22.082,00	27.496,02
EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI	2,17	11,17	13,34
EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION - EAC	680,82	1.088,00	1.768,82
INDÚSTRIA AERONÁUTICA NEIVA S/A	114,61	100,56	215,17

continua

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO			
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	547,54	2.408,00	2.955,54
MINISTÉRIO DA SAÚDE			
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A	417,62	1.589,00	2.006,62
HOSPITAL FEMINA S/A	99,96	447,00	546,96
HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	101,55	449,00	550,55
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO			
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	1.353,87	5.416,22	6.770,09
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB	565,93	2.045,34	2.611,27
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS - COBAL	321,26	966,00	1.287,26
COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP	24,81	62,00	86,81
COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO - CIBRAZEM	1.702,53	574,00	2.276,53
COMPANHIA SIDERÚRGICA DO NORDESTE S/A - COSINOR	125,20	267,00	392,20
INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - IRB	1.394,35	5.950,00	7.344,35
MAFERSA SOCIEDADE ANÔNIMA	595,31	2.082,00	2.677,31
MINERAÇÃO CARAÍBA LTDA	77,44	176,00	253,44
USIMINAS MECÂNICA S/A - USIMEC	133,85	596,00	729,85
DATAMEC S/A - SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS	1.187,43	1.372,00	2.559,43
COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A	738,37	3.284,00	4.022,37
SISTEMA ACESITA			
COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA - ACESITA	2.479,50	7.754,00	10.233,50
ACESITA ENERGÉTICA S/A	1.290,77	4.146,00	5.436,77
FORJAS ACESITA S/A	35,82	227,00	262,82
BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA			
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB	2.068,96	8.851,44	10.920,40
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	27.304,22	123.565,00	150.869,22
SISTEMA MERIDIONAL			
BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A	1.153,00	7.205,00	8.358,00
MERIDIONAL LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL	800,00	5.000,00	5.800,00
SISTEMA BANCO DO BRASIL			
BANCO DO BRASIL S/A	53.131,00	282.983,00	336.114,00
BB - DISTR. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A	0,40	4,00	4,40
BB - LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL	24.000,00	107.324,00	131.324,00
BB - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A	110,20	545,00	655,20

continua

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
SISTEMA BNDES			
BANCO NACIONAL DE DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	628,47	869,00	1.497,47
AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME	24,33	96,00	120,33
BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR	25,96	104,00	129,96
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA			
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	1.803,63	21.681,64	23.485,27
COMPANHIA DE DES. DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF	13.594,49	11.595,08	25.189,57
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL			
EMPRESA DE PROC. DE DADOS DA PREV. SOCIAL - DATAPREV	2.865,20	12.812,73	15.677,93
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA			
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO - FRANAVE	3,21	20,55	23,76
EMPRESA BRAS. DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES - GEIPOP	140,00	628,46	768,46
EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA	3,21	20,55	23,76
CEPEL - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA	888,81	4.726,80	5.615,61
SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A	11,22	66,98	78,20
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM	220,40	881,60	1.102,00
ITAIPU BINACIONAL	23.798,81	8.265,00	32.063,81
NUCLEBRÁS ENGENHARIA S/A - NUCLEN	76,49	300,00	376,49
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRÁS	27,55	7.895,45	7.923,00
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	5.896,34	28.089,38	33.985,72
SETOR FERROVIÁRIO			
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA	19.540,47	121.508,99	141.049,46
REDE FED. DE ARMAZENS GERAIS FERROVIÁRIOS S/A - AGEF	385,70	1.542,80	1.928,50
EMP. DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB	273,93	1.731,00	2.004,93
ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A - VALEC	608,31	3.835,37	4.443,68
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU	4.783,19	50.958,57	55.741,76
SETOR SIDERÚRGICO			
AÇO MINAS GERAIS S/A - AÇOMINAS	12.545,26	13.891,67	26.436,93
AÇOS FINOS PIRATINI S/A	359,74	1.515,34	1.875,08
COMPANHIA SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA - SIDERAMA	240,03	40,80	280,03
COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO - CST	5.578,02	22.716,30	28.294,32
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN	3.739,98	28.151,91	31.891,89
COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA	3.378,72	15.398,64	18.777,36
FABRICA DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A - FEM	43,33	160,00	203,33
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS	11.587,04	35.567,08	47.154,12

continua

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
SETOR PORTUÁRIO			
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	197,00	5.064,34	5.261,34
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	567,20	3.419,61	3.986,81
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	471,76	2.863,95	3.335,71
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	3.749,84	18.990,13	22.739,97
COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR	696,82	869,52	1.566,34
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	249,33	1.539,88	1.789,21
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	2.193,81	12.951,98	15.145,79
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	1.104,41	3.748,18	4.852,59
SISTEMA CVRD			
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD	23.799,00	85.812,60	109.611,60
ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	6.894,66	19.991,00	26.885,66
ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A	1.122,88	1.570,00	2.692,88
FLORESTAS RIO DOCE S/A	1.820,48	2.084,40	3.904,88
NAVEGAÇÃO RIO DOCE LTDA.	385,70	3.636,60	4.022,30
RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A - DOCEGEO	0,11	0,44	0,55
SEAMAR SHIPPING CORPORATION	3.526,40	11.901,60	15.428,00
VALE DO RIO DOCE NAVEGAÇÃO S/A - DOCENAVE	3.421,78	17.980,40	21.402,18
VALESUL - ALUMÍNIO S/A	1.744,10	585,40	2.329,50
SISTEMA ELETROBRÁS			
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS	1.170,00	4.400,00	5.570,00
CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE	32.399,80	142.563,70	174.963,50
COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	56.901,59	195.807,90	252.709,49
ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA	3.181,60	11.653,40	14.835,00
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL BRASIL S/A - ELETROSUL	20.904,60	105.913,10	126.817,70
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS	48.503,50	218.823,80	267.327,30
LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	14.243,20	52.006,40	66.249,60
SISTEMA PETROBRÁS			
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS	138.260,00	751.688,00	889.948,00
ÁLCALIS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - ALCANORTE	160,00	495,00	655,00
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	1.059,02	3.518,00	4.577,02
COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS - CMA	847,12	2.000,00	2.847,12
COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL	2.755,00	18.260,00	21.015,00
FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A - FOSFÉRTIL	852,70	1.657,00	2.509,70
FERT. NITROGENADOS DO NORDESTE S/A - NITROFÉRTIL	1.448,74	6.593,00	8.041,74
GOIÁS FERTILIZANTES S/A - GOIASFÉRTIL	165,30	160,00	325,30
INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S/A - ICC	328,15	1.246,00	1.574,15
INTERIOR TRADE INC	2,90	0,00	2,90
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A - BR	7.107,90	20.377,00	27.484,90
PETROBRÁS FERTILIZANTES S/A - PETROFÉRTIL	395,29	4.611,00	5.006,29
PETROBRÁS INTERNACIONAL S/A - BRASPETRO	9.703,66	28.970,00	38.673,66
PETROBRÁS QUÍMICA S/A - PETROQUISA	1.467,41	759,00	2.226,41

continua

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	2.149,92	5.485,00	7.634,92
PETROQUÍMICA UNIÃO S/A	4.108,33	10.543,00	14.651,33
ULTRAFÉRTIL S/A-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES	2.350,93	7.606,00	9.956,93
SISTEMA TELEBRÁS			
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRÁS	1.200,18	4.315,63	5.515,81
COMPANHIA TELEFÔNICA DA BORDA DO CAMPO - CTBC	4.365,38	18.023,02	22.388,40
COMPANHIA TEL. MELHORAMENTOS E RESISTÊNCIA S/A - CTMR	488,92	2.766,65	3.255,57
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	34.189,67	176.213,49	210.403,16
TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A - TELEBAHIA	4.051,07	27.034,43	31.085,50
TELECOMUNICAÇÕES DA PARAÍBA S/A - TELPA	1.169,92	5.225,85	6.395,77
TELECOMUNICAÇÕES DE ALAGOAS S/A - TELASA	698,46	3.565,01	4.263,47
TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A - TELEBRASÍLIA	7.176,69	21.049,99	28.226,68
TELECOMUNICAÇÕES DE GOIÁS S/A - TELEGOIÁS	4.120,92	16.177,69	20.298,61
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL S/A - TELEMS	1.641,38	7.716,80	9.358,18
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO S/A - TELEMAT	1.571,54	6.855,43	8.426,97
TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	11.349,99	39.485,91	50.835,90
TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	2.392,23	17.879,89	20.272,12
TELECOMUNICAÇÕES DE RONDÔNIA S/A - TELERON	908,00	3.717,10	4.625,10
TELECOMUNICAÇÕES DE RORAIMA S/A - TELAIMA	174,62	1.266,55	1.441,17
TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A - TELESC	3.649,46	15.422,15	19.071,61
TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	47.303,28	270.153,06	317.456,34
TELECOMUNICAÇÕES DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	523,85	3.382,68	3.906,53
TELECOMUNICAÇÕES DO ACRE S/A - TELEACRE	296,85	1.365,86	1.662,71
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ	261,92	1.136,04	1.397,96
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	1.746,15	9.820,61	11.566,76
TELECOMUNICAÇÕES DO CEARÁ S/A - TELECEARÁ	2.846,23	15.345,99	18.192,22
TELECOMUNICAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO S/A - TELEST	2.514,46	9.929,37	12.443,83
TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S/A - TELMA	1.292,15	6.035,89	7.328,04
TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ	2.287,46	6.927,69	9.215,15
TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A - TELEPAR	10.249,92	37.148,10	47.398,02
TELECOMUNICAÇÕES DO PIAUÍ S/A - TELEPISA	995,31	4.869,04	5.864,35
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO S/A - TELERJ	25.371,60	99.512,43	124.884,03
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - TELERN	977,84	4.684,82	5.662,66
ENTIDADES EM EXTINÇÃO			
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOBRÁS	578,71	0,00	578,71
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS - EBTU	8,62	0,00	8,62
EMPRESA BRASIL DE ASSIST. TEC. E EXT. RURAL - EMBRATER	692,15	0,00	692,15
PETROBRÁS COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A - INTERBRÁS	20,41	0,00	20,41
COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS INDUSTRIAIS - COBRAPI	10,07	0,00	10,07
TOTAL DAS EMPRESAS	838.987,57	3.653.245,53	4.492.233,10

3.2. DETALHAMENTO DOS QUADROS DE DESPESAS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1

a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	38,09	151,98	190,07
TOTAL DA EMPRESA	38,09	151,98	190,07
EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - ENBRATUR			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1,00	5,97	6,97
0024 - INFORMÁTICA	10,00	59,72	69,72
TOTAL DA EMPRESA	11,00	65,69	76,69
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA - CODEBAR			
0323 - PLANEJAMENTO URBANO	70,77	424,49	495,26
TOTAL DA EMPRESA	70,77	424,49	495,26
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA			
0447 - ABASTECIMENTO D'ÁGUA	413,55	0,00	413,55
0449 - SISTEMAS DE ESGOTOS	170,75	0,00	170,75
TOTAL DA EMPRESA	584,30	0,00	584,30
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER			
0448 - SANEAMENTO GERAL	2.806,79	0,00	2.806,79
TOTAL DA EMPRESA	2.806,79	0,00	2.806,79
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ - CODEASA			
0043 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	50,98	0,00	50,98
0078 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	105,94	0,00	105,94
TOTAL DA EMPRESA	156,92	0,00	156,92
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA			
0078 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	448,00	0,00	448,00
0323 - PLANEJAMENTO URBANO	1.465,03	0,00	1.465,03
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	188,00	0,00	188,00
0448 - SANEAMENTO GERAL	2.121,75	0,00	2.121,75
0576 - TERMINAIS INTERMODAIS	300,00	0,00	300,00
TOTAL DA EMPRESA	4.522,78	0,00	4.522,78
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RORAIMA S/A - CER			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	266,48	0,00	266,48
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	290,00	0,00	290,00
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	267,19	0,00	267,19
0269 - ELETRIFICAÇÃO RURAL	6,33	0,00	6,33
TOTAL DA EMPRESA	830,00	0,00	830,00

continua

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ S/A - CEA			
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	50,00	0,00	50,00
0268 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	609,48	0,00	609,48
TOTAL DA EMPRESA	659,48	0,00	659,48
SISTEMA INB			
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	94,69	115,00	209,69
TOTAL DA EMPRESA	94,69	115,00	209,69
INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	35,83	4,00	39,83
0265 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	21,19	43,00	64,19
TOTAL DA EMPRESA	57,02	47,00	104,02
URÂNIO DO BRASIL S/A			
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	1.295,40	6.542,00	7.837,40
TOTAL DA EMPRESA	1.295,40	6.542,00	7.837,40
NUCLEBRÁS ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO S/A - NUCLEI			
0055 - PESQUISA APLICADA	1.101,25	4.111,01	5.212,26
TOTAL DA EMPRESA	1.101,25	4.111,01	5.212,26
NUCLEMON MÍNERO-QUÍMICA LTDA - NUCLEMON			
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	14,30	43,99	58,29
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	237,40	282,02	519,42
TOTAL DA EMPRESA	251,70	326,01	577,71
TOTAL DO ORGÃO	12.480,19	11.783,18	24.263,37

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A - RADIOBRÁS			
0137 - RADIODIFUSÃO	80,00	505,57	585,57
TOTAL DA EMPRESA	80,00	505,57	585,57
TOTAL DO ORGÃO	80,00	505,57	585,57

MINISTÉRIO DA MARINHA



MINISTÉRIO DA MARINHA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - ENGEPRON			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5,00	20,00	25,00
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	5,00	20,00	25,00
TOTAL DA EMPRESA	10,00	40,00	50,00
TOTAL DO ORGÃO	10,00	40,00	50,00

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
SISTEMA IMBEL			
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.136,78	7.397,97	9.534,75
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	363,22	72,37	435,59
TOTAL DA EMPRESA	2.500,00	7.470,34	9.970,34
PRÓLOGO S/A - PRODUTOS ELETRÔNICOS			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	8,00	32,00	40,00
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	32,00	128,00	160,00
TOTAL DA EMPRESA	40,00	160,00	200,00
TOTAL DO ORGÃO			
	2.540,00	7.630,34	10.170,34

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
EMPRESA BRAS. DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA-INFRAERO			
0523 - INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	2.226,64	9.826,00	12.052,64
TOTAL DA EMPRESA	2.226,64	9.826,00	12.052,64
COMPANHIA ELETROMECÂNICA CELMA			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	47,94	60,05	107,99
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	203,45	1.005,00	1.208,45
TOTAL DA EMPRESA	251,39	1.065,05	1.316,44
TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS S/A - TASA			
0524 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO AÉREO	166,36	751,05	917,41
TOTAL DA EMPRESA	166,36	751,05	917,41
SISTEMA EMBRAER			
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S/A - EMBRAER			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11,75	50,00	61,75
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	5.402,27	22.032,00	27.434,27
TOTAL DA EMPRESA	5.414,02	22.082,00	27.496,02
EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI			
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	2,17	11,17	13,34
TOTAL DA EMPRESA	2,17	11,17	13,34
EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION - EAC			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	293,85	851,00	1.144,85
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	386,97	237,00	623,97
TOTAL DA EMPRESA	680,82	1.088,00	1.768,82
INDÚSTRIA AERONÁUTICA NEIVA S/A			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	114,61	100,56	215,17
TOTAL DA EMPRESA	114,61	100,56	215,17
TOTAL DO ORGÃO	8.856,01	34.923,83	43.779,84

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE			
0205 - ENSINO DE GRADUAÇÃO	201,32	885,00	1.086,32
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	346,22	1.523,00	1.869,22
TOTAL DA EMPRESA	547,54	2.408,00	2.955,54
TOTAL DO ORGÃO	547,54	2.408,00	2.955,54

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	19,55	84,00	103,55
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	398,07	1.505,00	1.903,07
TOTAL DA EMPRESA	417,62	1.589,00	2.006,62
HOSPITAL FEMINA S/A			
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	99,96	447,00	546,96
TOTAL DA EMPRESA	99,96	447,00	546,96
HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A			
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	101,55	449,00	550,55
TOTAL DA EMPRESA	101,55	449,00	550,55
TOTAL DO ORGÃO	619,13	2.485,00	3.104,13

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO			
0024 - INFORMÁTICA	1.353,87	5.416,22	6.770,09
TOTAL DA EMPRESA	1.353,87	5.416,22	6.770,09
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	565,93	2.045,34	2.611,27
TOTAL DA EMPRESA	565,93	2.045,34	2.611,27
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS - COBAL			
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	321,26	966,00	1.287,26
TOTAL DA EMPRESA	321,26	966,00	1.287,26
COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	24,81	62,00	86,81
TOTAL DA EMPRESA	24,81	62,00	86,81
COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO - CIBRAZEM			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	100,00	0,00	100,00
0024 - INFORMÁTICA	1.000,00	0,00	1.000,00
0095 - ARMAZENAMENTO E SILAGEM	602,53	574,00	1.176,53
TOTAL DA EMPRESA	1.702,53	574,00	2.276,53
COMPANHIA SIDERÚRGICA DO NORDESTE S/A - COSINOR			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	125,20	267,00	392,20
TOTAL DA EMPRESA	125,20	267,00	392,20
INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - IRB			
0361 - SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	1.394,35	5.950,00	7.344,35
TOTAL DA EMPRESA	1.394,35	5.950,00	7.344,35
MAFERSA SOCIEDADE ANÔNIMA			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	468,44	2.082,00	2.550,44
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO	126,87	0,00	126,87
TOTAL DA EMPRESA	595,31	2.082,00	2.677,31
MINERAÇÃO CARAÍBA LTDA			
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	22,64	103,00	125,64
0292 - LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS	13,00	8,00	21,00
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	41,80	65,00	106,80
TOTAL DA EMPRESA	77,44	176,00	253,44

cont inua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
USIMINAS MECÂNICA S/A - USIMEC			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	133,85	596,00	729,85
TOTAL DA EMPRESA	133,85	596,00	729,85
DATA MEC S/A - SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	127,76	560,00	687,76
0024 - INFORMÁTICA	1.059,67	812,00	1.871,67
TOTAL DA EMPRESA	1.187,43	1.372,00	2.559,43
COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A			
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	738,37	3.284,00	4.022,37
TOTAL DA EMPRESA	738,37	3.284,00	4.022,37
SISTEMA ACESITA			
COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA - ACESITA			
0266 - GERAÇÃO DE ENERGIA NÃO-CONVENCIONAL	4,94	0,00	4,94
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.187,44	7.009,00	9.196,44
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	14,89	0,00	14,89
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	157,55	639,00	796,55
0480 - PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO	114,68	106,00	220,68
TOTAL DA EMPRESA	2.479,50	7.754,00	10.233,50
ACESITA ENERGÉTICA S/A			
0104 - REFLORESTAMENTO	1.103,63	3.397,44	4.501,07
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	187,14	748,56	935,70
TOTAL DA EMPRESA	1.290,77	4.146,00	5.436,77
FORJAS ACESITA S/A			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	35,82	227,00	262,82
TOTAL DA EMPRESA	35,82	227,00	262,82
BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	651,28	2.830,22	3.481,50
TOTAL DA EMPRESA	651,28	2.830,22	3.481,50
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	2.068,96	8.851,44	10.920,40
TOTAL DA EMPRESA	2.068,96	8.851,44	10.920,40
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	27.304,22	123.565,00	150.869,22
TOTAL DA EMPRESA	27.304,22	123.565,00	150.869,22

continua

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
SISTEMA MERIDIONAL			
BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	1.153,00	7.205,00	8.358,00
TOTAL DA EMPRESA	1.153,00	7.205,00	8.358,00
MERIDIONAL LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	800,00	5.000,00	5.800,00
TOTAL DA EMPRESA	800,00	5.000,00	5.800,00
SISTEMA BANCO DO BRASIL			
BANCO DO BRASIL S/A			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	53.131,00	282.983,00	336.114,00
TOTAL DA EMPRESA	53.131,00	282.983,00	336.114,00
BB - DISTR. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	0,40	4,00	4,40
TOTAL DA EMPRESA	0,40	4,00	4,40
BB - LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	24.000,00	107.324,00	131.324,00
TOTAL DA EMPRESA	24.000,00	107.324,00	131.324,00
BB - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	110,20	545,00	655,20
TOTAL DA EMPRESA	110,20	545,00	655,20
SISTEMA BNDES			
BANCO NACIONAL DE DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	628,47	869,00	1.497,47
TOTAL DA EMPRESA	628,47	869,00	1.497,47
AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	24,33	96,00	120,33
TOTAL DA EMPRESA	24,33	96,00	120,33
BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR			
0362 - SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS	25,96	104,00	129,96
TOTAL DA EMPRESA	25,96	104,00	129,96
TOTAL DO ORGÃO	121.924,26	574.294,22	696.218,48

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA			
0055 - PESQUISA APLICADA	1.803,63	21.681,64	23.485,27
TOTAL DA EMPRESA	1.803,63	21.681,64	23.485,27
COMPANHIA DE DES. DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4,53	0,00	4,53
0077 - IRRIGAÇÃO	13.410,46	8.235,02	21.645,48
0088 - DESENVOLVIMENTO ANIMAL	8,60	0,00	8,60
0089 - DESENVOLVIMENTO DA PESCA	170,90	257,28	428,18
0297 - REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA	0,00	3.102,78	3.102,78
TOTAL DA EMPRESA	13.594,49	11.595,08	25.189,57
TOTAL DO ORGÃO	15.398,12	33.276,72	48.674,84

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
EMPRESA DE PROC. DE DADOS DA PREV. SOCIAL - DATAPREV			
0024 - INFORMÁTICA	2.865,20	12.812,73	15.677,93
TOTAL DA EMPRESA	2.865,20	12.812,73	15.677,93
TOTAL DO ORGÃO	2.865,20	12.812,73	15.677,93

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO - FRANAVE			
0566 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE	3,21	20,55	23,76
TOTAL DA EMPRESA	3,21	20,55	23,76
EMPRESA BRAS. DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES - GEIPOT			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	140,00	628,46	768,46
TOTAL DA EMPRESA	140,00	628,46	768,46
EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA			
0566 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE	3,21	20,55	23,76
TOTAL DA EMPRESA	3,21	20,55	23,76
CEPEL - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA			
0055 - PESQUISA APLICADA	888,81	4.726,80	5.615,61
TOTAL DA EMPRESA	888,81	4.726,80	5.615,61
SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,50	3,09	3,59
0566 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE	10,72	63,89	74,61
TOTAL DA EMPRESA	11,22	66,98	78,20
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	220,40	881,60	1.102,00
TOTAL DA EMPRESA	220,40	881,60	1.102,00
ITAIPU BINACIONAL			
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	23.798,81	8.265,00	32.063,81
TOTAL DA EMPRESA	23.798,81	8.265,00	32.063,81
NUCLEBRÁS ENGENHARIA S/A - NUCLEN			
0265 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	76,49	300,00	376,49
TOTAL DA EMPRESA	76,49	300,00	376,49
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRÁS			
0565 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO	27,55	7.895,45	7.923,00
TOTAL DA EMPRESA	27,55	7.895,45	7.923,00
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	612,52	1.741,60	2.354,12
0024 - INFORMÁTICA	1.292,48	6.245,38	7.537,86
0127 - SERVIÇOS POSTAIS CONVENCIONAIS	3.991,34	20.102,40	24.093,74
TOTAL DA EMPRESA	5.896,34	28.089,38	33.985,72

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
SETOR FERROVIÁRIO			
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA			
0542 - FERROVIAS	13.247,16	82.375,14	95.622,30
0543 - TERMINAIS FERROVIÁRIOS	442,86	2.753,85	3.196,71
0544 - CONTROLE E SEGURANÇA DO TRÁFEGO FERROVIÁRIO	261,70	1.627,34	1.889,04
0545 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	5.588,75	34.752,66	40.341,41
TOTAL DA EMPRESA	19.540,47	121.508,99	141.049,46
REDE FED. DE ARMAZENS GERAIS FERROVIÁRIOS S/A - AGEF			
0095 - ARMAZENAMENTO E SILAGEM	385,70	1.542,80	1.928,50
TOTAL DA EMPRESA	385,70	1.542,80	1.928,50
EMP. DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2,55	16,12	18,67
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO	271,38	1.714,88	1.986,26
TOTAL DA EMPRESA	273,93	1.731,00	2.004,93
ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A - VALEC			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,60	3,77	4,37
0542 - FERROVIAS	606,87	3.826,30	4.433,17
0545 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	0,84	5,30	6,14
TOTAL DA EMPRESA	608,31	3.835,37	4.443,68
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3,38	36,01	39,39
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO	4.779,81	50.922,56	55.702,37
TOTAL DA EMPRESA	4.783,19	50.958,57	55.741,76
SETOR SIDERÚRGICO			
AÇO MINAS GERAIS S/A - AÇOMINAS			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	12.356,29	11.152,92	23.509,21
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	188,97	2.738,75	2.927,72
TOTAL DA EMPRESA	12.545,26	13.891,67	26.436,93
AÇOS FINOS PIRATINI S/A			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11,03	99,40	110,43
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	348,71	1.190,24	1.538,95
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	0,00	225,70	225,70
TOTAL DA EMPRESA	359,74	1.515,34	1.875,08

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
COMPANHIA SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA - SIDERAMA			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	240,03	40,00	280,03
TOTAL DA EMPRESA	240,03	40,00	280,03
COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO - CST			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4.082,25	19.718,20	23.800,45
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	1.495,77	2.998,10	4.493,87
TOTAL DA EMPRESA	5.578,02	22.716,30	28.294,32
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	220,87	1.325,20	1.546,07
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3.436,28	24.225,81	27.662,09
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	82,83	2.600,90	2.683,73
TOTAL DA EMPRESA	3.739,98	28.151,91	31.891,89
COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3.099,04	15.173,44	18.272,48
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	279,68	225,20	504,88
TOTAL DA EMPRESA	3.378,72	15.398,64	18.777,36
FABRICA DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A - FEM			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	43,33	160,00	203,33
TOTAL DA EMPRESA	43,33	160,00	203,33
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	11.319,51	33.107,77	44.427,28
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	267,53	2.459,31	2.726,84
TOTAL DA EMPRESA	11.587,04	35.567,08	47.154,12
SETOR PORTUÁRIO			
COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6,10	0,00	6,10
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	190,90	5.064,34	5.255,24
TOTAL DA EMPRESA	197,00	5.064,34	5.261,34
COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA			
0024 - INFORMÁTICA	17,00	0,00	17,00
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	550,20	3.419,61	3.969,81
TOTAL DA EMPRESA	567,20	3.419,61	3.986,81

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA			
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	471,76	2.863,95	3.335,71
TOTAL DA EMPRESA	471,76	2.863,95	3.335,71
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	35,40	0,00	35,40
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	3.714,44	18.990,13	22.704,57
TOTAL DA EMPRESA	3.749,84	18.990,13	22.739,97
COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR			
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	696,82	869,52	1.566,34
TOTAL DA EMPRESA	696,82	869,52	1.566,34
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP			
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	249,33	1.539,88	1.789,21
TOTAL DA EMPRESA	249,33	1.539,88	1.789,21
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ			
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	2.193,81	12.951,98	15.145,79
TOTAL DA EMPRESA	2.193,81	12.951,98	15.145,79
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4,02	0,00	4,02
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	1.100,39	3.748,18	4.848,57
TOTAL DA EMPRESA	1.104,41	3.748,18	4.852,59
SISTEMA CVRD			
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD			
0055 - PESQUISA APLICADA	526,46	3.306,00	3.832,46
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	902,00	4.408,00	5.310,00
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	8.498,67	33.792,90	42.291,57
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	461,00	2.204,00	2.665,00
0545 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	9.925,14	21.742,30	31.667,44
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	3.485,73	20.359,40	23.845,13
TOTAL DA EMPRESA	23.799,00	85.812,60	109.611,60
ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	6.894,66	19.991,00	26.885,66
TOTAL DA EMPRESA	6.894,66	19.991,00	26.885,66

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.122,88	1.570,00	2.692,88
TOTAL DA EMPRESA	1.122,88	1.570,00	2.692,88
FLORESTAS RIO DOCE S/A			
0104 - REFLORESTAMENTO	634,28	2.084,40	2.718,68
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.186,20	0,00	1.186,20
TOTAL DA EMPRESA	1.820,48	2.084,40	3.904,88
NAVEGAÇÃO RIO DOCE LTDA.			
0565 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO	385,70	3.636,60	4.022,30
TOTAL DA EMPRESA	385,70	3.636,60	4.022,30
RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A - DOCEGEO			
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	0,11	0,44	0,55
TOTAL DA EMPRESA	0,11	0,44	0,55
SEAMAR SHIPPING CORPORATION			
0565 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO	3.526,40	11.901,60	15.428,00
TOTAL DA EMPRESA	3.526,40	11.901,60	15.428,00
VALE DO RIO DOCE NAVEGAÇÃO S/A - DOCENAVE			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	18,91	176,81	195,72
0565 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO	3.402,87	17.803,59	21.206,46
TOTAL DA EMPRESA	3.421,78	17.980,40	21.402,18
VALESUL - ALUMÍNIO S/A			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.744,10	585,40	2.329,50
TOTAL DA EMPRESA	1.744,10	585,40	2.329,50
SISTEMA ELETROBRÁS			
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS			
0002 - CONTROLE EXTERNO	31,16	700,00	731,16
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	365,30	600,00	965,30
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	773,54	3.100,00	3.873,54
TOTAL DA EMPRESA	1.170,00	4.400,00	5.570,00
CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	202,10	3.100,00	3.302,10
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	9.561,50	51.906,00	61.467,50
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	4.408,30	39.573,50	43.981,80
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	16.858,80	44.173,30	61.032,10

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
0268 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.369,10	3.810,90	5.180,00
TOTAL DA EMPRESA	32.399,80	142.563,70	174.963,50
COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.213,35	9.500,90	10.714,25
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	52.576,22	109.421,80	161.998,02
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	3.112,02	76.885,20	79.997,22
TOTAL DA EMPRESA	56.901,59	195.807,90	252.709,49
ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	352,52	1.000,00	1.352,52
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	97,25	680,90	778,15
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.258,90	2.112,00	3.370,90
0268 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	879,17	6.360,50	7.239,67
0269 - ELETRIFICAÇÃO RURAL	593,76	1.500,00	2.093,76
TOTAL DA EMPRESA	3.181,60	11.653,40	14.835,00
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL BRASIL S/A - ELETROSUL			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	602,20	1.050,00	1.652,20
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	3.242,20	68.178,20	71.420,40
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	14.428,70	17.766,90	32.195,60
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	2.631,50	18.918,00	21.549,50
TOTAL DA EMPRESA	20.904,60	105.913,10	126.817,70
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	471,90	1.860,00	2.331,90
0136 - SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.049,04	4.140,00	5.189,04
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	10.073,19	78.725,20	88.798,39
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	632,14	594,30	1.226,44
0265 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR	24.726,64	87.423,30	112.149,94
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	11.550,59	46.081,00	57.631,59
TOTAL DA EMPRESA	48.503,50	218.823,80	267.327,30
LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.056,10	384,80	2.440,90
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA	1.158,60	8.388,80	9.547,40
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	6.754,00	26.652,00	33.406,00
0268 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.122,57	16.430,80	20.553,37
0269 - ELETRIFICAÇÃO RURAL	151,93	150,00	301,93
TOTAL DA EMPRESA	14.243,20	52.006,40	66.249,60

cont inua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
SISTEMA PETROBRÁS			
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.424,00	11.792,00	14.216,00
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	32.068,02	159.570,32	191.638,34
0290 - EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO	63.158,93	418.153,04	481.311,97
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	15.152,60	114.443,00	129.595,60
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	11.020,45	37.094,64	48.115,09
0565 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO	14.436,00	10.635,00	25.071,00
TOTAL DA EMPRESA	138.260,00	751.688,00	889.948,00
ÁLCALIS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - ALCANORTE			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	160,00	495,00	655,00
TOTAL DA EMPRESA	160,00	495,00	655,00
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL			
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	1.059,02	3.518,00	4.577,02
TOTAL DA EMPRESA	1.059,02	3.518,00	4.577,02
COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS - CNA			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	847,12	2.000,00	2.847,12
TOTAL DA EMPRESA	847,12	2.000,00	2.847,12
COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL			
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	82,65	416,00	498,65
0264 - GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	551,00	7.541,00	8.092,00
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.121,35	10.303,00	12.424,35
TOTAL DA EMPRESA	2.755,00	18.260,00	21.015,00
FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A - FOSFÉRTIL			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	67,97	0,00	67,97
0076 - CORRETIVOS E FERTILIZANTES	716,05	1.657,00	2.373,05
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	68,68	0,00	68,68
TOTAL DA EMPRESA	852,70	1.657,00	2.509,70
FERT. NITROGENADOS DO NORDESTE S/A - NITROFÉRTIL			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	23,47	105,49	128,96
0076 - CORRETIVOS E FERTILIZANTES	1.300,19	6.355,65	7.655,84
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	29,26	131,86	161,12
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	95,82	0,00	95,82
TOTAL DA EMPRESA	1.448,74	6.593,00	8.041,74

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
GOIÁS FERTILIZANTES S/A - GOIASFÉRTIL			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17,85	0,00	17,85
0076 - CORRETIVOS E FERTILIZANTES	105,30	0,00	105,30
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	42,15	160,00	202,15
TOTAL DA EMPRESA	165,30	160,00	325,30
INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S/A - ICC			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1,98	0,00	1,98
0076 - CORRETIVOS E FERTILIZANTES	320,49	1.213,00	1.533,49
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	5,62	33,00	38,62
0480 - PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO	0,06	0,00	0,06
TOTAL DA EMPRESA	328,15	1.246,00	1.574,15
INTERIOR TRADE INC			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2,90	0,00	2,90
TOTAL DA EMPRESA	2,90	0,00	2,90
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A - BR			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	290,93	1.432,00	1.722,93
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	6.816,97	18.945,00	25.761,97
TOTAL DA EMPRESA	7.107,90	20.377,00	27.484,90
PETROBRÁS FERTILIZANTES S/A - PETROFÉRTIL			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4,80	18,08	22,88
0076 - CORRETIVOS E FERTILIZANTES	390,49	4.592,92	4.983,41
TOTAL DA EMPRESA	395,29	4.611,00	5.006,29
PETROBRÁS INTERNACIONAL S/A - BRASPETRO			
0289 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS	9.703,66	28.970,00	38.673,66
TOTAL DA EMPRESA	9.703,66	28.970,00	38.673,66
PETROBRÁS QUÍMICA S/A - PETROQUISA			
0024 - INFORMÁTICA	77,42	416,00	493,42
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.389,99	343,00	1.732,99
TOTAL DA EMPRESA	1.467,41	759,00	2.226,41
PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A			
0043 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	82,65	241,34	323,99
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	215,53	598,50	814,03
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.693,22	4.153,98	5.847,20
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	98,29	311,63	409,92
0480 - PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO	60,23	179,55	239,78
TOTAL DA EMPRESA	2.149,92	5.485,00	7.634,92

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
PETROQUÍMICA UNIÃO S/A			
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4.108,33	10.543,00	14.651,33
TOTAL DA EMPRESA	4.108,33	10.543,00	14.651,33
ULTRAFÉRTIL S/A-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	79,78	0,00	79,78
0076 - CORRETIVOS E FERTILIZANTES	1.977,96	6.256,00	8.233,96
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	293,19	390,00	683,19
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	0,00	960,00	960,00
TOTAL DA EMPRESA	2.350,93	7.606,00	9.956,93
SISTEMA TELEBRÁS			
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRÁS			
0134 - TELEFONIA	1.200,18	4.315,63	5.515,81
TOTAL DA EMPRESA	1.200,18	4.315,63	5.515,81
COMPANHIA TELEFÔNICA DA BORDA DO CAMPO - CTBC			
0134 - TELEFONIA	4.365,38	18.023,02	22.388,40
TOTAL DA EMPRESA	4.365,38	18.023,02	22.388,40
COMPANHIA TEL. MELHORAMENTOS E RESISTÊNCIA S/A - CTHR			
0134 - TELEFONIA	488,92	2.766,65	3.255,57
TOTAL DA EMPRESA	488,92	2.766,65	3.255,57
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL			
0134 - TELEFONIA	24.325,95	125.375,90	149.701,85
0135 - TELEGRAFIA	9.863,72	50.837,59	60.701,31
TOTAL DA EMPRESA	34.189,67	176.213,49	210.403,16
TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A - TELEBAHIA			
0134 - TELEFONIA	4.051,07	27.034,43	31.085,50
TOTAL DA EMPRESA	4.051,07	27.034,43	31.085,50
TELECOMUNICAÇÕES DA PARAÍBA S/A - TELPA			
0134 - TELEFONIA	1.169,92	5.225,85	6.395,77
TOTAL DA EMPRESA	1.169,92	5.225,85	6.395,77
TELECOMUNICAÇÕES DE ALAGOAS S/A - TELASA			
0134 - TELEFONIA	698,46	3.565,01	4.263,47
TOTAL DA EMPRESA	698,46	3.565,01	4.263,47

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A - TELEBRASÍLIA			
0134 - TELEFONIA	7.176,69	21.049,99	28.226,68
TOTAL DA EMPRESA	7.176,69	21.049,99	28.226,68
TELECOMUNICAÇÕES DE GOIÁS S/A - TELEGOIÁS			
0134 - TELEFONIA	4.120,92	16.177,69	20.298,61
TOTAL DA EMPRESA	4.120,92	16.177,69	20.298,61
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL S/A - TELEM S			
0134 - TELEFONIA	1.641,38	7.716,80	9.358,18
TOTAL DA EMPRESA	1.641,38	7.716,80	9.358,18
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO S/A - TELEMAT			
0134 - TELEFONIA	1.571,54	6.855,43	8.426,97
TOTAL DA EMPRESA	1.571,54	6.855,43	8.426,97
TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG			
0134 - TELEFONIA	11.349,99	39.485,91	50.835,90
TOTAL DA EMPRESA	11.349,99	39.485,91	50.835,90
TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S/A - TELPE			
0134 - TELEFONIA	2.392,23	17.879,89	20.272,12
TOTAL DA EMPRESA	2.392,23	17.879,89	20.272,12
TELECOMUNICAÇÕES DE RONDÔNIA S/A - TELERON			
0134 - TELEFONIA	908,00	3.717,10	4.625,10
TOTAL DA EMPRESA	908,00	3.717,10	4.625,10
TELECOMUNICAÇÕES DE RORAIMA S/A - TELAIMA			
0134 - TELEFONIA	174,62	1.266,55	1.441,17
TOTAL DA EMPRESA	174,62	1.266,55	1.441,17
TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A - TELESC			
0134 - TELEFONIA	3.649,46	15.422,15	19.071,61
TOTAL DA EMPRESA	3.649,46	15.422,15	19.071,61
TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP			
0134 - TELEFONIA	47.303,28	270.153,06	317.456,34
TOTAL DA EMPRESA	47.303,28	270.153,06	317.456,34

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TELECOMUNICAÇÕES DE SERGIPE S/A - TELERGIPE			
0134 - TELEFONIA	523,85	3.382,68	3.906,53
TOTAL DA EMPRESA	523,85	3.382,68	3.906,53
TELECOMUNICAÇÕES DO ACRE S/A - TELEACRE			
0134 - TELEFONIA	296,85	1.365,86	1.662,71
TOTAL DA EMPRESA	296,85	1.365,86	1.662,71
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ			
0134 - TELEFONIA	261,92	1.136,04	1.397,96
TOTAL DA EMPRESA	261,92	1.136,04	1.397,96
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON			
0134 - TELEFONIA	1.746,15	9.820,61	11.566,76
TOTAL DA EMPRESA	1.746,15	9.820,61	11.566,76
TELECOMUNICAÇÕES DO CEARÁ S/A - TELECEARÁ			
0134 - TELEFONIA	2.846,23	15.345,99	18.192,22
TOTAL DA EMPRESA	2.846,23	15.345,99	18.192,22
TELECOMUNICAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO S/A - TELEST			
0134 - TELEFONIA	2.514,46	9.929,37	12.443,83
TOTAL DA EMPRESA	2.514,46	9.929,37	12.443,83
TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S/A - TELMA			
0134 - TELEFONIA	1.292,15	6.035,89	7.328,04
TOTAL DA EMPRESA	1.292,15	6.035,89	7.328,04
TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ			
0134 - TELEFONIA	2.287,46	6.927,69	9.215,15
TOTAL DA EMPRESA	2.287,46	6.927,69	9.215,15
TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A - TELEPAR			
0134 - TELEFONIA	10.249,92	37.148,10	47.398,02
TOTAL DA EMPRESA	10.249,92	37.148,10	47.398,02
TELECOMUNICAÇÕES DO PIAUÍ S/A - TELEPISA			
0134 - TELEFONIA	995,31	4.869,04	5.864,35
TOTAL DA EMPRESA	995,31	4.869,04	5.864,35

continua

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

continuação

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO S/A - TELERJ			
0134 - TELEFONIA	25.371,60	99.512,43	124.884,03
TOTAL DA EMPRESA	25.371,60	99.512,43	124.884,03
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - TELERN			
0134 - TELEFONIA	977,84	4.684,82	5.662,66
TOTAL DA EMPRESA	977,84	4.684,82	5.662,66
TOTAL DO ORGÃO	672.357,15	2.973.085,94	3.645.443,09

ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO

ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO

INVESTIMENTO À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS DISCRIMINADO POR SUBPROGRAMA

EMPRESA/SUBPROGRAMA	INVESTIMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)		
	1991	1992-95	TOTAL
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOBRÁS			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	10,82	0,00	10,82
0562 - PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES	566,18	0,00	566,18
0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	1,71	0,00	1,71
TOTAL DA EMPRESA	578,71	0,00	578,71
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS - EBTU			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	8,62	0,00	8,62
TOTAL DA EMPRESA	8,62	0,00	8,62
EMPRESA BRASIL DE ASSIST. TEC. E EXT. RURAL - EMBRATER			
0111 - EXTENSÃO RURAL	692,15	0,00	692,15
TOTAL DA EMPRESA	692,15	0,00	692,15
PETROBRÁS COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A - INTERBRÁS			
0353 - COMERCIALIZAÇÃO	20,41	0,00	20,41
TOTAL DA EMPRESA	20,41	0,00	20,41
COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS INDUSTRIAIS - COBRAPI			
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	10,07	0,00	10,07
TOTAL DA EMPRESA	10,07	0,00	10,07
TOTAL ENTIDADES EM EXTINÇÃO, DISSOLUÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO	1.309,96	0,00	1.309,96

**3.3. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS RELATIVAS AO
EXERCÍCIO DE 1991**

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

1 9 9 1

E M P R E S A	FONTES DE FINANCIAMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)				
	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		OPERAÇÕES CRÉDITO LONGO PRAZO	TOTAL
		TESOURO	DEMAIS		
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA					
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	38,09	0,00	0,00	0,00	38,09
EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR	11,00	0,00	0,00	0,00	11,00
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA - CODEBAR	0,00	70,77	0,00	0,00	70,77
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA	0,00	0,00	60,55	523,75	584,30
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER	0,00	0,00	20,00	2.786,79	2.806,79
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ - CODEASA	0,00	0,00	156,92	0,00	156,92
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA	0,00	0,00	4.522,78	0,00	4.522,78
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RORAIMA S/A - CER	0,00	0,00	830,00	0,00	830,00
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ S/A - CEA	58,13	0,00	601,35	0,00	659,48
SISTEMA INB					
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP	94,69	0,00	0,00	0,00	94,69
INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB	57,02	0,00	0,00	0,00	57,02
URÂNIO DO BRASIL S/A	1.295,40	0,00	0,00	0,00	1.295,40
NUCLEBRÁS ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO S/A - NUCLEI	953,25	0,00	0,00	148,00	1.101,25
NUCLEMON MÍNERO-QUÍMICA LTDA - NUCLEMON	251,70	0,00	0,00	0,00	251,70
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA					
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A - RADIOBRÁS	0,00	80,00	0,00	0,00	80,00
MINISTÉRIO DA MARINHA					
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO					
SISTEMA IMBEL					
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00
PRÓLOGO S/A - PRODUTOS ELETRÔNICOS	25,00	0,00	15,00	0,00	40,00
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA					
EMPRESA BRAS. DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA-INFRAERO	2.226,64	0,00	0,00	0,00	2.226,64
COMPANHIA ELETROMECÂNICA CELMA	188,02	0,00	0,00	63,37	251,39
TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS S/A - TASA	166,36	0,00	0,00	0,00	166,36

continua

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

1 9 9 1

E M P R E S A	FONTES DE FINANCIAMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)				
	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		OPERAÇÕES CRÉDITO LONGO PRAZO	TOTAL
		TESOURO	DEMAIS		
SISTEMA EMBRAER					
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S/A - EMBRAER	2.162,30	0,00	2.708,00	543,72	5.414,02
EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI	2,17	0,00	0,00	0,00	2,17
EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION - EAC	680,82	0,00	0,00	0,00	680,82
INDÚSTRIA AERONÁUTICA NEIVA S/A	114,61	0,00	0,00	0,00	114,61
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	510,94	36,60	0,00	0,00	547,54
MINISTÉRIO DA SAÚDE					
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A	417,62	0,00	0,00	0,00	417,62
HOSPITAL FEMINA S/A	99,96	0,00	0,00	0,00	99,96
HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	101,55	0,00	0,00	0,00	101,55
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO					
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	1.353,87	0,00	0,00	0,00	1.353,87
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB	232,80	0,00	0,00	333,13	565,93
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS - COBAL	321,26	0,00	0,00	0,00	321,26
COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP	0,00	24,81	0,00	0,00	24,81
COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO - CIBRAZEM	0,00	1.702,53	0,00	0,00	1.702,53
COMPANHIA SIDERÚRGICA DO NORDESTE S/A - COSINOR	10,89	29,21	39,19	45,91	125,20
INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - IRB	1.394,35	0,00	0,00	0,00	1.394,35
MAFERSA SOCIEDADE ANÔNIMA	178,59	0,00	0,00	416,72	595,31
MINERAÇÃO CARAÍBA LTDA	77,44	0,00	0,00	0,00	77,44
USIMINAS MECÂNICA S/A - USIMEC	133,85	0,00	0,00	0,00	133,85
DATAMEC S/A - SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS	1.187,43	0,00	0,00	0,00	1.187,43
COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A	738,37	0,00	0,00	0,00	738,37
SISTEMA ACESITA					
COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA - ACESITA	2.479,50	0,00	0,00	0,00	2.479,50
ACESITA ENERGÉTICA S/A	1.290,77	0,00	0,00	0,00	1.290,77
FORJAS ACESITA S/A	35,82	0,00	0,00	0,00	35,82
BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA					
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB	651,28	0,00	0,00	0,00	651,28
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	2.068,96	0,00	0,00	0,00	2.068,96
	27.304,22	0,00	0,00	0,00	27.304,22

continua

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

1 9 9 1

E M P R E S A	FONTES DE FINANCIAMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)				
	RECURSOS	RECURSOS PARA AUMENTO		OPERAÇÕES	TOTAL
	PRÓPRIOS	DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		CRÉDITO LONGO PRAZO	
		TESOURO	DEMAIS		
SISTEMA MERIDIONAL					
BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A	1.153,00	0,00	0,00	0,00	1.153,00
MERIDIONAL LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
MERIDIONAL - CORRETORA DE VALORES MOBIL. E CÂMBIO S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BANTRADE - COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MERIDIONAL ARTES GRÁFICAS LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MERIDIONAL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MERIDIONAL DO BRASIL INFORMÁTICA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MERIDIONAL DO BRASIL-VIAGENS E TURISMO LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MERIDIONAL - ADMINISTRAÇÃO S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SISTEMA BANCO DO BRASIL					
BANCO DO BRASIL S/A	53.131,00	0,00	0,00	0,00	53.131,00
BB - BANCO DE INVESTIMENTO S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BB - DISTR. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A	0,40	0,00	0,00	0,00	0,40
BB - FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANÇ. E INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BB - LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
BB - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A	110,20	0,00	0,00	0,00	110,20
BB - CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA BENS S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SISTEMA BNDES					
BANCO NACIONAL DE DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	628,47	0,00	0,00	0,00	628,47
AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME	24,33	0,00	0,00	0,00	24,33
BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR	25,96	0,00	0,00	0,00	25,96
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA					
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	0,00	1.803,63	0,00	0,00	1.803,63
COMPANHIA DE DES. DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF	4,53	13.589,96	0,00	0,00	13.594,49
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL					
EMPRESA DE PROC. DE DADOS DA PREV. SOCIAL - DATAPREV	2.865,20	0,00	0,00	0,00	2.865,20
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA					
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO - FRANAVE	0,00	3,21	0,00	0,00	3,21
EMPRESA BRAS. DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES - GEIPOP	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00
EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA	0,00	3,21	0,00	0,00	3,21
CEPEL - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA	648,41	0,00	0,00	240,40	888,81

continua

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

1 9 9 1

E M P R E S A	FONTES DE FINANCIAMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)				
	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		OPERAÇÕES CRÉDITO LONGO PRAZO	TOTAL
		TESOURO	DEMAIS		
SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A	3,50	7,72	0,00	0,00	11,22
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM	220,40	0,00	0,00	0,00	220,40
ITAIPU BINACIONAL	20.949,26	0,00	0,00	2.849,55	23.798,81
NUCLEBRÁS ENGENHARIA S/A - NUCLEN	76,49	0,00	0,00	0,00	76,49
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRAS	0,00	27,55	0,00	0,00	27,55
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	5.896,34	0,00	0,00	0,00	5.896,34
SETOR FERROVIÁRIO					
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA	15.487,71	946,42	0,00	3.106,34	19.540,47
REDE FED. DE ARMAZENS GERAIS FERROVIÁRIOS S/A - AGEF	385,70	0,00	0,00	0,00	385,70
EMP. DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB	0,00	273,93	0,00	0,00	273,93
ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A - VALEC	0,00	608,31	0,00	0,00	608,31
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU	0,00	3.796,90	0,00	986,29	4.783,19
SETOR SIDERÚRGICO					
AÇO MINAS GERAIS S/A - AÇOMINAS	12.167,91	377,35	0,00	0,00	12.545,26
AÇOS FINOS PIRATINI S/A	184,98	174,76	0,00	0,00	359,74
COMPANHIA SIDERÚRGICA DA AMAZÔNIA - SIDERAMA	93,72	0,00	146,31	0,00	240,03
COSIM - COMPANHIA SIDERÚRGICA DE MOGI DAS CRUZES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO - CST	3.513,61	0,00	0,00	2.064,41	5.578,02
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSM	567,38	3.172,60	0,00	0,00	3.739,98
COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA	0,00	2.478,72	0,00	900,00	3.378,72
FABRICA DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A - FEM	43,33	0,00	0,00	0,00	43,33
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS	2.769,97	3.034,89	0,00	5.782,18	11.587,04
SETOR PORTUÁRIO					
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	197,00	0,00	0,00	0,00	197,00
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	180,00	387,20	0,00	0,00	567,20
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	338,00	133,76	0,00	0,00	471,76
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	713,84	1.936,00	0,00	1.100,00	3.749,84
COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR	77,30	619,52	0,00	0,00	696,82
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	94,45	154,88	0,00	0,00	249,33
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	1.729,17	464,64	0,00	0,00	2.193,81
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	187,70	916,71	0,00	0,00	1.104,41
SISTEMA CVRD					
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD	14.964,84	0,00	0,00	8.834,16	23.799,00
ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	0,00	0,00	893,89	6.000,77	6.894,66
ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A	0,00	0,00	0,00	1.122,88	1.122,88
FLORESTAS RIO DOCE S/A	1.544,98	0,00	275,50	0,00	1.820,48

continua

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

1 9 9 1

E M P R E S A	FONTES DE FINANCIAMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)				
	RECURSOS	RECURSOS PARA AUMENTO		OPERAÇÕES	TOTAL
	PRÓPRIOS	DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		CRÉDITO LONGO PRAZO	
		TESOURO	DEMAIS		
NAVEGAÇÃO RIO DOCE LTDA.	57,86	0,00	0,00	327,84	385,70
RIO DOCE FINANCE LTD.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A - DOCEGEO	0,11	0,00	0,00	0,00	0,11
SEAMAR SHIPPING CORPORATION	705,28	0,00	0,00	2.821,12	3.526,40
VALE DO RIO DOCE NAVEGAÇÃO S/A - DOCENAVE	359,20	0,00	0,00	3.062,58	3.421,78
VALENORTE - ALUMÍNIO LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALESUL - ALUMÍNIO S/A	1.744,10	0,00	0,00	0,00	1.744,10
SISTEMA ELETROBRÁS					
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS	1.170,00	0,00	0,00	0,00	1.170,00
CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE	30.719,57	0,00	0,00	1.680,23	32.399,80
COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	49.327,18	0,00	2.755,45	4.818,96	56.901,59
ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA	2.796,80	0,00	0,00	384,80	3.181,60
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL BRASIL S/A - ELETROSUL	18.424,20	0,00	0,00	2.480,40	20.904,60
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS	40.734,14	0,00	0,00	7.769,36	48.503,50
LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	14.034,50	0,00	0,00	208,70	14.243,20
SISTEMA PETROBRÁS					
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS	112.048,73	0,00	568,23	25.643,04	138.260,00
ÁLCALIS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - ALCANORTE	0,00	0,00	160,00	0,00	160,00
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	0,00	0,00	0,00	1.059,02	1.059,02
COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS - CNA	780,00	0,00	67,12	0,00	847,12
COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL	1.928,50	0,00	0,00	826,50	2.755,00
FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A - FOSFÉRTIL	685,77	0,00	0,00	166,93	852,70
FERT. NITROGENADOS DO NORDESTE S/A - NITROFÉRTIL	784,56	0,00	305,21	358,97	1.448,74
GOIÁS FERTILIZANTES S/A - GOIASFÉRTIL	165,30	0,00	0,00	0,00	165,30
INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S/A - ICC	209,74	0,00	118,41	0,00	328,15
INTERBRAS CAYMAN COMPANY	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNOR TRADE INC	2,90	0,00	0,00	0,00	2,90
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A - BR	7.107,90	0,00	0,00	0,00	7.107,90
PETROBRÁS FERTILIZANTES S/A - PETROFÉRTIL	395,29	0,00	0,00	0,00	395,29
PETROBRÁS INTERNACIONAL S/A - BRASPETRO	3.256,96	0,00	4.793,70	1.653,00	9.703,66
PETROBRÁS QUÍMICA S/A - PETROQUISA	1.432,36	0,00	0,00	35,05	1.467,41
PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	2.149,92	0,00	0,00	0,00	2.149,92
PETROQUÍMICA UNIÃO S/A	2.044,02	0,00	1.656,57	407,74	4.108,33
SEAGULL TRADING COMPANY	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ULTRAFÉRTIL S/A-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES	2.350,93	0,00	0,00	0,00	2.350,93

continua

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

continuação

1991

EMPRESA	FONTES DE FINANCIAMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)				
	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		OPERAÇÕES CRÉDITO LONGO PRAZO	TOTAL
		TESOURO	DEMAIS		
SISTEMA TELEBRÁS					
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRÁS	0,00	0,00	1.200,18	0,00	1.200,18
COMPANHIA TELEFÔNICA DA BORDA DO CAMPO - CTBC	3.260,59	0,00	1.104,79	0,00	4.365,38
COMPANHIA TEL. MELHORAMENTOS E RESISTÊNCIA S/A - CTMR	180,61	0,00	308,31	0,00	488,92
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	26.619,02	0,00	0,00	7.570,65	34.189,67
TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A - TELEBAHIA	1.123,31	0,00	2.672,95	254,81	4.051,07
TELECOMUNICAÇÕES DA PARAÍBA S/A - TELPA	903,71	0,00	116,21	150,00	1.169,92
TELECOMUNICAÇÕES DE ALAGOAS S/A - TELASA	153,43	0,00	485,03	60,00	698,46
TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A - TELEBRASÍLIA	4.363,03	0,00	2.016,92	796,74	7.176,69
TELECOMUNICAÇÕES DE GOIÁS S/A - TELEGOIÁS	2.832,66	0,00	1.198,26	90,00	4.120,92
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL S/A - TELEMS	528,74	0,00	912,64	200,00	1.641,38
TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO S/A - TELEMAT	955,80	0,00	465,74	150,00	1.571,54
TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	7.294,93	0,00	1.660,04	2.395,02	11.349,99
TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	406,56	0,00	1.925,67	60,00	2.392,23
TELECOMUNICAÇÕES DE RONDÔNIA S/A - TELERON	703,94	0,00	200,06	4,00	908,00
TELECOMUNICAÇÕES DE RORAIMA S/A - TELAIMA	136,24	0,00	38,38	0,00	174,62
TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A - TELESC	1.958,66	0,00	1.690,80	0,00	3.649,46
TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	6.652,21	0,00	39.725,68	925,39	47.303,28
TELECOMUNICAÇÕES DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	304,04	0,00	169,81	50,00	523,85
TELECOMUNICAÇÕES DO ACRE S/A - TELEACRE	157,24	0,00	129,61	10,00	296,85
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ	117,21	0,00	144,71	0,00	261,92
TELECOMUNICAÇÕES DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	60,08	0,00	1.306,07	380,00	1.746,15
TELECOMUNICAÇÕES DO CEARÁ S/A - TELECEARÁ	1.106,89	0,00	1.546,84	192,50	2.846,23
TELECOMUNICAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO S/A - TELEST	1.882,18	0,00	472,28	160,00	2.514,46
TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S/A - TELMA	552,71	0,00	539,44	200,00	1.292,15
TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ	845,93	0,00	741,53	700,00	2.287,46
TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A - TELEPAR	4.590,56	0,00	3.379,36	2.280,00	10.249,92
TELECOMUNICAÇÕES DO PIAUÍ S/A - TELEPISA	943,18	0,00	52,13	0,00	995,31
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO S/A - TELERJ	16.078,51	0,00	6.173,69	3.119,40	25.371,60
TELECOMUNICAÇÕES DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - TELERN	607,31	0,00	370,53	0,00	977,84
ENTIDADES EM EXTINÇÃO					
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A - PORTOBRÁS	0,00	578,71	0,00	0,00	578,71
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS - EBTU	0,00	8,62	0,00	0,00	8,62
EMPRESA BRASIL DE ASSIST. TEC. E EXT. RURAL - EMBRATER	0,00	692,15	0,00	0,00	692,15
COMPANHIA AUXILIAR EMPRESAS ELÉTRICAS BRAS. - CAEEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S/A - BNCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PETROBRÁS COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A - INTERBRÁS	20,41	0,00	0,00	0,00	20,41
PETROBRÁS MINERAÇÃO S/A - PETROMISA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

continua

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS DESPESAS A CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

cont inuação

1 9 9 1

E M P R E S A	FONTES DE FINANCIAMENTO (em Cr\$ milhões de maio de 1990)					
	RECURSOS	RECURSOS PARA AUMENTO		OPERAÇÕES		TOTAL
		DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		CRÉDITO		
	PRÓPRIOS			LONGO PRAZO		
		TESOURO	DEMAIS			
SIDERURGIA BRASILEIRA S/A - SIDERBRÁS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
EMPRESA DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A - EMBRAFILME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS INDUSTRIAIS - COBRAPI	8,07	0,00	0,00	2,00	10,07	
COMPANHIA USINAS NACIONAIS - CUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
COMPANHIA BRAS. DE INFRA-ESTRUTURA FAZENDÁRIA - INFRAZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
T O T A L G E R A L						
	595.607,33	40.635,27	91.441,85	111.303,11	838.987,57	



ANEXO ESPECIAL - (VETADO)

ANEXO EXPECIAL

PROPOSTA DE PLANO PLURIANUAL PARA
O QUINQUÊNIO 1991/1995 ENCAMINHADA
DA PELO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
BLICA AO PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PLANO PLURIANUAL 1991/2

1991

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						T O T A L
				CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
0014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	108,3	2,5	110,8	-	-	-	-	138,3	138,3	258,4	12,0	270,4	3.782,0	784,0	4.566,0	5.035,5
0185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,4	-	7,4	7,4
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,1	37,1	37,1
0471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,0	-	16,0	16,0
0472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,0	-	36,0	36,0
TOTAL ANO	108,3	2,5	110,8	-	-	-	-	138,3	138,3	258,4	12,0	270,4	3.841,4	821,1	4.662,5	5.182,0

DATA:

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1992

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EM Cr\$ MILHÕES

SUBPROGRAMA	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
0014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201,1	12,0	213,1	3.752,0	638,7	4.420,7	4.633,8
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3.778,3	-	3.778,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.778,3
0185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,4	-	7,4	7,4
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,1	37,1	37,1
0471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,0	-	16,0	16,0
0472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,0	-	36,0	36,0
TOTAL ANO	3.778,3	-	3.778,3	-	-	-	-	-	-	201,1	12,0	213,1	3.841,1	675,8	4.517,2	8.508,6

DATA:

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1993

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMA DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
0014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159,1	12,0	171,1	3.782,0	639,9	4.421,9	4.593,0
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	210,0	-	210,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210,0
0185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,4	-	7,4	7,4
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,1	37,1	37,1
0471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,0	-	16,0	16,0
0472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,0	-	36,0	36,0
TOTAL ANO	210,0	-	210,0	-	-	-	-	-	-	159,1	12,0	171,1	3.841,4	677,0	4.518,4	4.899,5
DATA:																

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1994

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EM CR\$ MILHÕES

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
0014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	164,1	12,0	176,1	3.782,0	643,4	4.425,4	4.601,5
0185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,4	-	7,4	7,4
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,1	37,1	37,1
0471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,0	-	16,0	16,0
0472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,0	-	36,0	36,0
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	164,1	12,0	176,1	3.841,4	680,5	4.521,9	4.698,0

DATA:

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1995

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL	
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES				
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL		
0014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169,1	12,0	181,1	3.782,0	648,0	4.430,0	4.611,1
0185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,4	-	7,4	7,4
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,1	37,1	37,1
0471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,0	-	16,0	16,0
0472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,0	-	36,0	36,0
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169,1	12,0	181,1	3.841,4	685,1	4.526,5	4.707,6

DATA:

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1991

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
				CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3	1,0	3,3	448,7	7,9	456,6	459,9
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21,7	-	21,7	-	17,4	17,4	39,1
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	-	0,3	0,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	-	1,9	1,9
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24,0	1,0	25,0	450,9	25,3	476,2	501,2
DATA:																

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/2

1992

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EM Cr\$ MILHÕES

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						T O T A L
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3	1,0	3,3	448,7	7,9	456,6	459,9
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,5	-	11,5	-	23,8	23,8	35,3
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	-	0,3	0,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	-	1,9	1,9
TOTAL ANO.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,8	1,0	14,8	450,9	31,7	482,6	497,4

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

685

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1993

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
				CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3	1,0	3,3	448,7	7,9	456,6	459,9
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	-	5,0	-	25,0	25,0	30,0
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	-	0,3	0,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	-	1,9	1,9
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,3	1,0	8,3	450,9	32,9	483,8	492,1

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1994

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EM Cr\$ MILHÕES

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						T O T A L
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3	1,0	3,3	448,7	7,9	456,6	459,9
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	10,0	-	27,5	27,5	37,5
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	-	0,3	0,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	-	1,9	1,9
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,3	1,0	13,3	450,9	35,4	486,3	499,6

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

687

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1995

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EM Cr\$ MILHÕES

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP:DE PROGRAMAS DE D.RAÇÃO CONTINUADA						T O T A L
				CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3	1,0	3,3	448,7	7,9	456,6	459,9
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	-	5,0	-	27,7	27,7	32,7
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	-	0,3	0,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	-	1,9	1,9
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,3	1,0	8,3	450,9	35,6	486,5	494,8

DATA:

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS**

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1991

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EM Cr\$ MILHÕES

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6	-	5,6	844,8	36,9	881,7	887,3
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21,6	-	21,6	-	17,5	17,5	39,1
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	0,9	0,9
217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,5	3,5
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3	1,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3	-	3,3	3,3
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,2	-	27,2	850,3	57,9	908,2	935,4

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1992

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EM Cr\$ MILHÕES

EM Cr\$ MILHÕES																
SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6	-	5,6	344,8	36,9	881,7	887,3
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,5	-	11,5	-	24,1	24,1	35,6
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	951,0	-	951,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	951,0
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	0,9	0,9
217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,5	3,5
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3	1,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3	-	3,3	3,3
TOTAL ANO	951,0	-	951,0	-	-	-	-	-	-	17,1	-	17,1	850,3	64,5	914,8	1.882,9
DATA:																

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

693

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1993

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6	-	5,6	844,8	36,9	881,7	887,3
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	-	5,0	-	25,0	25,0	30,0
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	519,0	-	519,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	519,0
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	0,9	0,9
217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,5	3,5
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3	1,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3	-	3,3	3,3
TOTAL ANO	519,0	-	519,0	-	-	-	-	-	-	10,6	-	10,6	850,3	65,4	915,7	1.445,3

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL - 1991/5

199

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EM Cr\$ MILHÕES

EM CR\$ MILHOES

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5	-	9,5	844,8	40,5	885,3	894,8
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	10,0	-	27,5	27,5	37,5
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	0,9	0,9
217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,5	3,5
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3	1,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3	-	3,3	3,3
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,5	-	19,5	850,3	71,5	921,8	941,3

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

695

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1995

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP.DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
				CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6	-	5,6	844,8	40,5	885,3	890,9
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	-	5,0	-	27,7	27,7	32,7
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	0,9	0,9
217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,5	3,5
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3	1,3
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3	-	3,3	3,3
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,6	-	10,6	850,3	71,7	922,0	932,6

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1991

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EM CR\$ MILHÕES																	
SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL	
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES				
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL		
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	623,6	15,0	638,6	1.489,2	215,4	1.704,6	2.343,2	
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,2	-	25,2	-	17,8	17,8	43,0	
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,9	-	2,9	2,9	
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,8	-	6,8	6,8	
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,7	-	6,7	6,7	
TOTAL ANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	648,8	15,0	663,8	1.505,6	233,2	1.738,8	2.402,6	

DATA:

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

700

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1992

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
				CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117,0	11,0	128,0	1.489,2	225,1	1.744,3	1.872,3
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,7	-	11,7	-	24,3	24,3	36,0
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	909,1	-	909,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	909,1
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,9	-	2,9	2,9
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,8	-	6,8	6,8
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,7	-	6,7	6,7
TOTAL ANO	909,1	-	909,1	-	-	-	-	-	-	128,7	11,0	139,7	1.505,6	249,4	1.785,0	2.833,8

DATA:

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1993

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL									DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES						
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL				
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,3	2,0	17,3	1.489,2	225,1	1.744,3	1.761,6		
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	-	5,0	-	25,5	25,5	30,5		
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	43,2	-	43,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43,2		
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,9	-	2,9	2,9		
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,8	-	6,8	6,8		
478 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,7	-	6,7	6,7		
TOTAL ANO	43,2	-	43,2	-	-	-	-	-	-	-	20,3	2,0	22,3	1.506,6	250,6	1.786,2	1.851,7		

DATA:

DATA:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANOS E ORÇAMENTO

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1994

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EM Cr\$ MILHÕES

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,5	3,0	19,5	1.489,2	225,1	1.744,3	1.763,8
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	10,0	-	28,0	28,0	38,0
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	48,0	-	48,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48,0
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,9	-	2,9	2,9
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,8	-	6,8	6,8
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,7	-	6,7	6,7
TOTAL ANO	48,0	-	48,0	-	-	-	-	-	-	26,5	3,0	29,5	1.505,6	253,1	1.788,7	1.866,2

702

DATA:

PLANO PLURIANUAL 1991/5

1995

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

SUBPROGRAMAS	DESP. DE CAPITAL			DESPESAS DECORRENTES DAS DE CAPITAL						DESP. DE PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA						TOTAL
	INVEST	OUTRAS	TOTAL	CAPITAL			CORRENTES			CAPITAL			CORRENTES			
				INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	INVEST	OUTRAS	TOTAL	PESSOAL ENCARGOS	OUTRAS	TOTAL	
014 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,3	3,0	18,3	1.489,2	225,1	1.744,3	1.762,6
024 - INFORMÁTICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,0	-	15,0	-	28,3	28,3	43,3
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	67,2	-	67,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67,2
185 - CRECHE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,9	-	2,9	2,9
471 - AUXÍLIO REFEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,8	-	6,8	6,8
472 - CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,7	-	6,7	6,7
TOTAL ANO	67,2	-	67,2	-	-	-	-	-	-	30,3	3,0	33,3	1.505,6	253,4	1.789,0	1.889,5

DATA:

DATA: